

ISSN 1519 – 1958

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE UNAÍ



Revista

FACTU

Ciência

ANO 18 VOLUME 34 – JANEIRO/JULHO/2018

Publicada pela
Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai

Adalberto Lucas Capanema
Presidente AEPU

Maria José Lucas Capanema
Diretora Administrativa

Adalberto Lucas Capanema
Diretor Geral

Fabírcia Lucas de Mendonça
Secretária Geral

Contatos

Revista FACTU Ciência
Rua Rio Preto, 422 -Unai – MG
CEP. 38.610-0000
www.factu.br
Tel: 38 3676 6222

Graziela Cristina Simões
Editor

Gabriel Moreira
Graziela Cristina Simões
Lidiane Campos dos Santos
Francilene Lima Ferreira
Maria Aparecida de Oliveira
Michelle Lucas Cardoso Balbino
Nathalia Oliveira Martins
Conselho Editorial

Revisão

Jânua-Celi de Miranda Souto

**Ficha catalográfica preparada pela seção de catalogação e Classificação da Biblioteca da
FACTU**

Revista FACTU CIÊNCIA – Ano 18, nº 34 (JAN/JUL 2018). Unai: FACTU, 2018.
Semestral
ISSN 1519 – 1958

1. Atletismo Escolar 2. Contabilidade 3. Egressos 4. Violência Infantil 5. Plantas Daninhas

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. Os resultados expressos nos artigos são de inteira responsabilidade dos seus autores.

APRESENTAÇÃO

O Conselho Editorial da revista FACTU CIÊNCIA coloca à disposição de seus leitores o 34º volume da Revista Científica, referente ao primeiro semestre de 2018. A Revista FACTU CIÊNCIA é o meio de divulgação de artigos científicos dos nossos sete cursos de graduação. Neste volume são apresentados artigos de autoria de membros do corpo docente e discente.

A revista FACTU CIÊNCIA consolida-se como um dos mais importantes veículos de comunicação científica da região e o Conselho Editorial da Revista FACTU CIÊNCIA convida, mais uma vez, os estudiosos e pesquisadores da FACTU e de outras instituições a enviarem seus escritos para o próximo volume.

Tenham uma boa leitura.

Conselho Editorial da Revista FACTU CIÊNCIA

Os editores não assumem nenhuma responsabilidade por danos a pessoas ou propriedades que possam ser causados por uso das ideias, técnicas ou procedimentos contidos no material publicado nesta revista. A submissão de artigos pressupõe que estes artigos, com exceção dos resumos ampliados, não tenham sido publicados anteriormente, nem submetidos a qualquer outra publicação

Sumário

Atletismo como Conteúdo Escolar no Ensino Fundamental: Um estudo de caso em Bonfinópolis de Minas/MG Karina Cardoso Rocha; Graziela Cristina Simões.....	05
Dificuldades Enfrentadas e Estratégias Utilizadas pelos Professores de Educação Física: Um estudo de caso realizado nas escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio do Distrito de Palmital de Minas – MG Genildo Martins de Menezes; Graziela Cristina Simões.....	22
Perfil Epidemiológico de Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência no Município de Unaí- MG: Um estudo de caso Nayara Ferreira Tavares; Michelle Lucas Cardoso Balbino.....	40
Controle de Plantas Daninhas com Herbicidas Mimetizadores de Auxinas em Pastagem de Braquiária-Decumbens Daniel Santana Louzada; Joilson Sodré Filho.....	63
Escassez, mal uso e poluição das águas Reimário de Castro Rodrigues; Marinaldo Loures Ferreira; Eloi Castro.....	71
Avaliação da fase inicial da cultura do tomate com diferentes cepas de fungos do gênero trichoderma Reimário de Castro Rodrigues; Marinaldo Loures Ferreira; Eloi Castro.....	76
O Atletismo como Conteúdo da Educação Física Escolar no Ensino Fundamental: Um estudo de caso na cidade de Cabeceira Grande/MG. Rafaella Tavares Martins; Graziela Cristina Simões.....	84
As Contribuições Contábeis para a Gestão de Stakeholders e os Reflexos nas Decisões Estratégicas Ambientais da RSE: Um estudo de caso Mayara Aparecida Oliveira da Silva; Michelle Lucas Cardoso Balbino.....	103
Perfil dos Egressos do Curso de Administração e Mercado de Trabalho: Um estudo de caso na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí. Leila Beatriz Lopes Ribeiro; Lidiane Campos dos Santos; Gabriel Moreira.....	124
A Importância do Curso Técnico em Contabilidade para o Desenvolvimento Profissional: Um estudo de caso da percepção dos formandos da Escola Estadual Domingos Pinto Brochado de Unaí-MG. Adriana Campos Mota; Gabriel Moreira; Lidiane Campos dos Santos.....	145
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	162

ATLETISMO COMO CONTEÚDO ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL: Um estudo de caso em Bonfinópolis de Minas/MG

ROCHA, Karina Cardoso¹
SIMÕES, Graziela Cristina²

RESUMO: O objetivo do presente estudo foi verificar se o conteúdo de atletismo vem sendo desenvolvido nas aulas de educação física escolar no ensino fundamental na cidade de Bonfinópolis de Minas/MG. A pesquisa se caracteriza em um estudo de caso de natureza exploratória e qualitativa. Foi aplicado um questionário semiestruturado a duas professoras. Os resultados demonstram que o atletismo não é trabalhado de forma direta nas aulas de educação física, porém o é de forma indireta, através de jogos e brincadeiras ou limitando-se a datas comemorativas. Os dados relatam ser o desinteresse tanto dos alunos quanto dos professores como possíveis barreiras para a não aplicação da modalidade, dentre elas também relatadas, estão o espaço físico inadequado e a falta de materiais. Concluiu-se que os professores deveriam ter o interesse em passar o atletismo como conteúdo, a fim de despertar o entusiasmo dos alunos com a modalidade.

Palavras-chave: Atletismo na escola. Esporte. Educação física.

1 INTRODUÇÃO

É notório que a sociedade, de certa forma, visa somente à prática de esportes tradicionais como, por exemplo, o futebol e o voleibol nas aulas de educação física, e por isso, torna-se relevante que o professor repense na introdução de outras modalidades não tão divulgadas pela mídia.

O atletismo é o esporte mais antigo no qual se encontra a base para as mais diversas modalidades ou esportes, já que a sua essência é praticamente o correr, o saltar e o lançar, haja vista que se usufrui dessas habilidades não só em atividades físicas, mas também no decorrer do dia a dia.

A partir do observado nas aulas de estágios do curso de educação física da FACTU, pode-se perceber que o atletismo nas escolas é pouco comum de ser praticado como deveria, sendo inclusive um dos conteúdos proposto pelos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais).

Para Matthiesen e Calvo (2004, p. 611), "O atletismo continua sendo pouco conhecido, pouco trabalhado e pouco estudado." Contudo, os autores afirmam que o local adequado para aprender o atletismo é na escola, a prática desse esporte com crianças é uma boa iniciativa para a sua formação corporal, é fundamental e necessária para o desenvolvimento de suas habilidades motoras, ademais é um instrumento que elas usaram no seu cotidiano.

Segundo Oro (1983 apud DIEDER; HÖHER, 2016), os brasileiros, por motivos culturais, não enxergam o atletismo como conteúdo escolar, eles optam pelos esportes coletivos, uma vez que a mídia repetitivamente afirma que o Brasil é o país do futebol. O ambiente fora das escolas e essas informações que são passadas pela mídia acabam influenciando para que as crianças rejeitem o atletismo.

Nas aulas de educação física é fundamental a prática do atletismo, uma vez que colabora para o desenvolvimento humano tanto na área física quanto psíquica, razão que justifica a realização deste estudo. O esporte exige disciplina e comprometimento, aspectos que são necessários na formação de um cidadão consciente. Para que isso ocorra de forma efetiva, é necessário que a modalidade seja incluída desde cedo, sua prática deve ser estimulada

¹ Graduada em Educação Física pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaf.

² Orientadora. Mestre em Educação Física. Professora na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaf.

frequentemente dentro de um ambiente adequado, qual seja, a escola, justificando, assim, a realização deste trabalho.

A aplicação do atletismo nas escolas, muitas vezes, é limitada, por isso se questiona se o atletismo vem sendo desenvolvido nas escolas e, a limitação quanto a sua aplicação poder estar relacionada a quais fatores.

Dessa forma, o objetivo deste estudo foi verificar se o atletismo está sendo desenvolvido nas aulas de educação física, na cidade de Bonfinópolis/MG.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRIA DO ATLETISMO

Existem relatos de que o atletismo se originou na pré-história, o homem usava os movimentos e gestos básicos do correr, saltar e lançar na busca de seus alimentos e, também, fugir de possíveis presas, ou seja, as habilidades básicas do atletismo advinham da luta pela sua própria sobrevivência, conseqüentemente, beneficiava a sua saúde corporal (RUBIO, 2002).

Ainda de acordo com o autor supracitado, a partir desse período pré-histórico, registra-se a criação de jogos na Grécia Antiga, onde se originaram os Jogos Olímpicos. O esporte na Grécia era associado à religião, pois acreditava-se que, durante os eventos esportivos, a população passava por um processo de purificação.

Sigoli e Rose Junior (2004) também concordam que os jogos tinham caráter religioso, pois era um evento dedicado a um Deus, eles afirmam que os jogos eram realizados na cidade de Olímpia, que se situava perto do templo de Zeus. Os autores ressaltam ainda que tem origem política a criação dos Jogos Olímpicos, pois no ano de 884 a.C. foi assinado pelos reis das cidades de Pisa, Esparta e Elis um acordo de paz, foi esse tratado quem propôs então que fossem realizados os jogos em Olímpia, para promover a paz entre as cidades gregas. Assim, em homenagem, por ser a primeira cidade onde deram início os jogos, foi dado o nome de Jogos Olímpicos.

Nesse período as guerras e conflitos eram interrompidos, isso foi feito com o intuito de reger uma trégua sagrada nos tempos em que os jogos estivessem próximos de serem realizados e, também com o propósito de que os gregos pudessem estar em sua melhor forma física para disputar harmoniosamente as competições (SIGOLI; ROSE JUNIOR, 2004).

Os jogos aconteciam a cada quatro anos, ocorrendo assim até os dias atuais.

Rubio (2002) relata que, na era moderna, já no final do século XIX, nasceu um novo movimento Olímpico para tornar-se universal, o atletismo, diga-se, o francês Pierre de Freddy mais conhecido como Barão de Coubertin teve função principal para que essa revolução no esporte acontecesse.

Segundo Colli (2004), o Barão de Coubertin anunciou no ano de 1892 em Paris a volta dos Jogos Olímpicos. Para a reinstalação marcante do esporte, Coubertin criou um comitê que se deu o nome de COI (Comitê Olímpico Internacional) com sede na Suíça. A finalidade da movimentação Olímpica era para tentar promover a paz no mundo e sucessivamente contribuir através do esporte para a educação da juventude, com a solidariedade, disciplina, respeito e amizade.

Redkva e Freitas Junior (2010) afirmam que foi em Atenas, na Grécia, que se realizou o primeiro Jogos Olímpicos da Era Moderna com a participação de 285 competidores, de 13, sendo as primeiras provas nesses jogos, as corridas, saltos e lançamentos, com participação exclusiva dos homens. As mulheres só foram participar dos Jogos Olímpicos com regularidade no ano de 1928, nas provas de salto em altura, lançamento de disco e corridas de 100, 800 e revezamento 4x100 m.

2.2 PROVAS DO ATLETISMO

Essa modalidade esportiva contém várias provas. Para a IAAF (2017), as provas do atletismo são corridas de velocidade (100m, 200m e 400m rasos); corridas de média e longa distância (800m, 1500m, 5000m, 10.000m e 3000m com obstáculos); corridas com barreiras (100m, 110m, 400m com barreiras) corridas de rua (maratona e meia maratona); saltos (com vara, em extensão, triplo e em altura); lançamentos (disco, dardo, peso e martelo); provas combinadas (heptatlo e decatlo); marcha atlética (20km e 50km); provas de revezamentos (4x100m e 4x400m); corrida cross-country; corrida de montanha e ultracorridas.

2.3 PROVAS DE PISTA

Dentro das provas de pista encontram-se as corridas e a marcha atlética. As corridas são subdivididas em velocidade, meio-fundo, fundo, com barreiras, com obstáculos e revezamento (VIDIGAL, 2012a).

A pista oficial de atletismo tem duas retas paralelas e duas curvas, todas iguais, medindo no total de 400m contendo 8 raias, onde todas com a mesma largura medem de 1m e 22cm a 1m e 25cm, cada atleta fica em uma raia separada nas provas de velocidade (CBAT, 2017).

✓ Corridas de velocidade

O objetivo principal das corridas de velocidade é percorrer o mais rápido possível determinada distância, são caracterizadas por provas de até 400m rasos, revezamentos e corrida com barreiras (CBAT, 2017; PORTUGAL, 2014).

Fernandes (2003a) ressalta que nesse tipo de prova não é necessário somente a velocidade, mas também a resistência de velocidade, o autor afirma que esses dois fatores devem ser iguais em uma corrida de distância curta, pois a resistência tem o papel de manter por certo período de tempo a velocidade no seu maior nível, o que permite que o atleta alcance o seu melhor desempenho.

A corrida de 200m tem basicamente as mesmas características que a de 100m, porém a mesma tem a saída na segunda curva, e o treinamento para essa prova é maior, procurando aprimorar a resistência e velocidade (REDKVA; FREITAS JUNIOR, 2010).

Os mesmos autores ainda ressaltam que a prova de 400m é a corrida de maior distância dentro das corridas de velocidade.

A corrida com barreiras pode ser caracterizada também por uma corrida de velocidade, porém com objetos que devem ser ultrapassados, dividida em 100m, 110m e 400m sendo composta por 10 barreiras sobre a pista, onde que as corridas de 100m são exclusivas para as mulheres tendo que haver uma altura de 84 centímetros, as de 110m são especificamente para os homens contendo a altura de 1,067m; já a de 400 é para ambos os sexos, com a altura de 76,2 para as mulheres e de 91,4 para os homens (MATTHIESEN et al, 2005).

✓ Corridas de meio-fundo

Também considerada como prova de resistência, as corridas de meio-fundo são provas de meia distância que necessitam tanto da velocidade como da resistência do atleta, pois este irá fazer um trajeto de 800 ou 1500m, sendo que a corrida de 800m consiste em dar por completo duas voltas na pista de atletismo (REDKVA; FREITAS JUNIOR, 2010).

Provas de meio fundo são caracterizadas por prova de resistência anaeróbica, é considerada difícil por exigir grande esforço físico do atleta, uma vez que é necessário também ter o equilíbrio e ritmo (FERNANDES, 2003a).

✓ Corridas de fundo e marcha atlética

Atletas ideais para este tipo de prova devem ter uma mistura de velocidade com vigor, fôlego e obviamente muita vontade de vencer. Diferentemente do perfil de corredores de velocidade, que possivelmente já nasceram com essa genética, para as provas de fundo é possível, através de treinamentos, aprimorarem as habilidades dos corredores (KRING, 1968).

Segundo Redkva e Freitas Junior (2010), provas de fundo são caracterizadas por distâncias longas acima de 1500m, tendo então a prova de 3000 com obstáculos; 5000m, 10000m, a marcha e a maratona. Diferente das corridas de velocidade, as corridas de fundo não são realizadas nas raias da pista de atletismo, e sim em uma pista convencional, ou na rua; a corrida de 5000m deve ser dada pelo atleta com doze voltas e meia na pista; na corrida de 10000m deve ser realizada com 25 voltas. O atleta deve apresentar aspectos fundamentais, como a resistência, ritmo, economia de energia e, por fim, força de vontade, para que consiga vencer o seu oponente.

A corrida com obstáculos se insere dentro das corridas de fundo, pelo fato da sua distância. Como o nome já diz, é feita com obstáculos e fossos de água com distâncias de 2000m e 3000m. Esses obstáculos devem ter a altura de 91,4cm para os homens e de 76,2cm para as mulheres com a medida de 3,94m de largura. O fosso deve conter 70 cm de profundidade, sendo que há uma inclinação até o nível normal da pista (CBAT, 2017).

Diferente das corridas de 5000m e 10000m que acontecem ainda na pista, a maratona é uma prova que acontece nas ruas, assim como as corridas de 10km, 15km, 25km e 30km. A maratona é percorrida na distância de 42,195km. Há relatos que dizem que a maratona tem todo esse percurso porque um homem chamado Filípides, no ano de 490 a.C., (mensageiro de senhores feudais), teria corrido a mesma distância para anunciar em Atenas a vitória na guerra contra a Pérsia na Batalha da Planície de Maratona, deu o recado e morreu logo em seguida (VIDIGAL, 2012a; CBAT, 2017).

Segundo Redkva e Freitas Junior (2010), a marcha atlética é então uma marcha, porém não pode haver fase aérea, sempre um dos pés deve manter o contato com o solo. A distância percorrida pelo atleta será então: indoor: 3000m, 5000m e ao ar livre: 5km, 10 km, 20km, 50 km.

2.4 PROVAS DE CAMPO

Segundo Vidigal (2012b), caracteriza-se por provas de campo, as provas de saltos, lançamentos/arremessos, sendo eles os saltos: em distância, triplo, altura e com vara; e os lançamentos: de dardo, peso, disco e martelo.

✓ Saltos

Na prova de campo, os saltos podem acontecer verticalmente ou horizontalmente, sendo os verticais o salto em altura e com vara, o qual tem como objetivo ultrapassar o sarrafo na maior altura possível, e os horizontais o salto em distância e o triplo com o objetivo de alcançar a maior distância (VIDIGAL, 2012b).

Segundo Fernandes (2003b), para os saltos verticais, no salto em altura, são realizadas diversas formas de saltos como o "cortado", a "cavalo", o "rolo ventral" até chegar ao salto "flop" que foi introduzido pelo americano Richard Fosbury, quando ele atingiu a incrível marca

de 2,24m saltando pelo sarrafo de costas. Essa técnica foi imitada e bastante treinada com o intuito da perfeição, tornando-se até nos dias atuais o método mais utilizado pelos atletas.

Segundo CBAT (2017), as fases do salto em altura se iniciam na corrida de aproximação; impulsão com um pé só; fase aérea com a ultrapassagem do sarrafo e queda.

Já o salto com vara, pode ser considerado a prova mais difícil do atletismo, pelo fato de envolver uma grande altura a ser ultrapassada; um forte equilíbrio e precisão do atleta; e um objeto que será manuseado juntamente com a corrida, a vara, restringindo a movimentação dos braços para alcançar uma melhor velocidade e impulsão (KRING, 1968).

Segundo Vidigal (2012b), no salto com vara o atleta também deverá ultrapassar o sarrafo, ele tem disponível um corredor de 40m para a corrida, e ao final desse corredor é encontrado um encaixe ao chão para a vara, e, do outro lado dos postes que sustentam o sarrafo encontram-se colchões para a queda do atleta quando este passar pelo sarrafo.

Dentro dos saltos horizontais, encontram-se o salto em distância e o salto triplo (VIDIGAL, 2012b).

Atletas que normalmente destacam-se nessa prova são também velocistas, já que, além da velocidade, é necessário ter também uma boa qualidade de impulsão, essas habilidades podem ser aprimoradas através de treinamentos e técnicas (KRING, 1968; FERNANDES, 2003b).

As fases do salto em distância acontecem da seguinte maneira: corrida de aproximação, impulsão, fase aérea e queda. O atleta tem uma pista de 40m a 45m de comprimento com 1,22m de largura para efetuar sua corrida; a impulsão se dá numa tábua de madeira com formato de um retângulo medindo 1,2m de comprimento e 20cm de largura; e a queda se dá numa caixa de areia que mede 3m de largura com 10m de comprimento (FERNANDES, 2003b; CBAT, 2017).

Já no salto triplo, embora o objetivo e a semelhança pareçam ser a mesma que a do salto em distância, há algumas diferenças. Matthiesen et al (2005) ressaltam que para executar essa prova é preciso ter bastante coordenação, uma vez que após a corrida de aproximação, o atleta deverá impulsionar-se duas vezes consecutivas com o mesmo pé, para depois saltar com o pé contrário em direção a caixa de areia.

✓ Arremessos e lançamentos

Os lançamentos se dão por jogar horizontalmente um objeto o mais longe possível, as provas dessa área são o arremesso de peso, lançamentos de dardo, disco e martelo (VIDIGAL, 2012b).

Segundo Vidigal (2012b), arremesso se dá por um movimento de braço bem próximo ao corpo que é empurrar o peso. Trata-se de uma esfera de ferro, parecido com uma bala de canhão, e devido ao seu peso não é possível que o braço se estenda totalmente para trás, esse objeto também não se encaixa totalmente na mão, por isso a denominação "arremesso".

O arremesso de peso é feito com uma só mão, saindo próximo ao pescoço. Em competições oficiais o peso deve ser de 7,260kg para os homens e 4kg para as mulheres. No momento do arremesso, o atleta não pode pisar em um objeto chamado anteparo que se encontra fixado ao chão, tem formato de arco e é feito de madeira na cor branca (CBAT, 2017).

Fernandes (2003c) relata que a técnica mais usada para o arremesso é denominada "O'Brien", ou técnica linear, que é o arremesso de costas. Esse método acontece nas seguintes fases: empunhadura, posição inicial em que o competidor fica de costas para a zona de queda do implemento; deslocamento, que se dá a partir da posição inicial virando-se para a direção do arremesso; posição fina com arremesso propriamente dito, que é a ação de impulsão do peso para cima; e a troca de pés ou reversão.

O mencionado autor ressalta que existe a técnica do arremesso de peso rotacional. Supõe-se que, a partir do giro, é possível adquirir uma maior velocidade inicial para o arremesso, com as seguintes fases: posição inicial; giro que consiste em um giro e meio; posição final com arremesso e reversão dos pés.

A diferença do lançamento para o arremesso encontra-se na posição dos membros superiores do atleta. No lançamento o mesmo encontra-se totalmente estendido para trás, isso se dá porque o implemento a ser lançado tem peso consideravelmente leve. Através do ângulo de projeção, o atleta adquire uma maior velocidade para então fazer com quase perfeição o lançamento (VIDIGAL, 2012b).

Fernandes (2003c) destaca que no lançamento de dardo foi empregado o "estilo norte-americano com salto", porém não obteve sucesso, outro foi o "estilo BudHeld" foi início de boas marcas, entretanto a última forma foi a mais apropriada e é utilizada com frequência, é o "estilo finlandês", nesse estilo os quadris do atleta se encontram voltados para frente facilitando assim a ação do lançamento onde a movimentação dos pés é cruzada. Para a empunhadura é possível a utilização de três métodos, sendo eles: finlandês, nele o dedo indicador do atleta encontra-se estendido na parte de trás do dardo; americano, os dedos polegar e indicador pressionam o dardo; por último, o sueco, que se dá por fazer um "v" com os dedos indicador e maior de todos com o dardo entre meio eles.

O dardo é feito de metal ou madeira, possui três partes que recebem o nome de cabeça, corpo e empunhadura de corda, deve conter uma ponta fina para se fixar ao solo quando entrar em contato com o mesmo, o peso deve ser de 600g para mulheres e 800g para os homens. Acontece nas seguintes fases: Empunhadura; corrida preparatória; lançamento e reversão dos pés (CBAT, 2017; FERNANDES, 2003c).

O lançamento de disco foi a prova que menos sofreu alterações nos seus objetivos, afirma Kring (1968), porém, para a sua melhoria houve uma mudança no estilo de arremessar. Essa mudança foi o movimento de girar, que não era empregado na Grécia Antiga. O giro tem o objetivo de produzir força e velocidade para jogar o disco o mais longe possível e é feito em um círculo limitado.

O interior do disco tem de ser oco, e o mesmo deve ser de madeira ou metal e em forma de círculo, tem a medida de 180mm a 183mm pesando 1kg para mulheres, e 219mm a 221mm pesando 2kg para homens (CBAT, 2017).

Vidigal (2012b) ainda ressalta que, para o lançamento de disco, deve ser feito de dentro de uma "gaiola" denominada gaiola de proteção, isso se dá porque caso o disco tome uma trajetória errada não atinja o público, árbitros ou até mesmo outros competidores.

O lançamento de martelo se dá por lançar de dentro de um círculo uma bola de ferro que ligada a um cabo de aço de 1,22m de comprimento (VIDIGAL, 2012b).

Segundo Matthiesen et al (2005), o martelo se compõe por cabeça, cabo e empunhadura, ao final desse cabo uma esfera (cabeça) com o peso de 7,26kg para homens e 4kg para mulheres. O círculo de onde o martelo será lançado deve ter a medida de 2,35m diâmetro.

Essa prova deve acontecer dentro de uma "gaiola de proteção" em formato de "U" para evitar que o martelo ao ser lançado tome uma direção errada e alcance os árbitros, competidores e a plateia (VIDIGAL, 2012b).

Para Fernandes (2003c), o lançamento de martelo deve ser executado nas seguintes fases: posição de partida, nela o atleta encontra-se de costas para a área de lançamento; impulso inicial ou molinetes, que é o balanceio e elevação do martelo; giros, a perna esquerda não deve perder contato com o solo e a direita faz os giros; lançamento propriamente dito, que é a transferência de força do corpo para o peso; e, por último, a ação final, na qual, mesmo depois da perda de contato com o martelo, o atleta ainda permanecerá girando pelo fato da velocidade alcançada.

2.5 ATLETISMO COMO CONTEÚDO ESCOLAR

Registra-se na LDB (Lei de Diretrizes e Bases) que a educação é direito de todo cidadão, e dentro das escolas é representada pela educação básica, que é composta por educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (BRASIL, 2012).

Para os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais), o objetivo da educação física no ensino fundamental é ter a percepção do seu próprio corpo, melhorar e adotar costumes saudáveis, para que se tenha uma boa qualidade de vida. A educação física na escola é uma disciplina que se propõe a ser utilizada para o ensino dessas práticas, agregando também várias áreas de conhecimentos com os sentimentos e capacidades (BRASIL, 1997).

O papel da disciplina de educação física é apresentar ao aluno todas as suas capacidades corporais através do jogo, da dança, da luta, da ginástica e do esporte. Além disso, a educação física ainda colabora para a formação do desenvolvimento das capacidades de aprendizagem motora do aluno. Essa disciplina se diferencia das demais em vários aspectos, como o local e espaço em que as aulas acontecem, a metodologia aplicada e o objeto de estudo a ser desenvolvido, porém, há uma grande preocupação quando se trata de movimento do corpo humano, nesse sentido, o atletismo entra como uma boa iniciativa para a prática de atividade física (NASCIMENTO, 2010).

Entretanto, é necessária divisão no conteúdo a ser passado nas aulas de educação física. Uma das atividades encontrada dentro do bloco desses conteúdos a serem passados são os esportes. Dentro dessa categoria, devem ser ministrados diversos tipos, como esportes pré-desportivos, lutas, ginástica, esportes coletivos e os individuais como o atletismo (BRASIL, 1997).

Devido às dificuldades que as crianças apresentam ao desenvolverem atividades simples, como saltar, arremessar ou até mesmo correr é que o atletismo como conteúdo tem enorme importância, pois traz para a criança a aprendizagem e desenvolvimento motor (PEDROSA et al, 2011).

Aprendizagem motora, para Schmidt (1993 apud UNESCO, 2013), se dá por absorver algo através da prática ou experiência de habilidades, podendo ser classificada também como uma alteração interna na capacidade do ser humano, decorrente de uma atividade motora. Com o passar do tempo adquire conhecimento e este é o que define a aprendizagem.

Segundo Rosa Neto et al (2010), o desenvolvimento motor é uma ação contínua, que tem relação com a idade cronológica do indivíduo. É na escola que as capacidades motoras se desenvolvem e com isso as crianças começam a ter um melhor domínio corporal em exercícios como equilibrar-se, arremessar, saltar, rastejar, correr e até mesmo escrever.

É através da experiência motora que se adquire o desenvolvimento de coordenação, equilíbrio e esquema corporal, onde que para a criança isso é de suma importância, porque assim ela atinge um progresso nas habilidades fundamentais, que é o correr, saltar e arremessar, atividades essas que estão presentes dentro do atletismo (MEDINA-PAPST; MARQUES, 2010).

Todavia, Matthiesen et al (2003) asseveram que, mesmo sendo um conteúdo importante para o desenvolvimento motor das crianças, o atletismo quase não é praticado nas escolas.

Um dos principais fatores da não aplicação do atletismo nas escolas é a resistência de alunos que são acostumados com os esportes tradicionais, afirma Nascimento (2010), porém, "a aceitação do atletismo por parte do aluno não deve ser algo imposto, mas visto como ampliação dos conhecimentos e algo que traga benefícios tanto de forma individual quanto coletiva" (NASCIMENTO, 2010, p. 99). É importante que se leve em conta os benefícios, objetivos e especificidades individuais e ou em grupo que o atletismo propõe.

Para CBAT (2013) a aplicação do atletismo beneficia a criança, porque promove a educação, saúde, autossatisfação e experiência com algum tipo de esporte.

Na opinião de Hatzidakis et al (1994 apud NASCIMENTO 2005), na idade entre 5 a 8 anos as atividades devem ser passadas em forma de jogos ou brincadeiras educativas, e depois, dos 8 aos 12 anos deve-se iniciar com a criança a prática de esportes, apresentando a ela todas as modalidades, as técnicas e especificidades de cada uma, para que essa criança, através do seu talento natural e individual, opte por escolher a prática de alguma delas.

Em linhas gerais, deve-se iniciar a prática do atletismo dentro do contexto escolar, mas não como um treinamento de alto rendimento, porque, se usado como treinamento desportivo, tem o objetivo de aperfeiçoamento de uma tática e técnica, e a função do atletismo nas escolas é para o lazer e bem-estar do aluno (NASCIMENTO, 2010).

2.6 BENEFÍCIOS DO ATLETISMO

O atletismo é composto basicamente por atividades como o correr, o saltar, o lançar, o arremessar e o caminhar, trata-se de esporte de base, o qual auxilia na prática de outras modalidades. Ele permite que o aluno tenha noções de regras, percepção de espaço e tempo, adquirindo qualidades como: agilidade, força, resistência, velocidade e flexibilidade. De tal forma, proporciona melhor bem-estar para o sistema nervoso e cardiorrespiratório, ademais, contribui para uma vida mais saudável. Sua prática é de suma importância para o desenvolvimento da criança e do adolescente no ensino fundamental, pois trabalha os aspectos cognitivo, afetivo e motor (GOMES, 2008).

Do ponto de vista do atletismo como um esporte de base, constata-se que as práticas das atividades atléticas são de suma importância para o desenvolvimento motor, pois os praticantes contextualizam seu próprio corpo, tornam-se mais rápidos e ágeis, ampliando assim, sua capacidade física (BONAPAZ, 2013).

O atletismo não colabora apenas com aspectos corporais e motores, mas também com aspectos psicológicos, que garantem o crescimento pessoal de cada aluno. O importante é entender que o processo de ensino e aprendizagem voltado para o tema do atletismo não envolve somente questões teóricas vistas dentro da sala de aula (LECOT; SILVEIRA, 2014).

Essa modalidade é bastante enriquecedora, ela resulta em vários benefícios para o ser humano, através desse esporte pode-se promover o contato social, igualdade entre os participantes, independentemente de raça, religião, fator socioeconômico. Caso seja identificada no participante certa habilidade, potencial ou talento, isso pode levá-lo a ser um atleta profissional, e, além disso, o atletismo tem grande importância para a comunidade acadêmico-científica, pois os seus atletas contribuem de forma direta para o estudo da sua performance, velocidade física envolvida, e assim também colabora para a realização de trabalhos científicos (GOMES, 2008).

3 METODOLOGIA

O presente estudo fez uso da pesquisa exploratória e qualitativa. Para Gil (2008, p. 27) “a pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Tem abordagem de pesquisa qualitativa, uma vez que está relacionada a compreender e interpretar comportamento e opiniões de uma determinada população, analisando opiniões de professores que são indicados por meio de um questionário semiestruturado.

Quanto ao procedimento, o presente estudo usou o estudo de caso que é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetivos, de forma a consentir o seu

conhecimento extenso e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados (GIL, 2008).

A pesquisa foi realizada nas duas únicas escolas que possuem o ensino fundamental na cidade de Bonfinópolis/MG, a Escola Estadual Cândido Ulhôa e a Escola Municipal Dercílio Duarte Melgaço. Sendo selecionados professores licenciados em Educação Física atuando nas escolas no ano de 2017.

Antes da pesquisa foi apresentado um termo de consentimento livre e esclarecido, no qual os professores foram informados sobre os propósitos do estudo. Pelo fato de ser um levantamento de dados, foi aplicado um questionário semiestruturado para conhecer as pessoas e os fatos. Foi realizada uma coleta de informações e uma análise qualitativa sobre o tema, com base nisso se obtiveram as conclusões através de tais dados analisando as respostas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como fundamento para a análise prática e para melhor compreensão da pesquisa em foco, foi realizado entre os dias 17 e 22 de agosto de 2017 um estudo de caso com duas professoras do ensino fundamental de duas escolas de Bonfinópolis de Minas, o qual contribuiu para verificação de vários aspectos referentes ao presente trabalho que tem como temática “atletismo como conteúdo escolar no ensino fundamental: um estudo de caso em Bonfinópolis de Minas/MG”.

Participaram deste estudo duas professoras licenciadas em educação física, com idade entre 37 e 48 anos, que lecionam aulas para o ensino fundamental, estando uma em escola Estadual e a outra em escola Municipal, ambas na cidade de Bonfinópolis de Minas/MG.

Os pesquisados foram questionados sobre: 1) A senhora ministra a disciplina de atletismo em suas aulas?

Professora 1: Só em época das Olimpíadas escolares.

Professora 2: Às vezes.

Segundo Marques e Iora (2009), é perceptível que a educação física escolar não tem se preocupado com a inovação, buscando variedades de jogos, atividades e brincadeiras que sejam um ponto de partida para o atletismo, e além disso, a desmotivação, falta de interesse e até mesmo a falta de materiais e espaços físicos adequados fazem com que a modalidade não se torne uma prioridade.

A partir disto foi possível constatar que as duas professoras aplicam a modalidade, mas de forma indireta, como, por exemplo, em épocas de comemorações escolares.

Os pesquisados foram indagados sobre: 2) Para a senhora, qual seria o conceito de atletismo?

Professora 1: É um esporte de base, que necessita das habilidades naturais do homem como correr, saltar, arremessar e lançar.

Professora 2: Um conjunto de atividades esportivas composto pela corrida, saltos e lançamentos.

Como salienta Rubio (2002), o atletismo pode ser considerado como habilidades básicas do homem, que desde a pré-história tinha que correr, saltar e lançar, em forma de lazer ou até mesmo de sobrevivência, são considerados os gestos básicos do ser humano, usados no dia a dia.

Isso posto pôde-se verificar que ambas as professoras consideram a modalidade um conjunto de ações naturais do homem, que geram alguns movimentos, podendo ser caracterizados como atividades, habilidades e/ou um esporte.

Os pesquisados foram interrogados sobre: 3) Qual é a modalidade que mais o/a senhor (a) desenvolve ou já desenvolveu nas aulas de atletismo?

Professora 1 e 2: Corridas.

Goveia e Vargas (2014), ao verificar as possibilidades pedagógicas de ensino da modalidade de atletismo nas aulas de educação física do ensino fundamental, em Jaguariaíva/PR, observaram que a modalidade mais trabalhada eram as corridas de velocidades.

Sendo assim, foi possível observar que as categorias do atletismo não todas aplicadas pelas duas professoras, uma vez que não são lecionados os saltos, lançamentos e arremessos em suas aulas, mas somente as corridas.

Os pesquisados foram questionados sobre: 4) Se já trabalhou com atletismo, qual foi a duração?

Professora 1 e 2: Outros (algumas vezes).

Como completa Soares (2016), em uma pesquisa realizada em Unaí/MG, é possível observar que professores quando aplicam o atletismo em suas aulas executam-no poucas vezes por semana. Conforme mostra o seu estudo, é notável que a modalidade é bem pouco oferecida aos alunos, sendo limitada a prática do conteúdo nas escolas deste local.

Com isso, é observável que ambas as professoras responderam na pergunta de n. 4 que poucas vezes é passada a modalidade em suas aulas.

Os pesquisados foram indagados sobre: 5) A senhora segue o PCN's para desenvolver suas aulas ao longo do ano letivo?

Professora 1: Sim.

Professora 2: Não.

Os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) estabelecem uma forma de qualidade que deveria ser seguida pelos professores em todo território brasileiro, tem a utilidade de orientação, garantindo então o direito de todo cidadão com relação a educação. (BRASIL, 1997)

Sendo assim, foi analisado que uma professora segue, mas a outra não, não sendo identificados os possíveis porquês da não utilização dos PCN's.

Os pesquisados foram interrogados sobre: 6) Para a senhora qual a importância do PCN's?

Professora 1: Fornecer subsídios para desenvolver o programa de forma adequada à realidade da escola.

Professora 2: Serve para a orientação da forma como os aspectos devem ser trabalhados pelos professores dentro de cada disciplina, garantindo ao educando o conhecimento necessário para a sua formação.

Como sugere Brasil (1997), o propósito dos PCN's na educação física escolar no ensino fundamental é fazer com que o praticante consiga ter uma melhor percepção do seu

próprio corpo, preparando-se para hábitos saudáveis e alcançar uma boa qualidade de vida. Sendo assim, a importância dos PCN's é fazer com que as orientações contidas nele sejam aplicadas, para que o indivíduo obtenha mais conhecimento com relação a si próprio, desde as suas capacidades até os seus sentimentos.

Assim, pôde-se perceber que ambas as professoras têm a mesma ideia do significado que os PCN's trazem para dentro do contexto escolar, deixam evidente que o mesmo serve como forma de uma orientação que deve ser seguida pelos educadores, sendo que às vezes deve ser adaptado à realidade escolar.

Os pesquisados foram indagados sobre: 7) Aponte 03 modalidades mais trabalhadas em aula.

Professora 1 e 2: Voleibol, Futebol e jogos recreativos.

Tais resultados vão ao encontro dos achados por Soares (2016), em escolas do ensino fundamental de Unaí/MG, sobre as modalidades mais trabalhadas em aula, observou-se que são o futebol, na sequência o voleibol e jogos recreativos.

Com isso foi possível analisar que ambas as professoras aplicam mais atividades coletivas em suas aulas, sendo duas delas os esportes mais tradicionais e culturais do país.

Os pesquisados foram questionados sobre: 8) A senhora já desenvolveu alguma atividade que possa ser a iniciação de alguma modalidade do atletismo? Qual?

Professora 1: Sim, brincadeiras e gincanas.

Professora 2: Sim, corridas e saltos.

Na pergunta de n. 8, ambas as professoras disseram que já aplicaram alguma atividade de iniciação ao atletismo, a professora 1 aponta atividades encontradas em brincadeiras e gincanas, enquanto a professora 2 aponta brincadeiras que envolvem corridas e saltos.

Os pesquisados foram interrogados sobre: 9) Qual a maior dificuldade encontrada para ministrar o conteúdo de atletismo em Bonfinópolis de Minas?

Professora 1: Falta de capacitação pedagógica.

Professora 2: Pouco interesse dos alunos.

Nascimento (2010) relata que pelo fato de os alunos serem acostumados com os esportes tradicionais, apresentam uma forte resistência e falta de interesse quando os professores tentam aplicar algo novo como a modalidade em suas aulas, porém, o autor afirma que o professor não deve fazer com que o aluno aceite o esporte, e sim deve incentivá-lo, mostrando que o atletismo é uma fonte de conhecimento e benefícios, tanto individualmente quanto coletivamente.

Sendo assim, com relação às dificuldades de ministrar o atletismo na cidade, pôde-se perceber que as professoras ressaltam a falta de interesse por parte dos alunos e a falta da capacitação pedagógica dos professores.

Os pesquisados foram questionados sobre: 10) O material e o espaço físico utilizados na iniciação do atletismo podem ser improvisados de que forma?

Professora 1: Materiais alternativos, o espaço que a escola disponibilizar, mas o principal é a vontade de desenvolver o conteúdo.

Professora 2: Com cordas, cadeiras, garrafas pets, pneus, cones, dentre outros.

Koch (1984 apud GOMES, 2010) salienta que o atletismo não deve ser trabalhado na escola somente como esporte de rendimento. De acordo com o autor, o atletismo pode ser adaptável com relação aos materiais, quanto ao número de alunos e ao meio em que é passado, ressaltando que as atividades propostas devem ser elaboradas de acordo com a realidade e valores do aluno.

Com isso foi possível perceber que na pergunta de nº. 10, uma das professoras respondeu que podem ser utilizados os materiais e espaço que a escola disponibiliza, ressaltando que o principal entre esses é a vontade de desenvolver o conteúdo, enquanto a outra professora completa que é possível usando cordas, garrafas, pneus, cones, dentre outros.

Os pesquisados foram indagados sobre: 11) O atletismo pode ser aplicado na escola, pode ter caráter lúdico? Justifique.

Professora 1: Sim, várias atividades podem ser utilizadas para desenvolver as habilidades de correr, saltar, lançar e arremessar.

Professora 2: Sim, as atividades lúdicas têm fundamental importância, pois através delas pode-se trabalhar a coordenação motora e através de brincadeiras tradicionais pode-se motivar o aluno ao ato de correr, saltar, arremessar e lançar.

Silva (2005) completa que o atletismo nas escolas deve ser realizado de forma lúdica, pedagógica e competitiva, sendo a ludicidade passada por meio de jogos, porque assim pode haver alterações nas regras, ou então em forma de brincadeiras, desde que elas transmitam um interesse pela modalidade, deixando em evidência que o professor pode dar uma sequência no esporte em suas aulas.

Sendo assim, pela pergunta de nº. 11, é possível observar que ambas as professoras concordam que o atletismo pode ser aplicado de forma lúdica, destacando atividades e brincadeiras tradicionais que envolvem a coordenação motora e o correr, saltar, lançar e arremessar.

Os pesquisados foram interrogados sobre: 12) A senhora tem conhecimento da aplicação do conteúdo de atletismo nas escolas de Bonfinópolis de Minas? (Se é realizado ou não)

Professora 1: É utilizado somente em épocas de gincanas, comemorações, olimpíadas estudantis, etc.

Professora 2: Não se obteve resposta.

Na pergunta de n. 12 foi observado que uma das professoras não soube responder o conhecimento da aplicação do conteúdo nas escolas da cidade, enquanto a outra professora afirma que o conteúdo é passado só em épocas de comemorações escolares, como a gincana estudantil e as Olimpíadas.

Os pesquisados foram questionados sobre: 13) A senhora saberia identificar os motivos da não aplicação do conteúdo de atletismo nas escolas de Bonfinópolis de Minas?

Professora 1: Várias coisas influenciam, como o espaço, clima, material, falta de interesse dos alunos.

Professora 2: Não se obteve resposta.

Foi relatado por uma das professoras, na pergunta de nº13, que coisas como o espaço, clima, material e falta de interesse dos alunos é o que influencia na não aplicação do conteúdo nas escolas, enquanto a outra professora não deu resposta dessa não aplicação.

A falta de estrutura física, muitas das vezes é vista pelos professores como barreira para não trabalhar o atletismo na educação física escolar.

Matthiesen et al (2005) afirmam que a falta de conhecimento dos professores referente às modalidades do atletismo, é um dos motivos do não desenvolvimento do desporto nas escolas. Por consequência, o professor, na maioria das vezes, exclui a disciplina por acharem que não tem um espaço físico adequado e materiais apropriados.

Os pesquisados foram interrogados sobre: 14) A senhora acha que o atletismo é importante como conteúdo curricular para educação física escolar?

Professora 1: Sim, mas a cultura do futebol ainda fala mais forte que a de outros esportes.

Professora 2: Sim, entretanto, por ser um esporte individual é pouco utilizado nas aulas, onde se dá uma ênfase maior para os jogos e esportes coletivos.

Como afirma oro (1983 apud DIEDER; HÖHER, 2016), no Brasil, por questões culturais, o atletismo não é prioridade. Os brasileiros, desde muito cedo, são envolvidos pelo marketing dos esportes coletivos, como, por exemplo, o futebol. Assim, essa questão cultural contribui para a rejeição dos adolescentes quanto a uma modalidade individual, fazendo com que eles prefiram as modalidades coletivas. Mas mesmo assim, é factível e necessário que os brasileiros tornem o atletismo nas escolas uma cultura.

Por causa da cultura e do excessivo número de alunos que se encontram em uma sala de aula, as professoras concordam que é mais viável trabalhar com os esportes coletivos.

Os pesquisados foram indagados sobre: 15) Para a senhora, quais os benefícios que o atletismo pode promover no ensino/aprendizagem para os seus alunos em Bonfinópolis de Minas?

Professora 1: Autoconhecimento, socialização, coordenação motora, equilíbrio, disciplina, determinação e autonomia.

Professora 2: O atletismo possui grandes benefícios e qualidades sendo de suma importância para o desenvolvimento, pois testa as diversas capacidades motoras essenciais do homem, desde as provas individuais até de forma indireta em provas coletivas, podendo ser encontrada em diversos esportes.

Analisou-se que a professora 1 citou as capacidades e habilidades proporcionadas pelo atletismo, enquanto a professora 2 relatou os benefícios da modalidade com relação ao esporte individual ou coletivo, dando à modalidade grande importância para o desenvolvimento motor.

Para Oviedo (2013), o atletismo é a modalidade base do processo de ensino e aprendizagem e cabe às escolas dar a seus alunos oportunidade de acesso a esse esporte, fornecendo suporte para que cada um conheça o seu próprio corpo e as limitações que o constitui.

Em análise última, pode-se concluir que o atletismo, conteúdo de maior importância da educação física, está sendo deixado de lado por muitos profissionais, e quando trabalhado ocorre em poucas escolas, e em curto tempo. Ficou evidente que os esportes mais trabalhados são o voleibol, futebol e jogos recreativos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Respalado em fontes bibliográficas de referência, confirma-se a importância da modalidade atletismo como base do processo ensino e aprendizagem dos alunos no ensino fundamental. Para responder à questão problema e aos objetivos desta pesquisa, fez-se um estudo de caso. Pela análise dos dados colhidos, foi possível perceber que o atletismo não vem sendo trabalhado de forma direta no ensino fundamental das escolas de Bonfinópolis de Minas/MG. A partir da literatura e pela análise de dados obtidos, percebe-se que o atletismo em ambas as escolas é deixado de lado. As dificuldades justificadas pelos professores se dão devido à falta de espaço físico, falta de materiais adequados e também ao desinteresse existente tanto por parte dos alunos.

Sabendo que há inúmeras possibilidades de se trabalhar todas as modalidades nas aulas de educação física escolar, utilizá-las de forma prazerosa com iniciação com jogos recreativos e atividades lúdicas já seria um começo. Espera-se que este estudo possa ser estendido a demais escolas da região do Noroeste de Minas Gerais, pois, certamente, os resultados proporcionarão uma análise mais detalhada. Uma comparação de resultados entre escolas seria bem interessante, no entanto, fica em aberto uma sugestão para que as gerações futuras continuem o trabalho iniciado.

REFERÊNCIAS

BONAPAZ, Lúbia. **A situação do ensino do atletismo em escolas de Três de Maio (RS)**. 2013. 25f. Monografia – (Graduação em Educação Física) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul: Santa Rosa, RS. 2013. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2211/L%C3%BAbia%20Bonapaz.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 Out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 7. ed. – Brasília/DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf> acesso em: 14 Mai. 2017.

_____. Secretaria de Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: educação física**. Secretaria de Educação Fundamental. 2. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

CBAT. **Atletismo rumo ao futuro: nova gestão, novos desafios**. São Paulo: Benê Turco, 2013.

_____. **Regras oficiais de competição 2016–2017**. 2017

COLLI, Eduardo. **Universo olímpico: uma enciclopédia das olimpíadas**. São Paulo/SP: Códex. Maio, 2004. 736p. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Universo_ol%C3%ADmpico_uma_encyclo%C3%A9dia_das.html?id=_vQ9D-W01H4C&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 27 Mar 2017.

DIEDER, Janaína Andretta; HÖHER, Alexandre José. O atletismo nas aulas de educação física das escolas de novo Hamburgo/RS: possibilidades e limitações. **Nuances: estudos sobre Educação**. Presidente Prudente/SP. v. 27, n. 1, p. 127-146, jan./abr. 2016.

FERNANDES, José Luís. **Atletismo nas escolas**. 3. ed. São Paulo: EPU, 2003a.

_____. **Atletismo: os saltos**. 2. ed. São Paulo: EPU, 2003b.

_____. **Atletismo: lançamentos e arremessos**. 2. ed. São Paulo: EPU, 2003c.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008, 220 p.

GOMES, Cecília Leda Jordão. **Objeto de aprendizagem colaborativo: o atletismo como conteúdo pedagógico e formativo**. Secretaria de Estado da Educação – SEED Superintendência da Educação – SUED, Políticas e Programas Educacionais – DIPOL, Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Londrina: 2008. 36p.

GOMES, Leonires Barbosa. **Atletismo como esporte base no desenvolvimento motor**. Pós-Graduação Educação Física Escolar. Faculdade Integradas de Jacarepagá - FIJ. Brasília/DF. 2010. 173p. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Atletismo_Como_Esporte_Base_No_Desenvolv.html?id=hZtVBQAAQBAJ&redir_esc=y. Acesso em: 04 Set 2017.

GOVEIA, Jean Carlos; VARGAS, Leandro Martinez. **Atletismo se aprende na escola: possibilidades pedagógicas e metodologias de ensino da modalidade para crianças de 11 a 12 anos**. Faculdades Integradas de Itararé – FAFIT- FACIC, Itararé/SP. v. 05, n. 02, jul./dez, p. 16-23. 2014.

IAAF. **International Association of Athletics Federations**. 2017. Disponível em: <https://www.iaaf.org/disciplines>. Acesso em: 18 Mai 2017.

KRING, Ray F. **Atletismo nas escolas: guia prático de treinamento**. São Paulo: Editora Cultrix Ltda. 1968.

LECOT, Francisco Matias; SILVEIRA, Rozana Aparecida da. O conhecimento do conteúdo atletismo na educação física escolar. **Revista do Departamento de Educação Física e Saúde e do Mestrado em Promoção da Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul: Unisc**. v. 15. n. 3. 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cinergis/article/viewFile/4802/3892>. Acesso em: 18 Out. 2017.

MARQUES, Carmen Lúcia da Silva; IORA, Jacob Alfredo. Atletismo escolar: possibilidades e estratégias de objetivo, conteúdo e método em aulas de Educação Física. **Movimento**. Porto Alegre. v. 15, n. 02, p. 103-118, abril/junho de 2009.

MATTHIESEN, Sara Quenzer et al. **Atletismo se aprende na escola: o projeto do núcleo de ensino da UNESP/Rio Claro** 2003. p.587 a 611. Rio Claro. 2003. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Educacao_fisica/artigo/1_atletismo.pdf. Acesso em: 18 Mai 2017.

MATTHIESEN, Sara Quenzer et al. **Atletismo se aprende na escola**. 1. ed. Jundiaí-SP: Editora Fontoura, 2005. 128p.

MATTHIESEN, Sara Quenzer; CALVO, Adriano Percival. **Atletismo se aprende na escola: oficinas pedagógicas**. Jundiaí/SP: Fontoura, 2004.

MEDINA-PAPST, Josiane; MARQUES, Inara. Avaliação do desenvolvimento motor de crianças com dificuldades de aprendizagem. **Rev Bras Cineantropom Desempenho Hum.** n.12, v.1, p. 36-42. 2010.

NASCIMENTO, Aida Christine Silva Lima Do. **Pedagogia do esporte e o atletismo: considerações acerca da iniciação e da especialização esportiva precoce**. 2005. 263p. Disponível em: <http://www.aidachristine.com.br/livro.pdf>. Acessado em: 19 Mai 2017.

NASCIMENTO, Marilândia Do. Contribuições da inclusão do atletismo no currículo escolar do ensino fundamental. **Ágora: R. Divulg. Cient. Mafra**, v. 17, p. 94 a 108. n. 2, 2010.

OVIEDO, Soeli da Aparecida. **Atletismo: iniciação desportiva no ambiente escolar através de atividades lúdicas**. 2013. 54 f. Produção Didática Pedagógica – (Programa de Desenvolvimento Educacional) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná: Unioeste. 2013. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_unioeste_edfis_pdp_soeli_da_aparecida_oviedo.pdf. Acesso em: 04 Set. 2017

PEDROSA, Olakson Pinto et al. **A prática de atletismo nas aulas de educação física nas escolas de ensino fundamental no município de Porto Velho**. Janeiro, 2011.

PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência. Agrupamento de Escolas Dr. Costa Matos. **Apoio ao estudo do atletismo**. Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.8p. 2014. Disponível em: <http://aecostamatos.ccems.pt/documentos/EF/atletismo.pdf>. Acesso em: 08 Abr 2017.

ROSA NETO, Francisco et al. A Importância da avaliação motora em escolares: análise da confiabilidade da escala de desenvolvimento motor. **Rev Bras Cineantropom Desempenho Hum.**n. 12, v. 6, p.422-427. 2010.

REDKVA, Maury Fernando Fidelis; FREITAS JÚNIOR, Miguel Archanjo De. **Licenciatura em educação: fundamentos do atletismo**. 2010. 127 f. Monografia - (Licenciatura em Educação Física) – Universidade Estadual de Ponta Grossa Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e a Distância, Ponta Grossa/PR, 2010.

RUBIO, Katia. Do olimpo ao pós-olimpismo: elementos para uma reflexão sobre o esporte atual. **Rev. paul. Educ. Fís.** v.16, n. 2. 130-43, jul./dez. São Paulo. 2002.

SILVA, Irinaldo Soares da. **Perfil do atletismo nas escolas públicas do ensino fundamental em Porto Velho**. 2005. 48 f. Monografia - (Graduação em Educação Física) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, 2005.

SIGOLI, Mário André; ROSE JUNIOR, Dante De. A história do uso político do esporte. Departamento do esporte. **Revista Brasileira de Ciências e Movimento**. Brasília. V. 12, n. 2, p. 111-119, junho 2004.

SOARES, Fernando Andrade. **Atletismo como conteúdo da educação física escolar no ensino fundamental na cidade de Unai – MG**. 81f. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia (Licenciatura em Educação Física). Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai-MG. 2016.

UNESCO. **Aprendizagem motora**. Brasília: Fundação Vale, UNESCO. 2013. 40 p.

VIDIGAL, José Mauro Silva. **Atletismo**. 2012. 29f. Apostila – (Graduação em Educação Física) - PUC Minas – ICBS. 2012a.

_____. **Provas de campo: saltos e lançamentos fundamentos teóricos básicos**. 35f. Apostila- (Graduação em Educação Física) - PUC Minas -ICBS. 2012b.

DIFICULDADES ENFRENTADAS E ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA: Um estudo de caso realizado nas escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio do Distrito de Palmital de Minas – MG

MENEZES, Genildo Martins de ¹
SIMÕES, Graziela Cristina ²

RESUMO: O desempenho do professor e a qualidade do ensino nas aulas de Educação Física se medem pelas condições adequadas de trabalho e pela valorização da profissão, assim, este estudo teve como objetivo verificar quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos professores e quais são as estratégias utilizadas para melhorar a qualidade de ensino nas escolas públicas do Distrito de Palmital de Minas/MG. Esta pesquisa é de cunho exploratório e qualitativo, partindo de um estudo de caso. A amostra foi composta por três professores atuantes na rede Municipal e Estadual de Ensino do Distrito supracitado. Para isso foi aplicado um questionário semiestruturado. Esta pesquisa aponta que os fatores que mais dificultam os trabalhos do docente são: desvalorização profissional, indisciplina dos alunos, falta de materiais, infraestrutura inadequada e limitações nas aulas práticas. Os dados sugerem que os atuantes na área ou que pretendam atuar, busquem alternativas e estratégias que minimizem as dificuldades.

Palavras-chave: Dificuldades. Estratégias. Educação física. Escolas públicas.

22

1 INTRODUÇÃO

Decorrentes de experiências vividas em escolas durante a formação acadêmica em práticas curriculares e estágios supervisionados, surgiu a necessidade de aprofundar os conhecimentos adquiridos a respeito dos problemas que afligem os professores de Educação Física, em especial, das escolas públicas. Considera-se que ser professor em qualquer nível de ensino não é tarefa fácil e tampouco valorizada como deveria. Os problemas são muitos e as soluções propostas parecem não atingir seus objetivos. Neste âmbito, defronta-se com a realidade das aulas de Educação Física, principalmente, nas escolas públicas, sendo normalmente caracterizada por aspectos que desmotivam a prática das atividades, tais como: infraestrutura precária, falta de materiais, espaço físico inadequado, desinteresse dos alunos e do próprio professor, desvalorização da profissão e a falta de conhecimento sobre a importância da Educação Física no desenvolvimento humano.

Como está previsto, uma das metas do Ministério da Educação é a valorização do profissional através do novo Plano Nacional de Educação. Em inclusão à prática desportiva na área educacional, percebe-se que muitas foram as mudanças realizadas, porém nem sempre foram em benefício do profissional em Educação Física, pois ainda sim as aulas são vistas apenas como um momento de diversão e prática de esporte, quando na realidade há muito mais a ser explorado. Nota-se que as preferências na compra de material pedagógico não são prioridade para a disciplina (ALBUQUERQUE, 2009).

Os professores de Educação Física, tanto no ambiente escolar quanto em outros locais, são vistos, na maioria das vezes, apenas como meros recreadores. Não sendo, muitas vezes, considerados pelos gestores e demais professores como importantes (PIROLO, 2005).

Diante desses fatos, por mais criativo que seja um professor de Educação Física e, por melhor que sejam seus planos e iniciativas, poderá haver fracassos, caso não sejam melhoradas

1 Graduado em Educação Física pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai.

2 Orientadora. Mestre em Educação Física. Professora na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai

as condições que concretizem seus ideais de trabalho (CANESTRARO; ZULAI; KOGUT, 2008).

É necessário desenvolver estratégias a fim de amenizar essas dificuldades, pois isso exige empenho dos professores devido à ausência de materiais. É necessário que sejam criadas oficinas de elaboração de materiais recicláveis para que sirvam de alternativa. Isso acabará ajustando atividades interdisciplinares, como a educação ambiental, que não está incluída nos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Básica – PCNs, Brasil (SOUZA, 2013).

Compreender os processos de adaptação da didática é fundamental para que o professor, neste caso específico, o de Educação Física, se sobressaia dentro de suas aulas mesmo com os desafios corriqueiros. O profissional deve ficar atento aos obstáculos, precisa demonstrar segurança e postura perante os alunos. Entretanto, isso requer estratégias.

Por meio de alguns questionamentos, este estudo teve como problematização: descobrir quais são e como solucionar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores de Educação Física. Como objetivo geral: verificar quais são as principais dificuldades dos professores de Educação Física das escolas públicas do Distrito de Palmital de Minas – MG. E os objetivos específicos: Identificar os fatores que dificultam o trabalho dos profissionais; verificar se esses problemas interferem no processo de ensino-aprendizagem dos alunos; e perceber se esses profissionais estão utilizando métodos para minimizar os problemas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO FÍSICA

No âmbito escolar, a Educação Física vem sofrendo diversas mudanças ao longo dos anos. Antes, conhecida como Gymnastica, sua inclusão como componente curricular foi influenciada por vários fatores ligados a uma ordem social na Europa dos séculos XVIII e XIX, aprimorada, notadamente, na ciência da Medicina e na precisão de constituição do Estado Nacional. Pregava-se a ideia do corpo disciplinado por meio do exercício físico (BRASIL, 1998).

Enfatizou-se pela ciência moderna que a promoção da saúde era decorrida do movimento. De acordo com Bracht (2001), o corpo tornou-se uma composição mecânica suscetível de ser conhecido em suas funcionalidades, porém controlado e aperfeiçoado.

No século XIX, através dessa finalidade, a Educação Física foi integrada ao currículo brasileiro como exercícios ginásticos, esgrima e desenvolvimentos militares. Sua introdução no currículo mineiro de ensino primário público, como exemplo, em 1906, foi causada pelo conceito de que ela teria a capacidade de tornar higiênico, dar disciplina e correção aos corpos das crianças que cursavam as escolas visando à prática ortopédica adequada para endireitar o que era avaliado torto, irregular, buscando a concretização de uma nova ordem escolar, como forma da preparação dessas crianças (especialmente as pobres) para a vida urbana e também para o trabalho (VAGO, 2002).

Antes da Segunda Guerra Mundial, o Brasil desfrutava a ampliação de sua industrialização, e novas cobranças foram feitas para a escola, com ênfase para a responsabilidade de aperfeiçoar homens produtivos, capazes de se inserir no mercado de trabalho, atualmente cada vez mais inclinado para a máquina e a técnica. Todas as disciplinas escolares iam se adequando a essas novas exigências. À Educação Física era incumbida uma nova tarefa: não somente corrigir e endireitar o corpo das crianças, mas também educá-lo para que se tornasse eficiente, eficaz, produtivo – tratava-se, agora, de trabalhá-lo para que fosse moldado ainda mais radicalmente para as questões do mundo do trabalho (VAGO, 2002).

2.2 EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA E SUA ORIGEM HIGIENISTA

Ao se analisar o contexto histórico sobre a Educação brasileira, constata-se diversas transformações, desde a época de seu surgimento aos dias atuais. Esses fatores se revelam tanto dentro de suas abordagens quanto nos distintos níveis de ensino, assim como também as respectivas intenções pedagógicas que orientaram e ainda orientam o processo educacional.

No Brasil, a Educação Física sofreu grandes modificações ao longo dos anos, nesse caso, eram denominadas tendências. A primeira delas ocorreu no período compreendido entre 1889 e 1930, chamada de Educação Física Higienista, cujo cunho estava voltado para a valorização de homens fortes, saudáveis, vigorosos, com comportamentos de caráter moral e intelectual, a fim de promover o desenvolvimento do país (GONÇALVES et al, 2002).

De acordo com Darido e Betti (2003), as metas e propostas educacionais da Educação Física sofreram mutações ao longo do século XX, e todas estas tendências, de alguma forma, ainda hoje exercem influência na formação do profissional em suas práticas pedagógicas.

No Brasil, a Educação Física mistura-se em vários períodos de sua história, com as instituições militares também médicas. Durante um extenso período, essas instituições resolveram delimitar o campo de conhecimento da Educação Física. Tanto é que essa modalidade foi legalmente incluída na escola em 1851 por meio da reforma Couto Ferraz, cujo objetivo era uma série de fatores para aprimorar a forma de ensinar (BETTI, 1991).

2.3 EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UM HISTÓRICO RELACIONADO ÀS LIMITAÇÕES NA SUA APLICAÇÃO

De acordo com Arantes (2008), deve-se considerar que a permanência da Educação Física no Brasil, assim como a sua recomendação, incidiu por volta do século XIX, uma época em que a sociedade era muito conservadora e marcada por um caminho cheio de obstáculos.

O jeito como se consolidou a Educação Física neste período, relacionava-se à transformação do ser humano como fornecimento de mão de obra ao sistema produtivo, então, priorizou-se nessa área a responsabilidade de fazer com que os indivíduos pudessem ser fortes e saudáveis para cooperar com o desenvolvimento do país.

As aulas de Educação Física passaram a colaborar para que a sociedade se solidificasse em dois sentidos: composição da força de trabalho com os cuidados higienistas e sanitaristas, por causa do surgimento de problemas relacionados à saúde pública (GARCIA, 2011, p. 01).

De acordo com Castellani Filho (2009), é importante ressaltar que a implantação deste estilo de Educação Física foi de responsabilidade das tendências militares e médicas, que buscavam aperfeiçoar o indivíduo a produzir e ajudar ao país que acabava de sair da condição de colônia, contribuindo, assim, com um melhor progresso e também na autonomia do estilo de vida.

Então, ao observar a Educação Física em seu processo de construção, e com base em fatos históricos, percebe-se que, antes mesmo da década de 80, houve uma grande mudança. Várias foram as tendências que modificaram seu sistema de ensino para que fosse capaz de suprir as necessidades capitalistas da época.

2.4 A EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA INFLUÊNCIA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Segundo Gonçalves et al (2002), todas as atividades corporais como correr, pular, saltar, jogar, foram elaboradas em determinadas épocas históricas em resposta a determinados estímulos, provocações ou necessidades humanas.

Mesmo que de forma indireta, a Educação Física sempre se fez presente no dia a dia. No período pré-histórico, o homem também precisava se movimentar. O movimento, aliado à resistência e à velocidade, foi o que garantiu sua sobrevivência. Era assim que os nômades realizavam suas atividades cotidianas, quando necessitavam sair em busca de alimentos. Neste sentido, realizavam caminhadas, corriam, lutavam, saltavam e nadavam em prol de sua sobrevivência. Com o passar do tempo, o homem começou a utilizar inovações rudimentares de agricultura e domesticar animais. É importante frisar que, em ambos os períodos, foi imprescindível o aperfeiçoamento de desenvolturas físicas no incremento dos gestos e da construção de instrumentos que permitissem maior sucesso e garantissem a sobrevivência (OLIVEIRA, 2008).

Ainda segundo Oliveira (2008), muitos povos já praticavam a Educação Física e discutiam seus ideais. As atividades possuíam caráter místico, educativo, esportivo, medicinal ou de guerra.

Conforme Gonçalves (1997), distintos papéis foram assumidos pela Educação Física ao longo do tempo. E dentro deles, agregaram-se diversos significados, estes de acordo o momento histórico vivido. Preservando-se, assim, a ideologia de seu significado.

De acordo com Castellani Filho et al (2009), no final do século XVIII e princípio do século XIX, os exercícios físicos eram considerados como “receitas” e “remédio”. E neste processo, os médicos higienistas tinham enorme ênfase. Nas escolas, a Educação Física era ministrada por instrutores físicos do exército e era compreendida como uma atividade simplesmente prática, seus profissionais desempenhavam papéis de instrutores.

Segundo Castellani Filho (1988) vários períodos da história dos militares se misturam com a Educação Física no Brasil. A ocorrência da presença de militares na formação dos primeiros professores de Educação Física é um grande exemplo disso. Tais conexões foram responsáveis para a compreensão da disciplina e seus objetivos, colocando o seu campo de desempenho como realmente necessitava ser instruída (GUIMARÃES et al, 2001).

Com base em Gonçalves et al (2002), a meta fundamental era conseguir uma juventude apta a tolerar a batalha, a luta e a guerra. Bracht (1992) relata que a Educação Física, neste período, tinha como base o método ginástico francês, aceito pelas instituições militares. Nessa situação, o professor era simplesmente o instrutor ou aplicador do procedimento e seu papel era o de expor os exercícios, conduzir e conservar a ordem e a disciplina. O desempenho do professor, até então, permanecia desfigurado. A Educação Física só foi estabelecida como atividade educativa em 1945, quando passou a ter tendência Pedagógica, ou seja, uma disciplina comum aos currículos escolares (BRACHT, 2003b).

Conforme Ghiraldelli Júnior (1989), essa percepção trouxe à sociedade a precisão de ver a Educação Física, não apenas como um método prático apto a ocasionar saúde e trazer disciplina aos jovens, mas também enxergá-la como um ato pedagógico.

Após 1964, a Educação Física Competitivista definiu-se pela competição e pela superação individual, quando se popularizou o desporto objetivando futuros campeões olímpicos (GONÇALVES et al, 2002).

A influência do esporte na escola aumentou ligeiramente depois da Segunda Guerra Mundial. A escola era como uma extensão da instituição esportiva (CASTELLANI FILHO et al, 2009). E outra vez, a Educação Física manifesta os indicadores de outra instituição, e assim, nasce o esporte na escola, relacionado diretamente à instituição esportiva (BRACHT; ALMEIDA, 2003).

Neste período, a função do professor passou a ser o de treinador. Este era contratado de acordo com seu desempenho esportivo, ou seja, era nula a definição de seu papel como professor (BRACHT, 1992). Nesta tendência, entende-se que o professor possuía somente um olhar técnico em relação às suas aulas. Permanecia ali unicamente para compor e encontrar novos atletas que fossem capazes de defenderem a Pátria.

Darido, Galvão e Ferreira (1999) mostram que, por volta da década de 80, a Educação Física sofreu um extraordinário debate acadêmico, aparecendo várias visões, tendo em comum entre elas a meta de romper com o modelo mecanicista que vigorava.

Entre 1960 e 1970, um novo grupo de professores de Educação Física recriminou as bases da Educação Física, que permanecia voltada para o esporte de alto rendimento (MAGALHÃES, 2005). O país não se transformou em uma potência esportiva como havia sido previsto, e essa visão foi bastante criticada no meio acadêmico da área (GÓIS JUNIOR et al, 2012).

De acordo com Brasil (1997), atualmente coabita nessa área diversas percepções que são o efeito da articulação de distintas hipóteses filosóficas e psicológicas, tendo em comum a procura por uma Educação Física articulada nas dimensões do ser humano.

Conforme Leucas (2012), a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Educação Física possui a mesma importância que os demais componentes curriculares.

De acordo com o terceiro parágrafo do artigo 26 da LDB: “a Educação Física integrada com a proposta pedagógica da escola é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às necessidades da população escolar, sendo sua prática facultativa nos cursos noturnos” (BRASIL, 1996).

2.5 EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: MARGINALIZAÇÃO E DESVALORIZAÇÃO

É nítido o estado de marginalização atual da Educação Física, resultante de um processo histórico cujas finalidades eram inúmeras e, havia ainda, a péssima aptidão de seus profissionais. Este fato colaborou, e ainda colabora, para a contínua degradação da disciplina em sua confusa trajetória (GUIMARÃES et al, 2001).

Nas últimas décadas, a Educação Física procurou constantemente sua analogia e legitimidade (PERES, 2001). O lado negativo dessa questão é que a mesma aderiu aos pressupostos de outras instituições, deixando de lado as questões culturais, sociais e históricas que foram criadas.

De acordo com um estudo feito por Jeber (1996), na própria sala dos professores existe um distanciamento dos outros professores em relação ao profissional em Educação Física. Os outros docentes possuem uma concepção equivocada sobre o trabalho desenvolvido pelo professor de Educação Física, tendo a crença de que sua rotina escolar é fácil e menos importante. O denominado “professor rola bola”, é associado à “moleza”, mas na verdade, tal situação pode ser uma exaustão profissional.

Baseado em um estudo sobre a exaustão profissional do professor de Educação Física, Santini e Molina Neto (2005) revelam que, diversas vezes, quando a aula dessa disciplina é observada no pátio de uma escola e os alunos estão jogando bola com o professor apenas ao lado, o mesmo é julgado como um professor que não se importa e nem se interessa em aplicar um bom conteúdo, porém esse fato pode estar relacionado à Síndrome do Esgotamento Profissional.

A disciplina de Educação Física por pouco foi excluída da última Lei de Diretrizes e Bases, por ser julgada e considerada dispensável do currículo escolar, mas devido à apresentação de um projeto de lei, foi novamente considerada como essencial. Este ocorrido comprova a questão da debilidade em que se depara a Educação Física, com falhas na tentativa

de se autenticar. Apesar de fazer parte do currículo, ela não é capaz de demonstrar sua devida importância na área do conhecimento no desenvolvimento dos alunos (CARVALHO, 2006).

2.6 DESMOTIVAÇÃO DO PROFESSOR EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Bracht (2011) ressalta que os materiais desempenham um papel importantíssimo na qualidade e rendimento das aulas de Educação Física, pois acredita que, tanto o espaço físico inadequado quanto a precariedade ou ausência dos materiais esportivos, comprometem o resultado do trabalho pedagógico.

Os materiais auxiliam no desenvolvimento da prática pedagógica, pois servem de auxílio e suporte. Esses materiais são capazes de proporcionar ao aluno uma melhor vivência e maior conhecimento em relação à teoria. A falta desses objetos ou a insuficiência em relação à quantidade interfere bastante no aproveitamento e rendimento das aulas e, como consequência, produz efeitos negativos fazendo com que os conteúdos aplicados se tornem desestimulantes. O que provoca maiores obstáculos no dia a dia do profissional de Educação Física, segundo alguns estudos, é a escassez de materiais esportivos (CANESTRARO; ZULAI; KOGUT, 2008).

Durante a realização das aulas de Educação Física, a falta ou a precariedade dos espaços físicos das escolas, podem ser vistos sob dois pontos de vista: a desvalorização da disciplina, a automática desvalorização do educando e o menosprezo das autoridades competentes em relação da oferta à população pobre (SILVA; DAMÁZIO, 2008).

O professor de Educação Física está sujeito a grandes desgastes, pois a quantidade de tarefas acumuladas propicia um baixo rendimento em sua prática pedagógica, ou seja, com toda esta sobrecarga, não consegue ter tempo para planejar e estruturar suas aulas, além de não conseguir manter sua vida pessoal organizada. Com isso, poderá ficar impedido de ter acesso a eventos culturais (SAMPAIO; MARIN, 2004).

A falta de respeito juntamente com o desinteresse dos alunos desenvolve uma série de problemas nas aulas, estes são os responsáveis pela dificuldade do professor de Educação Física no desempenho de suas funções. A indisciplina não é apenas responsabilidade do professor, está ligada ao comportamento social do aluno em sua casa e nos seus grupos sociais (DARIDO et al, 2006).

Nas escolas a violência também é um grande impasse. Para Viana (2002), entender a violência demanda conhecimento dos fatores que a provocam, além de ser necessário que seja feito um levantamento da situação em si de forma que contribua com a comunidade escolar e com a sociedade em geral.

2.7 EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E SUAS DIFICULDADES PEDAGÓGICAS

De acordo com Caparroz (1997), a Educação Física faz parte do método educativo que emprega predominantemente a atividade física, sem que sua finalidade seja somente física. Pode ser aplicada a qualquer faixa etária, ambiente e grupo social dentro e fora da escola. Os elementos que a caracteriza são compostos pela atividade física, ensino, sistemática e a existência de objetivos educacionais.

Muito se discute acerca das dificuldades enfrentadas pelos alunos e professores de Educação Física no decorrer de suas aulas. Impasses esses que acabam afetando a didática da disciplina e gerando conflitos no ambiente educacional. Isso ocorre devido à frustração dos professores e alunos que defrontam com essa realidade periodicamente.

Neste segmento, também se busca expor e capacitar os alunos. Isso contribuirá para que se tornem aptos a atuarem como cidadãos críticos e reflexivos, desenvolvendo autonomia e competência para se expressarem de acordo com as situações impostas.

Segundo Kunz (1999), a Educação Física deve assumir características próprias desde os seus conhecimentos específicos quanto na construção histórico-educacional, voltadas à construção do saber. Pode-se, então, considerar que a Educação Física escolar não se limita somente ao ensino do esporte na escola, mas também, através de outros métodos, é capaz de estabelecer uma expansão dos conteúdos para sugerir um objetivo a ser alcançado. Por meio da prática pedagógica que agregará atividades corporais que permitam o ensino do jogo, dos esportes, das danças, dentre outros conteúdos.

Grandes mudanças foram introduzidas na Educação Física ao longo do seu processo de construção. Nos dias atuais, várias conquistas foram obtidas, desde o fato de ser uma disciplina obrigatória no currículo escolar a alguns decretos que a legitimam na sociedade, como a atual LDB (Lei n 9.394/96), que, apesar dessas conquistas, ainda continua enfrentando inúmeras dificuldades em sua aplicação (BRASIL, 1996).

Para Caparroz (1997), uma explicação plausível em relação a essa dificuldade de aplicação nas escolas, seria a grande quantidade de concepções pedagógicas existentes, o que contribui para que a Educação Física fique sem objetivo próprio a ser alcançado.

Porém, os PCNs apontam que a Educação Física na escola tem todo um resguardo legal para que seu ensino seja ofertado com qualidade e que promova ao aluno um aprendizado eficaz, levando-os a compreender não só as questões biológicas, mas também as afetivas (BRASIL, 1997).

Verifica-se o reconhecimento legal da Educação Física na LDB 9.394/96, no seu artigo 3º que diz:

3º A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; II – maior de trinta anos de idade; III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; IV – amparado pelo decreto de Lei 1.044 de 21 de outubro de 1969; V – Vetado Incluído pela lei nº 10.793, de 1º. 12.2009 VI – que tenha prole. A Educação Física é componente curricular obrigatório da Educação Básica, sendo sua prática facultativa ao aluno nos casos acima (BRASIL, 1996).

Nota-se que essa profissão está posta nos artigos da lei para que seja aplicada e adequadamente realizada. Neste caso, é perceptível que tal disciplina seja oferecida visando não apenas à prática esportiva, mas também com foco em objetivos relacionados à formação geral do cidadão.

De acordo com Kunz (1999), a Educação Física escolar possui caráter de ação pedagógica capaz de sistematizar e reconstruir de maneira crítica, o que no decorrer da história e das transformações ocorridas na sociedade, constitui a cultura de movimento a ser contextualizado pelo educando. Ainda, com base no autor, a Educação Física escolar busca, através da cultura do movimento, propiciar ao aluno sua visão crítica, contribuindo no processo de construção de ações pedagógicas baseadas na realidade do aluno.

Além disso, segundo o autor, a Educação Física, como decorrência, tornou-se abrangida como a área responsável pelo estudo e ensino do esporte, ocupando, deste modo, o centro de suas inquietações, tanto na formação de professores quanto no preparo de seu ensino na escola. Iniciava-se, então, um processo designado esportivização da Educação Física, que

ocupou praticamente toda a segunda metade do século XX. A essa altura, especialmente a partir de 1960, a Educação Física foi questionada na escola como a “base da pirâmide esportiva nacional”. Também é necessário entender os perímetros desse projeto, principalmente no que diz respeito à realidade das escolas públicas, que possuem grande parte de estudantes. Recursos materiais insuficientes ou a má conservação e qualidade destes, a falta de condições materiais das bolas, quadras, ginásios, dentre outros problemas estruturais da escola tais como: organização, quantidade de alunos por turma e número de aulas dos professores, contribuiu para o não desenvolvimento do projeto.

2.8 AS DIFICULDADES NO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

É perceptível que a educação vem passando por momentos de crises e dificuldades, dentre elas estão: a baixa qualidade no ensino, a desvalorização do professor, a desmotivação dos alunos. Com foco na Educação Física, percebe-se ainda mais que essas dificuldades se sobressaem, pois, essa disciplina não é vista com a devida importância que merece.

De acordo com Darido (2009), a falta de espaços e materiais são dificuldades enfrentadas principalmente por professores da rede pública, que, na maioria das vezes, se encontram em meio a situações precárias para a boa realização das aulas. A deficiência e a pouca qualidade de espaço físico e de instalações para o ensino da Educação Física podem ser compreendidas sob dois aspectos: a desvalorização da disciplina e a desatenção das autoridades para com a educação destinada às camadas populares.

Conforme Bracht (2011), para que haja um bom trabalho pedagógico nas aulas de Educação Física, é de extrema importância que exista equipamentos, materiais esportivos, além de instalações adequadas, pois a falta destes compromete a qualidade das aulas.

É evidente que isso acaba sendo um grande impedimento para que o professor de Educação Física ministre suas aulas, ou seja, fará com que as execute em locais impróprios, acarretando, assim, uma série de prejuízos no desenvolvimento do trabalho.

Caparroz e Schwartz (2006) mostram que dentro deste ambiente escolar nota-se um acentuado individualismo e competição, colaborando para atitudes de baixa conduta, falta de companheirismo e falta de colaboração entre os colegas.

O fato de as aulas de Educação Física serem cada vez mais competitivas é apenas um reflexo dos valores que a sociedade está impondo hoje em dia. A sociedade cobra que o indivíduo vença a todo custo. O que ocorre é que tal situação invade os muros das escolas e afeta tudo aquilo que os indivíduos vivem e presenciam na sociedade em que estão inseridos. Outra questão preocupante e que deve ser destacada é que, na área da Educação Física existem muitos profissionais comprometidos com suas aulas, mas infelizmente nem todos são assim, uma parcela não demonstra interesse em destacar a importância dessa disciplina nas escolas e, às vezes, nem possuem argumentos para persuadir seus alunos sobre a importância das aulas.

Percebe-se, então, que, em alguns casos, o próprio professor não é capaz de cooperar a reversão deste quadro.

Segundo Darido et al (2006), essas dificuldades comprometem o trabalho de muitos professores. Neste sentido, os mesmos se veem impossibilitados de reverter o quadro atual dentro da escola, e não apenas da Educação Física em si, mas da educação como um todo.

2.9 EDUCAÇÃO FÍSICA E SUAS POSSIBILIDADES DE ENSINO NA ESCOLA

Com base em Piccolo (1993), só é capaz de ocorrer mudanças através da intervenção e mediação do professor. Este deverá, dentro de suas possibilidades, ser capaz de elaborar condições para que os alunos atinjam a independência e se tornem mais participativos. Assim, poderá se pensar numa Educação Física comprometida com a formação integral do indivíduo.

Com base em Somariva, Vasconcelos e Jesus (2013), a falta de materiais apropriados e em pouca quantidade restringe o aproveitamento das aulas e, conseqüentemente, as tornam desestimulantes.

Pesquisas como a de Canestrado, Zulai e Kogut (2008) revelam que a ausência de materiais é uma das principais dificuldades as quais os professores de Educação Física enfrentam em sua rotina diária de trabalho.

Bracht (2003a) também aponta a relação direta que esses possuem com a qualidade das aulas do professor de Educação Física, acreditando que a falta deles ou sua insuficiência seja capaz de comprometer o desenvolvimento pedagógico.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de cunho exploratório e qualitativo, partindo de um estudo de caso com aplicação de uma entrevista semiestruturada.

De acordo com Gil (1999), a pesquisa exploratória tem por finalidade esclarecer, modificar e desenvolver ideias e conceitos, tendo em vista a formulação de problemas ou hipóteses pesquisáveis sem estudos posteriores.

Segundo Bogdan e Biklen (2003), esse tipo de pesquisa tem como fonte direta de dados o ambiente natural e o pesquisador como seu principal instrumento, presumindo um contato direto e demorado do pesquisador com o espaço e a circunstância que está sendo estudada. O interesse do pesquisador ao examinar determinado tipo de dificuldade é analisar como ele se explica nas atividades, nos métodos e nas relações do cotidiano.

Conforme Yin (2001): “o estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. O autor ressalta ser a tática mais indicada quando é preciso responder a questões do tipo “como” e “por que” e quando o pesquisador não possui tanto controle sobre os acontecimentos estudados.

As entrevistas semiestruturadas, no geral, fundamentam-se em um roteiro formado por perguntas abertas, feitas verbalmente e em uma ordem presumida, amparadas na teoria, nos objetivos e nas suposições da pesquisa. Durante a efetivação da entrevista, é essencial seguir algumas recomendações, como por exemplo: elaborar boas perguntas, interpretar as respostas e saber ouvir, visando, deste modo, alcançar os objetivos propostos. Se for necessário, o entrevistador pode acrescentar outras perguntas para melhor esclarecimento (DIONNE; LAVILLE, 1999).

A amostra deste estudo foi composta por 3 (três) professores de Educação Física, sendo: 1 (um) das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, 1 (um) das Séries Finais do Ensino Fundamental e 1 (um) do Ensino Médio. Desses 3 (três) professores, apenas o que atua no Ensino médio é designado, os demais são efetivos.

Antes da pesquisa foi apresentado um termo de consentimento livre e esclarecido, onde os professores foram informados sobre os propósitos do estudo.

Após autorização da direção da escola, os participantes receberam um questionário composto por questões semiestruturadas acerca do tema.

Para a análise de dados, utilizaram-se procedimentos qualitativos que buscam compreender e interpretar determinados comportamentos, opiniões e as expectativas dos indivíduos a respeito de um determinado tipo de assunto, este embasado em estudos já publicados por meios de escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e/ou páginas da web.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como fundamento para a análise e melhor compreensão da pesquisa, aplicou-se, entre os dias 25 e 28 de agosto de 2017, um questionário semiestruturado para 3 (três) professores atuantes de 3 (três) escolas públicas do Distrito de Palmital de Minas – MG. Ambos os participantes são Licenciados em Educação Física e têm idade entre 30 (trinta) e 35 (trinta e cinco) anos. Dois deles são efetivos e apenas um designado.

Em seguida as informações foram transcritas, categorizadas e interpretadas, conforme a seguir: Pergunta 1 - Com base em sua experiência profissional, quais são as principais dificuldades encontradas ao ministrar as aulas de Educação Física?

R1: Falta de estrutura na escola;

R2: Falta de material, estrutura física inadequada, falta de vontade dos alunos e menosprezo pela disciplina;

R3: Resistência dos alunos em relação às aulas teóricas e até mesmo das práticas de maneira geral.

Há muita discussão no que tange às dificuldades da prática docente no âmbito escolar. No Brasil, a desmotivação é citada como um dos principais problemas da Educação, de acordo com publicações. Alguns estudos apontam que as dificuldades encontradas são: falta de material, falta de infraestrutura, desmotivação por parte dos alunos e a definição metodológica. (TOKUYOCHI et al, 2008).

Percebe-se que a maioria dos problemas enfrentados pelos professores, diz respeito à precariedade da estrutura e ao descaso por parte dos alunos em relação às aulas de Educação Física.

Pergunta 2 - De que maneira essas dificuldades interferem na aprendizagem dos alunos?

R1: Em todas as maneiras, pois sem estrutura a dificuldade aumenta.

R2: Comprometimento no desenvolvimento geral dos alunos, tanto no âmbito da saúde quanto da aprendizagem cognitiva, afetiva e social.

R3: Os alunos acham que não tem relevância e que não precisam daquele conteúdo.

No processo de ensino e aprendizagem, o professor de Educação Física se defronta com diversas dificuldades, principalmente em escolas públicas. Dificuldades essas que desmotivam o profissional. Alves (2007) apud Albuquerque et al, (2009) ressalta que vários fatores contribuem para isso, como por exemplo: a metodologia inadequada, conteúdos que não estão de acordo com a aprendizagem, relacionamento entre professor e aluno, desinteresse do profissional, ausência do verdadeiro significado do papel da Educação Física na escola, dentre outros.

Observa-se que as dificuldades interferem de maneira significativa no desenvolvimento dos alunos, tanto causadas por fatores externos quanto internos, uma vez que a prática de atividades físicas promovem socialização, saúde, bem-estar, entre outros.

Pergunta 3 - A escola possui espaço físico adequado para as aulas práticas? Explique:

R1: Não possui nenhum lugar apropriado.

R2: Não possui. O espaço físico para a realização das aulas de Educação física não existe. Utilizamos uma tenda do sindicato ou a rua para a realização das aulas.

R3: Não. Não temos quadra e as aulas são ministradas na rua.

De acordo com Bracht et al (2003, p. 39), “materiais, equipamentos e instalações apropriadas são importantíssimos e se fazem necessários para um bom rendimento das aulas de Educação Física”. Caso não existam tais recursos ou os mesmos sejam escassos, o trabalho pedagógico poderá ser comprometido.

Percebe-se que a falta de local apropriado para a realização das aulas, faz com que as mesmas acabem sendo realizadas em locais improvisados.

Pergunta 4 - E na questão da didática, como essas dificuldades interferem no planejamento das aulas?

R1: Interferem principalmente na hora do planejamento das aulas;

R2: Interferem muito no planejamento, pois sempre há improviso, adaptação e criatividade que uma hora ou outra acaba e desmotiva.

R3: Não há como desenvolver um plano de aula com 100% de aproveitamento sem espaço físico adequado.

Martinelli et al (2006) creem que se houver diálogo entre professores e alunos em relação aos conteúdos a serem trabalhados, haverá um maior interesse pelas aulas de Educação Física, uma vez que o planejamento participativo trará diferença, pois serão aceitas as sugestões dos alunos.

Por unanimidade, o planejamento foi citado pelos três professores, pois devido não haver espaço adequado, as aulas perdem seu aproveitamento, ou seja, não há como desenvolver as atividades propostas sem que haja algum tipo de adaptação.

Pergunta 5 - Suas aulas possuem conteúdo teórico ou somente prático?

R1, R2 e R3: Teórico e prático.

Segundo Freire e Oliveira (2004), nas aulas de Educação Física têm-se observado problemas na intervenção e preparação dos professores, existe uma preocupação do professor em ensinar apenas o “saber fazer”, e, muitas vezes o aluno tem dificuldade em compreender quais as contribuições que a aprendizagem de habilidades específicas pode trazer. Ou seja, há uma falta de compreensão do sentido e significado na utilização do “saber fazer”, que é o ponto inicial da Educação Física, e este deve ser valorizado. É preciso junto com o “saber fazer”, que o aluno aprenda como, quando e por que utilizá-lo.

Para os autores, o aluno deve aprender conceitos, fatos, princípios sobre o “saber fazer”. E, além dos conceitos, é importante que aprendam os valores específicos da Educação Física e as atitudes que se quer formar.

As aulas de Educação Física devem, portanto, ser compostas por fatos, princípios, conceitos, habilidades, atitudes, normas e valores sobre o movimento humano, considerado não como um ato motor, mas como uma ação repleta de significado.

Nota-se que os professores aliam teoria à prática, pois uma depende da outra.

Pergunta 6 - Que estratégias você busca para sanar as dificuldades encontradas nas aulas práticas?

R1: Procuo trabalhar com materiais alternativos, dinâmicas em sala ou pátio da escola.

R2: Adaptar algumas atividades à realidade dos alunos e da escola. Planejamento e didática caminham juntos, mesmo não podendo utilizar a prática, pode-se utilizar a teoria.

R3: Criatividade e muita insistência.

De acordo com Souza (2013, p. 25), “os professores de Educação Física, em geral, não dispõem de boas condições para a realização de suas aulas”. Materiais precários e a falta de espaço físico são os problemas mais comuns. Esses fatores acabam causando limitações diárias e, assim, o desinteresse dos alunos.

Devido ao fato de não haver ambiente adequado para o desenvolvimento das aulas, nota-se que os professores utilizam materiais alternativos, adaptados e usam a criatividade para trazer um diferencial às aulas.

Pergunta 7 - Suas aulas são planejadas? Se sim, qual a importância de tê-las previamente elaboradas.

R1: Sim. Ajuda muito no controle da turma.

R2: Sim. O planejamento é uma importante ferramenta, tanto na organização pessoal quanto profissional, e é através dela que se pode organizar e alcançar metas.

R3: Sim. Para que não haja imprevistos.

Com base em Vasconcellos (1996), o planejamento é um ato político pedagógico porque traz intenções e a intencionalidade, mostra o que se almeja realizar e o que se pretende alcançar. O autor assinala um ponto que indica muito a vida do professor que é o ato de planejar; primeiramente há intenção, depois a exposição do plano e em seguida o que ele pretende atingir. O professor necessita ter o costume de identificar suas dificuldades através das metas e buscar corrigi-las.

Estudos realizados por Darido, Galvão e Ferreira (1999) relatam que a falta de planejamento prévio das aulas, a falta de conteúdos pelo profissional, bem como a falta de teoria são aspectos que mais a desvalorizam como disciplina escolar sendo considerada como mera “distração” e “descontração”.

Para os professores, planejar as aulas são de suma importância, uma vez que colabora no controle dos alunos, é capaz de alcançar os objetivos propostos, bem como diminuir os imprevistos encontrados no dia a dia.

Pergunta 8 - O que faz para manter as aulas dinâmicas e interessantes?

R1: Diferenciando sempre as aulas.

R2: Uso a criatividade, a tecnologia (filmes, vídeos), pesquisas, construção e reconstrução de brincadeiras, de jogos, de adaptação de esportes, etc.

R3: Criatividade e dinâmicas.

De acordo com Shigunov e Shigunov Neto (2001), na maioria das vezes os estudantes demonstram interesse pelas aulas de Educação Física decorrente do seu caráter, no entanto, a forma como o professor age em seus aspectos pedagógicos e metodológicos causam o desestímulo e até mesmo o fracasso dos alunos nas atividades.

Para que as aulas se tornem mais atrativas, os professores inovam. Utilizam recursos tecnológicos a seu favor, dinamizam e fogem da monotonia.

Pergunta 9 - Na maioria das vezes, os materiais utilizados nas aulas são improvisados?

R1: Nem sempre.

R2: Sim. Às vezes uma bola pode ser improvisada para outro esporte.

R3: Às vezes sim, para que não haja imprevistos.

Diversos profissionais alegam que, se não houver recursos materiais, não há condições de desenvolver aulas adequadas. (SOLER, 2003). E que constantemente excluem determinadas atividades de seu roteiro de ensino, comprometendo, então, a qualidade das aulas (FREIRE, 1997).

Nota-se que o ato de improvisar ainda faz parte das aulas desses professores, pois, para que o conteúdo não seja comprometido e não ocorra algum imprevisto.

Pergunta 10 - Qual o seu nível de motivação para atuar em suas aulas?

R1: Intermediário.

R2: De baixo para médio, algumas vezes.

R3: Intermediário. É muito desmotivante não haver uma quadra.

Segundo Somariva, Vasconcelos e Jesus (2013), a educação se caracteriza como a área que mais arca desafios e conflitos políticos e econômicos em uma sociedade que muda constantemente. A Educação Física escolar também passa por muitos problemas sociais, é considerável o número de professores insatisfeitos. Todos esses problemas refletem diretamente na qualidade de vida do profissional e na qualidade da sua prática. Existem muitos estudos publicados os quais apontam a desmotivação como o principal problema da educação no Brasil.

Pelo exposto, percebe-se que os professores não estão muito satisfeitos em sua atuação profissional devido ao fato de não haver um espaço físico para a realização das aulas.

Pergunta 11 - No seu ponto de vista, esta profissão é valorizada? Explique:

R1: Não. Existe muita falta de recurso para a infraestrutura e incentivo ao professor.

R2: Não. De um modo geral, somos vistos, não apenas pela escola, como recreadores, monitores e que a aula não é importante, apenas “rola bola”.

R3: Algumas vezes sim, mas ainda existe muito receio com esta disciplina.

Estudos realizados por Darido, Galvão e Ferreira (1999) analisaram alguns aspectos concernentes ao ensino da Educação Física no ensino médio sobre as dificuldades enfrentadas pelos professores. Trinta professores do interior do Estado de São Paulo foram consultados através de um questionário e, neste estudo foram citadas como principais dificuldades: A desvalorização profissional, através de preconceitos e discriminação, como: “professor de Educação Física é quem não gosta de estudar, são ignorantes”; disciplina não é valorizada pela escola e/ou demais professores de outras áreas e também pelos alunos.

Diante das respostas, ambos os professores sentem que sua profissão não tem o devido reconhecimento. Isso se mostra devido à insuficiência de recursos disponibilizados a esses profissionais para o desenvolvimento das aulas, sem mencionar a baixa credibilidade, não apenas pela escola, mas também pela sociedade em geral, além do preconceito à profissão.

Pergunta 12 - Mesmo com as dificuldades, para você, qual a importância da atividade física dentro da escola?

R1: Superimportante, principalmente na questão da psicomotricidade e da formação de um ser humano capaz de se sobressair dentro da sociedade.

R2: Além de integrar o aluno na cultura corporal e do movimento de uma forma mais completa, transmite conhecimentos sobre saúde, qualidade de vida, informação, etc.

R3: Muito importante. Traz conhecimentos sobre saúde e, claro, momentos de descontração aos alunos.

Os PCN's da Educação Física instituem diversos objetivos, dentre eles, tornar os alunos capazes de compreender a cidadania, participar social e politicamente, posicionando-se de maneira crítica, conhecer o próprio corpo, cuidar, valorizar e adotar hábitos saudáveis, bem como utilizar as diferentes linguagens e fontes de informações bem como questionar a realidade e resolver problemas (BRASIL, 1998).

É notório que, para todos os professores, a disciplina de Educação Física vai muito mais que praticar esportes, está ligada ao conhecimento que é transmitido, a fatores sociais, culturais, bem como da formação cidadã.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Física, assim como qualquer outra disciplina do currículo escolar, busca alcançar o desenvolvimento integral do aluno. O professor de Educação Física, assim como os demais profissionais da educação, desempenha um papel fundamental para a obtenção deste objetivo.

Atualmente a profissão professor encontra-se em um estado de marginalização e desvalorização e, pelo fato de não ser considerada importante, acarreta diversas barreiras, dentre as quais, a defasagem do ensino.

Nota-se que os obstáculos anteriormente mencionados dificultam de maneira significativa no trabalho do docente, pois, além do desrespeito e do desinteresse por parte dos alunos, caracteriza-se pelo desgosto das aulas.

A questão da falta de espaços destinados às aulas práticas ou a precariedade deles bem como a necessidade de improviso, interferem diretamente nas metas propostas, pois comprometem os efeitos desejados.

Destaca-se que, para amenizar os problemas defrontados, os professores utilizam diversos artifícios que vão desde a adaptação das atividades pedagógicas à eliminação de determinadas atividades.

Acredita-se que essas dificuldades podem ser superadas desde que a escola, a família e as políticas públicas intervenham para a alteração do quadro atual e ajam em conjunto.

Observa-se a falta de apoio do poder público para com a educação, ou seja, falta um olhar mais criterioso quanto à qualidade do ensino no Brasil, de maneira que o professor se sinta mais motivado e disposto a desenvolver seu trabalho.

Aqueles que pretendem seguir o caminho da docência precisam estar preparados para enfrentar a difícil realidade das escolas públicas, seja pela falta de reconhecimento, pela falta de materiais pedagógicos e até mesmo pela falta de interesse dos alunos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Igor Valença de, et al. Dificuldades encontradas na educação física escolar que influenciam na não-participação dos alunos: reflexões e sugestões. **Revista Digital Efdeportes** – Buenos Aires, Año 14, n. 136, Set/2009. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd136/dificuldades-encontradas-na-educacao-fisica-escolar.htm>> Acesso em 09 ago. 2017.

ARANTES, Ana Cristina. A história da educação física no Brasil. **Revista Digital Efdeportes** - Buenos Aires, Ano 13, n. 124 setembro de 2008. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd124/a-historia-da-educacao-fisica-escolar-nobrasil.htm>>. Acesso em 14 mai. 2017.

BETTI, Mauro. **Educação física e sociedade**. São Paulo: Editora Movimento, 1991.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari,Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. 12.ed. Porto: Porto editora, 2003. Disponível em:<http://www.academia.edu/6674293/Bogdan_Biklen_investigacao_qualitativa_em_educacao>. Acesso em 06 nov. 2016.

BRACHT, Valter. **Educação física no Brasil e Argentina**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003a.

_____. **A constituição das teorias pedagógicas da educação física**. Caderno CEDES, ano XIX, nº 48, p.69-89, agosto 2003b.

_____. Dilemas no cotidiano da educação física escolar: entre o desinvestimento e a inovação pedagógica. **Revista: Salto para o futuro**, v. 21, n. 11, p. 14-20, set. 2011. Disponível em: <<http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/dilemas-cotidiano-educacao-fisica-escolar-entre-o-desinvestimento-e-inovacao-pedagogica.pdf>>. Acesso em 11 ago. 2017.

_____. **Educação física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1992.

_____. **Saber e fazer pedagógicos: acerca da legitimidade da educação física como componente curricular**. In: CAPARROZ, Francisco (Org.) Educação física escolar: política, investigação e intervenção. Vitória: Proteoria, p.67-70. 2001.

BRACHT, Valter et al. **Pesquisa em ação: educação física na escola**. v.10, 3 ed. Ijuí/RS: Editora Ijuí. 2003.

BRACHT, Valter; ALMEIDA, Felipe Q. A política de esporte na escola no Brasil: a pseudovalorização da educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v.24, n.3, p.87-101, maio 2003.

BRASIL. **Leis e Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394/96, 20 dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996. Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física. Brasília: MEC. 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: educação física**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 114 p.

_____. **Leis e Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394/96, 20 dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

CANESTRARO, Juliana de Félix. ZULAI, Luiz Cláudio; KOGUT, Maria Cristina. **Principais dificuldades que o professor de educação física enfrenta no processo ensino-aprendizagem do ensino fundamental e sua influência no trabalho escolar**. p.12327-36. 2008. Disponível em: <http://web02.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/872_401.pdf>. Acesso em 14 set. 2016.

CAPARROZ, Francisco Eduardo. **Entre a educação física na escola e a educação da escola**: a educação física como componente curricular. Vitória: UFES, Centro de Educação Física e Desportos, 1997.

CAPARROZ, Graziela Pascom; SCHWARTZ, Gisele Maria. Valores éticos inerentes às atividades físicas nos âmbitos das academias e do lazer. **Revista Digital Efdeportes**, Buenos Aires, Ano 11, n.99, p.1-4, Agosto. 2006. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd99/valores.htm>.> Acesso em 09 ago. 2017.

CARVALHO, Fernando Luiz Seixas Faria de. **O papel da educação física escolar representado por professores e professoras de outras disciplinas**. 2006. Disponível em: <www.cbce.org.br/cd/resumos/165.pdf.> Acesso em 13 abr. 2017.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil**: a história que não se conta. Campinas, São Paulo: Papirus, 1988.

CASTELLANI FILHO, Lino. et al. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 2009.

DARIDO, Suraya Cristina. Dispensas das aulas de educação física: apontando caminhos para minimizar os efeitos da arcaica legislação brasileira. **Revista Pensar a Prática**, v. 12, n. 2, 2009.

DARIDO, Suraya Cristina; GALVÃO Zenaide; FERREIRA Lilian Aparecida; FIORIN Giovanna. Educação física no ensino médio: reflexões e ações. **Motriz**. v.5, n. 2, p.138-145. Dezembro/1999.

DARIDO, Suraya Cristina et.al. Realidade dos professores de educação física na escola: suas dificuldades e sugestões. **Revista Mineira de Educação Física**. Viçosa, v. 14, n. 1, p. 109-137, 2006.

DARIDO, Suraya Cristina; BETTI, Mauro. **Educação física na escola**: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. 91 p.

DIONNE, Jean; LAVILLE, Christian. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro**: teoria e prática da educação física. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

FREIRE, Elisabete dos Santos; OLIVEIRA, José Guilmar Mariz de. Educação no ensino fundamental: identificando o conhecimento de natureza conceitual, procedimental e atitudinal. **Motriz**, v.10, n.3, p.140-151, 2004.

GARCIA, Jeferson Diogo de Andrade. Educação física no Brasil: apontamentos sobre as tendências constituídas até a década de 80. **Revista Digital Efdeportes** -Buenos Aires, Ano 15, n. 154. Março. 2011. Acesso em: <http://www.efdeportes.com/efd154/educacao-fisica-no-brasil-tendenciasconstituidas.htm>. Acesso em 14 maio 2017.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Educação física progressista**. São Paulo: Loyola, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em 05 nov. 2016.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo et al. Estudo histórico sobre a formação profissional na escola de educação física e esporte da universidade de São Paulo (1980-1990). **Motriz**, Rio Claro, v.18 n.2, p.393-400, abr./jun. 2012.

GONÇALVES, Maria Cristina. et al. **Aprendendo a educação física**. Curitiba: Bolsa Nacional do Livro, 2002.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin. **Sentir, pensar e agir: corporeidade e Educação**. 2 ed. São Paulo: Papirus, 1997.

GUIMARÃES, Ana Archangelo, et al. Educação física escolar: atitudes e valores. **Motriz**, Rio Claro, v.7, n.1, p.17-22, 2001.

JEBER, Leonardo José. **A educação física no ensino fundamental: um lugar ocupado na hierarquia de saberes**. 176f. 1996. Dissertação de mestrado (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

KUNZ, Elenor. Educação física escola: seu desenvolvimento, avanços e dificuldades. **Motriz**. v. 5, n. 1, Junho/1999. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/05n1/5n1_ART09.pdf>. Acesso em 14 maio 2017.

LEUCAS, Claudia Barsand de. Educação física e inclusão. **Revista Presença Pedagógica**. v. 18, n.104. Março/abril.2012

MAGALHÃES, C. H. F. Breve histórico da educação física e suas tendências atuais a partir das identificações de algumas tendências de ideias e ideias de tendências. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v.16, n.1, p.91-102, 2005.

MARTINELLI, Camila Rodrigues et. al. Educação física no ensino médio: motivos que levam as alunas a não gostarem de participar das aulas. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 13-19, 2006.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. **O que é a educação física**. 11 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PERES, Giani. As implicações da educação física no âmbito escolar. **Rev. online Bibl. Prof. Joel Martins**, Campinas, SP, v.2, n.2, p.231-243, fev. 2001.

PICCOLO, Vilma L. Nista. **Educação física escolar: ser ou não ter?** Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993. 136 p.

PIROLO, Alda Lucia. Os professores de educação física e as dificuldades da prática pedagógica escolar. **Revista Especial de Educação Física**. Edição Digital n. 2. 2005. Disponível em:

<http://www.nepecc.faei.ufu.br/arquivos/simp_2004/6.cultura_cotidiano/6.6_Os%20professores_de_EF.pdf>. Acesso em 13 set. 2016.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira; MARIN, Alda. Junqueira. **Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas escolares**. In: Educação e Sociedade. v. 25, n. 89, 2004.

SANTINI, Joarez; MOLINA NETO, Vicente. A síndrome do esgotamento profissional em professores de educação física: um estudo na rede municipal de ensino de Porto Alegre. **Revista Brasileira de Educação Física**. São Paulo, v.19, n.3, p.209-22. 2005.

SHIGUNOV, Viktor; SHIGUNOV NETO, Alexandre. **A formação profissional e a prática: ênfase nos professores de Educação Física**. Londrina/PR: O autor, 2001.

SILVA, Maria Fatima Paiva; DAMAZIO, Silva Márcia Silva. O ensino da educação física e o espaço físico em questão. **Revista pensar a prática**. v. 11, n. 2. 2008. Disponível em:< <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fe/article/view/3590/4066>.> Acesso em 08 abr. 2017.

SOLER, Reinaldo. **Educação física escolar**. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.

SOMARIVA, João Fabrício Guimara; VASCONCELOS, Diego Itibere Cunha; JESUS, Thuiane Vieira. As dificuldades enfrentadas pelos professores de educação física das escolas públicas do Município de Braço do Norte. **V SIMFOP**. Tubarão/Santa Catarina, 2013. 14p.

SOUZA, Túlio Vinícius Andrade. **Educação física escolar: soluções pedagógicas para as principais dificuldades encontradas pelos professores da educação básica**. v.1, n.1, Setembro. Associação Brasileira de Incentivo à Ciência – ABRIC. 2013. Disponível em: <http://scientiaprime.incentivoaciencia.com.br/edicao_01.01/ID%20FE08%20-%20Educacao%20Escolar.pdf>. Acesso em 15 set. 2016.

TOKUYOCHI, Jorge Hideo et al. Retrato dos professores de educação física das escolas estaduais do estado de São Paulo. **Revista Motriz**, Rio Claro, v.14, n.4, p.418-428, out./dez. 2008.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura escolar, cultivo de corpos: educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906- 1920)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino aprendizagem e projeto político pedagógico**. 15 ed. São Paulo: Libertad, 1996.

VIANA, Nildo; VIEIRA, Renato Gomes. **Educação, cultura e sociedade: abordagens críticas da escola**. Edições Germinal: Goiânia, 2002.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em: <https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf>. Acesso em 07 de nov. 2016.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE UNAÍ- MG: Um estudo de caso

TAVARES, Nayara Ferreira¹
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso²

RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo geral identificar o perfil epidemiológico de crianças e adolescentes vítimas de violência no município de Unaí-MG nos anos de 2015 e 2016, notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Para tanto, utilizou-se a análise documental, de abordagem quanti-qualitativa, do tipo exploratório. A amostra foi constituída de meninas na pré-adolescência, pardas e da zona urbana é o perfil das vítimas de violência no município de Unaí-MG. Violência sexual através de força corporal e espancamento define o perfil da agressão de crianças e adolescentes em Unaí/MG. Jovens do sexo masculino e com vínculo com a vítima representam o perfil do agressor em Unaí/MG. As ações realizadas pela unidade de saúde têm como foco a adoção de procedimentos indicados aos casos de violência sexual. Foi possível identificar que os principais agressores são pessoas conhecidas da vítima, envolvendo vínculos de parentesco e amizade.

Palavras-chave: Violência infantil. Criança e adolescente. Estudo de Caso.

1 INTRODUÇÃO

Para a garantia de qualidade de vida à criança e ao adolescente, é preciso que estes sejam tratados com humanização, levando em consideração seus direitos na sociedade de: proteção, lazer, educação e saúde, para afastar assim as crianças e adolescentes de qualquer tipo de ato desumano, de violência, e maus tratos, já que estes são mais vulneráveis por se apresentarem em condições físicas, mentais e sociais mais frágeis que os adultos, o que possibilita que a violência ocorra de forma mais agressiva e conseqüentemente traga sérios danos ao futuro dessa criança ou adolescente.

Segundo Santos (2013), a violência já existe há muito tempo, e faz parte do cotidiano de diversos tipos de povos. As práticas da violência trazem sérios danos ao indivíduo, foi utilizada há tempos atrás, como forma de medir forças, sendo que o ato de violência representava superioridade para quem o praticava. As crianças e os adolescentes que ainda estão em fase de desenvolvimento e não atingiram a fase adulta, são vistos como mais frágeis, porém que também tem os mesmos direitos humanos assegurados pela lei que visa preservar seu corpo e mente de qualquer violação maliciosa que traga danos e traumas, entretanto a cultura desde os primórdios não valorizava a criança e ao adolescente o que faz com que a situação permaneça constante, e ainda coloque as crianças e adolescentes como seres submissos e conseqüentemente a não prática das devidas políticas de proteção.

O Sistema de informação de Agravos de Notificação (SINAN) tem como uma das suas atribuições o gerenciamento de dados pertinentes a doenças e agravos de risco para a saúde, nesse contexto está presente o agravo da violência interpessoal/ autoprovocada onde é feita à notificação de violência à criança e ao adolescente entre outros agravos, este representa um

¹ Bacharel em Enfermagem pela Faculdade de Ciências e Tecnologias de Unaí-MG;

² Coordenadora do Curso de Direito da FACTU. Professora Universitária. Advogada. Doutoranda em Direito pelo Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Especialização em Direito, Impacto e Recuperação Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Pós-graduação em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pós-graduação em Direito Público pela Sociedade Universitária Gama Filho.

sério problema que necessita de diversas informações para desempenhar a melhor intervenção e trabalho de prevenção e controle dos casos. Deste modo, está pesquisa partiu da seguinte problemática: **qual o perfil epidemiológico de crianças e adolescentes vítimas de violência no município de Unaí-MG, nos anos de 2015 e 2016, notificados no sistema de informação de agravos de notificação (SINAN)?** Para resolver este problema foram elaborados objetivos geral e específicos.

Estabeleceu-se como objetivo geral da pesquisa: Identificar o perfil epidemiológico de crianças e adolescentes, vítimas de violência no município de Unaí-MG, nos anos de 2015 e 2016, notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Para chegar ao objetivo geral foram estabelecidos três objetivos específicos: investigar os tipos de violência existentes contra as crianças e adolescentes, bem como, qual o vínculo das vítimas com o agressor.

A importância desse trabalho se dá ao fato de que a violência é considerada um grave problema de saúde pública, que afeta todas as classes sociais, e que desrespeita os direitos e a dignidade da sociedade, afeta milhares de pessoas que em sua grande parte estão às crianças e adolescentes, traz diversas consequências na vida destes, inclusive a morte. Sendo assim é de grande importância o seu reconhecimento pela sociedade e principalmente aos acadêmicos que irão lidar com este problema no seu cotidiano. A violência à criança e ao adolescente acontece muitas vezes de forma silenciosa, vindo como castigo, ato de correção da própria família, que deveria ter papel de base para o desenvolvimento dos mesmos, logo estes jovens têm seus direitos violados, o que não os permite uma vida saudável (MOYSES, 2013).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para um melhor conhecimento do objeto violência e tendo em vista a importância de se conhecer este agravo de saúde referente aos maus tratos às crianças e aos adolescentes, este tópico fará uma abordagem acerca do conceito de violência, os seus diversos tipos, e o seu quadro situacional atual brasileiro.

A violência é definida como qualquer ato provocado intencionalmente com o intuito de causar danos físicos ou mentais aos indivíduos. Os maus tratos e a crueldade contra a criança e o adolescente não é assunto novo, é um fato que surgiu juntamente com o homem, arcaico, como tal, não pode ser considerado separadamente, pois envolve diversos fatores biológicos, sociais e psicológicos (RAMIRES; GODINHO, 2011).

Durante a história da humanidade, a desconsideração com a criança e ao adolescente foi um ponto notavelmente negativo da cultura da humanidade, pois não se associava à postura de fragilidade da infância, quase não se falava sobre o assunto, ademais não havia políticas de proteção à criança e ao adolescente. A prática da violência era vista de forma natural nos tempos antigos, há um considerável número de escritos relatados da época da mitologia e da bíblia sobre mortes de crianças e adolescentes, pelos próprios irmãos e os atos voluntários e desumanos de matar crianças (OLIVEIRA, 2006).

Segundo Cruz (2013), existe relatos na bíblia de perseguição a crianças e adolescentes, e na sociedade de Esparta, as crianças que tinham problemas físicos, como falta de um membro, eram sacrificadas por não poderem ir à luta nas guerras. De acordo com Oliveira (2006), os espartanos separavam as crianças de suas mães desde cedo, o que não possibilitava a mãe de criar vínculos com seu filho, a partir dos seis anos de idade, já que o homem era tido como guerreiro, era treinado para lutar, retornava à sua casa aos trinta anos de idade, no intuito de formar uma família. Desde cedo à criança era vista como adulta precoce sem distinção.

Ramires e Godinho (2011), complementam com o relato de Provérbios 23 que diz para não poupar as crianças da correção, para castigá-los com objetos e garantir sua vida salva da morte de acordo com a religião católica. Minayo (2001) descreve uma passagem bíblica que

diz para comer os filhos uns dos outros, cozinhar e comer, isso acontecia nos momentos de falta de comida, a população hebraica se alimentava das crianças mais jovens.

Hayeck (2009) reforça a ideia da necessidade de proteção às crianças e aos adolescentes os quais também são cidadãos. Ideia está que veio para a mudança da definição dos sujeitos jovens que viviam uma vida desumana, a violência é considerada um sério problema de saúde pública, e logo questão política. Dessa forma, as práticas violentas recebem rejeição de seus atos até os dias atuais.

O dia a dia das crianças no Brasil desde a sua colonização, foi de calamidades e tristezas. Nas embarcações do século XVI as crianças portuguesas eram mantidas como escravos, violentados sexualmente, e obrigados a trabalhar exaustivamente até a morte. Mesmo que as crianças estivessem na companhia de seus pais, eram abusadas sexualmente por pedófilos e, se houvesse naufrágios, as crianças eram deixadas, era preferível salvar os alimentos do que as crianças e adolescentes, não havia sentimentos bons por estes, a mentalidade era de desinteresse e desamor (CRUZ, 2013).

No século XVII a criança era vista como objeto, ainda não tinha valor na sociedade, e sua função era de servir e divertir a considerada sociedade, composta só por adultos, o trabalho era algo normal no cotidiano das crianças e adolescentes que não recebiam dinheiro algum como pagamento pelo trabalho, justificavam as práticas de trabalho como fator relevante para a construção do seu caráter (OLIVEIRA, 2006).

De acordo com Cruz (2013), antes do século XVIII a explicação para a violência a crianças com objetos, como chicote, pau e varas é de que os pais estariam intervindo na educação dos filhos de forma que estes não iriam ter contato com influências negativas. Durante os anos entre 1730 e 1779 na Inglaterra, houve uma mortalidade altíssima de crianças com menos de cinco anos de idade, o que representou metade das mortes no país. Já no século XIX, as crianças eram como escravas, trabalhavam cerca de 16 horas por dia, nas fábricas e minas de carvão.

Segundo Jorge e Martins (2010), no século XX a criança passa a fazer parte da humanidade como membro pertencente da sociedade, a família tem a partir daí a responsabilidade por toda violência e maldade ocorrida à criança, sendo reconhecido como o século da criança, caracteriza a infância e exalta os cuidados que a mãe deve ter com a criança.

Nos dias atuais, mesmo com valorização das crianças e adolescentes pela humanidade, e por disporem de leis e políticas que o defendem, a violência ainda é um problema ameaçador e constante na vida desse grupo populacional, o que ameaça a qualidade de vida dos mesmos, muitas vezes estes estão intimamente ligados ao seu agressor, unidos por um vínculo de dependência familiar. A violência é a maior causa de adoecimento e mortes na fase da infância e da adolescência, em fase de crescimento e desenvolvimento (MARTINS; JORGE, 2010).

Vínculo é uma relação que une uma ou mais pessoas, podendo haver um relacionamento de dependência ou coerente e racional. As relações interpessoais são inerentes ao ser humano, assim, conseqüentemente, a vontade e a capacidade de criar vínculos se associam para o desenvolvimento do indivíduo como cidadão, na formação de sua própria história. A conexão de uma pessoa com a outra, e o bem-estar ao lado de alguém são os motivos que dão sentido e impulsionam a continuidade e vontade de viver de uma pessoa (FIGUEIREDO, 2005).

A relação de vínculo afetivo do ser humano se inicia na gestação, quando a mãe é responsável pela vida que está em processo de desenvolvimento. O feto se torna um ser totalmente dependente de seus cuidados, ao nascer se inicia a relação entre a mãe e a criança. Ao longo de sua existência, essa relação faz o ser humano se tornar mais altruísta, e consciente de suas obrigações e responsabilidades. Para um vínculo afetivo benéfico para a criança, a relação deve ser de carinho, atenção, respeito e responsabilidade com este dependente (ALMEIDA, 2015).

De acordo com Fabrino (2010), a construção de vínculos afetivos é de extrema relevância para a elaboração do caráter do indivíduo acrescido de valores morais e éticos. As relações que são estabelecidas na vida da criança e do adolescente são o alicerce e base para um bom relacionamento interpessoal e seu desenvolvimento na vida adulta, um rompimento de vínculo, problemas emocionais familiares podem interferir na vida futura dos mesmos.

O vínculo familiar que se forma com relação aos membros da família pode ser rompido quando ocorrem atos de violência no interior da família. Os casos de violência, muitas vezes são identificados no interior dos lares, por pessoas próximas, como: mãe, pai, irmãos, tios, tias, primos, avós, avôs, pessoas que seriam responsáveis por proporcionar uma vida digna com todos os direitos resguardados à criança e ao adolescente, a maioria dos responsáveis pelos atos de violência passaram quando crianças por algo parecido, e após passada esta fase reproduzem o que aconteceu no passado com membros de sua própria família, dessa forma ocorre quebra do vínculo que seria afetivo criando um possível ciclo de violência (FREITAG, 2010).

A violência é um ato que se mostra de várias maneiras, é uma prática conflituosa de um indivíduo para outro ou contra a si mesmo, é algo complexo, ligado por conceitos instituídos historicamente. A violência contra a criança e o adolescente é dividida em: violência infanto-juvenil, violência estrutural, e violência doméstica, tais divisões podem se subdividir e ligar entre si, o que faz com que a violência se torne maior já que uma está associada à outra (CARVALHO et al, 2008).

A violência estrutural é referida como uma diferença de tratamento entre as crianças e adultos que leva em consideração, processos políticos e econômicos, diferenças sociais, como situações de fome e miséria que são camuflados pela sociedade, como o trabalho infantil. Esse tipo de violência é de difícil avaliação e mensuração, porque acontece desde os primórdios sem que alguns indivíduos se deem conta, ou, por outro lado, fingem que não veem (MORAIS, 2012).

A violência estrutural é considerada a principal violência, porque ela está presente nas demais, acontece antes, ela agrava os demais tipos de violência, uma vez que deve se considerar o indivíduo que provocou a violência, que certamente é vítima de violência estrutural, esta está muitas vezes escondida, os problemas sociais são ocultados e são vistos de forma natural (CAVALLI, s.d).

A violência infanto-juvenil é definida pela violência praticada por crianças e adolescentes, grande parte dos atos violentos cometidos por eles vem dos adolescentes que na sua maioria, no passado quando crianças foram vítimas ou presenciaram manifestações de violência e maus tratos em casa, agressões por parte da família, abandono, um relacionamento conflituoso com o pai ou mãe, falta de um desses membros na família, o que desestrutura a mesma (CARVALHO et al, 2008).

A violência infanto-juvenil também é chamada de violência delinquencial, e está associada à violência estrutural, uma vez que seu ato implica ações de desigualdade e diferenças sociais, além do histórico familiar conturbado. Está ligada à prática de crimes, como roubos, furtos, o uso abusivo de álcool, drogas e o porte de armas são fatores de risco para esse tipo de violência. A violência estrutural funciona como uma mola propulsora para a violência delinquencial. Esse tipo de violência se torna mais grave para o futuro dos jovens quando vêm dos seus responsáveis, os pais que deveriam ser seu exemplo em casa (MOREIRA, 2009).

A violência doméstica divide-se em: violência psicológica, violência sexual, negligência e violência física. Tal violência contra a criança e o adolescente afeta toda a sociedade, não escolhe nível social, econômico ou cultural. É desencadeada por vários fatores, uma realidade triste já que os maus tratos estão presentes no lar das vítimas, por pessoas tão próximas, que deveriam ser responsáveis pelo cuidado e afeto, e isso traz sérias consequências físicas e principalmente psicológicas ao futuro das vítimas (RAMOS; SILVA, 2011; RODA, 2011).

É no âmbito domiciliar que ocorre a violência doméstica, a mesma acontece não necessariamente com o agressor pertencente à família, o autor poderá ser qualquer pessoa presente no domicílio que será o responsável pela prática da violência. Quando o autor é pertencente ao grupo da família é chamada violência intrafamiliar que será desencadeada por pessoas com traços consanguíneos ou ligados pela via da união (SANTOS, 2013).

Alguns fatores podem contribuir para a violência doméstica, como fatores próprios do indivíduo, cultura, nível socioeconômico, idade, sexo, fatores fisiológicos, nível educacional, se faz uso de alguma droga ilícita, se foi vítima de maus tratos no passado, normas familiares severas. As baixas condições financeiras não são fatores determinantes, porém desencadeiam maior estresse por incertezas econômicas e conseqüentemente uma maior violência (BANDEIRA, 2009).

A violência psicológica é uma das subdivisões da violência doméstica, que está definida como atos de negatividade ou indiferença em relação à vida social da criança ou adolescente. Esse tipo de violência está ligado à estrutural e à negligência, pois também é representada por atos de abandono das necessidades da vítima, não as reconhece nem as supre, força a criança a trabalhar de forma exploratória e abusiva, como a prostituição, predispõe-na no mundo das drogas e crimes. O responsável não possibilita à criança seu desenvolvimento psicológico e social, não permite que ela se relacione com amigos e outras pessoas, apresenta à criança o mundo de forma aterrorizante como se ela estivesse sozinha, exige padrões fora do alcance das crianças e adolescentes sobre metas que elas devem cumprir em esportes, escola e demais atividades (BASTOS, 2008)

Em concordância com o autor supracitado, Abranches e Assis (2011) referem-se à prática da violência psicológica como a que pode trazer mais danos e malefícios que a violência corporal, uma vez que desenvolvem diversas manifestações na criança e adolescente abalando seu psicológico, irreversíveis, como a dificuldade de aprendizado, incapacidade de criar laços interpessoais, não consegue dar continuidade numa relação, sentimentos de depressão, tristeza e incapacidade são constantes.

Para Gesser (2013), a violência física está ligada à violência psicológica, já que uma desencadeia a outra. Essa violência é caracterizada principalmente por danos ao corpo causados por força física, usada de maneira maliciosa, com a pretensão de ferir intencionalmente a vítima, que pode ou não manifestar sinais no seu corpo, como manchas arroxeadas, fraturas, lesões e cortes.

De acordo com Roda (2011), a violência física foi reconhecida na área da saúde como a síndrome da criança espancada. As conseqüências da violência física vão desde lesões visíveis até a morte, os motivos da prática da violência física, segundo concepção dos agressores, têm o intuito de educar, corrigir seus filhos impondo uma postura de respeito até a forma de demonstração do não afeto ao indivíduo lesado (CARVALHO, 2008).

No Brasil existe uma lei que protege as crianças dos castigos abusivos físicos vindos da família, conhecida como a lei da palmada, ela prevê multa para quem praticar a violência e quem não a denunciar também. A família geralmente esconde as práticas de violência à criança e ao adolescente, justificando que os mesmos são indisciplinados, rebeldes, que dão trabalho, e são desobedientes, culpando os filhos dos problemas existentes na casa, adotam métodos violentos e castigos como forma de educação (RODA, 2011).

A violência sexual doméstica à criança e ao adolescente é caracterizada por violação do corpo de forma sexual, pode ter violência física ou não, usada para estimulá-lo sexualmente, ou visualmente e aproveitar para realizar ato de satisfação e prazer próprio por adulto. O agressor é uma pessoa com idade mais avançada e caracteres psicosssexuais mais desenvolvidos do que as vítimas, e é uma pessoa da família, pai, mãe, irmão, irmã, tios, tias, alguém presente no domicílio, com ligação familiar (BARBOSA, 2008).

De acordo com Bastos (2008), a violência sexual passa por cinco estágios: o primeiro é o cerceamento, em que o abusador mostra o abuso sexual à criança como algo normal, divertido como uma brincadeira; a segunda é a interação sexual, o abusador usa atividades sexuais sem muito toque e evasão, até depois de certo tempo avançar para atos de relação sexual anal, vaginal ou oral. A terceira fase é o segredo, o abusador manipula a vítima para que ela guarde segredo da violência. A quarta fase é a revelação quando alguém descobre o abuso, a violência, geralmente por algum sinal, a família decide esconder ou denunciar. Por último ocorre a fase da coerção que após a revelação busca-se ocultar a história evitando soluções externas.

Existem diversas causas para os abusos sexuais, como o uso excessivo do álcool e outras drogas, problemas psicológicos, passado de violência doméstica e maus tratos na infância e adolescência, gravidez indesejada, pais inexperientes, isolamento social, a desigualdade social severa, também influência muito, as famílias pobres acabam por não ter um espaço adequado, alimentação básica, problemas econômicos, o que gera brigas familiares e o não fortalecimento de vínculos, como consequência vem o estresse e a violência atrapalhando o desenvolvimento de crianças e adolescentes (PEDERSEN, 2010)

O abuso sexual traz diversos danos às crianças e aos adolescentes, como as psicológicas: problemas de afetividade, tristeza, sentimento de culpa, dificuldades para se relacionar, relacionamentos sexuais insatisfatórios. Consequências orgânicas como: lesões corporais, lesões nos órgãos genitais, gestações indesejadas quando a jovem já ovula, risco de contágio de uma infecção sexualmente contagiosa (IST) (BASTOS, 2008).

A negligência é um tipo de violência grave, na qual os membros da família ou responsável não atendem as necessidades básicas da criança e do adolescente como a saúde, deixam de levar a uma consulta; negam medicamentos; a alimentação adequada para garantir o desenvolvimento; o convívio social é prejudicado; cuidados com a higiene; roupas adequadas; moradia; educação e frequência na escola. O abandono infanto-juvenil é a forma mais severa de negligência (CRUZ, 2013).

Por questões de idade ou alguma condição física que impossibilite a criança e o adolescente, eles se tornam fragilizados e dependentes de muitos cuidados, e o que ocorre na maioria das vezes é a negligência. Um fator preponderante nessa situação é o fato de muitas famílias no Brasil terem a mulher como chefe de família, tem que tomar frente a muitas obrigações do lar, além de trabalhar fora, e não tendo condições apropriadas de pagar alguém para acompanhar de perto as crianças, elas acabam ficando sozinhas, o que é difícil dizer se a situação pode ser considerada negligência (RODA, 2011).

Para fazer uma análise da população Brasileira, deve-se considerar os indicadores sociais, levando-se em consideração, no caso das crianças e adolescentes, a quantidade da população, idade, nível socioeconômico, necessidades básicas como alimentação, moradia, direitos, como a cultura, lazer e proteção, escolaridade, agravos como a violência e morbimortalidade (IBGE, 2013).

A população Brasileira se encontra em maior parte na região sudeste (42,0%), no Norte (8,5%), região Nordeste (27,8%), na região Centro-Oeste (7,5%), o Sul (14,2%). Hoje em dia o Brasil conta com uma população de aproximadamente 60,5 milhões de crianças e adolescentes com idade entre 0 e 19 anos, as quais residem principalmente na região Sudeste (ABRINQ, 2017).

Há considerável número de crianças e adolescentes no Brasil que se encontram em situações de abandono, sem seus direitos atendidos, não têm uma moradia adequada, muitos moram na rua e outros dependem de serviços sociais que garantam abrigo e proteção. Os principais motivos da criança se encontrar em abrigos são: família sem condições financeiras, violência doméstica, falta dos pais, o fato de serem órfãs, abandono dos responsáveis, pais presos ou usuários de drogas, considerando que a maior parte dos abrigados, cerca de 86,7%,

tem alguém responsável da família e 58,2% ainda mantêm contatos e vínculos com a mesma (BAARS, 2009).

É notório que a cobertura da educação no Brasil é um grande desafio, ainda não se atingiu a educação para todos, apesar de todo o avanço e desenvolvimento alcançado, pois antes se viam apenas as pessoas de classe social mais favorecida recebiam um ensino de qualidade por terem condições financeiras de custear os estudos. Com o passar do tempo esse privilégio perdeu espaço e a educação passou a ser direito de todos, oferecido pelo Governo (GUSMÃO, 2010).

Apesar da melhora e aumento nos programas de saúde e econômicos por todo o Brasil, ainda existem locais com um alto índice de má nutrição, decorrentes da pobreza e desigualdade social. Observa-se um número significativo na região Norte e Nordeste com grande diferença na distribuição de renda dos estados da região sul, sudeste e centro-oeste, o que é algo bem preocupante, pois uma má alimentação interfere no desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes (FLORENCIO, 2013.)

Juntamente com a má alimentação, a educação também é de grande relevância na vida das crianças e adolescentes, há uma grande parte deles fora da escola, em razão de muitos residirem em áreas de difícil acesso, sem escolas próximas, e os pais quase sempre não têm escolaridade, o que acaba influenciando por não terem apoio e incentivo para estudar. No Brasil a taxa de matrícula subiu para 90% (noventa por cento), porém, isso não dá certeza de frequência. O País tem investido cada vez menos na educação e projetos sociais que beneficiem as crianças e adolescentes (IOSIF, 2007).

No Brasil, a população ainda desconhece o tema de violência e sua complexidade. Sua investigação profunda começou no país por volta da década de 80. Tem-se em vista que a violência pode ser encontrada na vivência das famílias brasileiras, uma vez que o lar não se trata de um local de total estabilidade afetiva (RODRIGUES, 2014).

O disque 100 é um recurso de denúncia que permite ao usuário, realizar a denúncia com sigilo de sua identidade, funciona em horário integral de 24 horas, a denúncia é repassada aos conselhos tutelares e delegacias para as devidas providências. Entre os tipos de violência destacam-se, na qual a negligência se encontra em primeiro lugar nas denúncias, seguida pela violência psicológica, física e por último a sexual (ABRINQ, 2017)

A violência à criança e ao adolescente se encontra em um patamar de alerta e preocupação pelo grande índice de mortalidade por este agravo, no período de 1980 a 2013 a morte de crianças e adolescente de 0 a 19 anos por causa externa aumentou a quantidade de casos. Os homicídios se encontram em primeiro lugar com um aumento de 0,7% para 13,9%, os acidentes através de meios de transporte vão de 2% para 6,9% e os suicídios de 0,2% para 1,0% (WAISELFISZ, 2015).

À guisa de recapitulação, as práticas de violência às crianças e aos adolescentes ocorrem há muito tempo. Esse fenômeno histórico influenciou bastante nas ações da sociedade refletindo no quadro atual de violência que ainda é muito grande, e apesar da determinação por lei de ser considerada como algo errado e negativo, ainda é muito presenciado, e pouco denunciado. Isto posto significa que não se assume o papel de proteção e respeito às crianças e aos adolescentes.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem a sua natureza uma análise documental. Este tipo de pesquisa é realizado com documentos. O objetivo da análise documental é fornecer conhecimento através da análise crítica e reflexiva do pesquisador, o trabalho é realizado com a junção das ideias do pesquisador, os documentos colhidos, e mais a sua contextualização com a pesquisa

bibliográfica, essa análise permite credibilidade, por ser embasada em dados fidedignos (CECHINEL et al, 2016).

Quanto à sua abordagem, é quanti-qualitativa. A pesquisa quanti-qualitativa é de caráter qualitativo e quantitativo. Mattar (2005) sinaliza que a pesquisa qualitativa associa a coleta e tratamento de dados de um grupo, com o intuito de compreender e esclarecer atitudes, o ponto de vista e as expectativas da população participante da amostra, sem intenção da obtenção do resultado através de números. Os instrumentos mais utilizados são a observação em campo, entrevistas semiestruturadas. Esta pesquisa possibilita a criação de uma base de conhecimento, necessita assim de reflexão crítica dos dados analisados.

Utilizou-se a pesquisa qualitativa com o intuito de alcançar informações pessoais que serão colhidas de todas as fichas notificadas de casos de violência à criança e ao adolescente, através de informações presentes na ficha de notificação compulsória do SINAN. Isso posto permite uma análise detalhada e crítica do perfil das vítimas, juntamente com o método de pesquisa exploratório que possibilita uma maior visão do que se deseja alcançar, já que este busca ao máximo a coleta de informações e permite maior conhecimento da situação.

A coleta de dados foi realizada através de dados obtidos pela Ficha de Notificação Individual do sistema de informação de agravos de notificação individual (SINAN). A amostra dessa pesquisa foi constituída de casos notificados, no ano de 2015 e 2016, de violência à criança e ao adolescente no município de Unaí- MG, notificados pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste trabalho foi realizado um estudo referente ao perfil epidemiológico de crianças e adolescentes vítimas de violência no município de Unaí-MG, nos anos de 2015 e 2016, notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). A escolha do período refere-se à intenção da pesquisadora em analisar os anos mais recentes, o ano já foi concluído o que possibilitou a unificação dos dados coletados anualmente. Ao elaborar a pesquisa, constatou-se no SINAM a existência de 23 (vinte três) casos no total, porém foi observado que 02 (dois) casos no ano de 2015 se tratavam de pacientes com mais de 18 anos, excluindo assim, dos demais dados. Portanto, os dados coletados representam a realidade de 21 (vinte e um) casos.

Para melhor entendimento do presente trabalho, os dados foram divididos em 04 (quatro) categorias, quais sejam: meninas na pré-adolescência, pardas e da zona urbana é o perfil das vítimas de violência no município de Unaí-MG (4.1); violência sexual através de força corporal e espancamento define o perfil da agressão de crianças e adolescentes em Unaí/MG (4.2) e, por fim, jovens do sexo masculino e com vínculo com a vítima representam o perfil do agressor em Unaí/MG (4.3).

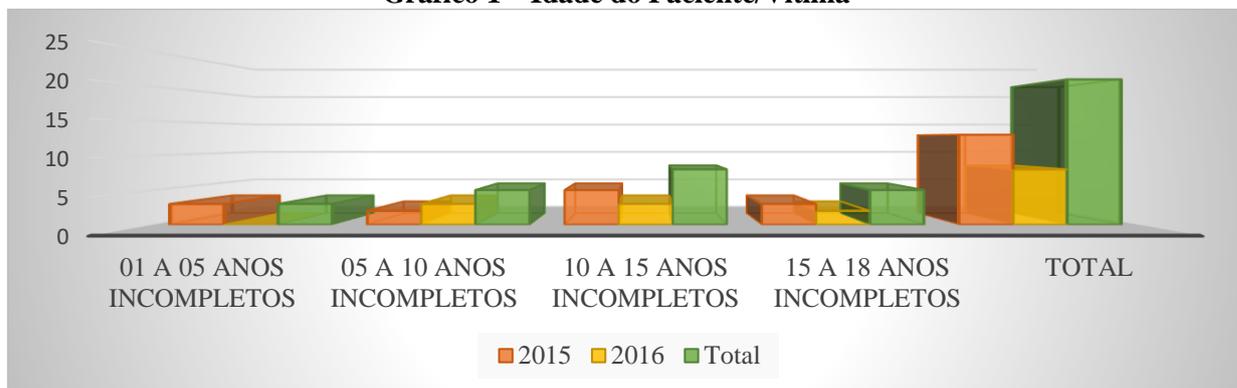
4.1 MENINAS NA PRÉ-ADOLESCÊNCIA, PARDAS E DA ZONA URBANA É O PERFIL DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE UNAÍ-MG

A primeira categoria definida nesta pesquisa refere-se ao perfil do paciente/ vítima, que consiste no seguinte perfil: faixa etária principal de 10(dez) a 15(quinze) anos incompletos; gênero feminino; a maioria de raça parda; a escolaridade, por vezes, não foi informada seguida do maior número de casos presentes de 1ª a 4ª e 5ª a 9ª séries com 03(três) casos em cada; a maior parte das vítimas residia no município de Unaí MG; a zona de residência foi prevalente a urbana com 15(quinze); a orientação sexual foi um dado pouco notificado; duas vítimas eram portadoras de transtorno mental. Tal afirmativa é consolidada pela análise dos gráficos de 01 a 08, cujos dados referem-se à análise dos dados pessoais presentes no Sistema de informação de

agravos de notificação (SINAM), que considerou a idade, sexo, raça/cor, escolaridade, município de residência e sua zona, orientação sexual e a presença de alguma deficiência ou transtorno.

Em relação à idade do paciente/vítima, ao analisar os dados constatou-se a existência dos seguintes resultados:

Gráfico 1 – Idade do Paciente/Vítima

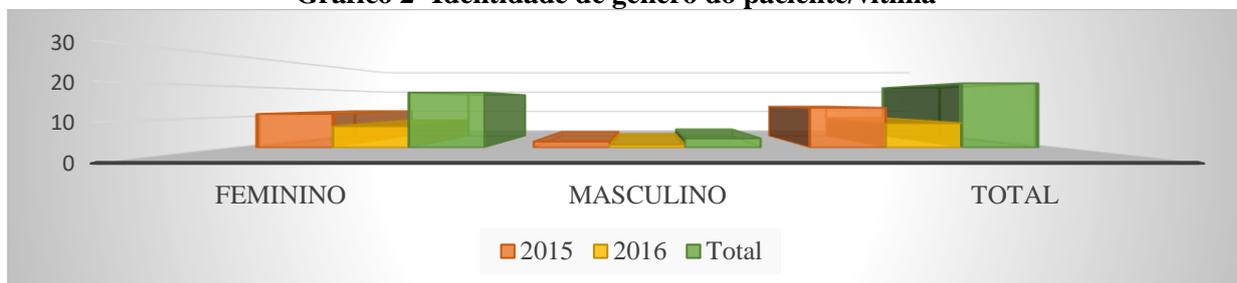


Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Através do gráfico, pode-se observar que a idade mais afetada pela violência no município de Unai MG é a faixa etária de 10(dez) a 15(quinze) anos incompletos com 05(cinco) casos em 2016 e 03(três) em 2015, totalizando 08 (oito), percebe-se também uma redução no número total de casos, do ano de 2015 de 13(treze) casos para 08(oito) em 2016. De acordo com Alves et al (2017), o mesmo resultado foi encontrado em sua pesquisa que obteve a incidência maior na faixa etária de 10(dez) a 14(catorze) anos com 20 notificações; seguidos da faixa etária de 15(quinze) a 19(dezenove) anos com 12(doze) casos. Assim percebe-se que o índice na faixa etária de 10(dez) a 14(catorze) anos é muito incidente, o que gera a necessidade de investigações sistemáticas acerca da razão de tal ocorrência.

No que se refere ao sexo do paciente/vítima, ao analisar os dados, constatou-se a existência dos seguintes resultados:

Gráfico 2- Identidade de gênero do paciente/vítima



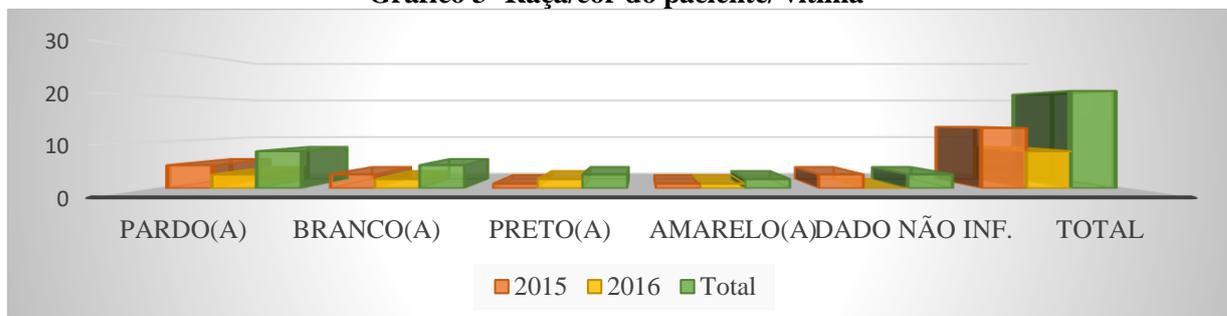
Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

De acordo com o gráfico, observa-se que a incidência de violência ao gênero feminino é bem maior que ao gênero masculino, com 11(onze) casos em 2015 e 07(sete) em 2016, totalizando 18 casos. Mesmo com o surgimento das leis que visam à proteção da criança e do adolescente, diversos tipos de violência ainda são frequentes. Pesquisas epidemiológicas confirmam que a maior parte das vítimas nas diversas idades é predominante no sexo feminino (WAISELFISZ, 2015). Levando-se em consideração o gênero feminino como principal vítima

de violência, pode-se atribuir ao fato de tal gênero ser considerado desde os primórdios como mais frágil que o masculino e de inferioridade, tal pensamento foi estigmatizado até os dias atuais, o que mostra o resultado desta pesquisa.

No que concerne à raça/cor do paciente/vítima, ao analisar os dados constatou-se a existência dos seguintes resultados:

Gráfico 3- Raça/cor do paciente/ vítima

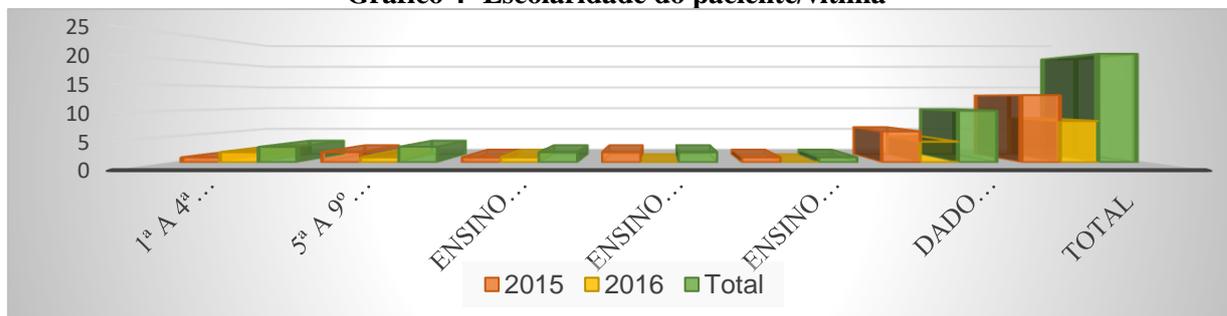


Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Pelo gráfico acima, observa-se que a raça/cor mais atingida em ambos os anos é a parda com 05(cinco) casos em 2015 e 03(três) em 2016, totalizando o número de 08(oito) casos, seguidos da raça branca com um total de 05(cinco) casos nos dois anos juntos. Estudos nacionais e internacionais relacionam a raça com a violência e a vitimização, a raça parda teve maior número de casos (62,5%), posteriormente a branca e preta. Em um estudo realizado na capital do Nordeste do Brasil, o mesmo resultado foi apontado com a notificação de mais casos em que as vítimas crianças e adolescentes são pardas e brancas (ALVES et al, 2016). Dessa forma, pode-se considerar que a raça parda e a branca sofrem maior incidência de violência à criança e ao adolescente, esse fato pode ser considerado devido ao número geral da população ser principalmente dessas duas categorias de raça/cor o que sugere assim sua maior incidência.

Com relação à escolaridade do paciente/vítima, ao analisar os dados constatou-se a existência dos seguintes resultados:

Gráfico 4- Escolaridade do paciente/vítima



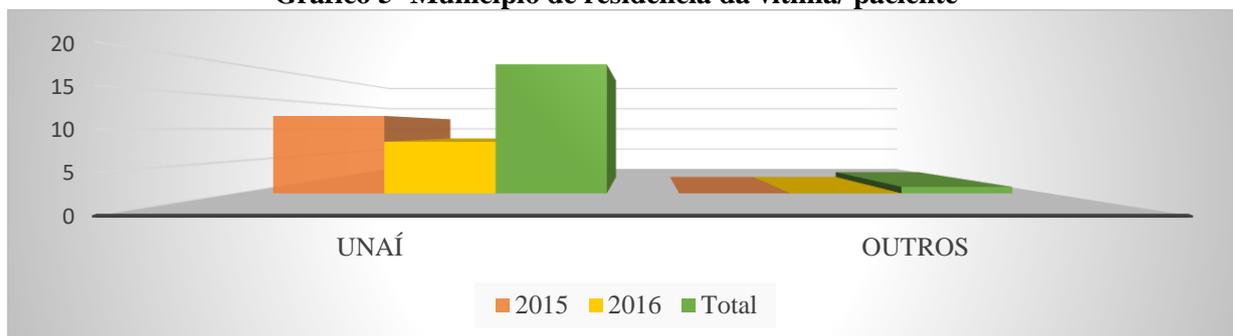
Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Pelo gráfico pode-se observar que os dados referentes à escolaridade, foram por vezes não informados com total de 06(seis) casos em 2015 e 04(quatro) em 2016, seguidos do maior número de casos informados sendo 03(três) de 1ª a 4ª séries incompletos e 03(três) de 5ª a 9ª séries incompletos, nos dois anos juntos. A educação está prevista no Estatuto da criança e do Adolescente (ECA), como direito fundamental na vida das crianças e adolescentes, pois influência no desenvolvimento social e saudável dos mesmos. Estudos apontam que 77% dos

pacientes/vítimas de violência em Presidente Prudente- SP possuíam ensino fundamental (FERRI; PARRÃO, 2014). Nos estudos de Freitag (2010), no que diz respeito à escolaridade, grande parte das crianças e adolescentes, cerca de 70%, estão cursando o ensino fundamental que se permeia entre a 5ª e 8ª série. Assim, pelos dados observados, pode-se perceber que há um pequeno atraso na escolaridade dos afetados pela violência, visto que a faixa etária principal não condiz com a idade certa na escolaridade mais prevalente, porém é notório a não informação dos dados de escolaridade de todos os casos.

Em referência ao município de residência do paciente/vítima, ao analisar os dados identificou-se a existência dos seguintes resultados:

Gráfico 5- Município de residência da vítima/ paciente

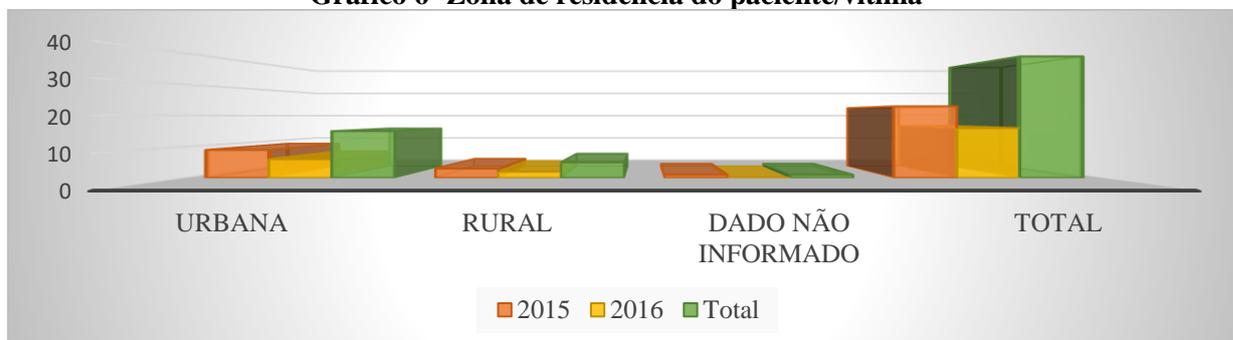


Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

De acordo com o gráfico, as vítimas, em sua maioria, residiam no município de Unaí-MG, com exceção de um caso em que a vítima, no ano de 2015, residia no município de Arinos. Quanto ao local da violência, tal doutrina traz a residência da vítima ou proximidades, como o lugar de maior incidência de casos, locais próximos à residência do autor também é mencionado (PELISOLI et al, 2010). Levando em consideração tais aspectos mencionados, pode-se concluir que o município de residência tem maior prevalência de violência que em outros municípios, já que a residência se encontra no município em que se reside, como verificado na pesquisa.

Em relação à zona de residência do paciente/vítima, ao analisar os dados constatou-se a existência dos seguintes resultados:

Gráfico 6- Zona de residência do paciente/vítima



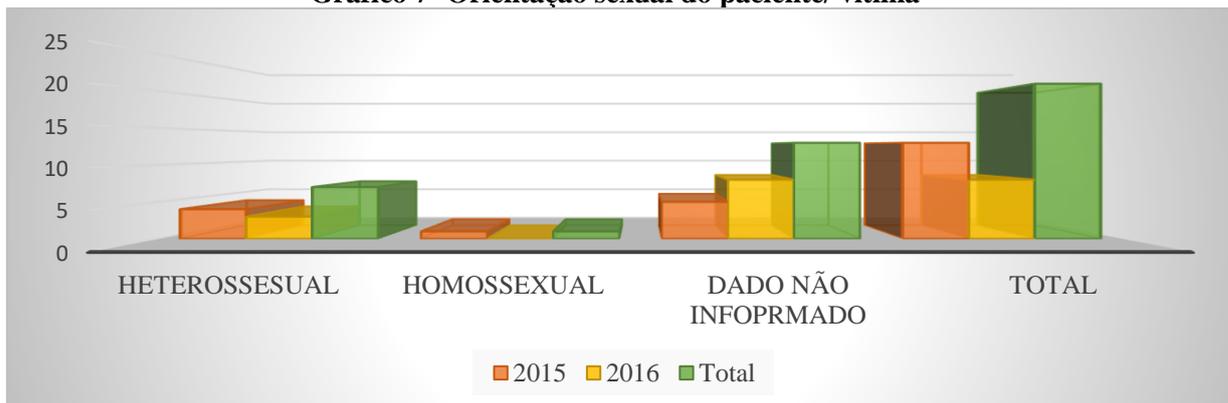
Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

De acordo com o gráfico, a maior parte dos casos de violência ocorreu na zona urbana, 09(nove) casos em 2015 e 06 (seis) em 2016. A violência ocorre principalmente nas residências das vítimas o que mostram várias pesquisas. As situações de violência urbana são mais frequentes que na zona rural, as crianças e os adolescentes ficam expostos a riscos maiores

tendo em vista que as drogas ilícitas e lícitas estão presentes em maior quantidade, já que a aglomeração de pessoas é maior, o que faz com que essas vítimas se tornem vulneráveis a estas situações (BRASIL, 2010). Conclui-se que a violência contra a criança e o adolescente está presente em maior quantidade na zona urbana, tal fato pode ser levado em conta pela quantidade da população ser maior nesta área, o que gera mais conflitos e consequentemente violência.

No que se refere à orientação sexual do paciente/vítima, ao analisar os dados constatou-se a existência dos seguintes resultados:

Gráfico 7- Orientação sexual do paciente/ vítima

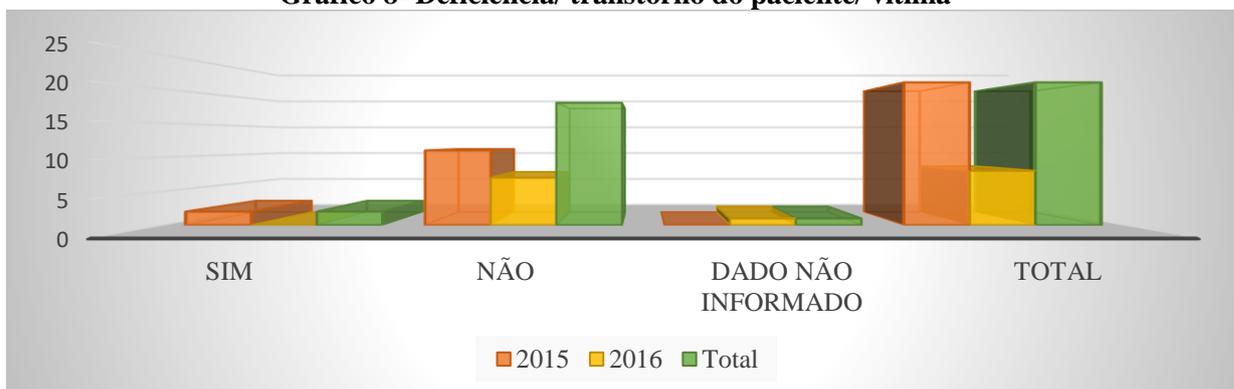


Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Segundo dados apontados no gráfico, esse tópico é pouco informado, já que as fichas analisadas totalizaram 13(treze) casos no geral que não foram informados quanto à orientação sexual, seguidos de 04(quatro) casos em 2015 e 03(três) em 2016 classificados como heterossexual, e 01 caso em 2015 de homossexual. De acordo com o manual de preenchimento do SINAM, as vítimas de violência, o tópico de orientação sexual deve ser abordado à vítima de violência com cautela e precaução quando se tratar de criança ou adolescente pelo fato de estarem passando por processo de desenvolvimento da sua orientação sexual, não se deve exigir definição sobre o tipo de assunto (BRASIL, 2015). Levando-se em consideração o que foi observado, a criança e o adolescente não apresentam condições psicológicas para definir a sua orientação sexual, o que pode ser considerado como causa para o dado ser predominantemente não informado.

No que se refere à presença de alguma deficiência/ transtorno do paciente/vítima, ao analisar os dados constatou-se a existência dos seguintes resultados:

Gráfico 8- Deficiência/ transtorno do paciente/ vítima



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

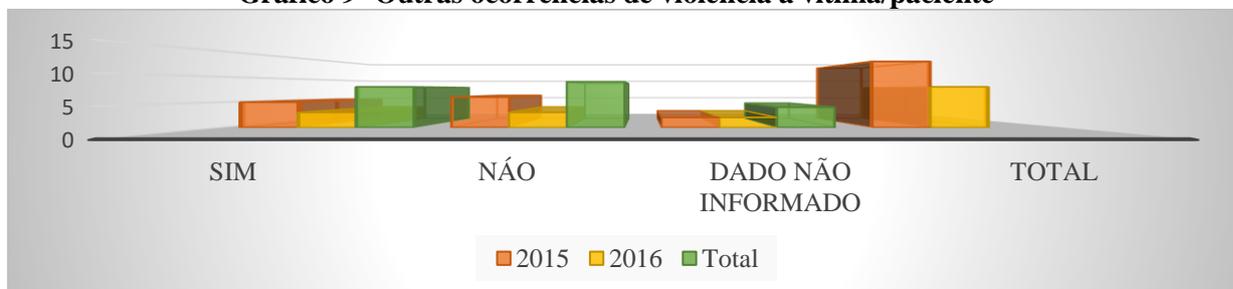
Segundo o gráfico a maioria das vítimas não era portadora de deficiência/ transtorno como mostra, em 2015 houve apenas 02(dois) casos de transtorno mental, e em 2016 nenhum relatado. Segundo doutrina, o Ministério da Saúde no Brasil refere à estimativa de 10% a 20% de crianças e adolescentes dessa população com diagnóstico de algum transtorno mental (HILDEBRAND et al, 2013). Em virtude dos fatos mencionados, percebe-se que a incidência de deficiência e transtorno em Unaí tem um índice baixo, uma vez que as relatadas ocorreram em 2015, não ocorrendo novamente em 2016. Assim, diante dos fatos, pode-se verificar que o exposto foi fundamental para o conhecimento sistemático dos principais aspectos relacionados à caracterização pessoal da vítima, para que fosse possível conhecer o perfil principal da vítima de violência à criança e o adolescente.

4.2 VIOLÊNCIA SEXUAL ATRAVÉS DE FORÇA CORPORAL E ESPANCAMENTO DEFINE O PERFIL DA AGRESSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM UNAÍ/MG

A segunda categoria definida nesta pesquisa refere-se ao perfil da agressão à vítima/paciente que consiste em: outras ocorrências de violência em 08(oito) casos; o motivo da violência na maior parte das vezes é ignorado na notificação com 17(dezessete) casos; o principal tipo de violência que acomete as crianças e adolescentes de Unaí/MG é a sexual com 14(catorze) casos; enquanto que o meio de agressão mais utilizado é a força corporal e o espancamento com o total de 11 casos. Tal afirmativa é consolidada pela análise dos gráficos 09 a 12, cujos dados referem-se à análise de outras ocorrências de violência contra a vítima/paciente; motivo da violência; tipo de violência e meio de agressão utilizado.

No que concerne à ocorrência de outras situações de violência do paciente/vítima, ao analisar os dados verificou-se a existência dos seguintes resultados:

Gráfico 9- Outras ocorrências de violência à vítima/paciente



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

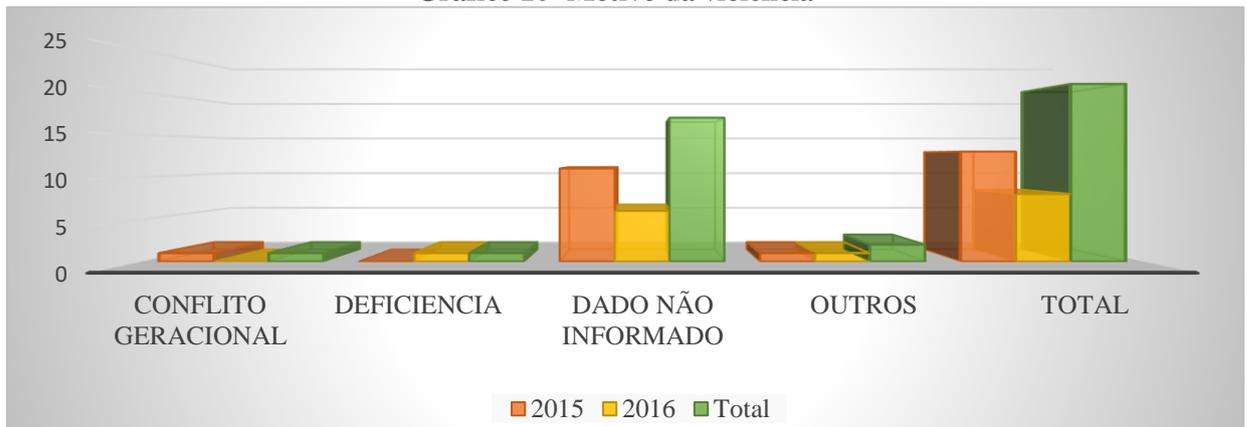
De acordo com os dados no gráfico a recorrência de casos de violência é grande, ocorreram 05(cinco) casos em 2015 e 03 (três) em 2016, tendo apenas um caso a mais nos que relataram não ter tido outras agressões com o total de 09(nove).

O ato de violência é recorrente em maior parte em casos de violência doméstica, na qual o autor é alguém conhecido, tal ato reflete numa relação de exploração e relação de poder com a vítima, que é repetido pelo mesmo autor (SGROTT et al, 2011).

Assim, observa-se que os casos de recorrência, em grande parte, ocorrem com pessoas conhecidas, do convívio da vítima, o constante contato permite a agressão que em grande parte é permeada por ameaças, para garantia do silêncio da situação, o que permite sua reincidência.

Com relação ao motivo que levou ao ato de violência a paciente/vítima, ao analisar os dados verificou-se a existência dos seguintes resultados:

Gráfico 10- Motivo da violência

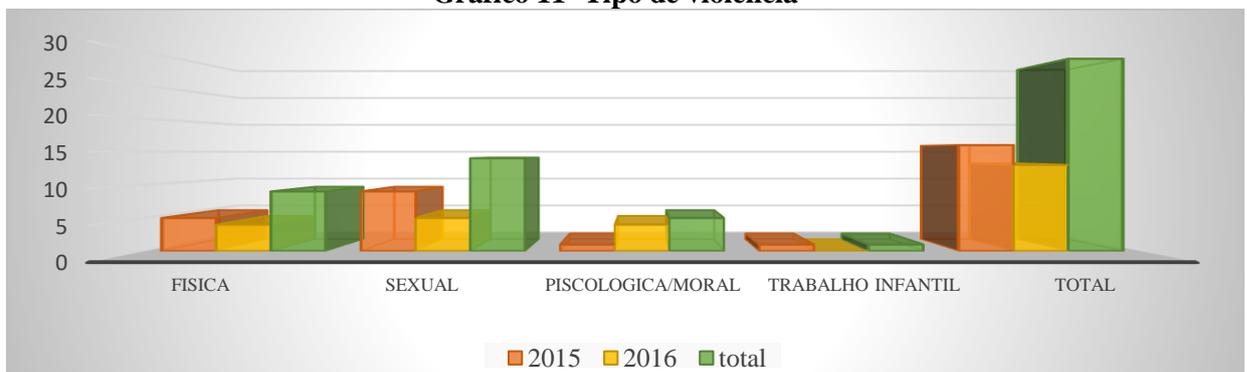


Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Segundo o gráfico acima, pouco foi relatado, sendo observado um caso motivado por conflito geracional em 2015 e um por deficiência em 2016. De acordo com o manual de notificação, o conflito geracional é aquele em que há diferenças sociais, culturais ou entre as idades, que pode ter sido gerado por diferenças nos valores ou conflitos entre gerações mais novas com mais idosas. Já a deficiência como motivo é tida como alvo de preconceito, falta de respeito, desprezo com a pessoa portadora de alguma deficiência (BRASIL, 2015). Observa-se que o motivo que levou à violência não é muito considerado ao preencher a ficha de notificação, apesar de a informação ser de preenchimento obrigatório, por vezes, não é preenchida corretamente.

Em referência ao tipo de violência a paciente/vítima, ao analisar os dados, constatou-se a existência dos seguintes resultados:

Gráfico 11- Tipo de violência



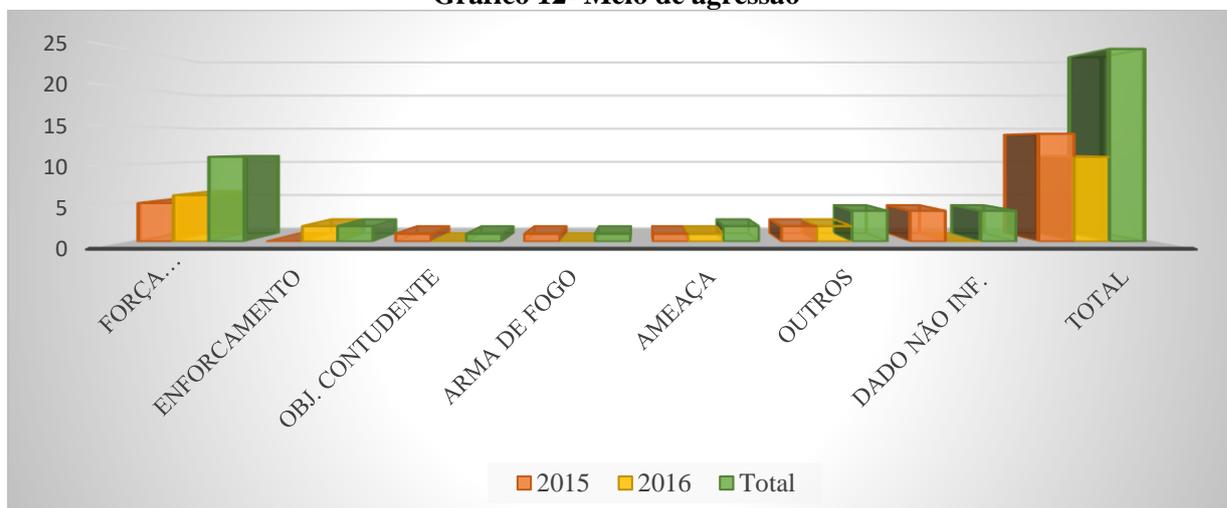
Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Através dos dados dispostos no gráfico, observa-se que o tipo de violência à criança e ao adolescente mais predominante no município, é a sexual, com os respectivos dados: 09 (nove) casos em 2015 e 05 (cinco) em 2016 com um total de 14 casos, seguida pela violência física. De acordo com a pesquisa de Assis et al (2012), as formas de violência se diferenciam de acordo com a idade, podem ocorrer de maneira diferente entre crianças mais novas e mais velhas. A violência sexual está em primeiro lugar na notificação com 41,7% de casos notificados em maior quantidade no sexo feminino, seguida pela violência física. Pode-se perceber que o número de casos de violência sexual no município de Unaí é muito grande, isso pode-se dar pelo fato de nos dias atuais os pais não estarem muito presentes na vida dos seus filhos devido à rotina de trabalho, correria. Podem-se considerar também aqueles pais que não

prestam o cuidado adequado aos filhos, por falta de informação ou por assim terem vivido na infância e acabar praticando o ato que um dia vivenciaram.

Em relação ao meio de agressão, a paciente/vítima, ao analisar os dados constatou-se a existência dos seguintes resultados:

Gráfico 12- Meio de agressão



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

De acordo com o gráfico acima os meios de agressão mais utilizados são: a força corporal e o espancamento com 05 (cinco) casos em 2015 e 06 (seis) em 2016 com o total de 11 casos, visto que o número de meios de agressão, como o enforcamento, aumentou de nenhum caso em 2015 para 02(dois) em 2016. De acordo com Martins e Jorge (2009), o tipo de agressão mais utilizado, em sua pesquisa, foi a de violência física por meio de força corporal e o espancamento com cerca de 75%, acompanhada da violência psicológica em 25% dos casos. Assim, percebe-se que o meio de agressão principal é a força física e o espancamento, o que pode-se considerar que nessa forma de violência a vítima fica vulnerável à ação do agressor.

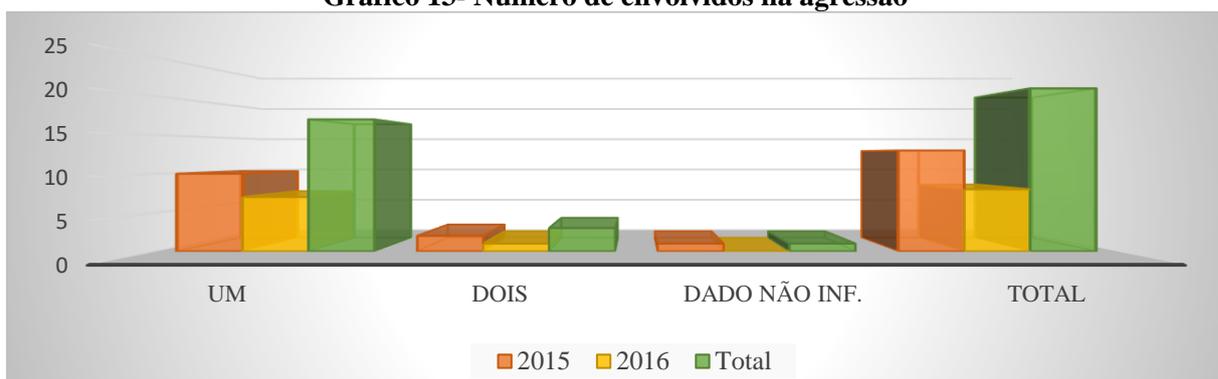
Conclui-se nessa categoria, que grande parte das vítimas já havia sofrido violência 08(oito) casos; e o motivo da violência na maior parte das vezes é ignorado na notificação o que merece investigação; o principal tipo de violência que acomete as crianças e adolescentes de Unaí-MG é a sexual com 14 (catorze) casos; o meio de agressão mais utilizado é a força corporal e o espancamento com o total de 11 casos.

4.3 JOVENS DO SEXO MASCULINO E COM VÍNCULO COM A VÍTIMA REPRESENTAM O PERFIL DO AGRESSOR EM UNAÍ/MG

A terceira categoria definida nesta pesquisa refere-se ao perfil do agressor, que consiste: quanto ao vínculo com a vítima 09(nove) dos agressores eram pessoas conhecidas da vítima, amigos e familiares; o ciclo de vida do agressor variou, cerca de 05(cinco) eram jovens entre 10 a 19 anos no ano de 2015; o gênero do agressor é predominante masculino com 19(dezenove) casos; 09(nove) estavam sob efeito do álcool. Tal afirmativa é consolidada pela análise dos gráficos 13 a 17, cujos dados referem-se à investigação do número de envolvidos na agressão; sexo do provável autor, vínculo com a vítima; idade do agressor e se fez uso de álcool.

No que se refere ao número de envolvidos na agressão ao paciente/vítima, ao analisar os dados constatou-se a existência dos seguintes resultados:

Gráfico 13- Número de envolvidos na agressão



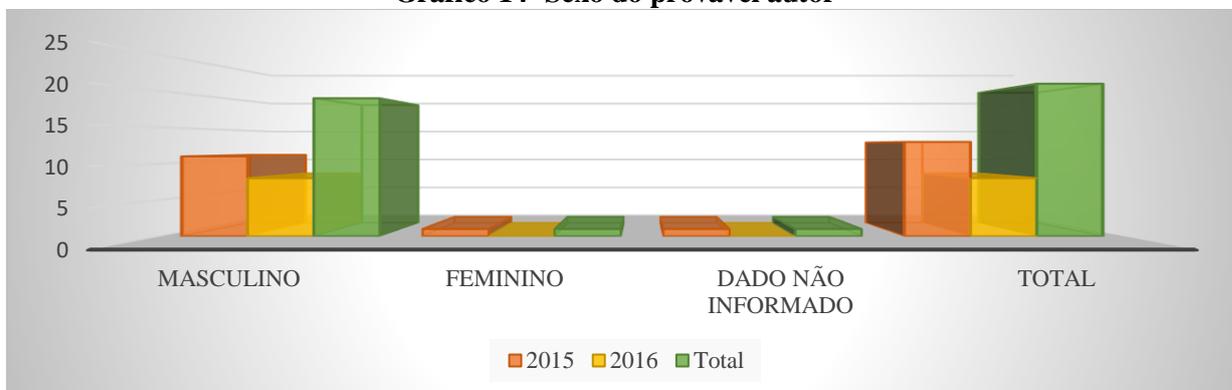
Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

De acordo com o gráfico, o número de envolvidos na agressão, em sua maior parte, foi de um envolvido, em 2015 foram 10 (dez) casos e em 2016 07 (sete) com o total de 17 (dezesete) casos com um agressor. Segundo Santos et al (2014), a maior parte dos envolvidos na agressão à criança e ao adolescente age só, em sua pesquisa ele constatou 495 casos em que o agente agressor foi um e com 75 casos em que eram múltiplos agressores. Assim, pode-se observar que o agente agressor age na maioria das vezes sozinho, o que pode se relacionar com o fato da violência ser com pessoa do convívio familiar da vítima e se repetir por vezes.

No que concerne ao sexo do provável autor da agressão ao paciente/vítima, ao analisar os dados, constatou-se a existência dos seguintes resultados:

55

Gráfico 14- Sexo do provável autor

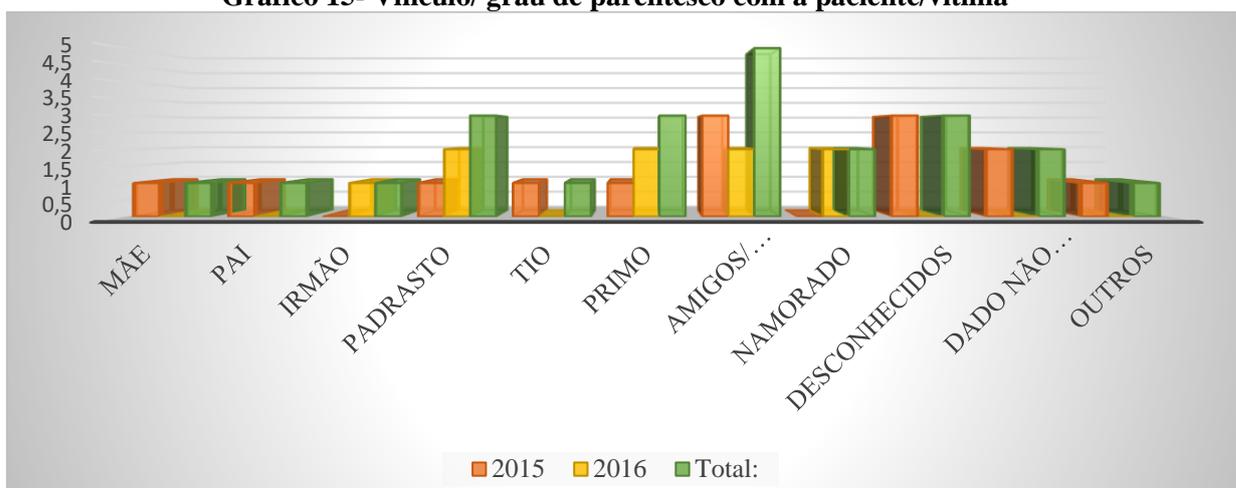


Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Segundo o gráfico, o sexo do autor da agressão é predominante o masculino, como mostra sua incidência, 11(onze) casos em 2015 e 08(oito) em 2016 com o total de 19(dezenove), ainda se observa que houve um caso em que o autor da agressão era do sexo feminino no ano de 2015. Houve diminuição em 2016, não apareceu nenhum caso relatado do sexo feminino. De acordo com Silva (2015), o sexo masculino é o principal autor da violência à criança e ao adolescente, como revela sua pesquisa, com 64% de autores do gênero masculino e 36% feminino. Assim, pode-se concluir que o homem é o principal causador da violência à criança e ao adolescente, tal fato pode ser levado em conta que desde os primórdios o homem se acha superior aos demais e em tal condição acredita que pode usar da força para a violência.

Com relação ao vínculo/ grau de parentesco com a pessoa atendida, ao analisar os dados, constatou-se a existência dos seguintes resultados:

Gráfico 15- Vínculo/ grau de parentesco com a paciente/vítima

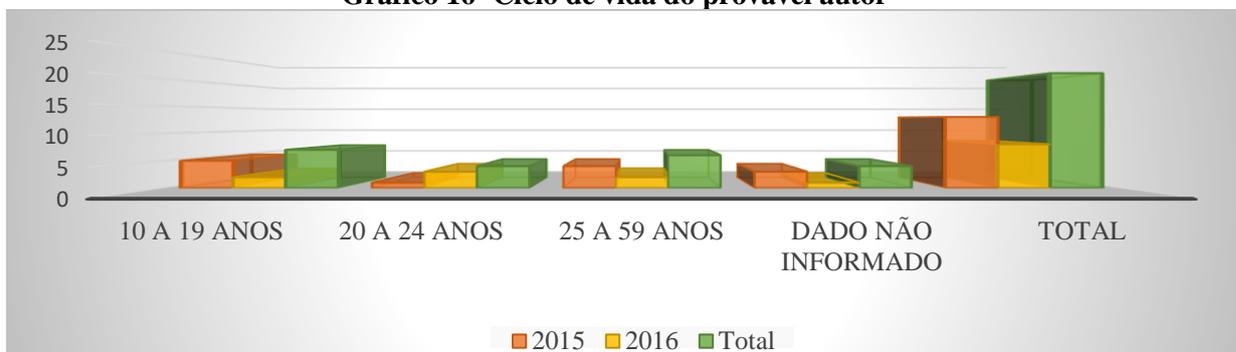


Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

A partir do gráfico, pode-se perceber que o vínculo/grau de parentesco com o paciente/vítima variou sua incidência de um ano para outro, que foi maior em certos grupos em determinado ano, no ano de 2015 a opção amigos/ conhecidos e a de desconhecidos tiveram ambos 03(três) casos cada; já no ano de 2016 não houve casos por desconhecidos, porém observou-se a existência de 02(dois) casos em cada uma dessas opções: amigos/ conhecidos, padrasto, primo e namorado. A maior parte dos casos de violência à criança e ao adolescente ocorre por meio de pessoas conhecidas da vítima, inseridas no seu cotidiano, Olbrich Neto et al (2011) apontam em sua pesquisa que 93,51% era do convívio diário da criança e adolescente, os principais eram os vizinhos em 16,71%, os padrastos 6,02% e os namorados com 11,90% dos casos. Pode-se perceber que, apesar de ocorrência de três casos de violência no município, em que o agente agressor era desconhecido, a outra parte era do convívio com a vítima, o que mostra que a violência ocorre principalmente no ambiente domiciliar por familiares e pessoas conhecidas.

Em referência ao ciclo de vida do provável autor da agressão, ao analisar os dados, constatou-se a existência dos seguintes resultados:

Gráfico 16- Ciclo de vida do provável autor



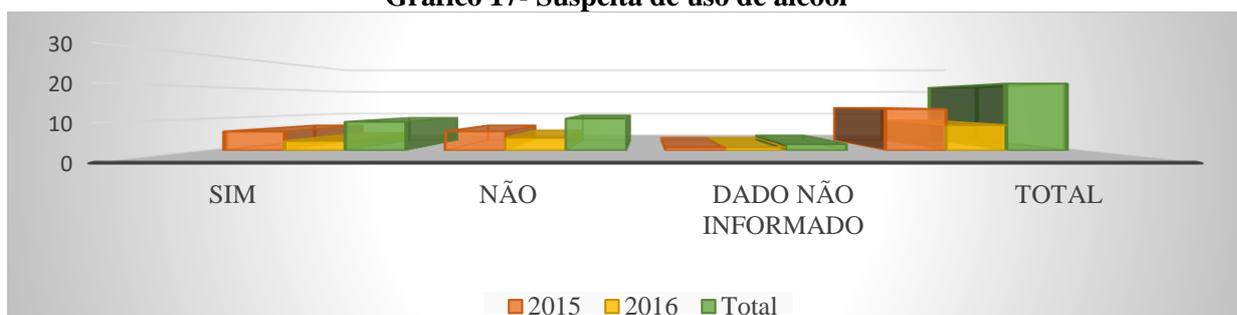
Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Pelos dados dispostos no gráfico, observa-se que o ciclo do provável autor da agressão variou de um ano para o outro, no ano de 2015 houve maior ocorrência com a faixa etária de 10 a 19 anos de 05(cinco) casos, que decaiu para um caso no ano de 2016; já no ano de 2016 a faixa etária com maior prevalência foi a de 20 a 24 anos com 03 (três) casos. A doutrina de Silva et al (2017) mostra em seus resultados como principal autor da violência a crianças e

adolescentes, os agressores com idade entre 20 e 40 anos predominantemente do sexo masculino. Percebe-se que a idade do autor da violência é variável, já que no município a idade prevalente foi mais jovem que a idade da pesquisa citada, deve se considerar a prevalência da idade da população que pode variar.

Em relação à suspeita de uso de álcool, ao analisar os dados, constatou-se a existência dos seguintes resultados:

Gráfico 17- Suspeita de uso de álcool



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

De acordo com o gráfico, o número de autores com suspeita de uso de álcool é muito alto, com o total de 09(nove) casos somando o ano de 2015 e 2016, já os que não fizeram o uso de álcool representam a quantidade de 10(dez) casos no ano de 2015 e 2016 juntos. A doutrina de Baltieri (2005) confirma o resultado do alto índice de consumo de álcool entre os agressores a crianças e adolescentes, 48,51% dos agressores da pesquisa estão envolvidos em problemas com álcool. Dado o exposto, percebe-se que o uso do álcool influencia muito na prática da violência à criança e ao adolescente, apesar de o álcool ser uma droga psicoativa, não pode ser usado como desculpa para o ato de violência.

Como se pode observar na categoria, o agressor age na maior parte das vezes sozinho, o que pode ser relacionado ao vínculo, o qual grande parte são pessoas conhecidas da vítima, amigos e familiares; quanto ao ciclo de vida do agressor, variou, cerca de 05(cinco) eram jovens entre 10 a 19 anos, 19(dezenove) casos; quanto ao uso de álcool 09(nove) estavam sobre efeito do álcool o que portanto, pode ser considerado um agravante para a violência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da realização da pesquisa, pôde-se constatar que apesar dos direitos sociais alcançados na história em benefício da qualidade de vida à criança e ao adolescente, estes se encontram na sociedade ainda vitimados pela violência. Afinal, muitas crianças e adolescentes não se encontram com seus direitos fundamentais respeitados. O número de vítimas de violência entre a faixa etária de 0(zero) a 19(dezenove) anos é alto no Brasil, como verificado na pesquisa.

Pode-se dizer que o objetivo deste trabalho foi alcançado, teve a intenção de conhecer os tipos de violência existentes contra as crianças e adolescentes, bem como, qual o vínculo das vítimas com o agressor. Este resultado pode ser verificado nos itens 4.2 e 4.3 (categorias de análise), através dos dados obtidos, foi observado que o principal tipo de violência presente no município é a sexual em seguida da violência física. Quanto ao vínculo das vítimas com o agressor, foi constatado que a maior parte dos agressores era amigos/ conhecidos da família e os próprios familiares.

Diante dos resultados obtidos, percebe-se que apesar da diminuição do número de casos de violência no município de Unaí MG, no ano de 2015 de 13(treze) casos para 08(oito) em 2016, ainda é grande com quase um caso notificado ao mês no SINAM. Observou-se que o

perfil epidemiológico de crianças e adolescentes vítimas de violência no município de Unaí/MG, é definido principalmente por meninas na pré-adolescência, da cor parda e residentes na zona urbana.

Por fim, ressalta-se que o ato de violência desrespeita as crianças e os adolescentes, não garante seu desenvolvimento saudável, como é determinado e assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual prevê a proteção deles. Pode-se verificar que a enfermagem é fundamental no atendimento à criança e ao adolescente vítima de violência, já que está é responsável, na maioria das vezes, pelo acolhimento no atendimento primário. Espera-se que esta pesquisa contribua para otimizar a assistência de enfermagem às crianças e aos adolescentes vítimas de violência, e que auxilie na conscientização e conhecimento acerca do tema, com o objetivo de ampliar a atenção e cuidados da equipe de enfermagem frente a este problema. Sugere-se que seja utilizado como instrumento de conhecimento e conscientização para sociedade quanto aos seus direitos fundamentais, para que se garanta qualidade de vida a esta população.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, D. C.; ASSIS, S. G. A (in)visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. **SciELO**. Rio de Janeiro, v.27. n. 5. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2011000500003> Acesso em: 10 mar. 2017.

ABRINQ. **Cenário da infância e adolescência no Brasil 2017**. Chega de trabalho infantil. São Paulo. 2017. Fadc. Disponível em: <<http://www.chegadetrabalhoinfantil.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Cenario-2017-PDF.pdf>> Acesso em: 02 mar. 2017.

ALMEIDA, Y, FS. **O vínculo afetivo e suas contribuições para a relação professor-aluno**. XI Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação – SEPesq, 2015, Alto Teresópolis. Rio Grande do Sul. Semana de Extensão. Alto Teresópolis. 2015. Disponível em: <https://www.uniritter.edu.br/files/sepesq/arquivos_trabalhos/3611/710/862.pdf> Acesso em: 15 abr. 2017.

ALVES, J, M et al. Notificação da violência contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde. **Rev. Fac. Ciênc. Méd.** Sorocaba, Sorocaba, SP. Vo 19. Nº 1. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/RFCMS/article/view/26596>> Acesso em: em 15 ago. 2017.

BAARS, R. **Levantamento sobre crianças em situações de risco no Brasil**. Biblioteca digital. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/4864>> Acesso em: 02 mar. 2017.

BALTIERI, D, A. **Consumo de álcool e outras drogas e impulsividade sexual entre agressores sexuais**. 2005. 162 f. Dissertação-(Psiquiatria)- Universidade de São Paulo. São Paulo. 2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-22032006-221450/pt-br.php>> Acesso em: 15 ago. 2017.

BANDEIRA, N. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes: da denúncia ao atendimento**. 2009. 125 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Assis, São Paulo. 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/97537/bandeira_n_me_assis.pdf?sequencia=1> Acesso em: 10 mar. 2017.

BAPTISTELLA, P, A; PAES, J; MORAES, A, J; SEGALLA, L; CARNAZ, A, M. **Pesquisa qualitativa e quantitativa**. Slideshare. 2011. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/jlpaesjr/pesquisa-qualitativa-e-quantitativa?qid=fcbea8e2-d64e-4d56-96d4-ad7f42dee909&v=&b=&from_search=1> Acesso em 14 abr.2017.

BARBOSA, F, G. **Formas de prevenir a violência sexual contra a criança na escola** - um olhar da psicanálise e da saúde pública. 2008. 100 f. Dissertação- (Mestrado em Psicanálise) – Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro. 2008. Disponível em: <https://www.uva.br/mestrado/dissertacoes_psicanalise/1_GABRIELLA_FERRARESE_BARBOSA-formas_de_prevenir_a_violencia_sexual_contra_a_crianca_na_escola_um_olhar_da_psicanalise_e_da_sa.pdf>

BASTOS, B, R, A. **Violência contra a criança e o adolescente Exploração Sexual Infanto Juvenil: Prostituição Infantil**. 2008. 82 f. Monografia – (Especialista em Direito da Criança e do Adolescente) – Fundação da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, Mato Grosso, 2008). Disponível em: <http://www.escoladeconselhospara.com.br/upload/arq_arquivo/1361.pdf> Acesso em 10 mar. 2017.

BITTAR, C, B. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**. São Paulo. 12º edição.p 212.304p. Editora Saraiva. 2014.

CAVALLI, M. Violência estrutural: Enfrentamentos para o Serviço Social? **Revista Index**. s.d. Disponível em:<<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2596/2302>> Acesso em: 10 mar. 2017.

CECHINEL, A; FONTANA, S, A, P; GIUSTINA, K, P, D; PEREIRA, A, S; PRADO, S, S. **ESTUDO/ANÁLISE DOCUMENTAL: uma revisão teórica e Metodológica**. Unesc. Criciúma. Vo 5. n°1. 2016. Disponível em:<<http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/2446>> Aceso em: 19 jul. 2017.

CRUZ, R. M. B. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes: os (des) caminhos entre a denúncia e a proteção**. 2013. 143 f. Dissertação – (Doutorado em Medicina) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-97NF2G>> Acesso em: 20 fev. 2017.

FABRINO, N, V. **Afetividade e base familiar: norteadores da formação da personalidade**. 2012. 36f. Dissertação (Licenciatura em pedagogia)- Faculdade Norte Capixaba de São Mateus. São Mateus, 2012. Disponível em: <http://saomateus.multivix.edu.br/wp-content/uploads/2013/05/Afetividade-e-base-familiar_norteadores-da-formacao-da-personalidade.pdf> Acesso em: 15 abr. 2017.

FERRI, M, E, C; PARRÃO, J, A. Faces da violência contra a criança e o adolescente em Presidente Prudente/SP. **Revista Index**. Presidente Prudente SP. v. 9. n° 9. 2014. Disponível em:<<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewArticle/3317>> Acesso em 15 ago. 2017.

FIGUEIREDO, F. E. **Vínculos e psicoterapia: A linguagem silenciosa**. 2005. 56f. Dissertação - (Graduação em psicologia) - Centro universitário de Brasília. Brasília 2005. Disponível em < <http://www.repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/3040/2/20010738.pdf>> Acesso em: 15 abr. 2017.

FREITAG, C. A. O perfil das Crianças e Adolescentes atendidas no Programa Sentinela: Compreendendo o Fenômeno da Violência. **Index Revista**. Londrina, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/download/10072/9104>> Acesso em: 15 abr. 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: < <http://wp.ufpel.edu.br/ecb/files/2009/09/Tipos-de-Pesquisa.pdf>> Acesso em 14 abr. 2017

GODINHO, L. B. R; RAMIRES, V. R. R. Violência contra a criança. **Psicol. Argum.** Curitiba, v. 29, n. 66, 2011. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/PA?dd1=5290&dd99=view>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

HAYECK, C. M. **A violência contra crianças e adolescentes ao longo dos séculos e os atuais trâmites institucionais de atendimento aos sujeitos vitimizados**. In: ANPUH-XXV Simpósio nacional de História. Fortaleza, 2009. Artigo. Fortaleza, CE. 2009.

HILDEBRAND, N, A et al. Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes. **SciELO**. Campinas SP. v. 28, n. 2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722015000200213> Acesso em: 15 ago. 2017.

IBGE. **Sistema de Informações de Agravos de Notificação** – SINAM. 2017. Disponível em: <<http://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/ministerio-da-saude/sistema-de-informacoes-de-agravos-de-notificacao-sinan.html>> Acesso em 14 abr. 2017

_____. **Síntese de indicadores sociais. Uma análise das condições de vida da população Brasileira**. Biblioteca IBGE. Rio de Janeiro, N° 32. Biblioteca IBGE. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>> Acesso em: 02 mar. 2017.

IOSIF, F, M, G. **A qualidade da educação na escola pública e o comprometimento da cidadania global emancipada: Implicações para situações de pobreza e desigualdade no Brasil**. 2007. 309 f. Dissertação – (Doutorado em Política social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: < http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2560/1/Tese_RanilceMascarenhasGIosif.pdf> Acesso em: 02 mar. 2017.

MARTINS, C. B. G; JORGE, M. H. P. M. Maus-tratos infantis: um resgate da história e das políticas de proteção. **SciELO**. São Paulo, v. 23, n. 03. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103210020100003018> Acesso em: 20 fev. 2017.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 6. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2005. Disponível em: <<http://www.institutophd.com.br/blog/pesquisa-quantitativa-e-pesquisa-qualitativa-entenda-a-diferenca>…> Acesso em 14 abr. 2017.

MINAYO, M. C. S. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Rev. bras. Saúde Matern. Infant.** v. 1. n. 2. 2001 Recife, PE. Scielo. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292001000200002> Acesso em: 20 fev. 2017.

MORAIS, R L, G, L. **Violência contra criança e adolescente: Percepção dos profissionais**. 2012. 109 f. Dissertação – (Mestrado em saúde pública) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Jéqueie, Bahia. 2012. Disponível em: <<http://www.uesb.br/ppgenfsaude/dissertacoes/turma3/ROBERTA%20LAISE%20GOMES%20OLEITE%20MORAIS.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2017.

MOREIRA, D, P. **Exposição à violência delinquencial e fatores associados entre adolescentes de uma comunidade de baixa renda**. 2009. 70 f. Dissertação – (Mestrado em saúde coletiva) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Ceará, 2009. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFOR_35a954975a73fbf97232809ab4b44902/Cite> Acesso em: 10 mar. 2017.

OLBRICH NETO, J et al. Perfil dos agressores e das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Revista Ciência em extensão.** v.7, n.2, p.71, 2011. Disponível em: <http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/475/611> Acesso em 15 ago. 2017.

OLIVEIRA, I. S. **Trajatória histórica do abuso sexual contra criança e adolescente**. 2006. 45 f. Monografia – (Graduação em Psicologia) - Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2879/2/20161641.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2017.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro. 2009. Organização das Nações Unidas (ONU). Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2017.

PEDERSEN, R. J. **Abuso sexual intrafamiliar: do silêncio ao seu enfrentamento**. 2010. 136 f. Dissertação - (Mestrado em Serviço social) - Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2010. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5140?locale=en>> Acesso em: 10 mar. 2017.

PELISOLI, C et al. Violência sexual contra crianças e adolescentes: dados de um serviço de referência. **Temas em Psicologia**. Porto Alegre RS, 2010, v. 18, n. 1, p. 85 – 97. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-389X2010000100008> Acesso em: 15 ago. 2017.

RAMOS, M, L, C, O; SILVA A, L. Estudo Sobre a Violência Doméstica Contra a Criança em Unidades Básicas de Saúde do Município de São Paulo – Brasil. **Scielo**. São Paulo, v. 20, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000100016> Acesso em: 10 mar. 2017.

RODA, V.P. **Prevenção da violência contra a criança:** construção de um projeto de intervenção em uma unidade de atenção primária da Região central metropolitana. 2011. 79 f. Dissertação- (Mestrado em Saúde coletiva) - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.fcmsantacasasp.edu.br/images/Pos-graduacao/dissertacoes-e-teses/MP-saude-coletiva/doutorado/2011-Vivian-Patricia-Roda.pdf>> Acesso em 10 mar. 2017.

RODRIGUES, M, N, S. **Violência Intrafamiliar:** O Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes. 2014. 157 f. Dissertação – (Mestrado em ciências sociais) – Universidade Federal do Maranhão. 2014. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwix_> Acesso em: 02 mar. 2017

SANTOS, C, A et al. Agressor sexual de crianças e adolescentes: análise de situações relacionadas à violação e vítimas. **Adolescência & Saúde**. Rio de Janeiro, v 12, nº 3. 2014. Disponível em: < http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=519 > Acesso em: 15 ago. 2017.

SANTOS, D.H. **Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes e afirmação de direitos:** a notificação compulsória no hospital das clínicas de Pernambuco. 2013. 191 f. Dissertação – (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE. 2013. Disponível em:<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sistema_vigilancia_violencia_acidentes.pdf> Acesso em 20 fev. 2017.

SGROTT, B, C et al. Escola: Um espaço de revelação da violência doméstica contra crianças e adolescentes. **Psicol. Argum.** Curitiba. v. 29, Nº. 66. 2011. Disponível em:<<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjt3M7xkM7WAhX>>.Acesso em: 15 ago. 2017.

SILVA, P, A. **Notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes como exercício de poder e resistência.** 2015. 163P. Dissertação-(Enfermagem e saúde)- Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande. 2015. Disponível em:<<http://repositorio.furg.br/handle/1/6504> >Acesso em: 15 ago. 2017.

SILVA, P, A et al. Violência contra crianças e adolescentes: características dos casos notificados em um Centro de Referência do Sul do Brasil. **SciELO**. Rio grande do Sul. Nº 46. 2017. Disponível em:< http://scielo.isciii.es/pdf/eg/v16n46/pt_1695-6141-eg-16-46-00406.pdf> Acesso em 15 ago. 2017.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015 Adolescentes de 15 e 17 anos do Brasil.** Mapa da violência. Rio de Janeiro, 2015. Mapa da violência. Disponível em:<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015_adolescentes.pdf> Acesso em: 02 mar. 2017.

CONTROLE DE PLANTAS DANINHAS COM HERBICIDAS MIMETIZADORES DE AUXINAS EM PASTAGEM DE BRAQUIÁRIA-DECUMBENS

LOUZADA, Daniel Santana¹
SODRÉ FILHO, Joilson²

RESUMO: Objetivou-se neste trabalho analisar a eficácia de dois herbicidas mimetizadores de auxinas. O experimento foi desenvolvido em Unaí-MG, em pastagem de braquiária-decumbens. Os tratamentos foram as misturas comerciais de 2,4-D+picloran e de fluroxípir+aminopiralde, nas dosagens de 25% e de 100% da dose recomendada em bula. As avaliações foram feitas por contagem das plantas daninhas, escala de notas aos 7, 14 e 28 dias após a aplicação (DAA) e coleta de braquiária-decumbens. Não houve diferença significativa entre os produtos comerciais utilizados no controle das plantas daninhas. Já nas doses e nas épocas de avaliações, constatou-se diferença significativa, obtendo maior eficiência de controle na dose 100%, aos 28 DAA. Não houve perda significativa de massa seca da braquiária-decumbens por efeito de fitotoxicidade, assegurando, assim, o uso dessas formulações comerciais.

Palavras-chave: 2,4-D. Fluroxípir. Doses. *Urochloa decumbens*.

1 INTRODUÇÃO

O controle de plantas daninhas em pastagens pode ser feito por vários métodos, os quais dependem de condições de exploração e da disposição de mão de obra, implementos e recursos financeiros. O método químico é o mais usado pela praticidade de se manusear e pelo menor custo comparado aos demais para o controle das plantas daninhas que causam danos e prejuízos ao pecuarista (SILVA et al, 2006).

Segundo Castro Júnior et al (2008), a utilização de herbicidas mimetizadores de auxinas em pastagens –de acordo com indicações com variações de doses comerciais no rótulo, voltados à indiferença da grande maioria dos pecuaristas em ganhar consultorias agrônomicas com planejamentos e posicionamentos de manejo nas aplicações –, justifica-se a realização de pesquisas e estudos voltados a essa área.

Dessa maneira, o objetivo geral deste trabalho foi demonstrar a eficiência que se tem com o uso de herbicidas mimetizadores de auxinas para o controle das plantas daninhas que se disseminam em pastagens.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTROLE DE PLANTAS DANINHAS EM PASTAGENS

A maior parte das pastagens plantadas no território brasileiro é composta pela espécie das braquiárias. Esse gênero possui mais de 100 espécies encontradas em regiões tropicais e subtropicais, sendo originário da África (OLTRAMARI, PAULINO, 2009). As plantas do gênero *Urochloa* (Syn. *Brachiaria*) podem ser definidas como sendo de grande flexibilidade de uso e de manejo, com a maioria dessas espécies tolerante a uma imensidão de fatores limitantes, principalmente, ao meio e às condições restritivas de uso (GIMENES, s.d.).

Quando se fala de controle e manejo de plantas daninhas, dos métodos de controle acessíveis, o químico é um dos mais utilizados pela praticidade e menor custo no seu controle

¹Egresso do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí.

²Orientador. Doutor em Agronomia. Professor na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí.

(SILVA et al, 2007). Ao se observar todos os métodos de manejo de controle de plantas daninhas e optar pelo controle químico, deve-se levar em consideração para a escolha o herbicida, que seja econômico para cada caso, verificar as condições da pastagem, e verificar se existe um número suficiente de plantas forrageiras para ocupar o lugar das plantas invasoras que irão ser controladas.

Para Castro Júnior et al (2008), o uso de herbicidas nas pastagens, com a indicação variável das doses comerciais que se visualiza em rótulo, justifica a realização de pesquisas nessa área.

2.2 HERBICIDAS MIMETIZADORES DE AUXINAS

Atualmente existem mais opções no mercado com o aparecimento de novos produtos e de outros que estão em fase de registro. O mais recomendado é o 2,4-D na forma amina, e na associação 2,4-D+picloran (MASCARENHAS et al, 1999). Em espécies sensíveis, os herbicidas hormonais causam excessiva divisão celular, agindo no câmbio vascular, na endoderme, no periciclo e no floema, e o aparecimento de raízes aéreas, decorrente formação de tumores no meristema, havendo multiplicação e engrossamento nas raízes e no caule da planta, como o sintoma de maior manifestação nas espécies dicotiledôneas (SILVA et al, 2007).

Os herbicidas que foram usados no presente trabalho mostram-se para as diferentes particularidades, e, segundo Rodrigues e Almeida (2011), a formulação comercial 2,4-D+picloran vem a ser um produto químico sugerido para o controle de plantas dicotiledôneas arbustivas e subarbustivas nas pastagens. Pode ser aplicado como pulverização na folha ou diretamente no toco. A aplicação foliar deve ser aplicada nas épocas quentes e chuvosas. Em áreas que houve reforma de pastagens, a aplicação do produto químico é recomendada após a iniciação do perfilhamento da planta forrageira, para evitar danos por fitotoxicidade. Uma das particularidades do picloran é que ele apresenta grande permanência no ambiente, com continuidade de 20 a 300 dias.

A mistura formulada comercial de fluroxipir+aminopiralde é seletiva, com seu modo de ação sistêmico e usado como pós-emergente em pastagens. Os herbicidas desse grupo possuem no mercado de vendas uma ampla quantidade de produtos com registro podendo ser aplicado inclusive em outras culturas agrícolas (BRASIL, 2013).

3 METODOLOGIA

O experimento foi conduzido no período de 10/03/2017 a 07/04/2017, no Sítio Santana, no município de Unaí-MG, na Rodovia LMG 628 Unaí-Buritis, km 12. Segundo a classificação de Köppen, a região possui clima tropical, classificado como Aw, com a temperatura média de 23,5°C, possuindo duas estações bem definidas, com o inverno caracterizado pelo clima mais seco, e o verão pelo clima mais chuvoso, com umidade relativa do ar de 32,0% e a precipitação média anual é de 1.275mm (DANTAS, 2008).

O delineamento experimental utilizado foi inteiramente casualizado (DIC), com parcelas de 5m x 5m, com cinco repetições de cada tratamento de herbicida, totalizando 500m² em uma área total de 11 hectares de pastagem formada por braquiária-decumbens (*Urochloa decumbens*) que foi implantada no ano de 2005 com plantio tratorizado a lanço. A avaliação foi efetuada em um esquema fatorial 2x2x3 (2 herbicidas, 2 dosagens e 3 épocas de avaliações). Os herbicidas utilizados foram as formulações comerciais das misturas de 2,4-D+picloran e de fluroxipir+aminopiralde. As doses desses herbicidas utilizadas representavam 25% e 100% da dose recomendada em bula. Os diferentes tratamentos estão descritos na Tabela 1.

Tabela 1 –Herbicidas e doses utilizados no experimento, Unaí-MG, 2017

TRATAMENTOS	DOSE DE EQUIVALENTE ÁCIDO (g)	%P.C.*
2,4-D+picloran	48+180	25%
2,4-D+picloran	192+720	100%
fluroxipir+aminopiralde	40+20	25%
fluroxipir+aminopiralde	160+80	100%

* P.C. = produto comercial

Fonte: Autor do trabalho, 2017.

Dentro da área total do experimento, foi feito um estudo prévio para identificar as espécies de plantas daninhas encontradas antes da aplicação dos herbicidas. Foi utilizado um quadro de 50cm x 50cm, lançado aleatoriamente por oito vezes em toda a área experimental, sendo amostrada uma área de 2m². Em cada lançamento, foram identificadas as plantas daninhas e contabilizadas, sendo identificadas nove espécies. A partir desse levantamento, determinaram-se as três espécies daninhas predominantes: *Diodella teres* (mata-pasto), *Senna obtusifolia* (fedegoso) e *Sida glaziovii* (guanxuma), com 58,9%, 36,7% e 0,8% de ocorrência, respectivamente. Essas foram as espécies que seriam avaliadas quanto à eficiência do controle químico.

A aplicação dos herbicidas foi realizada quando as plantas daninhas estavam em pleno desenvolvimento vegetativo, utilizando-se pulverizador costal Jacto, equipado com bico Teejet 80.04 e peneira ranhurada.

As avaliações de controle das espécies daninhas foram realizadas aos 7, 14 e 28 dias após a aplicação (DAA), por meio de observações visuais onde foram atribuídas as seguintes notas: 91-100% – excelente; 81-90% – muito bom; 71-80% – bom; 61-70% – suficiente; 41-60% – regular; 0-40% – nenhum ou péssimo (ALAM, 1974, descrita em CASTRO JUNIOR et al. 2008). As notas foram atribuídas aos tratamentos por contagem das plantas daninhas, avaliando-se as plantas controladas pelo herbicida em cada parcela, dando a nota conforme a porcentagem de plantas daninhas controladas.

Foi realizada uma coleta de amostras de braquiária-decumbens no 1 DAA dos herbicidas, e nas datas das avaliações, aos 7, 14 e 28 DAA, analisando se houve alguma perda de matéria seca por fitotoxicidade causada pela aplicação dos herbicidas. Assim, as quatro amostras coletadas nas seguintes épocas de avaliações 1, 7, 14 e 28 DAA foram encaminhadas ao Laboratório da Faculdade de Ciências e Tecnologias de Unaí, onde foi feita a pesagem para obtenção do peso da massa fresca, logo após levadas para estufa para secagem em um período de 24h. Ao término deste procedimento foi feito novamente a pesagem para obtenção da massa seca.

Os dados obtidos foram submetidos à análise de variância (teste F) e as médias comparadas pelo teste de Tukey ao nível de significância de 5%, utilizando o programa ASSISTAT, versão 7.5 beta (SILVA, AZEVEDO, 2016).

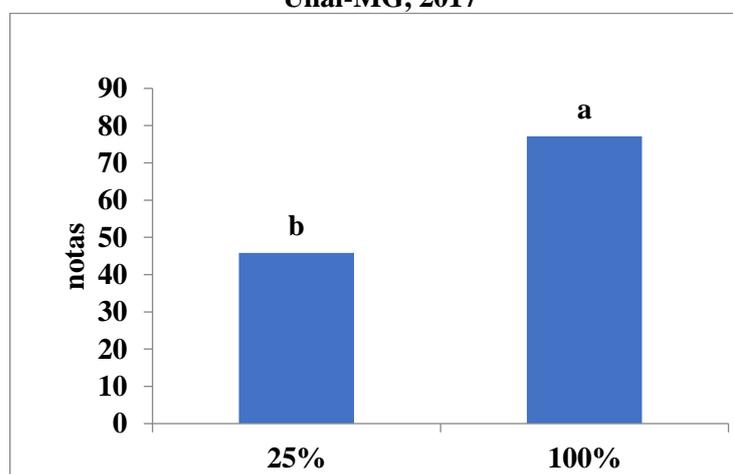
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nas condições deste trabalho, o fator herbicida (H) não apresentou diferença significativa. Já para os fatores dose (D) e época (E), houve diferença significativa, demonstrando que as diferentes doses influenciaram na efetividade do controle das plantas daninhas, e que a época de avaliação mostrou diferentes resultados de controle. Nas análises das interações dos fatores, não houve diferença significativa entre os resultados das interações HxD, HxE e HxDxE. Já a interação Dx E (dose x época) teve um resultado significativo, mostrando que as doses, em diferentes épocas de avaliação, obtiveram diferentes resultados no controle nas plantas daninhas.

Para as médias das notas atribuídas aos herbicidas, o resultado das formulações de 2,4-D+picloran (61%) e de fluroxipir + aminopiralde (62%), não apresentou ter diferença significativa. Assim, tanto faz a utilização de um ou outro, a média do controle ficou entre 60% e 70%, sendo considerado eficiente. Santos et al (2016) concluíram que com doses de 2,4-D+picloran entre 3,72L/ha e 2,78L/ha tiveram um controle de 90% no mata-pasto. Assim, o resultado do presente trabalho pode ser considerado satisfatório.

As médias das notas atribuídas em relação às doses encontram-se no Gráfico 1. Houve diferença significativa entre as doses de aplicação, sendo o melhor resultado na dose de 100%. Com isso, vê-se que o resultado foi sobre a quantidade maior de ingrediente ativo do herbicida, tendo assim automaticamente um gasto significativo a mais perante a outra dose, resultando em maior custo ao produtor. Paula (2013) diz que o efeito do produto comercial fluroxipir+aminopiralde nas doses de 25% a 50% teve uma diferença significativa, em que a dose de 50% mostrou um melhor controle visual.

Gráfico 1 – Média das notas atribuídas às doses utilizadas no controle de plantas daninhas, Unai-MG, 2017



Médias seguidas de letras diferentes diferem entre si (Tukey 5%).

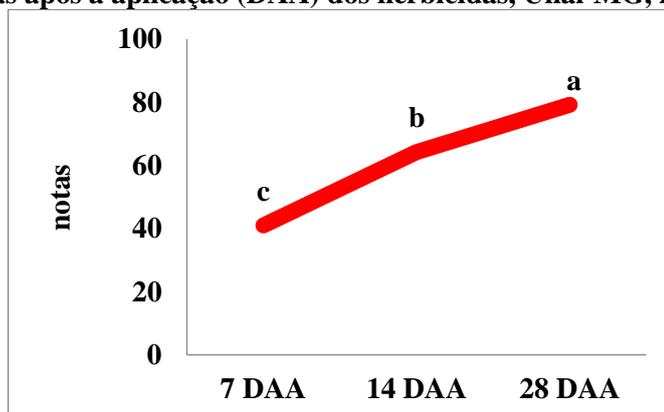
Fonte: Autor do trabalho, 2017.

Silva et al (2007) confirmam a necessidade de doses maiores de 2,4-D+picloran, explicando que geralmente plantas tratadas com herbicidas hormonais ganham maior tolerância com a idade. Além disso, o picloran na planta apresenta efeito lento, porém extremamente persistente, ou seja, a planta não consegue metabolizar rapidamente este herbicida, podendo, às vezes, visualizar o efeito só após 14 DAA.

Dessa forma, observa-se que o fator dose tem grande importância para a economia do pecuarista e a possíveis impactos no meio ambiente, e que a inclusão de outros manejos junto ao controle químico se torna essencial para uma maior eficiência do controle.

A média das notas para cada época de avaliação encontra-se no Gráfico 2, tendo como o melhor controle 28 dias após a aplicação (DAA). Os resultados de 7 DAA e de 14 DAA também mostraram percentual bom de controle. Observando as três épocas avaliadas, notou-se que o resultado do efeito do controle de plantas daninhas foi crescente conforme os dias foram evoluindo.

Gráfico 2 – Média de notas de controle de plantas daninhas nas avaliações feitas aos 7, 14 e 28 dias após a aplicação (DAA) dos herbicidas, Unai-MG, 2017



Médias seguidas de letras diferentes diferem entre si (Tukey 5%).

Fonte: Autor do trabalho, 2017.

Krenchinski et al (2015) encontraram que o 2,4-D+picloran, na dose de 3,5L/ha, expressou controle a partir de 7 DAA, aumentando sua eficiência no decorrer das avaliações de 14 DAA e 21 DAA, chegando a um melhor controle aos 28 DAA. No mesmo trabalho, o fluroxipir+aminopiralde, na dose de 2L/ha, expressou maior controle a partir de 21 DAA, chegando aos 28 DAA com um controle bastante expressivo, corroborando os resultados do presente trabalho.

Os valores das notas de interação entre herbicidas e doses encontram-se na Tabela 2. Não houve diferença significativa na interação dos herbicidas e das doses. Quando se fala em controle de plantas daninhas em pastagens, observou-se, no resultado do experimento, que não houve diferença significativa entre os herbicidas sobre as plantas daninhas. Em relação às doses usadas no experimento, a dose de 100% obteve o melhor controle.

Tabela 2 – Valores de notas da interação entre herbicidas e doses, Unai-MG, 2017

HERBICIDAS	DOSES	
	25%	100%
2,4-D+picloran	44,6	77,2
fluroxipir+aminopiralde	47,0	77,0

Não houve diferença significativa entre si (Tukey 5%).

Fonte: Autor do trabalho, 2017.

Vendrame et al (2014) afirmam que no uso dos herbicidas 2,4-D+picloran e fluroxipir+aminopiralde na interação com as doses 25%, 50% e 100%, com três épocas de avaliação, observou-se que ocorreu diferença significativa entre herbicida e dose somente na primeira avaliação, obtendo seu melhor controle na dose 100%. Seus resultados corroboraram com o resultado do presente experimento, com a melhor eficiência na dose 100% efetivando um bom controle (70% a 80%) de plantas daninhas. Não houve interação dos herbicidas e das épocas de avaliações demonstrando que os diferentes herbicidas usados no experimento não influenciaram na eficiência do controle das plantas daninhas, com o melhor controle aos 28 DAA.

Houve interação entre doses e épocas de avaliações de controle (Tabela 3). Na dose de 25%, a maior nota foi aos 28 DAA, e a menor nota foi aos 7 DAA, o mesmo acontecendo na dose 100%, ou seja, a escala de notas de dose foi significativa em ordem crescente, tendo assim a melhor média de controle na dose de 100%, nas três épocas de avaliação (7, 14 e 28 DAA).

Tabela 3 – Valores de notas da interação entre doses e épocas de avaliações de controle, Unai-MG, 2017

DOSES	ÉPOCAS DE AVALIAÇÃO		
	7 DAA	14 DAA	28 DAA
25%	30,0 bC	46,5 bB	61,5 bA
100%	52,0 aC	82,5 aB	96,9 aA

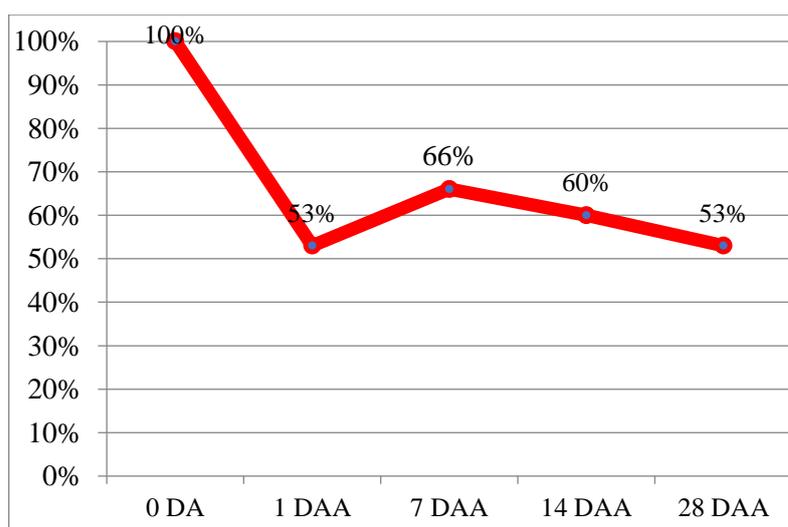
Médias seguidas de letras iguais minúsculas nas colunas e maiúsculas nas linhas não diferem entre si (Tukey 5%).

Fonte: Autor do trabalho, 2017.

No trabalho de Vendrame et al (2014) não houve diferença significativa na interação dos fatores dose e época, apenas no fator dose independente. Isso corrobora com os resultados do presente experimento, no qual as duas doses (25% e 100%) obtiveram seu menor controle aos 7 DAA, e o seu melhor controle aos 28 DAA.

No Gráfico 3 estão os resultados da perda de massa seca da braquiária-decumbens. Não houve diferença significativa dentre os resultados das amostras na época em que foi feita a coleta. Segundo Dan et al (2011), em relação à perda de massa seca após aplicação de herbicida, nas doses abaixo do recomendado por bula, não se teve resultado significativo, apenas nas doses acima do recomendado por bula (100%) o resultado foi significativo. Santos et al (2006) não encontraram sintoma de fitotoxicidade na forrageira, demonstrando que os herbicidas usados são totalmente seletivos para braquiária, e o uso de produtos seletivos registrados para a cultura é de fundamental importância para o bom desempenho agrônomo, do herbicida e da cultura. De acordo com os resultados do presente experimento, ao se usar doses recomendadas na bula, não haverá sintomas de fitotoxicidade na braquiária-decumbens.

Gráfico 3 – Perda de massa seca (%) da braquiária decumbens aos 0, 1, 7, 14 e 28 dias após a aplicação (DAA) dos herbicidas, Unai-MG, 2017.



Fonte: Autor do trabalho, 2017.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas condições deste trabalho, recomenda-se o uso de ambas misturas formuladas na dose de bula indicada pelo fabricante (100%), em que ocorreu o melhor controle aos 28 dias

após a aplicação (DAA). Não houve perda significativa de massa seca por efeito de toxicidade após o uso dos herbicidas.

Os resultados mostram que trabalhos técnicos voltados ao controle químico de plantas daninhas são extremamente viáveis, evidenciando que existe possibilidade de gerenciamento em todo o processo de utilização. Apesar dos resultados, há sempre necessidade de se fazer novos experimentos com doses de 50% e 75% do produto comercial, para se obter uma melhor conclusão sobre o potencial de eficiência das doses recomendadas de bula no controle das plantas daninhas em pastagens de braquiária-decumbens.

REFERÊNCIAS

BRASIL, (2013) **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins. Disponível em: <http://extranet.agricultura.gov.br/agrofit_cons/principal_agrofit_cons>. Acesso em: 8 abr. 2013.

CASTRO JÚNIOR, T. G. et al. Herbicidas no manejo de invasoras em pastagem de *Brachiaria brizanthacv*. Marandu, no Mato Grosso, Brasil. **Revista Acadêmica, Ciências Agrárias e Ambientais**, v. 6, n. 1, p. 109-118, 2008.

DAN, H. A. et al. Supressão imposta pelo mesotrione a *Brachiariabrizantha* em Sistema de Integração Lavoura-Pecuária, **Planta Daninha**, Viçosa-MG, v. 29, n. 4, p. 861-867, 2011

DANTAS, A. A. A. Clima. **Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais**: componentes geofísicos e bióticos. Lavras: UFLA, p. 89-102, 2008.

GIMENES, F. M. de A. **Manejo de pastagens com ênfase em gado leiteiro**. 2º Dia de Campo Integração Lavoura-Pecuária-Floresta do Noroeste Paulista “Mais e melhor leite e carne em Integração Lavoura-Pecuária-Floresta” Disponível em: <<http://pt.engormix.com/MA-pecuaria-leite/administracao/artigos/manejo-pastagens-comenfase-t1216/124-p0.htm>>. Acesso em: 20 set. 2012.

KRENCHINSKI, F. H. et al. Taxas de aplicação e herbicidas no controle de plantas daninhas em pastagem, **Revista Brasileira de Herbicidas**, v.14, n.4, p.271-279, out./dez. 2015.

MASCARENHAS, R. E. B. et al. **Controle de plantas daninhas em pastagens cultivadas na Amazônia Oriental**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1999. 29p.

OLTRAMARI, C. E.; PAULINO, V. T. **FORAGEIRAS PARA GADO LEITEIRO**. Nova Odessa, São Paulo, 2009. 22p. (Relatório de Estágio).

PAULA, C. da S. **Controle químico de *Mimosapudica* em pastagem de *Brachiaria decumbens* com doses reduzidas de herbicidas**. 2013. 37 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/98635>>. Acesso em: 20 set. 2012.

RODRIGUES, B. N.; ALMEIDA, F. S. **Guia de herbicidas**. 6. ed. Londrina: Ed. dos autores, 2011. 697 p.

SANTOS, M. V. et al. Eficácia e persistência no solo de herbicidas utilizados em pastagem. **Planta Daninha**, Viçosa-MG, v. 24, n. 2, p. 391-398, 2006.

SANTOS, L. E. dos et al. Doses reduzidas de herbicidas hormonais no controle de *Sidastrum micranthum*, **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 14, n. 1, p. 899-907, jan./jul. 2016.

SILVA, A. A. et al. **Biologia e controle de plantas daninhas**. Viçosa: Ed da Universidade Federal de Viçosa, 2006. CD-ROM.

SILVA, F. A. S.; AZEVEDO, C. A. V. The Assisat Software Version 7.7 and its use in the analysis of experimental data. **African Journal of Agriculture Research**, v.11, n.39, p.3733-3740, 2016.

SILVA, A. A. et al. Herbicidas: classificação e mecanismo de ação. In: SILVA, A. A.; SILVA, J. F. (Eds.). **Tópicos em manejo de plantas daninhas**. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2007. p. 83-148.

VENDRAME, G. H. M. et al. Manejo químico de *Vismia guianensis* com diferentes misturas de herbicidas auxínicos em área de pastagem de *Brachiaria brizantha*. **Revista de Ciências Agroambientais**, Alta Floresta, MT, v.12, n.1, p.35-41, 2014.

ESCASSEZ, MAL USO E POLUIÇÃO DAS ÁGUAS

RODRIGUES, Reimário de Castro¹

FERREIRA, Marinaldo Loures²

CASTRO, Eloi³

RESUMO: Um dos grandes recursos que boa parte da humanidade ainda tem acesso é recurso hídrico, pois a poluição e o uso desordenado aos poucos estão tornando a água imprópria para o consumo humano. Além do fator poluição, o crescimento demográfico e a economia multiplicam o uso da água e fazem aumentar ainda mais sua demanda. O setor agrícola é um grande vilão da história, pois através do uso desregrado e de forma irregular, acaba por diminuir a disponibilidade do recurso hídrico. Devido a estes e outros fatores é que a temática água vem sendo alvo de preocupação constante na vida da população, pois ela é como fonte de vida e está se tornando cada vez mais escassa no planeta. Dentro deste contexto é esperado que meados anos de 2050, devido ao crescimento da população, haverá grande avanço na agricultura consumindo entorno de 19% a mais de água no planeta, tornando ainda mais crítico o cenário da água na terra. Partindo do pressuposto de que o homem é o maior causador desse problema, veremos a importância da água em nosso dia a dia, e como a poluição e o mau uso nos prejudica trazendo doenças e o pouco que nos resta de água e pura chegará um dia em que a humanidade sofrerá a falta da mesma. Ciente de tantos problemas em torno de um único recurso, foi utilizada neste trabalho, uma revisão bibliográfica para analisar fatores que possivelmente afetaram a disponibilidade de água potável disponível no planeta e seus prováveis agentes causadores.

71

Palavras-chave: Crise. Recurso Hídrico. Disponibilidade.

1 INTRODUÇÃO

Muito brasileiros vivem a cada dia o desafio de driblar a falta de água diária em suas residências. Segundo estudos, hoje, aproximadamente dois bilhões de pessoas no mundo enfrentam diariamente problema por falta de água, e parte deste problema vem devido ao aumento que mais que dobrou em relação à população e, pela procura de água doce outro fator, é o uso intensivo na atividade agrícola em geral.

O ciclo da água é responsável por garantir a manutenção da vida na natureza, mantendo ativa a circulação da água no planeta e, em consequência, toda forma de vida existente, portanto, quando a água é poluída afeta todo seu ciclo, prejudicando e atingindo todo o processo de manutenção da vida.

De acordo com levantamento da ONU, se a intensidade de consumo e poluição não mudarem, em 2025, boa parte da população enfrentará escassez absoluta de água, o que acarretarão inúmeros problemas tanto na área da saúde como na economia.

Este trabalho aborda pontos em relação ao uso e mau uso da água, sua poluição e as grandes consequências que a falta desse líquido traz para a vida em geral, seja animal ou vegetal, com algumas abordagens sobre medidas que podem, de certa forma, amenizar o problema em questão.

¹ Acadêmico do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

² Bacharel em Engenharia Civil, Pós-graduando em Geoprocessamento e Georreferenciamento – UCAM.

³ Professor substituto da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

2 MATÉRIAS E METODOS

Para a elaboração deste trabalho foram utilizadas profundas leituras em livros acadêmicos, artigos e pesquisas em sites confiáveis, com total objetivo de gerar o máximo de conhecimento possível sobre o mau uso, escassez e a poluição das águas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 CRISE DE ÁGUA

Segundo Tundisi, a crise de água enfrentada em pleno século XXI pela população brasileira se dá mais devido ao gerenciamento do que uma crise real de escassez, entretanto, outros especialistas acreditam ser um conjunto de grandes problemas ambientais, agravados com outros problemas relacionados com a economia e ao desenvolvimento social.

De acordo com Santos, Maia e Krom (2016), o território brasileiro é um país privilegiado no que está relacionado à água, pois aqui se tem a maior reserva de água doce da terra, ou seja 12% do total mundial, porém sua distribuição não é uniforme em todo o território nacional.

Tabela 01 – Distribuição geográfica de água no Brasil.



Fonte: Unesco e Ana

3.2 MAU USO E POLUIÇÃO DA ÁGUA

Na visão de Venâncio et al, o aumento da população urbana provoca a utilização desenfreada dos recursos hídricos, as pessoas passam a viver sem a mínima infraestrutura de saneamento básico.

3.3 AGRICULTURA

Para Reichardt, a agricultura irrigada é a que mais desvia água do meio ambiente para a produção de alimentos, a produção agrícola nacional utiliza 72% da água e é o setor que mais desperdiça devido a perdas por evaporação, pelo vento ou irrigações mal executadas e falta de controle do agricultor na quantidade usada em lavouras e no próprio processamento dos produtos, sendo assim na agricultura há desperdício tanto no setor primário, quanto no secundário.

Os impactos recaem sobre o ecossistema, já que lençóis freáticos e rios sofrem com a falta de chuvas e correm o risco de secar ao longo dos anos. Segundo levantamento feito pelo Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (Snis), do Ministério das Cidades, cada brasileiro consome 150 litros de água diariamente, um consumo anual de 10,4 trilhões de litros

no país, desse total, pouco mais de 7 trilhões são destinados para a agricultura, sendo 3 trilhões de água desperdiçado. (VICTORINO, 2007).

De acordo com Reichardt, estima-se que, para garantir as demandas de alimentos, a área irrigada deve crescer entre “20 % e 30 % até o ano 2025”. Segundo Relatório Mundial das Nações sobre Desenvolvimento de Recursos Hídricos (2012) estima-se que em 2050 o mundo necessite de 70% a mais de alimento. Isto poderá refletir em um aumento de 19% na água utilizada pela agricultura. Algumas práticas podem ser executadas para evitar o desperdício de água na agricultura, uma técnica de irrigação mais eficiente e melhor manejada pelo agricultor.

Para otimizar a produção agrícola no Brasil é constante e desregrado o uso de defensivos agrícolas nas lavouras acarretando o escoamento destes produtos para os mananciais de água, assim como o manejo incorreto em toda a cadeia dos defensivos, da produção à devolução das embalagens nos pontos de coleta e o principal dano é acarretado direta ou indiretamente no recurso hídrico (REICHARDT,1990).

3.4 INDÚSTRIA

Nos chamados setores secundários, a água pode ser tanto matéria-prima, sendo incorporada, portanto, ao produto final, como um auxiliar na preparação de matérias-primas, fluido de transporte, fluido de aquecimento e/ou refrigeração ou nos processos de limpeza de equipamentos. Os padrões de qualidade da água dependem de como ela será aplicada, podendo ser mais rigorosos, como no caso de indústrias alimentícias e farmacêuticas, ou menos rigorosos, como no caso de sistemas de refrigeração. (MANCUSO e SANTOS, 2003).

De acordo com Amin e Barros, a água pode carregar resíduos tóxicos, como metais pesados e restos de materiais em decomposição resultantes de processos industriais. Estima-se que nas águas se acumulem de 300 mil a 500 mil toneladas de dejetos provenientes das indústrias a cada ano.

A água contaminada lançada ao mar pode provocar a morte dos peixes que, mesmo sobrevivendo, podem acumular substâncias tóxicas no seu organismo que causam doenças, se forem ingeridos por humanos. (SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 1999).

Os altos custos da água industrial, associados às demandas crescentes, têm levado as indústrias a avaliar as possibilidades internas de reúso e a considerar ofertas das companhias de saneamento para a compra de efluentes tratados, a preços inferiores aos da água potável dos sistemas públicos de abastecimento (MANCUSO E SANTOS, 2003).

3.5 GERAÇÃO DE ENERGIA

O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de energia hidroelétrica, precedido apenas pelo Canadá (1º) e Estados Unidos (2º) (Organização das Nações Unidas). As usinas hidrelétricas respondem por 90% da produção de energia no país. Para produzir a energia hidrelétrica é necessário integrar a vazão do rio, a quantidade de água disponível em determinado período de tempo e os desníveis do relevo, sejam eles naturais, como as quedas d'água, ou criados artificialmente. (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA).

É preciso adotar critérios de construção e localização das hidrelétricas para minimizar os impactos negativos ao meio ambiente. As usinas de grande porte têm alto custo e podem causar um grande impacto ambiental nas regiões onde são instaladas, pois tendem a alagar áreas extensas com sérios reflexos sobre ecossistemas e sobre a população do local. (BOLSANNELLO e MIRANDA, 1972).

3.6 CONSUMO DOMÉSTICO

Afirma Schimidt et al, que, antes de chegar às torneiras das casas, a água passa por estações de tratamento para se tornar potável e ser adequada para o consumo humano; ela deve apresentar características microbiológicas, físicas, químicas e radioativas que atendam a um padrão de potabilidade estabelecido.

No Brasil, Segundo Severo, Macedo e Estender, cerca de 60 milhões de brasileiros (9,6 milhões de domicílios urbanos) não são atendidos pela rede de coleta de esgoto e, destes, aproximadamente 15 milhões (3,4 milhões de domicílios) não têm acesso à água encanada. Ainda mais alarmante é a informação de que, quando coletado, apenas 25% do esgoto são tratados, sendo o restante despejado “in natura”, ou seja, sem nenhum tipo de tratamento, nos rios ou no mar (Ministério das Cidades). Como resultado, 65% das internações no país são por causa de doenças transmitidas pela água.

O desperdício no Brasil é muito grande e estima-se que 70% são causados pelo mau uso da água nas casas. A escassez é um problema mundial e muitos ainda não se deram conta e continuam a lavar os seus carros e calçadas com a mangueira ou jatos d’água, escovando os dentes com a torneira aberta, tomando banhos com longas durações, etc. Há outros que jogam resíduos e lixos nos lagos, riachos e rios, contribuindo para a poluição generalizada e ameaçando o meio ambiente. (MANCUSOE e SANTOS, 2003).

3.7 ESCASSEZ DE ÁGUA

Para Venâncio et al, o principal papel que a água desempenha para a sobrevivência de todos os seres vivos é um fator sem discussão, pois ambos afirmam que a água é o bem mais precioso do século, porém só foi levantado grande preocupação, a partir do momento em que se ficou escassa a água onde antes havia em abundância.

Segundo Macedo, a escassez começa a dar sinais em regiões onde tinham quantidade em recursos hídricos, e a explicação para isso é o desperdício com exploração excessiva, o assoreamento dos rios e poluição das fontes. Outro aspecto crítico do processo de deterioração causado pelo homem é a degradação do meio ambiente.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se que a falta de água é uma realidade atual do planeta, porém boa parte da população devido ainda não ter escassez em sua região, acredita que nunca faltará água, entretanto, já se tem comprovação que onde antes tinha água em abundância agora está em total stress hídrico.

O mau uso está em várias frentes, na indústria, na população e o principal na agricultura onde é consumido a maior parte de água, existe lei para as grandes indústrias fazer o reúso de uma porcentagem da água utilizada dentro da mesma, mas na prática isso não acontece, em boa parte delas.

A escassez nada mais é do que um reflexo da ação do homem querendo sempre trabalhar para o avanço, seja ele em qualquer área, mas a natureza e a água “pedem socorro”, mas o homem segue devastando de tamanha velocidade que o próprio recurso hídrico não consegue repor de forma natural o que lhe é retirado.

A poluição vem de todo parte, de áreas urbanas, de indústrias, da criação animal, do homem, da própria agricultura, entre outros. Da indústria que não faz o reúso da água e não conduz de forma correta seus resíduos, as áreas urbanas que fazem o descarte do lixo em local adequado fazendo com que este chegue a um leito de água, a criação animal que não trata seus dejetos de maneira exigida contaminando indiretamente o recurso hídrico, e a agricultura grande

contaminante das águas brasileiras devido ao uso inadequado e excessivo de defensivos em uma mesma área acarretando a contaminação de curso d'água e o próprio lençol abaixo do solo.

Para que se mudem os hábitos dos brasileiros, é necessário que a falta de água chegue a sua porta para a partir de então se comece a pensar em preservação de um recurso tão essencial para a sobrevivência dos seres vivos.

REFERÊNCIAS

TUNDISI, José Galizia. **Recursos hídricos no futuro: problemas e soluções**

Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/ea/v22n63/v22n63a02.pdf>> acessado em: 13 out. 2016.

REICHARDT, Klaus. **A água em sistemas agrícolas**. Piracicaba-SP: Manole, 1990. 3 p.

VENANCIO, Daniela Fosse Valbão et al. **A crise hídrica e sua contextualização mundial**.

Disponível em: <<http://www.conhecer.org.br/enciclop/2015E/a%20hidrica.pdf>>. Acessado em: 14 out. 2016.

VICTORINO, Célia Jurema Aito. **Planeta água morrendo de sede: uma visão analítica na metodologia do uso e abuso dos recursos hídricos**. Porto Alegre: Edipucrs, 2007. 52 p.

ANDRÉ, Daniela Severo; MACEDO, Daniela de; ESTENDER, Antonio Carlos.

Conservação e Uso Racional da Água: Novos hábitos para evitar a escassez dos recursos hídricos e para a continuidade do bem finito. Disponível em:

<<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/152213.pdf>>. Acessado em: 13 out. 2016.

BOLSANELLO, Aurélio; MIRANDA, Claudio Cesar de. **Dez lições de ecologia**. Curitiba-PR: Educacional Brasileira, 1972. 46p.

BARROS, Fernanda Gene Nunes; AMIN, Mário M. **Água: um bem econômico de valor para o Brasil e o mundo**. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/012008/artigo4.pdf>.

Acessado em: 13 out. 2016.

SBPC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. **Meio Ambiente: Águas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ciência Hoje, 1999. 33 p.

SCHMIDT, Mácia Bloedorn et al. **Poluição e impactos ambientais gerados por águas pluviais urbanas**. Disponível em:

<<http://cacphp.unioeste.br/eventos/senama/anais/pdf/artigo/pdf> . Acessado em: 13 out. 2016.

SANTOS, Ana Cláudia Soares dos; MAIA, Tamara Maria Pereira; KROM, Valdevino. **Água: Uma fonte de vida que vem causando preocupações**. Disponível em:

<http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2004/trabalhos/inic/pdf/IC6-33.pdf>. Acessado em: 13 out. 2016.

MACEDO, Milena da Silva. **O mau uso da água e as consequências da escassez no Brasil**.

Disponível em: http://www.econoteen.fea.usp.br/sites/default/files/milena_macedo.pdf.

Acessado em: 13 out. 2016.

MANCUSO, Pedro Caetano Sanches; SANTOS, Hilton Felício dos. **Reúso da Água**.

Barueri-SP: Monela. 2003. 21 p.

AValiação DA FASE INICIAL DA CULTURA DO TOMATE COM DIFERENTES CEPAS DE FUNGOS DO GÊNERO TRICHODERMA

RODRIGUES, Reimário de Castro¹
FERREIRA, Marinaldo Loures²
CASTRO, Eloi³

RESUMO: O tomate (*Lycopersicon esculentum*) é uma planta consumida tanto beneficiada como *in natura*, é uma das hortaliças de maior importância econômica e alimentar no Brasil, e devido à grande demanda deste produto, seu cultivo vem sendo cada vez mais intensificado e com isso começa a ter o aumento de alguns limitantes como a resistência de pragas e o surgimento de patógenos de solo que direto ou indiretamente interfere no desenvolvimento produtivo do tomate. Devido ao crescente aumento das pragas e doenças nessa cultura e a necessidade de se manter um produto em quantidade e de qualidade na mesa do consumidor, surge então fungos do gênero *Trichoderma* spp., que são utilizados como agentes de controle biológico e indutores de crescimento em plantas, além de ser antagonista a outros fungos patógenos de solo que resulta no controle das principais doenças da cultura ainda agem como solubilizadores de fósforo funcionando como uma ponte entre o nutriente e o sistema radicular. Com base em seus inúmeros benefícios este trabalho propôs avaliar a influência de diferentes cepas do fungo na fase inicial de desenvolvimento do tomateiro, onde foi utilizado duas espécies de *T. harzianum* com as cepas ESALQ 13065 e IBLF006 e uma de *T. asperellum* com a cepa URM5911. Foi feita uma aplicação no tratamento de semente e a mesma foi avaliada tanto na placa de petre conduzida na BOD quanto semeada em substrato conduzida em estufa. O experimento foi realizado no delineamento experimental blocos casualizados, 6 blocos onde cada um dos 4 tratamentos se apresenta uma única vez no bloco, totalizando 24 parcelas. As médias das variáveis foram analisadas por meio do programa estatístico ASSISTAT. Onde só diferiu estatisticamente quanto a porcentagem de germinação.

Palavras-chave: Germinação. Emergência. *Lycopersicon esculentum*.

1 INTRODUÇÃO

O tomate (*Lycopersicon esculentum*), denominado como uma hortaliça, fruto da família Solanaceae, é originária da América Central e do Sul. Inicialmente o tomate era considerado uma planta ornamental, pois era tido como planta venenosa pelos europeus. Somente a partir do século XIX que essa cultura veio a ganhar sua popularidade para então se tornar uma das hortaliças mais utilizadas na culinária brasileira e com uma expressiva quantidade de áreas plantadas em todo o território nacional, destacando o estado de Goiás, responsável pela maior produção de tomate do Centro-Oeste e do país.

A quantidade de nutrientes extraída pelo tomateiro é relativamente pequena até o aparecimento das primeiras flores, daí em diante, a absorção aumenta e atinge o máximo na fase de pegamento e crescimento dos frutos, porém a eficiência de absorção dos nutrientes pela planta é baixa, exigindo uma adubação em grande quantidade.

Com o aumento dos cultivos do tomate no Brasil para atender à demanda de mercado, começaram a surgir pragas e doenças do tomateiro, deixando um pouco mais difícil e oneroso o seu cultivo. Para o controle dessas doenças, acaba sendo utilizado uma grande variedade de

¹ Acadêmico do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU.

² Bacharel em Engenharia Civil, Pós-graduando em Geoprocessamento e Georreferenciamento – UCAM.

³ Professor substituto da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU.

agrotóxicos, que deixa resíduos no produto final, visto que este será consumido *in natura*. Para atender à procura, cada vez maior, por produtos e alimentos livres de resíduos deixados pelas aplicações desses agrotóxicos, o controle biológico de pragas e doenças constitui-se em uma importante alternativa.

Algumas linhagens de *Trichoderma* destacam-se por possuírem habilidades, como a supressão de doenças, a solubilização de fosfatos, influência na germinação e a produção de fitormônios, ainda, contribui no controle de fitopatógenos e na promoção de crescimento vegetal devido a sua versatilidade de ação, como parasitismo, antibiose e competição, além de atuarem como indutores de resistência das plantas contra doenças e disponibilizarem melhor os nutrientes para a planta.

Diante do exposto, o objetivo do trabalho foi avaliar a influência de diferentes cepas de *Trichoderma spp.* no desenvolvimento inicial da cultura do tomateiro.

2 METODOLOGIA

O experimento foi realizado na casa de vegetação e laboratório da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí-MG (FACTU) localizado na Rua rio preto N° 422 Bairro centro em Unaí-MG.

A variedade de tomate (*Lycopersicon esculentum*) trabalhada neste experimento é a Híbrida Inox. Este experimento foi acompanhado por até quinze dias após sementeira, tempo no qual é suficiente para que fossem obtidos os resultados necessários. Foram utilizadas três cepas comerciais de fungos do gênero *Trichoderma*: as cepas o IBLF006 (1×10^{10} UFC/g) e ESALQ 1306 (6×10^9 conídios viáveis/ml); ambos classificados *Trichoderma harzianum* e a cepa URM 5911, *T. asperellum* (1×10^{10} UFC/g).

Foram realizados quatro tratamentos em um delineamento experimental em blocos casualizado (DBC) com seis blocos totalizando vinte e quatro parcelas no total, contendo oito plantas por parcela fechando um total de cento e noventa e duas plantas total. Os tratamentos foram distribuídos da seguinte forma: T1 - testemunha (sem *Trichoderma*); T2- ESALQ13065; T3 - IBLF 006; T4 - URM 5911, todas com registrado no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), sendo todos utilizados a dosagem recomendada pelo fabricante (ESALQ13065 = 333 gramas por hectare, IBLF006 = 50 gramas por hectare e URM5911 150 gramas por hectare), considerando 10 mil plantas por hectare. Para o teste de germinação, as sementes foram inoculadas e dispostas em um papel germiteste e acondicionada por 5 dias na BDO. Já os demais parâmetros avaliados remetem à sementeira em tubetes contendo substrato à base de fibra de coco.

Foram avaliados neste experimento:

- Porcentagem de germinação aos 5 dias após o tratamento;
- Porcentagem de emergência aos 20 dias após sementeira;
- Altura da parte aérea aos 20 dias após sementeira;
- Tamanho de raiz aos 20 dias após sementeira;
- Peso total da planta aos 20 dias após sementeira.
- As médias das variáveis foram analisadas por meio do teste de Tukey a 5% de probabilidade, utilizando-se o programa estatístico ASSISTAT 7.7 beta 2016.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A associação do *Trichoderma spp.* no tomate reflete a importância da simbiose entre plantas e microrganismos, fato observado naturalmente no ecossistema e que instiga estudos com o intuito de melhorar o desenvolvimento e o crescimento da planta, contribuindo para a produtividade agrícola. Os resultados deste trabalho, o qual foi colhido em casa de vegetação e

laboratório referente à influência de diferentes cepas de fungo do gênero *Trichoderma* no desenvolvimento inicial do tomateiro estão representados nas tabelas a seguir.

Com relação ao tamanho médio de raiz (Tabela 1), não houve diferença estatística significativa entre os tratamentos e a testemunha.

Tabela 1 – Tamanho médio da raiz (cm) de plantas de tomate aos 20 dias após semeadura com o uso de diferentes cepas de fungo do gênero *Trichoderma*.

Tratamentos	Tamanho de raiz (cm / planta)
Testemunha	17,3 a
ESALQ 13065	16,2 a
IBLF 006	17,7 a
URM 5911	18,6 a
Média	12,80
CV%	17,42

As médias seguidas pela mesma letra não diferem estatisticamente entre si pelo teste de Tukey ao nível de 5% de probabilidade.

Fonte: Autores do trabalho, 2017.

Ishimura et al (2008), em trabalho desenvolvido com dois isolados de *T. harzianum* na cultura do tomate, obtiveram um incremento no tamanho de raiz contrário ao observado neste trabalho.

Harman (2006), em trabalho com plantas de tomate, relatou que as mesmas não apresentaram aumento significativo tanto na raiz como na parte aérea. Lima (2014) inoculou sementes de tomate com o fungo *T. harzianum* e observou que a presença do fungo não promoveu incremento no sistema radicular.

Fungos do gênero *Trichoderma*, devido a seus benefícios para a planta, contribuem no quesito de aumento de raiz, fato não observado neste experimento, que pode ter sido em consequência das condições de cultivo utilizado, água e temperatura foram as mesmas para todos os tratamentos, assim como a variedade utilizada que foi de boa genética, já oferecendo boas condições a planta, uma vez que, segundo Harman (2006), o fungo *T. harzianum* apresenta melhores resultados em variedades de baixo nível tecnológico que não tenha passado por melhoramento genético ou está sob alguma condição de estresse biótico (doença de solo, antracnose e/ou ferrugem) ou os próprios fatores abióticos como solo compactado, déficit hídrico e deficiência de nutrientes.

Também Harman (2006) relatou que alguns híbridos de tomate apresentaram comportamento diferente dos demais, quando inoculados com *T. harzianum*; houve estagnação da planta e até mesmo redução na produtividade, o que levanta a hipótese de ter ocorrido o mesmo com o híbrido Inox trabalhado no presente trabalho.

Rubio et al., 2012, trabalharam em ensaios *in vitro* e *in vivo* com *T. harzianum* CECT 2413 (T34), *T. virens* Gv29-8 (T87) e *T. hamatum* IMI 224801 (T7) e revelaram que essas cepas afetaram o crescimento e o desenvolvimento de raízes laterais em plantas de tomate de diferentes maneiras, onde, T87 afetou negativamente e T34 teve efeito positivo. Eles justificaram que, como a interação entre *Trichoderma* e plantas é dinâmica, os efeitos negativos que foram observados nas interações T87-tomate podem estar relacionados com a concentração de fungos utilizada, o material da planta, o estágio de desenvolvimento da planta ou o tempo da interação.

A tabela 2 mostra que não houve diferença estatística significativa entre os tratamentos e a testemunha, já que todos apresentaram praticamente a mesma altura de planta, aproximadamente 12 cm.

Tabela 2 - Altura média da planta (cm) de plantas de tomate aos 20 dias após semeadura com o uso de diferentes cepas de fungo do gênero *Trichoderma*.

Tratamentos	Tamanho de planta (cm/planta)
Testemunha	12,0 a
ESALQ 13065	11,3 a
IBLF 006	12,5 a
URM 5911	12,7 a
Média	12,13
CV%	9,51

As médias seguidas pela mesma letra não diferem estatisticamente entre si pelo teste de Tukey ao nível de 5% de probabilidade.

Fonte: Autores do trabalho, 2017.

Benítez et al. (2004) e Stewart e Hill (2014) ressaltam que *Trichoderma* deve ser utilizado com critério, uma vez que a promoção do desenvolvimento pode ser altamente variável devido a vários fatores limitantes, incluindo tipo de cultura, condições de desenvolvimento, taxa de inóculo e tipo de formulação e, ainda, conforme Machado et al., (2015), a ação dos fungos promotores de crescimento vegetal como o *Trichoderma* é específica e podem variar conforme o ambiente, a disponibilidade de nutrientes e a interferência de outros microrganismos presentes no local.

Foi relatado que o genótipo da planta afeta as interações *Trichoderma*-tomate e também foram observados tratamentos com agentes de controle biológico que exercem efeitos negativos em alguns genótipos de tomate (TUCCI et al., 2011).

Romão (2010), estudando os efeitos de *Trichoderma* spp. na produção do tomate, não obteve resultados significativos, uma vez que essa espécie de fungo não foi capaz de promover o crescimento das mesmas, contribuindo assim com os resultados do presente trabalho.

Harman, et al., (2012) conseguiram relatar que, com a interação do fungo *Trichoderma* spp. em plantas de pepino (*Cucumis sativus*) causaram alterações na arquitetura do sistema radicular, aumentando a área de superfície da mesma, sendo esta causada pela colonização do fungo, o que resultou em inúmeros benefícios como atuar positivamente no aumento da parte aérea.

Nzanza et al. (2011) relataram que, ao testarem o sinergismo entre fungos da espécie *T. harzianum* com fungos micorrízicos arbusculares em plantas de tomateiro, observou-se um incremento no crescimento da parte aérea e das raízes.

Também observado por Weiler (2004), plantas sobre a influência do fungo *Trichoderma* spp. apresentaram uma diferença satisfatória no crescimento do feijoeiro, nos parâmetros avaliados de desenvolvimento de planta quando comparados às plantas não tratadas. Porém o contrário foi observado por Resende (2004), que trabalhando a inoculação de milho com a utilização do *T. harzianum*, não obteve resultados significativos para a altura de planta.

Para peso total da parte aérea das plantas de tomate (Tabela 3), não se observou diferença estatística significativa entres os tratamentos e a testemunha. A cepa URM 5911 e a testemunha ficaram abaixo das demais, apresentando um efeito negativo das mesmas.

Carvalho Filho et al. (2008), trabalhando com *Trichoderma* spp. como indutor de crescimento em mudas de eucalipto, notaram um resultado positivo no desenvolvimento e massa da parte aérea com a inoculação de isolados de *T. harzianum*.

Chacón et al. (2007) também constatou que, em plantas de tomateiro utilizando a espécie *T. harzianum* na inoculação das sementes, tiveram seu sistema radicular colonizado pelo fungo, resultando assim no aumento de raízes e no aumento da massa fresca da parte aérea. Mas ao contrário da pesquisa supracitada, em um trabalho realizado por Resende (2004), trabalhando com o *T. harzianum* na inoculação das sementes, na cultura do tomate, o mesmo não apresentou resultado significativo no peso da massa fresca da parte aérea.

Tabela 3 - Peso médio total da planta (g) de tomates aos 20 dias após a semeadura com o uso de diferentes cepas de fungo do gênero Trichoderma.

Tratamentos	Peso (g/planta)
Testemunha	1,37 a
ESALQ 13065	1,52 a
IBLF 006	1,63 a
URM 5911	1,51 a
Média	1,51
CV%	16,84

As médias seguidas pela mesma letra não diferem estatisticamente entre si pelo teste de Tukey ao nível de 5% de probabilidade.

Fonte: Autores do trabalho, 2017.

Porém Tavares (2009), utilizando isolados *T. harzianum* (T70) e *T. virens* (T68), obteve aumento significativo na biomassa fresca e seca total na cultura do mamoeiro. Ainda reforçando o que Tavares obteve em seu trabalho, Filho et al., (2008), utilizando o isolado CEN 162 de *T. asperellum* e CEN 262 de *T. harzianum* na fase inicial da cultura de eucalipto onde ambos tiveram maiores médias na massa da parte aérea.

Em trabalho com o efeito da aplicação de *T. harzianum* na supressão de doença e no desenvolvimento do eucalipto, Lohmann et al., (2009) não encontraram efeitos positivos no parâmetro de massa fresca da parte aérea.

Corrêa (2006), ao realizar experimentos com diferentes concentrações de esporos de Trichoderma na cultura do tomate, pôde observar que o mesmo foi incapaz de promover o crescimento na cultura. Segundo Harman et al., (2004), uma das funções do Trichoderma é promover o crescimento vegetal, no entanto, ao trabalhar com diferentes cultivares de alface com uso de Trichoderma, observaram que houve efeito negativo no desenvolvimento em relação a testemunha sem o fungo.

Na porcentagem de germinação (Tabela 4), diferentes dos parâmetros anteriores, neste o T2 (ESALQ 13065) e o T4 (URM 5911) se mostraram significativamente inferiores aos demais avaliados.

Tabela 4 – Porcentagem de germinação em sementes de tomate aos 5 dias com o uso de diferentes cepas de fungo do gênero Trichoderma na inoculação da semente.

Tratamentos	Porcentagem (%)
Testemunha	100 a
ESALQ 13065	38 b
IBLF 006	99 a
URM 5911	35 b
Média	68
CV%	36,54

As medias seguidas pela mesma letra não diferem estatisticamente entre si pelo teste de Tukey ao nível de 5% de probabilidade.

Fonte: Autores do trabalho, 2017.

A germinação representa uma parcela importante em qualquer cultivo seja de tomate ou não, pois com o stand de plantas recomendado, o sucesso produtivo é maior ainda ao final do ciclo. Vale ressaltar que a maioria das informações encontradas na literatura refere-se à capacidade dos fungos do gênero Trichoderma em promover o desenvolvimento inicial bem como o crescimento e a produtividade das culturas (VINALE et al.,2008).

No parâmetro avaliado de porcentagem de emergência (Tabela 5), não houve diferença estatística significativa, apesar do T1 e T3 terem melhores resultados.

Tabela 5 – Porcentagem de emergência de plântulas de tomate, aos 20 dias após o sementeira com o uso de diferentes cepas de fungo do gênero *Trichoderma*.

Tratamentos	Porcentagem (%)
Testemunha	100 a
ESALQ 13065	98 a
IBLF 006	100 a
URM 5911	99 a
Média	99,25
CV%	5,15

As médias seguidas pela mesma letra não diferem estatisticamente entre si pelo teste de Tukey ao nível de 5% de probabilidade.

Fonte: Autores do trabalho, 2017.

Pouco se sabe a respeito de como as populações de *Trichoderma* spp. presentes na rizosfera influenciam a emergência e o modo de ação das plantas (HOMANN et al., 2011).

A capacidade de colonização radicular é uma característica imprescindível de um agente de biocontrole; mostrado facilmente por simples colocação de superfícies esterilizadas de segmentos de raiz das plantas tratadas em um meio de ágar e depois de um adequado período de incubação, o fungo pode ser visto crescer de praticamente todas as partes da raiz (HOWEL, 2003).

De acordo com Harman et al. (2004), a interferência desse fungo no desenvolvimento de plantas e no aumento de produtividade, ocorre devido a sua capacidade em colonizar as raízes. Algumas linhagens colonizam apenas regiões específicas das raízes, enquanto outras, denominadas de rizosfera-competentes, colonizam toda a superfície radicular, penetram no espaço intercelular das primeiras camadas da epiderme e permanecem em associação com as raízes por longos períodos contribuindo positivamente para com a planta (METCALF e WILSON, 2001; apud HARMAN et al., 2004).

4 CONCLUSÃO

A utilização do gênero *Trichoderma* na cultura de tomate, neste trabalho, não apresentou efeito positivo nos parâmetros avaliados em relação à testemunha, onde no parâmetro da porcentagem de germinação, ambos tratamentos T2 e T4, ficaram inferior aos demais, comprometendo a germinação em papel germiteste, porém, vale resaltar que em substrato todos os tratamentos foram significativamente igual, oferecendo resultado próximo ao esperado.

É necessário que sejam feitos novos experimentos com cultivares de menor nível tecnológico nesta mesma linha para se validar o desempenho do *Trichoderma* em plantas de tomates na fase inicial, associadas à estudada.

REFERÊNCIAS

BENÍTEZ, T.; RINCÓN, A. M.; LIMÓN, M. C.; CODÓN, A. C. **Bioncontrol mechanisms of *Trichoderma* strains.** International Microbiology, Barcelona, v. 7, n. 4, p. 249-260, 2004.

CARVALHO FILHO, M.R.T., Menêzes J.E., Mello S.C.M., Santos R.P. dos. **Avaliação de isolados de *Trichoderma* no controle da mancha foliar do Eucalipto *in vitro* e quanto a esporulação em dois substratos sólidos.** Brasília-DF: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia; 2008.

CORRÊA, E.B. **Controle da podridão de raiz (*Pythium aphanidermatum*) e promoção de crescimento de tomate.** 2006. Dissertação (Mestrado em Agronomia) Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2006.

CHACÓN M.R., Rodriguez-Galán O., Benítez T., Sousa S., Rey M., Llobell, A., Delgado-Jarana, J. **Microscopic and transcriptome analyses of early colonization of tomato roots by *Trichoderma harzianum*.** International Microbiology 2007.

FILHO, M. R. R.; MELO, S. C. M. de; SANTOS, R. P. dos; MENEZES, J. E. **Avaliação de isolados de *Trichoderma* na promoção de crescimento, produção de ácido indolacético in vitro e colonização endofítica de mudas de eucalipto.** Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. Brasília-DF, 2008.

HARMAN, G. E. **Overview of Mechanisms and Uses of *Trichoderma* spp.** *Phytopathology*, v. 96, n. 2, p. 190-194, 2006.

HARMAN, G. E.; HERRERA-ESTRELLA, A. H.; HORWITZ, B. A.; LORITO, M. **Special issue: *Trichoderma*. Basic Biology to Biotechnology and Microbiology.** 2012.

HARMAN, G.E. **Agentes Biológicos e seus controles.** 2 ed São Paulo. Editora: Agronômica Ceres.2004. p. 376-393.

HOHMANN, P. et al. **Understanding *Trichoderma* in the root system of *Pinus radiata* associations between rhizosphere colonization and growth promotion for commercially grown seedlings.** *Fungal Biology*, Oxford, v.115, p. 759-767, 2011.

Howell, C.R. **Mechanisms employed by *Trichoderma* species in the biological control of plant diseases: the history and evolution of current concepts.** *Plant Disease* 87:4-10, 2003.

ISHIMURA, I.; TIVELLI, S. W.; ALVES, H. S. **Avaliação do tomateiro em sistema orgânico de produção para condições de São Roque.** *SP Hortic. bras.* 2008.

LIMA, V. G. **Utilização de *Trichoderma harzianum* na produtividade de Tomate.** SP, Unicastelo, 2014 43 p

MACHADO, D.F.M. et al. ***Trichoderma* spp. NA EMERGÊNCIA E CRESCIMENTO DE MUDAS DE CAMBARÁ (*Gochnatia polymorpha* (Less.) Cabrera).** *Revista Árvore*, Viçosa-MG, v.39, n.1, p.167-176, 2015.

METCALF, D. A.; WILSON, C. R, T. **The process of antagonism of *Sclerotium cepivorum* in white rot affected onion roots by *Trichoderma koningii*.** *Plant Pathology*, Malden, v. 50, p. 249-257, 2001.

NZANZA, B.; MARAIS, D.; SOUNDY, P. **Tomate (*Solanum lycopersicum* L.) seedling growth and development as influenced by *Trichoderma harzianum* and arbuscular mycorrhizal fungi.** *African Journal of Microbiology Research.* 2011.

RESENDE, M. L. et al. **Inoculação de sementes de milho utilizando o *Trichoderma harzianum* como promotor de crescimento.** *Ciência Agrotecnologia*, Lavras, 2004. p. 793-798.

ROMÃO, A. S. **Análise da comunidade fúngica associada à tomate e estudos da interação *Trichoderma virens*-planta hospedeira.** Tese (Doutorado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura. Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2010.

RUBIO M. B., Dominguez S., MONTE E., HERMOSA R. Comparative study of *Trichoderma* gene expression in interactions with tomato plants using high-density oligonucleotide microarrays. *Microbiology* 158, 119–128. 10.1099/mic.0.052118-0. (2012).

TAVARES, G. M. **Podridão do pé do mamoeiro: infestação de solos de cultivo, controle alternativo com indutores de resistência e *Trichoderma* e avaliação dos mecanismos de defesa envolvidos.** Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2009.

TUCCI, M.; RUOCCO, M.; MASI, L.; PALMA, M.; LORITO, M. **The beneficial effect of *Trichoderma* spp. on tomato is modulated by the plant genotype.** *Molecular Plant Pathology*, v.12, 2011. p. 341-354.

VINALE F, SIVASITHAMPARAM K, GHISALBERTI EL, MARRA R, WOO SL, Lorito M. ***Trichoderma*-plant-pathogen interactions.** *Soil Biology & Biochemistry* v. 40, p.1-10. 2008.

WEILER. C. A. A interação fungo *Trichoderma* sp. no sistema de produção de mudas. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre 2004.

O ATLETISMO COMO CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL: Um estudo de caso na cidade de Cabeceira Grande/MG.

MARTINS, Rafaella Tavares¹
SIMÕES, Graziela Cristina²

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo investigar se o atletismo é ministrado nas escolas de Cabeceira Grande/MG. A presente pesquisa é um estudo de caso, classificada como exploratória, de abordagem qualitativa, na qual se efetuou com aplicação de um questionário semiestruturado. Os resultados mostraram que o atletismo raramente é ministrado nas escolas pesquisadas, sendo no máximo duas vezes durante todo o período letivo, e que não é o esporte mais visível no cotidiano das escolas. Os resultados demonstraram um relativo conhecimento das professoras acerca do atletismo, sua importância para os alunos, porém estas relatam que há poucos recursos disponíveis para a aplicação dele nas aulas de educação física, mesmo sabendo que podem ocorrer adaptações de acordo com a realidade de cada escola. Observa-se, com este estudo, a importância do professor na vida do aluno ao despertar nele o interesse acerca da modalidade assim como demais esportes.

Palavras-chave: Atletismo escolar. Educação física. Esporte.

1 INTRODUÇÃO

O atletismo é conhecido como uma modalidade de base, no qual se utilizam as habilidades e capacidades físicas mais naturais do homem, como o correr, o saltar e o lançar. Ele é considerado como antecessor das demais modalidades esportivas, porém percebe-se que é uma modalidade esportiva pouco explorada nas escolas e de pouco conhecimento pelos alunos e até mesmo pelos professores.

Por estar inserido como um dos conteúdos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), ele deveria ser uma das primeiras modalidades a ser desenvolvida nas aulas de educação física, constituindo uma base para os demais esportes.

A iniciação do atletismo nas aulas de educação física escolar é fundamental por ser uma modalidade clássica que desenvolve os movimentos mais naturais do ser humano. Segundo Magno, Mendonça e Mendonça (2011), as qualidades físicas do ser humano como a velocidade, força, resistência, flexibilidade, entre outras, podem ser aprimoradas com o treinamento, e o atletismo pode contribuir no desenvolvimento dessas qualidades, pois realmente é considerado esporte base para outras modalidades esportivas.

Diante disso, é necessário verificar se a modalidade vem sendo ministrada nas escolas, e, se ele é praticado, qual é a forma de ensino adotada pelo professor regente, pois há formas bastante criativas de se trabalhar nas aulas de educação física escolar. Assim, o objetivo deste presente estudo foi verificar se o conteúdo atletismo está sendo desenvolvido nas aulas de educação física do ensino fundamental no município de Cabeceira Grande/MG.

E, se for verificado que ele não é desenvolvido, investigar o porquê, já que o atletismo é um esporte de fácil aplicabilidade na qual não obriga a escola a ter uma estrutura especializada e muitos materiais.

¹Graduada em Educação Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai.

² Orientadora: Mestre em Educação Física. Professora no Curso de Educação Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A HISTÓRIA E O PROGRESSO DO ATLETISMO

O atletismo despontou nos tempos mais distantes da história do homem, quando o homem primitivo necessitava escapar dos predadores e também conseguir o seu sustento para que pudesse sobreviver, e com essa necessidade o homem precisava de correr, de saltar diante de um obstáculo e de lançar algum tipo de objeto (AGAPITO; CORDERO, 2015). Tais habilidades tinham um propósito de sobrevivência, onde o correr e o saltar tinham como objetivos livrá-los dos animais carnívoros, e isso fez com que as outras habilidades fossem aperfeiçoadas e mais adiante podendo aflorar seu instinto competitivo ao longo da vida.

Com o esforço do homem para sobreviver às dificuldades enfrentadas nos primórdios, eles sem intenção, aperfeiçoaram naturalmente suas habilidades básicas que contribuíram para a prática do atletismo. Não se sabe seguramente quando a questão de sobrevivência passa para a prática competitiva entre aldeias, onde era medida, em específico, a força, a rapidez e também a perfeição (REDVKA; FREITAS JUNIOR, 2010). De determinado modo, a instrução cultural tinha caráter também religioso, como relata Godoy (1996, apud SIGOLI; ROSE JUNIOR, 2004). Os jogos gregos tinham caráter influentemente religioso, neles, os atletas vencedores eram glorificados à altura dos grandes deuses do Olimpo. Além disso, os jogos significaram a permuta cultural entre as cidades – estado gregas, e também eram realizados para enaltecer a paz entre os povos.

O objetivo central dos jogos, para os gregos, era homenagear o pai de todos os Deuses, como aponta Simões (2016a), nos jogos, os homens apresentavam suas forças, habilidades físicas e também o domínio psicológico, tudo em louvor a Zeus. A autora ainda diz que o calendário passou a se chamar olimpíada e após o cumprimento dos jogos era realizada uma festa para exaltar os mortos, nessa ocasião acendia-se uma tocha, atualmente, é a tocha acesa marca o início dos jogos.

Anteriormente aos jogos, todas as guerras que aconteciam eram canceladas, isso se tratava de um acordo firmado pelos reis das cidades – estados de Esparta, Elis e Pisa. E com isso todos os soldados eram proibidos de tocar em armas, tudo para que os competidores e espectadores pudessem chegar à famosa cidade de Olímpia e prestigiar os jogos sem que houvesse qualquer tipo de ataque (SIGOLI; ROSE JUNIOR, 2004; SIMÕES, 2016a).

Nesse período, apenas os homens poderiam participar das competições e também apenas eles assistiam as disputas, sendo assim nem crianças, escravos e mulheres não poderiam fazer parte da competição e nem as presenciar. Mas as mulheres tiveram a oportunidade de também competir apenas uma prova que era a corrida de 162 metros, este evento era realizado de 4 em 4 anos, tal feito ocorria para homenagear a esposa e irmã gêmea de Zeus, a famosa Hera (RUBIO, 2002).

Os vencedores das competições eram enaltificados pelos espectadores e os homens que haviam vencido ganhavam como honraria uma coroa de oliveira e uma folha de palmeira que simbolizava grande valor e prestígio (BRANDT, 2002).

No séc. IV, o imperador Teodosio banuiu os Jogos Olímpicos e o santuário acabou por ser encerrado em 426 a.C. e uma das razões principais era por considerar os Jogos pagãos, já que ele era um imperador cristão, ademais os competidores se apresentavam quase nus, o que era altamente visto como imoral (SIMÕES, 2016a).

Mais tarde, em 1896 os jogos foram retomados em Atenas na Grécia, assim dando início aos Jogos Olímpicos Modernos e a uma disseminação do desporto para outros países e continentes. Com isso, a afeição por tal despertou a representação nacional e vários países utilizaram este valor para ter um reconhecimento político internacional. Alguns costumes permaneceram, sendo eles a realização dos jogos de quatro em quatro anos, como é realizado

até os dias atuais, com pausas que aconteceram entre a 1ª e 2ª Guerra Mundial (HENRY, 1995 apud SIGOLI; ROSE JUNIOR, 2004).

Ao logo do tempo, novas provas foram inseridas nas olimpíadas, como os saltos e lançamentos. Mais atletas foram inscritos nos jogos de Saint Louis nos EUA em 1904 (VIEIRA; FREITAS, 2007).

2.2 ATLETISMO NO BRASIL

A história do atletismo no Brasil se dá por volta do final do século XIX, quando ingleses e alemães trouxeram a prática desse esporte para o país. O esporte se fixou de início no Rio de Janeiro. Por volta de 1880, em Niterói, um clube brasileiro de críquete, vendia apostas para corrida de rua, e o clube foi promovendo outras competições esportivas ao logo dos anos como: futebol, ginástica entre outros. Ao longo dos tempos foram surgindo clubes de atletismo em vários estados do país, foi ampliando seu espaço e atraindo adeptos à modalidade (NASCIMENTO, 2010).

Porém ainda nessa etapa da história, Brandt (2002) sustenta que os competidores brasileiros tinham pouco conhecimento de regras e a modalidade foi praticada de forma dispersa, não “obedecendo” ao que os ingleses haviam projetado como regras para o atletismo.

O Brasil foi intensificando suas participações, e, em 2016 sediou um dos maiores eventos do esporte mundial, as olimpíadas. E com isso o governo carioca tomou como inspiração para fundamentar os jogos a frase que dizia: Os jogos Olímpicos de Barcelona deveriam servir a cidade e não a cidade servir aos jogos. À vista disso, a frase se justifica porque os jogos sediados em Barcelona (1992) eram considerados um modelo para o desenvolvimento, mudança na cidade e por isso usaram essa estratégia para que ocorressem modificações na cidade do Rio de Janeiro, que naquele período estava em uma fase de declínio (RIO DE JANEIRO, 2016).

2.3 PROVAS DO ATLETISMO

Segundo a IAAF (2017), as provas do atletismo são: Corridas de velocidade (100m, 200m e 400m rasos); Corridas de média e longa distância (800m, 1500m, 5000m, 10.000m e 3000m com obstáculos); Corridas com barreiras (100m, 110m, 400m com barreiras); Corridas de rua (maratona e meia maratona); Saltos (com vara, em extensão, triplo e em altura); Lançamentos (disco, dardo, peso e martelo); Provas combinadas (heptatlo e decatlo); Marcha atlética (20km e 50km); Provas de revezamentos (4x100m e 4x400m); Corrida cross-country; Corrida de montanha e Ultracorridas.

2.4 PROVAS DE PISTA

As provas de pista acontecem em uma pista oval de 400 metros, composta por 08 raias medindo de 1,22 a 1,25 metros de largura cada (figura 1). As provas são divididas em provas de velocidade, meio fundo e fundo. (CBAT, 2015).

Veronese Filho (2012, p. 15) diz que “as provas de pista, incluem todas as corridas, sejam elas de velocidade, meio-fundo e fundo, e também a marcha atlética (provas curtas) ”.

✓ **Velocidade**

Esta prova é uma categoria do atletismo que tem como intuito central percorrer uma determinada distância no menor tempo possível. (PORTUGAL, 2014). As provas de velocidade normalmente são efetuadas em curta distância, e de saída baixa, onde são executadas as provas dos 100, 200 e 400 metros rasos (MATTHIESEN, 2007).

Fernandes (2003a) demonstra que as provas de velocidade têm suas fases, como: a saída ou partida; o desenvolvimento e a chegada, porém há um aspecto muito importante que se encontra nessa prova que é a saída baixa, e dentro dessa saída, há os tipos mais empregados que são saída curta ou agrupada que se distingue por a ponta do pé de trás fica direcionada ao calcanhar do pé que está realizando o apoio no suporte da frente e o quadril fica erguido ao nível da cabeça. O segundo tipo tem o nome de saída média em que o quadril não fica elevado tão ao nível da cabeça, o joelho da perna de trás fica ajustado na direção do pé que está no apoio anterior.

Anteriormente à saída o atleta deve ficar de pé a cerca de um metro e meio atrás do bloco de partida, o juiz de partida até a distância de 400m diz: “Às suas marcas”, “pronto” e então aciona a pistola (com bala de festim) para o tiro de largada. Quando a distância for acima dos 400m será dito: “Às suas marcas” e então o tiro para a largada (FERNANDES, 2003a; SIMÕES, 2016c).

Com algumas mudanças das regras em 2009, a chamada saída falsa desclassifica o atleta, ou seja, se o atleta sair antes do tiro ele está automaticamente desclassificado, ocorrendo exceção nas provas de revezamentos e nas provas de heptatlo e decatlo que podem ocorrer duas queimadas, porém se efetuar uma terceira saída falsa, o atleta é desclassificado (FERNANDES, 2003a; SIMÕES, 2016c).

As provas de velocidades têm as suas modalidades que são distinguidas por suas distâncias, quantidade de atletas participantes, e materiais usados no decorrer do percurso, e são elas:

➤ 100 metros rasos: é a prova mais relevante do esporte mundial, nela há muita explosão dos músculos e triunfo que faz com que o esporte encante a todos. A corrida é realizada em linha reta e a saída é realizada com o auxílio do bloco de partida, onde o atleta não pode sair antes que o tiro seja efetuado, e a chegada é concretizada quando o tronco do competidor ultrapassa a linha de chegada (MATTHIESEN, 2014).

➤ 200 metros rasos: nela os atletas permanecem desalinhados, ficam em posições diferentes na saída, por isso essa prova é semelhante aos 100 metros rasos, ou seja, se o atleta é capaz de correr 100 metros, ele consegue correr 200 metros, porém o que difere é que nos 200 metros ocorre um maior volume de treinamento de resistência e também velocidade e é muito importante que se mantenha uma velocidade máxima em um grande tempo (FERNANDES, 2003a; VERONESE FILHO, 2012).

➤ 400 metros rasos: é classificada na categoria das provas de velocidade a que tem maior duração, o atleta deve utilizar a maior velocidade possível e mantê-la por mais tempo, exigindo um grande esforço (FERNANDES, 2003a).

➤ Revezamento (4x100 e 4x400): é praticado entre quatro corredores, os quais realizam um percurso determinado, sendo que o primeiro atleta parte com o bastão e passa para o próximo atleta e assim sucessivamente (SIMÕES, 2016c; IAAF 2017).

➤ Barreiras: As corridas com barreiras oficiais para estádios abertos são nas distâncias de 100 e 400 metros feminino e de 110 e 400 metros masculino (IAAF, 2017). Portugal (2014) destaca que o objetivo da corrida com barreiras é realizar a corrida transpondo 10 barreiras em determinada distância em um menor tempo possível, evitando derrubá-las.

✓ **Meio fundo**

As provas de meio fundo são as de 800 e 1500 metros, e são realizadas em pé, ou seja, saída alta. (FERNANDES, 2003a).

Na prova de 800 metros, o competidor correrá raiado apenas a primeira curva, o restante da prova é realizada em raia livre, e a prova de 1500 é toda realizada em raia livre. (MATTHIESEN, 2014).

✓ **Fundo**

As provas de fundo são compostas pelos 3000 metros com obstáculos, 5000 metros, 10000 metros, marcha atlética e maratona. Os 3000 metros com obstáculos é uma prova não tão remota quanto às outras, contudo, no decorrer do percurso, contém obstáculos, com altura de 0,91 metros e um foço com água com 3,66 metros de largura (FERNANDES, 2003a; IAAF, 2017).

➤ 5000 metros- a prova é realizada na pista tradicional do atletismo, nessa corrida de fundo o atleta deve dar 12 voltas na pista que mede 400 metros (REDVKA; FREITAS JUNIOR, 2010).

➤ 10000 metros o atleta dá 25 voltas na pista de atletismo e exige-se dele resistência, integridade orgânica, noção de ritmo da passada e também regularidade e economia de esforço (REDVKA; FREITAS JUNIOR, 2010).

➤ A marcha atlética pode ser executada na rua, mas o início e o fim da corrida devem ocorrer no estádio pré-determinado (SIMÕES, 2016b).

➤ A maratona é realizada em 42 km, sendo uma corrida de estrada, em campeonatos olímpicos ela termina no estádio principal onde se realizaram as outras provas, mas em outros campeonatos internacionais o ponto final é marcado no centro da cidade (IAAF, 2017).

2.5 PROVAS DE CAMPO

As provas de campo do atletismo são disputadas em saltos e os lançamentos.

✓ **Saltos**

Os saltos podem ser horizontais (distância e triplo), têm como objetivo alcançar a maior distância possível ou podem ser verticais (altura e com vara) com o objetivo de ultrapassar o sarrafo (VIDIGAL, 2012).

➤ Salto em distância

Conforme a CBAT (2016) e a IAAF (2017), os competidores de salto em distância têm como objetivo correr ao longo de uma pista e saltar o mais distante possível na caixa de areia, sendo contado a distância a partir da tábula de impulsão.

➤ Salto triplo

Moura; Moura; Borin (2005); Simões (2016d) apontam o salto triplo como um seguimento de três saltos contínuos, sendo que o primeiro e segundo saltos devem ser com a mesma perna e o terceiro com a perna contrária, feitos todos os impulsos em um só pé.

➤ Salto em altura

Fernandes (2003c) ressalta que, no salto em altura, o objetivo é ultrapassar uma barra, conhecida como sarrafo, o mais alto possível. Existem diversas formas de saltos, como o "tesoura", "rolo ventral", "flop", este último é o mais utilizado em campeonatos e o primeiro o mais utilizado para iniciantes.

➤ Salto com vara

Essa prova consiste em ultrapassar o sarrafo com a ajuda de uma vara sem derrubá-lo. Essa prova é realizada em um corredor que no final há um local que serve para o encaixe da vara e os colchões onde ocorre a queda (VIDIGAL, 2012).

✓ **Lançamentos/Arremesso**

Os lançamentos e o arremesso são provas que têm como objetivo lançar/ arremessar um determinado implemento o mais distante possível, e cada categoria tem o seu implemento com seu peso, medida, comprimento e diâmetro específicos (VIDIGAL, 2012).

➤ Lançamento do disco

Fernandes (2003b) descreve que o lançamento de disco, de acordo com a história, foi criado pelos gregos, sendo ela a prova mais antiga da categoria, tornando-se em 1896 uma das provas dos Jogos Olímpicos moderno.

Com esses relatos acima, a IAAF (2017) e a CBAT (2015) apontam que, nessa categoria do atletismo, os atletas lançam um disco de metal pesando 2 kg para os homens e 1 kg para as mulheres, com 22 cm de diâmetro para os homens e 18 para as mulheres, saindo de dentro de um círculo delimitado que mede 2,5 metros.

➤ **Lançamento do martelo**

A IAAF (2017) expressa que o lançamento do martelo foi o primeiro lançamento a ser disputado por homens nos Jogos Olímpicos de Paris em 1990, já a primeira competição realizada em nível global para mulheres foi realizada em 1999 no Campeonato Mundial da IAAF.

Bressan (2006, p. 15) descreve que o martelo “é composto por três partes: cabeça de metal, cabo e empunhadura”.

Vidigal (2012) relata que o lançamento de martelo se caracteriza como lançar uma bola de bronze ou ferro que fica unido a um cabo de aço de 7,26 kg para homens e 4 kg para mulheres, o mais longe possível, saindo de dentro de um círculo idêntico ao do arremesso de peso, contudo o atleta fica protegido por uma “gaiola” de proteção.

➤ **Lançamento do dardo**

Fernandes (2003b) relata que o lançamento do dardo assim como o disco, já era disputado na Grécia antiga nos Jogos Olímpicos, sendo ele uma das provas mais antigas do atletismo.

Segundo Vidigal (2012, p. 5), o lançamento do dardo consiste em lançar uma haste cilíndrica de metal o mais longe possível, que se faz a partir de uma corrida preparatória.

➤ **Arremesso do peso**

Fernandes (2003b) e Matthiesen (2014) evidenciam que o arremesso de peso é a única prova de arremesso do atletismo, os demais são lançamentos. Esta prova tem como objetivo arremessar o implemento de 4 kg na categoria feminina e 7, 25 kg para os homens o mais longe possível, tendo que cair dentro de um setor de quedas, sendo que estes atletas possuem um porte mais avantajado e com um peso corporal respeitável.

✓ **Heptatlo e declato**

O heptatlo é uma modalidade que pertence exclusivamente às mulheres, é composto por sete provas realizadas em dois dias, sendo elas: 100m com barreiras salto em altura, arremesso do peso e 200m (1º dia); salto em distância, lançamento do dardo e 800m (2º dia). (BECKER, 2012).

E, o declato é uma modalidade pertencente aos homens, composta de 10 provas do atletismo, sendo elas: 100 m; salto em distância, arremesso de peso, salto em altura, 400 metros rasos (1º dia); 110 m com barreiras, lançamento de disco, salto com vara, lançamento de dardo, 1500 m (2º dia) (VIEIRA; FREITAS, 2007).

2.6 A IMPORTÂNCIA DE SE TRABALHAR O ATLETISMO COMO CONTEÚDO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

A educação física é uma das disciplinas que mais agrada grande parte dos alunos, assim sendo os professores de educação física têm sempre que ir à busca de novidades, para que a metodologia de ensino não fique repetitiva ao logo das aulas (SOUZA et al, 2015).

Bragada (2000) relata que o correr, por exemplo, é praticado praticamente em todas as modalidades em que há a necessidade de locomoção. Como, por exemplo, há a corrida e

impulsão que está ligado ao salto em altura, tem semelhança com o ataque do voleibol. No handebol há o arremesso e passe que tem semelhança com atletismo.

Além de ser chamado “pai” dos esportes, o atletismo é caracterizado por desenvolver os movimentos naturais que ele proporciona ao praticá-lo, além de aprimorar as habilidades básicas das crianças e adolescentes como o correr, o saltar, arremessar e lançar. Desse modo, o atletismo é um dos principais conteúdos da educação física escolar, porém pouco difundido na área escolar (SILVA; SEDORKO, 2011).

A escola é o caminho para o desenvolvimento da cultura humana e possibilidades, assim, o atletismo deve ser introduzido nas aulas de educação física escolar, pois, além promover questões sociais e culturais, ele é de grande importância para as crianças e adolescentes, uma vez que nessa fase estão em pleno desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo (TOMÉ, 2007).

O desenvolvimento motor está relacionado aos movimentos, ou seja, às mudanças que ocorrem ao longo do tempo, já o desenvolvimento cognitivo são as atividades intelectuais ou operações mentais, portanto o afetivo está ligado aos sentimentos e emoções (DANTAS, 2017).

A proximidade do aluno com o atletismo faz com que a modalidade, além de ser alcançável, dá ao aluno um maior interesse pelo esporte e isso fará com que o processo metodológico que o professor utilizar seja mais fácil no decorrer das aulas. Além dos benefícios citados, o atletismo também promove nos alunos em idade escolar qualidades, como coragem, decisão, autodisciplina, prontidão, lealdade, força de vontade (SOUZA et al, 2015).

Segundo Gomes (2008), para ser trabalhado o atletismo na escola, deve-se mudar seu sentido para os alunos, buscando sempre firmar no uso de suas potencialidades, e com o tempo, esse aprender deve conduzir ao prazer e à satisfação, nunca visando à competição, mas sim na superação de seus objetivos. Já para Oliveira (2006), uma das maneiras de ensinar o atletismo nas séries iniciais é fazendo o uso do jogo ajustado, pois este promove a compreensão do esporte.

Ainda segundo a autora supracitada, é possível adequar materiais, adaptar regras, diminuir a distância, diminuir alturas, diversificar pesos e usar brincadeiras, tudo de uma maneira que possibilite o cumprimento do atletismo em todas as faixas etárias. A mesma autora sugere, como alternativa metodológica para a inclusão da modalidade, alguns jogos e brincadeiras, como jogos de estafetas e pega-pega, que podem ser utilizados para as corridas do esporte.

O lúdico pode ser utilizado no progresso dos saltos, arremessos e lançamentos. Portanto, o atletismo faz parte do cotidiano e nem se percebe. Assim, o atletismo faz parte do “programa” olímpico há anos, trabalhá-lo nas escolas, além de descobrir talentos, gera valores, e também, pode tirar muitas crianças e adolescentes de lugares indesejados, transformando seu praticante (OLIVEIRA, 2006).

3 METODOLOGIA

Primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, ou seja, um levantamento de referências teóricas já publicadas por meios de escritos eletrônicos e impressos do referente tema, para então seguir para a coleta de dados de uma pesquisa de campo. A pesquisa de campo foi utilizada para conseguir informações e conhecimento para a questão do atletismo no currículo escolar.

“A pesquisa de campo é uma investigação de uma situação real, em que uma ou mais variáveis independentes são manipuladas pelo experimentador, sob condições controladas com o máximo cuidado permitido pela situação” (MOREIRA, 2004, p. 27).

Quanto ao procedimento, utilizou-se o estudo de caso, caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetivos, de maneira a permitir o seu conhecimento

amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados (GIL, 2008, p. 57-58).

Já para Yin (2010, p. 39) “estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”.

Para o presente estudo, fez-se uso da pesquisa exploratória e qualitativa. Para Gil (2008, p. 27), “a pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

“Embora o planejamento da pesquisa exploratória seja bastante flexível, na maioria dos casos, assume a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso [...]” (GIL, 2002, p. 41).

Tem como abordagem pesquisa qualitativa que está relacionada em compreender e interpretar determinados comportamentos e opiniões de uma determinada população, analisando neste caso opiniões de professores.

A unidade de observação da pesquisa foi realizada na Escola Municipal Professora Hozana e na Escola Estadual Deputado Eduardo Lucas de Cabeceira Grande-MG.

A amostra foi constituída por duas professoras, que ministram aulas no ensino fundamental de uma escola municipal e de uma escola estadual de Cabeceira Grande-MG as quais aceitaram participar do estudo. Antes da pesquisa foi apresentado um termo de consentimento livre e esclarecido, no qual as professoras foram informadas sobre os propósitos do estudo, foram explicitadas de forma escrita todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propôs participar.

Para a inclusão e exclusão da amostra, foram selecionadas professoras licenciadas em educação física que atuam nas Escolas Estadual e Municipal de Cabeceira Grande-MG.

Tratando-se da definição de levantamento de dados, foi aplicado um questionário semiestruturado para as pessoas, cuja conduta se deseja conhecer. Procedeu -se a um requerimento de informações acerca do fato a ser estudado, em seguida, mediante análise qualitativa, obtiveram -se as conclusões apropriadas aos dados coletados.

Questionário semiestruturado é constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 219).

Primeiramente foi realizado um convite em duas escolas para realização das etapas experimentais. Após autorização da direção das escolas, as participantes receberam um questionário semiestruturado (apêndice) e, após os dados relatados foram estudados e analisados.

Para o tratamento dos dados, foi utilizado procedimento de análise das respostas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como fundamento para a análise e melhor entendimento da pesquisa, foi aplicado nos dias 09 e 21 de agosto de 2017, um questionário semiestruturado com professoras das escolas estaduais e municipais de ensino fundamental existentes no município de Cabeceira Grande-MG. O total de escolas existentes na cidade que atendem ao ensino fundamental são apenas duas, sendo uma municipal e uma estadual.

As questões que foram abordadas no questionário buscaram verificar: Se os entrevistados já desenvolveram ou se desenvolvem a modalidade de atletismo em suas aulas, quais são elas; O que eles sabem sobre a modalidade de atletismo e sua importância/benefícios;

quais as maiores dificuldades enfrentadas para desenvolvê-las; quais são as modalidades esportivas mais desenvolvidas nas aulas; entre outros.

A presente pesquisa foi composta por duas professoras licenciadas em educação física, com idade entre 21 e 30 anos, que ministram aulas para o ensino fundamental, sendo uma de uma escola municipal e outra de uma escola estadual, ambas em Cabeceira Grande/MG.

Após aplicação do questionário foi possível verificar na pergunta de n.1, que ambas relataram que ministram a disciplina de atletismo, porém uma delas relatou que raramente ministra:

Os pesquisados foram questionados sobre: 1 – Senhor (a) ministra a disciplina de atletismo em suas aulas?

R1: Sim.

R 2: Sim, mas raramente ministro.

Matthiensen et al (2005) declaram que a falta de conhecimento, por parte dos professores, referente às modalidades do atletismo, é um dos motivos do não desenvolvimento do desporto nas escolas. Como resultado, o professor, na maioria das vezes, exclui a disciplina por acharem que não tem um espaço físico e materiais próprios para a prática.

Na sequência, a pergunta de n. 2 questionou qual o conceito de atletismo, e, conforme relatado abaixo, pode-se perceber que uma delas não sabe o que é a modalidade de atletismo, pois disse ser “início de atividade” enquanto que a segunda entende perfeitamente, e mesmo tendo respondido que ela é a modalidade mais completa para desenvolver as habilidades básicas, ela raramente a ministra na escola:

Os pesquisados foram questionados sobre: 2 - Para o senhor (a) qual seria o conceito de atletismo?

R 1: Início da atividade física

R 2: Modalidade mais antiga e a mais completa em relação as habilidades básicas.

Atletismo, segundo a CBAT (2015), são provas atléticas de pista e campo, corrida de rua, marcha atlética e corrida através do campo, trilhas e montanhas, ou seja, atletismo é um esporte que trabalha as corridas, saltos, lançamentos e arremessos.

A falta de conteúdo no desenvolvimento da modalidade pode ser observada na resposta de n. 3, em que ambas respondem que o conteúdo desenvolvido nas aulas foi apenas corridas, não sendo ministrados os lançamentos e/ou saltos.

Os pesquisados foram questionados sobre: 3 – Qual é a modalidade que mais o senhor (a) desenvolve ou já desenvolveu nas aulas de atletismo: Corridas; Lançamentos; Saltos; Nenhum.

R 1 e R2: Corridas.

Segundo Marques e Iora (2009), o atletismo é pouco trabalhado na educação física escolar. Mesmo quando ministrado, na maioria das vezes, os professores se fixam em poucas modalidades tais como o correr e o saltar, o que foi encontrado nesta pesquisa.

A pesquisa realizada por Justino; Rodrigues (2011) aponta que os professores aplicam o atletismo em suas aulas, porém as atividades relacionadas ao desporto se aplicam apenas em corridas e saltos.

Estudos realizados por Goveia e Vargas (2014) para verificar as possibilidades pedagógicas de ensino da modalidade Atletismo nas aulas de educação física de duas turmas do 6º e 7º ano do ensino fundamental, no município de Jaguariaíva/PR, observaram que 46,15% dos participantes da pesquisa disseram que a modalidade mais trabalhada eram as corridas de velocidades, em seguida destaca-se o salto em distância com 17,94%. Diante desses resultados é possível perceber que as provas de corrida de velocidade são as mais praticadas nas aulas de educação física escolar.

Uma justificativa para isso pode ser pelo fato de serem modalidades que necessitem de espaços curtos, e que não necessitam de materiais.

Na resposta de n. 4, pode-se observar que a modalidade quase não é oferecida, sendo trabalhado em poucas aulas por ano, enquanto que uma delas não soube responder a quantidade de vezes em que é realizado.

Os pesquisados foram questionados sobre: 4 – Se já trabalhou com atletismo, qual foi a duração? Um bimestre; Um semestre; Nenhuma vez; Outros.

R 1: Outros.

R 2: Outros. Um a duas aulas por ano.

Em estudo realizado por Soares (2016), nas escolas de Unaí/MG, três professores relataram já terem desenvolvido o conteúdo de atletismo em uma a duas aulas, e outros três em uma a duas semanas. Ainda de acordo com o autor, e diante dos resultados deste estudo, observa-se que este esporte é muito pouco ministrado, bem como tempo em que esses profissionais trabalharam o atletismo em suas aulas. Deixando bem claro que o conteúdo é muito pouco desenvolvido dentro das escolas pesquisadas.

Sobre os benefícios das provas do atletismo, a primeira professora não respondeu nenhuma das perguntas, enquanto que a segunda professora respondeu muito sucintamente, como se observa na pergunta de n. 5.

Os pesquisados foram questionados sobre: 5 - Para o senhor (a), quais seriam os benefícios da prática de cada modalidade do atletismo?

Corridas

R 1: Não foi respondido.

R 2: Desenvolvimento cardiorrespiratório.

Saltos

R 1: Não foi respondido.

R 2: Noção de ritmo, tempo e espaço.

Lançamentos

R 1: Não foi respondido.

R 2: Desenvolvimento básico do lançar.

Por meio da prática do esporte, procura-se compreender quais os benefícios que o atletismo pode oferecer para a aprendizagem e saúde dos alunos. Como assegura Gomes (2008), a prática do atletismo proporciona inúmeros benefícios. Pode-se afirmar que através da prática, as crianças aprendem a conviver em sociedade, obedecendo a regras e limites do seu corpo e colegas. O movimento proporciona integridade e domínio psicomotor, envolvendo os aspectos cognitivos, afetivos e sociais.

Na mesma linha de raciocínio em relação à saúde do aluno, Gomes (2008) ressalta que a prática das modalidades do atletismo contribui para o desenvolvimento físico da criança, desenvolve nos indivíduos praticantes uma agilidade de raciocínio. A prática do esporte

também proporciona ao jovem o controle da obesidade, flexibilidade, desenvolvimento muscular, aumento da autoestima e facilita no amadurecimento emocional e social.

Segundo Oliveira (2012), a aplicação do atletismo no ambiente escolar proporciona ao aluno um aperfeiçoamento na sua capacidade física geral, desenvolve e melhora as qualidades físicas básicas: como a velocidade, força, equilíbrio, resistência e agilidade.

O que demonstra que o educador físico tem o conhecimento da importância do seu trabalho na educação física escolar, agindo assim ele colabora para a melhoria da qualidade de vida dos alunos.

Sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais, se elas seguem para elaborar suas aulas, ambas disseram que sim (questão n. 6) e sobre a sua importância, elas relataram que servem como forma de norteamento das aulas e para orientar no planejamento (questão n. 7):

Os pesquisados foram questionados sobre: 6- O senhor (a) segue o PCN para desenvolver suas aulas ao longo do ano letivo?

R 1 e R2: Sim.

Esses resultados anteriormente obtidos, e ao comparar com as respostas dadas a essa questão se contradizem com as ideias apresentadas nos PCN, quando considera que os conteúdos curriculares obrigatórios a serem trabalhados na educação física escolar devem ser: o atletismo, os esportes com bastões e raquete, esporte sobre rodas, esporte individuais, lutas, brincadeiras, jogos populares, jogos pré-desportivo, é toda e qualquer manifestação esportiva. (BRASIL, 1997). O atletismo está dentro dos requisitos obrigatórios da educação física escolar. E deve sim ser trabalhado em todas as escolas brasileiras.

Os pesquisados foram questionados sobre: 7 - Para o senhor (a) qual a importância do PCN?

R 1: Norteamento para as aulas.

R 2: Orientação para o planejamento.

Os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) determinam o conteúdo que deve ser seguido pelos professores em todo território brasileiro, tem a utilidade de orientação, garantindo o direito de todo cidadão com relação à educação (BRASIL, 1997).

Os pesquisados foram questionados sobre: 8 – Aponte 03 modalidades mais trabalhadas em aula: Voleibol; Basquetebol; Futebol; Handebol; Jogos recreativos; Lutas; Dança; Atletismo; Natação.

R 1 e R2: Voleibol, Futebol, Jogos recreativos.

Dentre as modalidades mais trabalhadas em sala, destacam-se voleibol, futebol e jogos recreativos, podendo afirmar aqui que não entra o atletismo, ou ainda conforme relatado na questão 4, é trabalhado em apenas poucas aulas/ano.

Tais resultados vão ao encontro dos achados de Soares (2016), em escolas do ensino fundamental de Unai/MG, onde relata sobre as modalidades que mais foram desenvolvidas em aula, o autor constatou que 27,27% dos professores trabalham a modalidade de futebol, na sequência 24,24% trabalham voleibol e jogos recreativos, e somente 9,09% a trabalham atletismo.

Na pergunta de n. 9 foi questionado se elas já ministraram alguma atividade para iniciação da modalidade de atletismo, a primeira disse que sim, atividades recreativas, já a segunda professora disse que não.

Os pesquisados foram questionados sobre: 9 - Senhor já desenvolveu alguma atividade que possa ser a iniciação de alguma modalidade do atletismo? Qual?

R 1: Sim. Atividades recreativas.

R 2: Não.

Segundo Oviedo (2013), os professores devem elaborar atividades educativas de forma lúdica recreativa, visando à motivação das crianças para a realização das atividades propostas.

Sobre as dificuldades para ministrar o atletismo na cidade de Cabeceira Grande - MG, elas relataram ser falta de instalações adequadas, falta de materiais e desinteresse por parte dos alunos.

Os pesquisados foram questionados sobre: 10 - Qual a maior dificuldade para ministrar o conteúdo de atletismo em Cabeceira Grande - MG?

R 1: Carência de instalações/materiais.

R 2: Pouco interesse dos alunos.

De acordo com a pesquisa realizada por Soares (2016), em escolas de Unaí/MG, na qual abordou quais as maiores dificuldades encontradas para se aplicar o atletismo, verificou-se que 50% se dão por falta de recursos e/ou materiais, sendo que 35% relataram falta de estrutura física e 15% devido ao desinteresse dos alunos, o que vai de encontro as respostas das professoras desta pesquisa.

Gomes (2008) assegura que é importante a aplicação de metodologias didáticas como os jogos, devendo ser trabalhadas com atenção, para alcançar a real necessidade do atletismo. As atividades devem ser ajustadas a questões simples, como espaço, tempo, número e idade de alunos, bem como materiais disponíveis.

Em diversas escolas, a falta de materiais e recursos são os argumentos dados pelos professores para justificar a não execução do atletismo em suas aulas, pois o que tudo indica existem metodologias que podem se adaptar aos materiais disponíveis (OLIVEIRA, 2012).

A adaptação de materiais diferentes, o aperfeiçoamento do espaço físico que a escola oferece, associados a uma metodologia de ensino adequada ao conhecimento relacionado ao esporte, os objetivos logo serão traçados, e os resultados fornecerão uma possibilidade de ensino aos educados (PERES, 2013).

Segundo Oliveira (2012), uma minoria de escolas brasileiras tem uma infraestrutura apropriada para a prática do atletismo, como espaço e equipamentos. Muitas das vezes essas preocupações são deixadas para os professores resolverem, mas pertence ao professor buscar conhecimento relacionado à área. Uma má formação acadêmica também é motivo da não realização da modalidade de atletismo nas escolas (MATTHIENSEN, 2007).

Ao se deparar com as respostas de n. 11, as professoras se contradizem em relação à resposta de n. 10, pois as duas relatam que o espaço físico é simples, pode ser improvisado, a quadra pode ser utilizada.

Os pesquisados foram questionados sobre: 11 - O material e o espaço físico a ser utilizado na iniciação do atletismo podem ser improvisados de que forma?

R 1: Quadra de esportes.

R 2: O espaço físico para atletismo é simples de ser improvisado, qualquer espaço físico pode se tornar uma pista.

Vidigal (s/d) relata que os materiais podem ser improvisados ou até mesmo confeccionados pelo próprio praticante e os mesmos funcionam bem para a prática do esporte no âmbito escolar e leva ao aluno uma boa qualidade de ensino e aprendizagem, tais como bola com areia dentro formando a pelota para a prática de arremesso de peso, discos feitos de papelão, dardos construídos a partir de um bastão de madeira e garrafa pet.

Na resposta da pergunta n. 12 sobre a possibilidade de o atletismo ser aplicado de forma lúdica, ambas disseram que sim, através de atividades recreativas, jogos, brincadeiras.

Os pesquisados foram questionados sobre: 12 - O atletismo quando aplicado na escola pode ter caráter lúdico? Justifique.

R 1: Sim, com atividades recreativas.

R 2: Sim, existem vários jogos, brincadeiras e até mesmo iniciação ao próprio esporte que envolve as habilidades básicas do atletismo.

De acordo com Oliveira (2012), o lúdico é a melhor maneira para o professor trabalhar o atletismo no âmbito escolar.

Silva (2005) destaca que desenvolver o atletismo de forma lúdica facilita na mudança de regras, e também na forma como a atividade relacionada ao esporte vai ser desenvolvida, mas também os professores devem provocar o interesse do aluno pelo desporto, para que nas séries seguintes eles possam ter o prosseguimento desse esporte.

Na pergunta de n. 13 é possível verificar que as professoras não sabem sobre a aplicação do conteúdo atletismo nas escolas, ou que raramente é aplicado. E sobre os motivos uma delas relata ser falta de interesse dos alunos, falta de apoio da prefeitura, falta de jogos escolares envolvendo a modalidade (n. 14).

Os pesquisados foram questionados sobre: 13 – Senhor (a) tem conhecimento da aplicação do conteúdo de atletismo nas escolas de Cabeceira Grande? (Se é realizado ou não).

R 1: Não sei.

R 2: Raramente aplicado.

Oro (1983 apud DIEDER; HÖHER, 2016) afirma que no Brasil, por questões culturais, o atletismo não se torna prioridade. Os brasileiros desde muito cedo visam aos esportes coletivos, como o futebol. Portanto, por esse motivo cultural a maioria dos adolescentes não quer praticar uma modalidade individual. Contudo, o atletismo deve ser inserido nas escolas, assim se tornando cultural.

Os pesquisados foram questionados sobre: 14 - Senhor (a) saberia identificar os motivos da não aplicação do conteúdo de atletismo nas escolas de Cabeceira Grande?

R 1: Não.

R 2: Falta de interesse dos alunos, falta de apoio da prefeitura que não promove jogos escolares e nenhuma outra forma de disputa escolar e quando raramente o faz envolve apenas o futsal.

De acordo com os relatos apresentados, e com Oliveira (2012), o atletismo no Brasil é tido como segundo plano, os professores optam por jogos que utilizem a bola como o futsal. Mesmo sabendo que o atletismo é a modalidade base para os esportes.

Matthiensen et al (2005) declaram que a falta de conhecimento por parte dos professores referente às modalidades do atletismo, é um dos motivos do não desenvolvimento do desporto nas escolas. Como resultado, o professor, na maioria das vezes, exclui a disciplina por acharem que não têm um espaço físico e materiais próprios para a prática.

Matthiensen (2007) afirma que a ausência de materiais ou espaço adequado não é motivo de não inserir o conteúdo nas aulas de educação física, não raras vezes, o pouco conhecimento referente ao esporte, pode dificultar muitos professores a não trabalhá-lo. Deixando de lado imensos benefícios que este esporte proporcionar aos alunos.

A falta de conhecimento da modalidade e o desinteresse do profissional de educação física são motivos que levam a não trabalhar esse conteúdo de tanta importância para os alunos.

Mesmo raramente trabalhando o atletismo, como observado nas respostas de n. 4, 9 e 13, as duas disseram que a modalidade traz inúmeros benefícios, como qualquer outro esporte, conforme mostrado na questão n. 15, e sobre quais podem ser os benefícios para a aprendizagem no município, apresentam desenvolvimento das habilidades básicas e aproveitamento delas para demais esportes como mostrado na questão n. 16:

Os pesquisados foram questionados sobre: 15 – Senhor (a) acha que o atletismo é importante como conteúdo curricular para educação física escolar?

R 1: Sim, traz inúmeros benefícios.

R 2: Sim, como qualquer outro esporte.

Pode-se entender que o atletismo é o conteúdo de maior importância da educação física, porém ele está sendo deixado de lado por muitos profissionais, e, mesmo quando trabalhado são em poucas escolas, e em curto tempo. Pois tudo aponta que os esportes mais trabalhados são o voleibol, futebol e jogos recreativos.

Os pesquisados foram questionados sobre: 16 - Para o senhor (a) quais os benefícios que o atletismo pode promover no ensino/ aprendizagem para os seus alunos em Cabeceira Grande - MG?

R 1: Desenvolvimento em todas as outras atividades esportivas.

R 2: Desenvolvimento de habilidades básicas até mesmo para aproveitamento destas habilidades em outros esportes.

Segundo Oviedo (2013), o atletismo é a modalidade base do processo de ensino e aprendizagem, nesse sentido, cabe às escolas possibilitar a seus alunos o acesso a esse esporte, oferecendo suporte para que cada aluno conheça o seu próprio corpo e as limitações que o constitui.

A escola não é obrigada a ter um espaço adequado e materiais específicos para a prática do atletismo, mas sim, o desempenho do professor para se adaptar à disciplina, a realidade do ensino e ao interesse dos alunos. Portanto, a introdução do conteúdo de atletismo vai depender da criatividade do professor ao elaborar suas aulas, uma vez que há várias possibilidades de trabalhar todas as modalidades do atletismo.

A fabricação de materiais e equipamentos no ambiente escolar pode ser uma saída para trazer a interação dos alunos. Como sustenta Seifert Netto; Pimentel (2008), confeccionar equipamentos do atletismo é lucrativo no método de ensino e aprendizagem, pois o professor

estará concedendo ao aluno a vivência e a prática de criar materiais recicláveis, despertando o prazer do aluno com a modalidade.

É visível que o atletismo é muito importante no ensino aprendizagem. Porém, como mencionado por Oliveira (2012), falta apoio em muitas escolas, restando ao professor ampliar suas estratégias didático-pedagógicas, possibilitando ao aluno o acesso ao esporte.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados, pode-se concluir que o atletismo é uma modalidade esportiva bastante enriquecedora, que leva a uma gama de benefícios para o ser humano. Através desse esporte, pode-se promover um melhor contato social, igualdade entre os participantes, independentemente de raça, religião, fator socioeconômico, além dos benefícios imensuráveis para a saúde.

Destacando o primeiro e o segundo objetivos específicos deste trabalho, e a partir dos resultados encontrados na literatura, conclui-se que o atletismo é um esporte olímpico realizado desde 776 a.C. na cidade de Olímpia-Grécia, suas provas eram a corrida de 200m, lançamento de disco, dardo e salto em distância, e tinha um caráter religioso. Atualmente ele é praticado em vários países, e o número de provas cresceu bastante, sendo considerado um esporte de base. Hoje suas provas são divididas em provas de pista e campo como as corridas de velocidade, meio fundo e fundo, os saltos em distância, triplo, altura, com vara e os lançamentos/arremesso de peso, disco, dardo e martelo, seu caráter atualmente não é mais religioso, mas sim uma oportunidade de mostrar ao mundo o desenvolvimento de determinado país na área do esporte.

Completando com o terceiro objetivo específico, conclui-se que o atletismo é muito importante na formação de crianças e adolescentes, pois ele leva a um melhor desenvolvimento das habilidades básicas e também das capacidades físicas como resistência, força, agilidade, velocidade, coordenação motora, além de uma melhor interação do aluno, e um raciocínio mais ágil.

Com base em todo o conteúdo abordado, bem como em observância ao objetivo geral deste estudo, é possível concluir que o atletismo é raramente ministrado nas escolas municipal e estadual na cidade de Cabeceira Grande/MG, e quando ministrado ocorre apenas duas vezes por ano por alegações de falta de interesses dos alunos, a falta de apoio de órgão representante da educação na cidade, a carência de instalações e materiais para a prática do esporte. Quando o esporte chega a ser ministrado é desenvolvido apenas as corridas, sendo a forma de ensino através de atividades recreativas.

Diante deste resultado, sugere-se que o atletismo possa ser ministrado de formas variadas, utilizando da criatividade de cada professor, por meio de brincadeiras e jogos, pois dessa maneira o aluno vê a prática do atletismo de forma agradável e não como uma prática monótona. Pode-se trabalhar com materiais alternativos, confeccionado pelos próprios alunos e professor, fazendo uso de vídeos motivadores na área de atletismo, e ministrando conceitos como regras, histórico, benefícios para a saúde e também sobre a história de atletas desse esporte, principalmente os atletas brasileiros.

Levando-se em consideração esses aspectos, os professores não deveriam apresentar “desculpas” para não ministrar o esporte no meio educacional, pois ele possibilita esse “ajuste” em qualquer tipo de escola, bastando ter um espaço de chão batido, uma quadra ou um campo, portanto é papel do professor não ignorar a prática de um desporto tão rico em aprendizagem.

Diante das considerações aqui apresentadas, acredita-se que a questão problema foi respondida com sucesso, da mesma forma que os objetivos estabelecidos na pesquisa foram alcançados. Dada a importância do tema, acredita-se que podem ser realizados mais estudos em demais cidades ao entorno de Cabeceira Grande/MG e os resultados podem apresentar

dados melhores. E nesse sentido fazer uma comparação com demais estudos relacionados ao atletismo no âmbito escolar.

Portanto com este estudo pretendeu-se colaborar de forma mais efetiva, sobre a importância de se ampliar a prática do atletismo na escola, levando para o aluno a oportunidade de praticar um esporte tão importante como o atletismo.

REFERÊNCIAS

AGAPITO, Mateus Cleidiane; CORDERO, Osvaldo Garcia Homero. O atletismo como alternativa metodológica nas aulas de educação física. **FAEMA - Revista Científica da Faculdade de Meio Ambiente**. v.6, n.1, p. 123 -134, jan–jun, 2015.

BECKER, Fernanda. **Atletismo um esporte da escola nas séries finais do ensino fundamental**. 2012. 40 f. Trabalho de conclusão de curso - (Licenciatura em Educação Física). Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma, 2012.

BRAGADA, José A. Atletismo na escola: proposta programática para abordagem dos lançamentos leves. **Horizonte – Revista de Educação Física e Desporto**, Lisboa, v. 17, n. 99, p. 01 – 12, Jun./Jul. 2000. Disponível em: <http://www.adal.pt/artigos/Jovens/Atletismo_na_Escola_3.pdf>. Acessado em: 08 Ago 2017.

BRANDT, Lúcio André. **Perfil do atletismo do Rio Grande do Sul: características somáticas e motoras das categorias pré-mirim e menor**. 2002. 187 f. Dissertação – (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física**. Secretaria de Educação Fundamental. 2. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

BRESSAN, João Carlos Martins. **A técnica do lançamento do martelo e suas variações utilizadas por diferentes atletas**. 2002. 57 f. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Parnaíba, Parnaíba, 2006.

CBAT - Confederação Brasileira de Atletismo. **Medalhas do Brasil: Jogos Olímpicos**. São Paulo: SP, 2016.

_____. **Atletismo: regras oficiais de competição 2016-2017**. IAAF. Versão oficial brasileira. 2015.

DIEDER, Janaína Andretta; HÖHER, Alexandre José. O atletismo nas aulas de educação física das escolas de novo Hamburgo/RS: possibilidades e limitações. **Nuances: estudos sobre Educação**. Presidente Prudente/SP. v. 27, n. 1, p. 127-146, jan./abr. 2016.

FERNANDES, José Luís. **Atletismo: corridas**. 3. ed. São Paulo: EPU, 2003a, 156 p.

_____. **Atletismo: lançamentos e arremessos**. 2. ed. São Paulo: EPU, 2003b, 127 p.

_____. **Atletismo: os saltos**. 2. ed. São Paulo: EPU, 2003c, 125 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008, 220 p.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Cecília Leda Jordão. **Objeto de aprendizagem colaborativo: o atletismo como conteúdo pedagógico e formativo**. Secretaria de Estado da Educação – SEED, Superintendência da Educação – SUED, Políticas e Programas Educacionais – DIPOL Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Londrina/PR. 2008.36p. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/923-2.pdf>. Acesso em: 23 Ago. 2017.

IAAF – Federação Internacional de Atletismo Amador. 2017. Disponível em: <https://www.iaaf.org/disciplines>. Acesso em: 7 maio. 2017.

JUSTINO, Elias de Oliveira; RODRIGUES, Walesson. **Atletismo na escola: é possível?** 6 f. educacaofisica.org. 2011.

MAGNO, Carlos; MENDONÇA, Eliana; MENDONÇA, Marco. O atletismo como recurso metodológico no ensino infantil. **Revista Digital EFDesportes.com**. Buenos Aires, Año16, n.159, 2011. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd159/o-atletismo-como-recurso-metodologico.htm>. Acessado em: 28 Mar 2017.

100

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARQUES, Carmen Lúcia da Silva; IORA, Jacob Alfredo. Atletismo escolar: possibilidades e estratégias de objetivo, conteúdo e método em aulas de educação física. **Movimento**. Porto Alegre, v. 15, n. 02, p. 103-118, abril/junho de 2009.

MATTHIESEN, Sara Quenzer et al. **Atletismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

MATTHIESEN, Sara Quenzer. **Atletismo na escola**. Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2014. 161 p.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. 1. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MOURA, Nélio Alfano; MOURA, Tânia Fernandes de Paula; BORIN, João Paulo. **Buscando relações entre velocidade de abordagem e desempenho em saltos horizontais: um estudo a partir de atletas de elite do troféu Brasil de atletismo 2003**. São Paulo, São Paulo, 2005. 6 p.

NASCIMENTO, Marilândia. Contribuições da inclusão do atletismo no currículo escolar do ensino fundamental. **Ágora Revista de Divulgação Científica**, ISSN 2237-9010, Mafra, v. 17, n. 2, p. 94-108. 2010.

OLIVEIRA, Maria Cecília Mariano. **Atletismo escolar: uma proposta de ensino na educação infantil**. Rio de Janeiro/RJ: Sprint; 2006.

_____. **Educação física:** O atletismo no currículo escolar. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

OVIEDO, Soeli da Aparecida. **Atletismo:** iniciação desportiva no ambiente escolar através de atividades lúdicas. 2013. 54 f. Produção Didática Pedagógica – (Programa de Desenvolvimento Educacional) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná: Unioeste. 2013. Disponível em:
http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_unioeste_edfis_pdp_soeli_da_aparecida_oviedo.pdf. Acesso em: 23 Ago. 2017.

PERES, Laís Tragante Leão. **Ensino e aprendizagem do atletismo nas escolas públicas estaduais de Bauru a partir do currículo de educação física do estado de São Paulo.** 2013. 71 f. Monografia – (Licenciatura em Educação Física) - Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências Departamento de Educação Física, Bauru/SP. 2013.

PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência. **Apoio ao estudo do atletismo.** Faculdade de Desporto/Universidade do Porto, Portugal, 2014. 8 p.

REDVKA, Maury Fernandes Fidelis; FREITAS JÚNIOR, Miguel Arcanjo De. **Licenciatura em educação: fundamentos do atletismo.** 2010. 127 f. Monografia – (Licenciatura em Educação Física) – Universidade de Ponta Grossa Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e a Distância, Ponta Grossa/PR, 2010.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Rio de Janeiro jogos olímpicos e legado. **Caderno de políticas públicas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2016. 35p. Disponível em:<http://rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4379008/4130519/RIO2016_estudos_PORT.pdf>. Acessado em: 27 Mar. 2017.

RUBIO, Kátia. Do Olimpo ao pós - olimpismo: Elementos para uma reflexão sobre o esporte atual. **Revista Paulista de Educação.** São Paulo, v.16, n.2, p. 130 – 43 jun./ dez. 2002.

SEIFERT NETTO, Reynaldo; PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. **O ensino do atletismo nas aulas de educação física.** 2008. Disponível em:<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/804-4.pdf>>. Acesso em: 23 Ago. 2017.

SIGOLI, Mário André; ROSE JUNIOR, Dante De. A história do uso político do esporte. Departamento do esporte. **Revista Brasileira de Ciências e Movimento.** Brasília. V. 12, n. 2, p. 111-119, junho 2004.

SILVA, Alberto Inácio da; SEDORKO, Clóvis Marcelo. Atletismo como conteúdo das aulas de educação física em escolas estaduais no município de Ponta Grossa. 2011. **Rev. Teoria e Prática da Educação,** v.14, n. 3, p. 25 – 33, set./dez. 2011.

SILVA, Irinaldo Soares da. **Perfil do atletismo em escolas públicas do ensino fundamental em Porto Velho.** 2005. 48 f. Monografia de Graduação - (Licenciatura em Educação Física) – Universidade de Rondônia, 2005.

SIMÕES, Graziela Cristina. **História e evolução do atletismo.** Slides da aula de Atletismo, 2016a. 56 p.

_____. **Marcha atlética.** Slides da aula de Atletismo, 2016b.14 p.

_____. **Regras corridas.** Slides da aula de Atletismo, 2016c .17 p.

_____. **Salto em distância, salto triplo.** Slides da aula de atletismo, 2016d. 20 p.

SOARES, Fernando Andrade. **Atletismo como conteúdo da educação física escolar no ensino fundamenta na cidade de Unai – MG.** 2016. 81 f. Monografia – (Licenciatura em Educação Física) – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai, Unai, MG, 2016.

SOUZA, Daniel Marcos de et al. Investigação do atletismo na educação física escolar do município de Taubaté/SP. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, Várzea Paulista, v. 14, n. 04, p. 95 -104. 2015.

TOMÉ, Maycon Cleber. **Atletismo:** corre, salta, lança e arremessa. Movimento & Percepção, Espírito Santo do Pinhal, SP, v.8, n.11, jul/dez. 2007.

VERONESE FILHO, Antônio. **As habilidades do atletismo em direção à formação cidadã.** 2012. 55 p. Caderno Pedagógico. Universidade Tecnológica Federal do Paraná / UTFPR, v. II, Paraná, 2012.

VIDIGAL, José Mauro Silva. **Atletismo.** 2012. 35 f. Apostila – (Graduação em educação física) - PUC – Minas – ICBS. 2012.

_____. **Atletismo.** In: MINAS GERAIS. **Jogos e brincadeiras:** atletismo e ginástica. Caderno Pedagógico 01. Governo do estado de Minas Gerais. s/d. 98p.

VIEIRA, Silvia; FREITAS, Armando. **O que é atletismo.** Rio de Janeiro: Casa das Palavras: COB. 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 4. ed.- Porto Alegre: Bookman, 2010.

AS CONTRIBUIÇÕES CONTÁBEIS PARA A GESTÃO DE *STAKEHOLDERS* E OS REFLEXOS NAS DECISÕES ESTRATÉGICAS AMBIENTAIS DA RSE: Um estudo de caso

SILVA, Mayara Aparecida Oliveira da¹
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso²

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo conhecer a importância da contabilidade para a gestão *Stakeholders*, com isso verificar sua influência no momento da tomada de decisão, aplicando a gestão ambiental. Para tanto, foi utilizada uma pesquisa qualitativa com entrevista do contador responsável pela empresa para verificar como está a atuação da mesma em relação aos *Stakeholders*. Foi possível conhecer o conceito de *Stakeholders*, bem como as contribuições contábeis junto à gestão ambiental em matéria de RSE. Ademais, foi possível conhecer a atuação da empresa em matéria socioambiental, se ela opera em conformidade com as normas ambientais, bem como a adoção de práticas de RSE e as contribuições da contabilidade para o alcance de resultados. Concluindo que, mesmo embrionariamente, a contabilidade realizada pela empresa pesquisada vem contribuindo para uma gestão de *Stakeholders* internos de forma eficiente, além de contribuir para realização de decisões estratégicas empresariais na prevenção de danos socioambiental.

Palavras-chave: Contabilidade. Gestão ambiental. *Stakeholders*.

103

1 INTRODUÇÃO

Em meio ao mundo cada dia mais globalizado e tecnológico, os gestores buscam adaptar intensamente seu modo operativo econômico, de modo a trazerem inúmeros benefícios para suas empresas. E um desses modos foi encontrado na Responsabilidade Social Empresarial (RSE), que trouxe mais visibilidade nas questões socioambientais. Retratando assim, a inclusão social, preservação ambiental, desenvolvimento humano e a sustentabilidade da sociedade, fortalecendo o elo com seus clientes, colaboradores, fornecedores, acionistas e comunidade, todo este conjunto de usuários são denominados *Stakeholders*.

Com o surgimento da necessidade de mensurar seus bens, os proprietários de fazendas começaram a contabilizar seu gado, terras e tudo mais que fosse de sua posse. Por esse motivo nasceu a contabilidade, a qual se expande a cada dia. Sabe-se que a contabilidade está presente e com grande representatividade nos diversos cenários empresariais, um deles é a Responsabilidade Social Empresarial (RSE).

Cada dia mais as empresas se interessam em práticas de RSE, visto que existe uma vasta procura no mercado por empresas que trazem no seu modo de trabalho tais práticas em sua gestão, fazendo com que este novo modelo torne - se cada vez mais um atrativo para as empresas de pequeno e médio porte.

Isto pelo fato de inúmeras empresas brasileiras e também internacionais buscarem organizações que tenham em seus padrões de trabalho a inclusão social, responsabilidade ambiental e que estejam cumprindo devidamente suas obrigações trabalhistas. É nesta linha de

¹ Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU;

² Orientadora. Coordenadora do Curso de Direito da FACTU. Professora Universitária. Advogada. Doutoranda em Direito pela Uniceub. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Especialização em Direito, Impacto e Recuperação Ambiental pela Escola de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Pós-Graduação em Direito Público pela Sociedade Universitária Gama Filho.

raciocínio que acontecerá o desenvolvimento deste trabalho, com o referido tema e suas características.

Assim, a problemática do estudo em evidência é: Como a contabilidade pode contribuir para as decisões estratégicas ambientais da RSE com base na gestão de *Stakeholders* em empresa pesquisada?

Para o alcance da resposta desta problemática, apresenta-se como objetivo geral deste trabalho: Conhecer a importância da contabilidade para gestão *Stakeholders*, com isso verificar a influência da mesma para as tomadas de decisões neste modelo de gestão, ocasionando na utilização das estratégias ambientais da RSE.

Para a construção dos tópicos deste estudo, têm-se como objetivos específicos: Conhecer quais são os *Stakeholders* e as contribuições contábeis para gestão da empresa pesquisada; definir como ocorre a gestão de *Stakeholders* na empresa pesquisada; verificar qual a influência dos *Stakeholders* para construção da RSE da empresa pesquisada.

A técnica de investigação, utilizando-se o estudo de caso, é considerada como um recurso indispensável devido ser utilizado em uma situação específica, assim também em um fenômeno isolado, uma aplicação institucional, dentre outros.

Em função da hipótese de que os projetos sociais das empresas privadas podem ser grandes fatores que influenciem de maneira positiva a inclusão social e a preservação ambiental, sendo assim seu objetivo é conhecer a influência da contabilidade junto aos *Stakeholders* e sua gestão. O referido estudo tem a finalidade de conhecer, analisar e descrever a influência da contabilidade em conjunto com a gestão dos *Stakeholders* em matéria ambiental. O objeto da pesquisa é uma agroindústria com vários segmentos, instalada no município de Brasilândia de Minas – MG.

Esta pesquisa é relevante por acreditar na hipótese de que os projetos sociais das empresas privadas podem ser grandes fatores que influenciem de maneira positiva a inclusão social, bem como a preservação ambiental. E também pelo fato de ser um modo operativo novo entre as organizações, mas que ganha força a cada dia, em detrimento do crescente interesse das organizações do setor privado em realizar atividades de RSE e em divulgar suas práticas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL (RSE) E *STAKEHOLDERS*: análise de conceitos em construção e a importância para gestão ambiental

Nunca, em tão pouco tempo, houve tanta informação, e também transformação, entre pessoas e costumes, e dentro das organizações não é diferente, a cada dia é necessária a busca por adaptar e acompanhar as inovações e exigências do mercado. Algumas dessas mudanças deram-se em função da globalização e dos avanços tecnológicos, e, ao mesmo tempo, trouxe mais preocupação com o bem-estar das pessoas entre si e o meio ambiente. Assim, encontrou-se na responsabilidade social uma maneira de inserir esses assuntos nas organizações, ocasionando na busca constante através dos seus gestores, uma maneira de aperfeiçoar resultados e atender os usuários que também são denominados *Stakeholders*.

A gestão ambiental e a responsabilidade social tornaram-se importantes instrumentos gerenciais para capacitação, criação de benefícios que alavancam a competitividade no mercado frente a diversos segmentos econômicos, como por exemplo, siderúrgicas, montadoras automobilísticas, papel e celulose e também agroindústria, a qual será estudada para realização deste trabalho. Pode-se definir a Responsabilidade Social Empresarial como a busca de maneira espontânea realizada pelas empresas com intuito de promover uma sociedade mais justa e igualitária, configurando também buscar melhoria das condições do meio ambiente, visto que o meio ambiente foi o mais atingido e prejudicado com os efeitos da globalização.

A Responsabilidade Social Empresarial consiste num conjunto de iniciativas por onde as empresas buscam, voluntariamente, inserir considerações de natureza ética, social e ambiental às suas interações com clientes, colaboradores, fornecedores, concorrentes, acionistas, governos e comunidade, as chamadas “partes interessadas”, buscando alcançar o desenvolvimento de negócios sustentáveis (CNI, 2006).

A responsabilidade social empresarial pode caracterizar - se como uma nova forma de gestão, pelo fato de relacionar ética e transparência dentro das empresas e também com todos os públicos com os quais se relaciona, bem como, pelo estabelecimento de metas empresariais que atendam aos padrões que regem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Pode-se definir a Responsabilidade Social Empresarial por também, possuir um conjunto de iniciativas, quais sejam: De início, o desenvolvimento de negócios sustentáveis, tanto quanto do ponto de vista social ambiental, econômico e de caráter voluntário, voltadas aos seus diversos públicos e/ou partes interessadas, com foco em dimensionar a ética de suas relações com esses públicos, assim, ocasionado na qualidade dos impactos da empresa sobre a sociedade e o meio ambiente (CNI, 2006).

Portanto, na busca pela ética, bem como, a transparência em seus negócios, conseqüentemente o aprimoramento das relações com seus diferentes públicos, assim reafirmando a busca constante da qualidade de seus impactos. As empresas estão, ao mesmo tempo, buscando o aperfeiçoamento para ficarem à frente na competitividade, na medida em que todos esses aspectos passam a caracterizar exigências cada vez mais importantes do próprio ambiente de negócios (CNI, 2006).

A Responsabilidade Social inserida nas empresas busca uma conscientização através dos seus empregadores e empregados. Para uma empresa se tornar socialmente responsável, é necessário derrubar preconceitos e dar lugar a diversidade e igualdade. A valorização da diversidade é um dos temas mais abordados pela RSE. A diversidade social que existe dentro das organizações deve ser valorizada respeitando-se as diferenças e buscando melhores condições para que cada indivíduo possa desenvolver suas habilidades, alcançando seus potenciais.

Sobretudo, a ética é a base da responsabilidade social empresarial, manifesta-se através dos princípios e valores adotados pela organização. Não há responsabilidade social sem ética nos negócios. Empresas que operam com uma postura ética e responsável possuem melhores possibilidades de manter-se no mercado (GARCIA, 2006 apud PÁDUA et al, 2007).

Partindo do pressuposto de que existem inúmeros desafios e dificuldades encontradas por Pessoas Portadoras de Deficiência (PDD) no momento de serem contratadas, é necessário enfrentar todos estes desafios que, por vezes, vêm por parte de outros colaboradores, visto que inúmeras destas dificuldades ocorrem por não saber lidar com pessoas portadoras de deficiência, e também pela precariedade na educação e profissionalização das mesmas. “A informação, o esclarecimento, e a orientação sobre as deficiências, em geral, favorecem a contratação de pessoas com deficiência no quadro de funcionários” (ARANHA, 2003 apud PÁDUA et al, 2007, p. 21).

A Responsabilidade Social está diretamente relacionada aos indivíduos, no que tange aos deveres perante os outros que, por sua vez, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, está ligado por escolhas, decisões e ações possam causar impactos.

A Responsabilidade Social, é conceituada por ser a responsabilidade de uma organização pelos seus impactos, causas de suas decisões, bem como suas atividades inerentes na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente para que assim, contribua com o desenvolvimento sustentável, inclusive para a saúde e o bem-estar da sociedade, levando em consideração as expectativas dos *Stakeholders*, bem como, esteja em

conformidade com a legislação aplicável, e também seja consistente com as normas internacionais de comportamento e esteja integrada em toda a organização e seja praticada em suas relações (ABNT, 2004).

Há alguns anos, a RSE estava relacionada à filantropia, realizavam, de forma voluntária, para ajudar as pessoas. Este fato ocorria em função do pressuposto em que se acreditava que somente o Estado, os governos e suas instituições públicas tinham obrigações para com a sociedade e para com o meio ambiente. Portanto, à medida que aumentou a consciência da sociedade e das pessoas, grupos e organizações que a compõem, passou-se a ver que vivemos em uma única casa, que é o nosso planeta, e que estamos todos interligados, daí a noção de RSE se ampliou e ganhou outro sentido. Assim, a “racionalização da sociedade, simbolizada pela institucionalização do desenvolvimento técnico-científico no final do século XVIII, garantiu o poder do homem sobre a natureza” (DEMAJOROVIC, 2013, p. 21).

Foi então que a partir dos anos 90, surgiu uma nova visão sobre a RSE: a que se concretiza por meio de políticas, estratégias e ações que visam em última instância, a contribuir para o Desenvolvimento Sustentável (DS). E, para que o desenvolvimento seja de fato sustentável, é necessário que aconteça uma revisão de crenças e valores que embasam as ações sociais de todas as organizações, bem como o desenvolvimento de novos modelos de atuação dos diferentes cenários sociais.

A proteção ambiental passou de ser uma função exclusiva de proteção para também ser de função da administração. Mediante contemplação na estrutura organizacional, ocasionando a interferência no planejamento estratégico. Por esse motivo, passou a ser uma atividade de suma importância na empresa, seja ela no desenvolvimento das atividades de rotina ou na discussão dos cenários alternativos (TACHIZAWA, 2015).

Essa atividade de RSE dentro da organização passou a despertar interesse dos presidentes e diretores e a exigir uma nova função administrativa na estrutura organizacional, fomentando a criação de um corpo técnico específico e um sistema gerencial especializado, almejando propiciar à empresa integração articulada e bem conduzida de todos os seus setores bem como a realização de um trabalho de comunicação social consciente (TACHIZAWA, 2015).

Portanto, a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é um conceito em estado contínuo de transformação, que está diretamente relacionada às expectativas e às necessidades da sociedade, no que tange o social, ético e ambiental. E ao modo com que responde às consequências de nossas atitudes e aos impactos causados aos indivíduos ou grupos, e também ao ecossistema.

Para que de fato ocorra a inserção da RSE nas organizações, é de extrema importância o papel dos *Stakeholders*. Segundo Bezerra (2014) se exemplificam como sendo: funcionários, gestores, gerentes, proprietários, fornecedores, concorrentes, ONGs, clientes, o Estado, credores, sindicatos e diversas outras pessoas ou empresas que estejam relacionadas com uma determinada ação ou projeto.

Classifica-se também, como público estratégico e descreve uma pessoa ou grupo que tem interesse direta ou indiretamente em uma empresa, tendo ou não um investimento nela. “*Stakeholder* em uma organização é, por definição, qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou ser afetado pela realização dos objetivos dessa empresa” (FREEMAN, 1984 apud LYRA et al 2009, p. 41).

O *Stakeholder* é uma pessoa ou um grupo, que é primordial para as ações de uma organização, o mesmo exerce papel direto ou indireto na gestão e resultados dessa mesma organização. Por esse motivo, um *Stakeholder* pode ser afetado positivamente ou negativamente, dependendo das suas políticas e forma de atuação.

Quadro 1 - Exemplo de Stakeholders



Fonte: Bezerra, 2014.

A obtenção de resultados efetiva acontece quando o relacionamento entre os *stakeholders* com a empresa torna-se o foco principal de gestão. A gestão socialmente responsável, quando implantada em toda a cadeia produtiva, aumenta a eficiência do processo produtivo e com isso cresce o desenvolvimento da cidadania como um todo. Esse processo resulta na consolidação da parceria conquistada através do relacionamento transparente entre as empresas e a extensão da gestão social aos *stakeholders*. (TENORIO, 2006).

De fato, os *Stakeholders* são de suma importância para o bom funcionamento de uma organização, posto que eles também estão sempre interessados nos resultados operacionais da empresa, e contribuem direta ou indiretamente por isso. De tal forma são grandes influenciadores da gestão ambiental dentro das organizações, uma vez que esta prática aperfeiçoa o conceito da organização. Isto se dá pelo fato de o *Stakeholder* poder exercer a função de planejamento, ele consegue ter uma visão mais ampla de todos os envolvidos em um processo ou projeto, além de saber de que maneira eles podem contribuir para a otimização deste. Os *Stakeholders* são elementos essenciais em termos de planejamento estratégico de uma empresa ou organização.

Para que ocorra desenvolvimento na gestão socioambiental e que esta seja sustentável econômica, social e ecologicamente correta, precisa contar com executivos e profissionais nas organizações, públicas e privadas, que incorporem tecnologia de produção inovadora, regras de decisão estruturadas e demais conhecimentos sistêmicos exigidos no contexto em que se inserem (TACHIZAWA, 2011).

A visão da importância de ser uma empresa sustentável, amplia seu espaço no meio empresarial e com isso adquire maior visibilidade e otimização do seu conceito perante a sociedade. Nesse sentido, os *Stakeholders* visam cada vez mais ampliar os meios de envolvimento de responsabilidade social. Uma vez que essa prática se preocupa com o meio ambiente, ação social empresarial, e a sociedade em si.

A identificação e o ingresso de partes interessadas são relevantes para a RS. Convém dizer que a organização determina quem tem interesse em suas decisões e atividades para que aconteça a compreensão dos seus impactos e como lidar com eles. Apesar de as partes interessadas poderem ajudar uma organização a identificar a relevância de assuntos específicos como esse, por exemplo, para suas decisões e atividades, elas não substituem a sociedade como um todo na determinação de normas e expectativas de comportamento. Um assunto pode ser relevante para a RSE da organização mesmo quando não identificado especificamente pelas partes interessadas que ela consulta (ISO 26000, 2010).

Uma empresa que busca a melhoria de resultados de modo perene e sustentável deve, por meio de seus gestores, administrar e movimentar-se de maneira equilibrada, às diferentes

pressões de seus diversos públicos com os quais se relacionam. Para gerir uma empresa que tem como ferramenta de gestão estratégica a sustentabilidade, é necessário que conheça princípios que regem as dinâmicas das relações da empresa com a sociedade onde está inserida.

Nesse sentido, a gestão ambiental objetiva manter o meio ambiente saudável, para atender às necessidades humanas atuais, de modo a não comprometer as necessidades das gerações futuras. Trata-se de um modo para atuar sobre as modificações causadas no meio ambiente pelo uso ou descarte dos bens e detritos gerados pelas atividades humanas, a partir de um plano de ação viável técnica e economicamente, com prioridade perfeitamente definidas. São utilizados instrumentos de monitoramento, controles, taxações, imposições, subsídios, divulgação, obras e ações mitigadoras, além de treinamento e conscientização, é, portanto, a base de atuação de diagnósticos, bem como cenários ambientais da área de atuação, com base em estudos e pesquisas dirigidos em busca de dissolução para os problemas que venham a ser encontrados (KRAEMER, 2006 apud CAMPANER, et al 2009).

Gerir determinada empresa e esta ser conduzida de maneira responsável, respeitando a sociedade e zelando pelo seu desenvolvimento social e sustentável, reduz riscos, como a geração de passivos intangíveis, e por esse motivo a torna mais segura. As empresas, quando são mais seguras, tornam-se mais atrativas e são valorizadas aos olhares dos *Stakeholders* (investidores).

Dessa forma, uma gestão sustentável é estratégica em função da geração de valor. A gestão ambiental pode ser interpretada, como o conjunto de princípios, estratégias e diretrizes de ações e procedimentos para resguardar a integridade dos meios físicos e bióticos, bem como a dos grupos sociais que deles dependem (CAMPANER, 2009).

A RSE traz uma grande vantagem para os negócios de empresas de qualquer porte e também instituições financeiras, nas quais se encontram oportunidades para serem diferenciais competitivos. Tais instituições oferecem benefícios, como: reduzir custos e aprimorar seus níveis de eficiência e desempenho. No entanto, vale ressaltar que a RSE difere – se da Ação Social e o Investimento Social Privado. A ação social, por sua vez define qualquer atividade executada, mas não obrigatória para atender as necessidades da comunidade, que, na realidade, não são planejadas nem avaliadas quanto aos resultados alcançados. No Investimento social privado, acontece o repasse voluntário e planejado de recursos privados para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público (CNI, 2006).

Os investidores sociais privados estão preocupados com os resultados obtidos e com o envolvimento da comunidade na ação social. Não somente nas Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou na Microempresa (ME), mas também nas instituições financeiras, que já incluem entre os seus critérios para a concessão de crédito, aspectos relacionados à responsabilidade socioambiental das empresas. No mesmo sentido, vale ainda citar o chamado “consumo concedente”, que demonstra uma tendência, segundo a qual os consumidores passam a selecionar aquelas marcas e produtos que agregam responsabilidade socioambiental das empresas (CNI, 2006).

Na RSE, trata-se do conjunto de atividades e iniciativas de sentido estratégico, que têm como meta preparar as empresas para responder, de forma proativa, a um conjunto de questões com as quais elas estarão cada vez mais confrontadas, como por exemplo: identificar claramente todos os seus públicos com maior relevância, entender como tais podem sofrer impactos pelas atividades da empresa ou até mesmo impactar, e também conhecer, demandas e expectativas em assuntos relacionados à organização (CNI, 2006).

Esse novo modelo de administração faz com que a gestão ambiental esteja interligada à ideia de resolver problemas ecológicos e ambientais da organização, que, por sua vez, demanda uma dimensão ética, em que as principais motivações culminem como sendo a observância das leis e a melhoria da imagem da organização.

Em outras palavras, a gestão ambiental é a resposta de maneira natural que as empresas encontraram para responder ao novo cliente, também chamado de consumidor verde e ecologicamente correto. A empresa verde é sinônima de bons negócios e no futuro será a única forma de empreender negócios de forma duradoura e lucrativa. Quanto mais cedo as organizações começarem a enxergar o meio ambiente como seu principal desafio e como oportunidade competitiva, maior será a chance de que sobrevivam (TACHIZAWA, 2015).

Essa não é apenas mais uma moda passageira que teve um pico e depois entrou em declínio, mas ao contrário, indica que todos estão muito mais comprometidos com as questões ambientais, pois a responsabilidade social é a forma de gestão empresarial pautada pela relação ética com todos os públicos com os quais ela se relaciona. Portanto, nestes termos, a gestão ambiental não é apenas uma atividade filantrópica ou tema para ecologistas e ambientalistas, mas também, uma atividade que possibilita retorno financeiro para as empresas. Mas, para garantir o sucesso de uma gestão sócio ambiental, é necessário que ela esteja diretamente ligada à conscientização de todos, tais como: indústrias, chefes de governo, órgãos ambientais, entidades e sociedade (TACHIZAWA, 2015).

Poucos foram os assuntos que cresceram e tiveram destaque nas organizações como gestão ambiental e responsabilidade social. As organizações cada vez mais se importam com os referidos temas, ingressando nesta tendência mundial e aperfeiçoando sua visão sobre o que é ser socialmente responsável. O desafio atual enfrentado pelas organizações é de alcançar soluções capazes de harmonizar o plano econômico, ambiental e social (CAMPANER et al, 2009).

Então a gestão ambiental pode ser entendida como o conjunto de princípios, estratégias e diretrizes de ações e procedimentos para proteger a integridade dos meios físicos e bióticos, como também a dos grupos sociais que deles dependem. De maneira geral, as economias dependem dos serviços dos ecossistemas, mas vale lembrar que o uso excessivo dos recursos naturais rompe o equilíbrio do sistema ambiental, social e econômico. Porém as organizações devem não apenas mostrar suas boas intenções, mas também efetivamente contribuir para a sustentabilidade, para garantir seu próprio futuro e o da sociedade no qual estão inseridas. As organizações que adotam este novo modelo de gestão baseado na responsabilidade social encontram - se em sintonia com um mundo globalizado, cada vez mais exigente e dinâmico (CAMPANER et al, 2009).

Uma gestão ambiental e de RSE é o exame e a revisão das operações de uma organização da perspectiva da ecologia profunda, ou do novo paradigma. Tem sua motivação por uma mudança nos valores da cultura empresarial, passando da dominação para a parceria, da ideologia do crescimento econômico para a ideologia da sustentabilidade ecológica. Envolve mudança correspondente do pensamento mecanicista para o pensamento sistêmico, e mediante, um novo estilo de administração conhecido como administração sistêmica (TACHIZAWA, 2015).

Diante disso, a sustentabilidade empresarial passa necessariamente pelo estabelecimento de relações éticas com os diversos públicos de relacionamento da empresa, sempre com vistas à geração de valor a todos eles, inclusive e principalmente aos acionistas/cotistas, há de ser ter uma especial atenção com gestão de tais relações. Zelando pela qualidade dos relacionamentos com sócios, colaboradores, clientes, fornecedores e com os demais públicos que impactam ou são impactados direta ou indiretamente pelas atividades da empresa, o gestor estará, assim, reduzindo passíveis intangíveis na composição do lucro econômico da empresa.

2.2 AS CONTRIBUIÇÕES CONTÁBEIS PARA A GESTÃO ESTRATÉGICA DE *STAKEHOLDERS*

A contabilidade existe há muitos anos, pois é conhecida através da história, que desenhos dos primitivos demonstravam que os mesmos estavam controlando algo que fosse de sua posse. Que por sua vez, mais tarde os fazendeiros passaram a controlar suas ovelhas, depois escravos e terras.

Isso leva-nos a crer que a contabilização acontece desde a existência da humanidade, porque onde existe controle de patrimônio, existe também a contabilidade.

É possível identificar os primeiros exemplos completos de contabilidade ainda nos primórdios, em média no quarto milênio antes de Cristo. Também é possível que algumas formas elementares sobre a contagem, de bens tenham sido realizadas bem antes disto, talvez por volta do sexto milênio antes de Cristo. Vale ressaltar que o crescimento e o reconhecimento da contabilidade deram-se de forma relativamente lenta, até o surgimento da moeda. Na época acontecia o escambo, que nada mais é que a troca pura e simples de mercadorias. Visto que os direitos e bens perante terceiros, tratava-se apenas de um mero elenco de inventário físico, com dispensa de avaliação monetária (IUDICIBUS,1994).

Em função das diferentes e inúmeras ocorrências e desafios que ocorrem nos dias atuais, em que a informação e a necessidade de atualizar-se se expandem com muita facilidade, a contabilidade adapta-se a essas novas necessidades, uma dessas é a obtenção de informação relativa ao meio ambiente.

Prematuramente, a globalização dos mercados incrementa o avanço da contabilidade, tornando-a fator central da informação para seus parceiros sociais. A contabilidade obteve crescimento significativo em seu campo de atuação, deixando de atender somente aos controladores, fornecedores e ao Fisco, passando a ampliar a gama de usuários (TINOCO; KRAEMER, 2011).

Esta adaptação recíproca e intermitente deu início ainda quando os homens eram nômades, pelo motivo de eles se instalarem em lugares até que se esgotassem todos os recursos, este fato era repetido com frequência. Porém com resultado do sedentarismo humano atrelado ao costume de domesticar animais e a prática de atividade agrícola, o cenário tomou rumo diferente, passou a ser moldada conforme a necessidade humana, fato que se estende até os dias atuais. “Desde o *Homo sapiens*, a interação entre a atividade humana e o seu meio ambiente foi fator dominante na moldagem de um pelo outro” (BACKEER, 1995 apud SILVA, 2003, p. 43).

A formulação de estratégia para as empresas é um grande desafio, pois o cenário econômico e mundial, em que o dinamismo é fundamental, impõe a necessidade de estarem atentas às fronteiras do negócio em função da grande velocidade com que as informações se difundem e pela necessidade de responder de maneira rápida e precisa aos *Stakeholders* e suas necessidades. Portanto, a estratégia passa a ser um fator relevante para concretizar um negócio de sucesso.

De acordo com o autor supracitado, as características mais marcantes das estratégias de gestão ambiental bem como as de responsabilidade social e de caráter genérico, são normalmente aplicáveis às organizações desse setor, de baixo impacto ambiental, exemplificam-se como: projetos sociais em meio ambiente, em educação, saúde, cultura, em apoio à criança e ao adolescente, em voluntariado, bem como, a imagem ambiental da empresa para fins de marketing (TACHIZAWA, 2015).

O maior desafio encontrado dentro das organizações é ter uma forte posição competitiva, significa elevar as barreiras à entrada de novos competidores, gerarem um perfil de potencialidades maior e melhor do que o perfil dos seus concorrentes; aumentar a integração ou o poder de barganha em relação aos fornecedores e intermediários; possuindo um conjunto

de produtos e serviços altamente compatíveis ao mercado e criando diferenciais que podem ser observadas pelos consumidores (SILVA, 2003).

Conforme exige o novo modelo de gestão, denominada gestão ambiental que se caracteriza por ser um novo estilo de administração, deve estar associado à ideia de resolver problemas ecológicos e ambientais da organização.

As organizações devem atentar e adequar – se às novas propostas de gerenciamento. O planejamento e a execução de estratégias empresariais precisam, necessariamente, adequar-se e contemplar processos de gestão ambiental conforme as características do meio ambiente regional onde se encontra a localização da mesma (COSTA, 2012).

Demandada por uma dimensão ética, na qual as principais, motivações são a observância das leis e a otimização da imagem da organização, “Gerenciar de maneira ambientalmente responsável é um diferencial que os gestores oferecem às organizações, com tamanha evolução, muito breve se transformará em um pré-requisito” (KRAEMER, 2006 apud CAMPANER et al, 2009, p. 9).

Poucos foram os assuntos que tiveram destaque dentro das organizações quanto à gestão ambiental e responsabilidade social empresarial, inseridos na contabilidade, visto que são de extrema importância. As organizações estão aumentando sua preocupação com os referidos temas, inserindo nesta tendência mundial e buscando sempre o aperfeiçoamento de conceitos sobre o que é ser socialmente responsável.

A contabilidade possui diversas funções em uma empresa. Uma delas faz com que a contabilidade financeira seja uma ferramenta de registro e divulgação das informações financeiras para os usuários externos. Outra, a contabilidade gerencial fornece informações que ajudam os gestores a planejar e controlar as atividades da organização e a avaliar o desempenho do negócio, tanto econômico como ambiental (COSTA, 2012).

O desafio atual enfrentado pelas organizações é de alcançar soluções capazes de harmonizar o plano econômico, ambiental e social. “A gestão ambiental e a responsabilidade social, tornam-se importantes instrumentos gerenciais para capacitação e criação de condições de competitividade para as organizações, qualquer que seja seu segmento econômico” (TACHIZAWA, 2015, p. 06).

Assim a contabilidade tem como principal função o controle e as mutações do patrimônio empresarial, nesse sentido, a gestão socioambiental é uma grande ferramenta de controle e prevenção de perdas e danos ao patrimônio, em detrimento dos gestores estarem sempre atentos as principais causas que podem afetar de maneira negativa o patrimônio das empresas.

2.3 AS CONTRIBUIÇÕES CONTÁBEIS PARA A TOMADA DE DECISÃO EM GESTÃO DE *STAKEHOLDERS* NA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL (RSE)

A contabilidade é uma grande ferramenta de gestão, visto que no momento da tomada de decisão ela é essencial. Por ocorrer através de seus gestores que atuam no departamento contábil, a posse de informações que influenciam diretamente na decisão a ser tomada.

A contabilidade é uma ciência relativa, não somente por se tratar de conhecer um aspecto particular da realidade econômica, que é uma parte da realidade social, e esta da realidade humana, e ainda, da realidade em geral, como também porque constitui uma parte do conhecimento humano, está relacionada e é interdependente de outras ciências particulares, afins ou subsidiárias, como a matemática, a economia, o direito, a administração, a estatística, as finanças, as ciências tecnológicas etc (COSTA, 2012).

A responsabilidade social empresarial que também é um grande fator que leva à otimização dos resultados empresariais perante a sociedade, juntamente com seus gestores, em comum acordo com os *Stakeholders*, entrelaça a contabilidade a este novo modelo de gestão.

Enfatiza-se que a contabilidade que se desenvolveu, historicamente, como sistema de controle patrimonial e que atua como um sistema de informações, não pode ficar alheia às transformações sociais que têm reflexos direta ou indiretamente sobre o patrimônio. A vertente do balanço social denomina-se “Contabilidade Ambiental”, surgem para suprir os usuários das informações contábeis relativas ao meio ambiente, com o objetivo de evidenciar à sociedade os gastos ambientais efetuados pelas empresas (SILVA, 2003).

Sabe-se que uma empresa usa de vários artifícios para impactar a sociedade, são eles: resultados financeiros, distribuindo riqueza entre acionistas, operações remuneram o trabalho de colaboradores, bens e serviços levam benefícios até consumidores que veem neles uma troca justa pelo valor do seu dinheiro. Por outro lado, impactos também podem causar efeitos negativos, como por exemplo, os acionistas prejudicados pelo envolvimento da marca em casos de corrupção, colaboradores com a saúde afetada pelo trabalho em condições insalubres, consumidores levados a adquirir produtos de qualidade inferior por força de práticas econômicas abusivas (CEBDS, 2016).

Todos esses fatores negativos podem ser evitados através de uma gestão de transparência, uma gestão de RSE que tem como principal característica atentar a organizações sobre questões socioambientais. “Competitividade, eficiência, qualidade, produtividade, flexibilidade de produção inovação tecnológica, satisfação de clientes, cuidados com o meio ambiente são alguns tópicos que fazem parte das preocupações cotidianas dos gestores da atualidade” (COSTA, 2012, p. 3).

Além disso, vale ressaltar que os impactos sociais não somente impactam o que ocorre com investidores, trabalhadores e consumidores, mas também, a partir da operação da empresa, eles se propagam por toda a sociedade. Por esse motivo a RSE é de suma importância no cenário de gestão, no qual os *Stakeholders* devem, por sua formação e conhecimento, sempre decidir pelo o que for social e ambientalmente responsável, ocasionando benefícios entre organização e sociedade.

As empresas são grandes influenciadoras do impacto social, sendo assim, estas podem trazer um grande prognóstico do sucesso ao negócio, de maneira particular no longo prazo. Porém este impacto pode ser tanto positivo quanto negativo, sendo possível sua constatação em diversos exemplos, desde a criação de empregos e capacitação da mão de obra até desigualdades econômicas e satisfação do cliente (CEBDS, 2016).

É importante destacar que a contabilidade ambiental surgiu no ano de 1970, em detrimento das empresas importarem – se mais aos problemas do meio ambiente. Assim a contabilidade ambiental caracteriza-se como a contabilização dos benefícios e prejuízos que o desenvolvimento de um determinado produto ou serviço, que pode trazer ao meio ambiente. É um conjunto de ações planejadas para que aconteça o desenvolvimento de um projeto, levando em conta a preocupação com o meio ambiente (COSTA, 2012).

A contabilidade ambiental pode ser definida como o estudo do patrimônio ambiental, bens, direitos e obrigações ambientais das entidades. Objetiva o fornecimento de informações aos seus usuários, internos e externos, informações estas sobre os eventos ambientais que podem causar mutação patrimonial, bem como realizar sua identificação, mensuração e evidenciação (COSTA, 2012).

Ainda quer se destacar que a contabilidade, por trabalhar de maneira a prevenir perdas e danos ao patrimônio, está sempre em busca de atualizações, visto que as mudanças são inúmeras e muito rápidas, por isso ela está atrelada à gestão de SER, cujo compromisso social, cultural e ambiental atua de maneira a contribuir para tomada de decisão, seja em relação trabalhista, fiscal ou contábil, mas que aperfeiçoe e aumente os resultados positivos esperados pelos *Stakeholders* e a sociedade onde a organização está inserida.

De tal forma, a contabilidade precisou, e precisa constantemente, dotar-se de conhecimentos e ferramentas, e de todo um arcabouço conceitual, para que possa responder a

seus usuários internos e externos, com a informação que desejam ver, fornecida pela contabilidade (TINOCO; KRAEMER, 2011).

É de inteira e somente responsabilidade da contabilidade o registro, a acumulação, a mensuração, a avaliação, e a divulgação das atividades e operações pertinentes das empresas, e organizações em geral, esses feitos existem já há algum tempo e de forma sistêmica, através das demonstrações contábeis (TINOCO; KRAEMER, 2011). Em função dessa responsabilidade, a contabilidade ambiental objetiva registrar as transações da empresa que impactam o meio ambiente e os efeitos das mesmas, e também ocasiona o conhecimento da definição de custos ambientais.

Tinoco e Kraemer (2011) estabelecem que as informações geradas a partir dos relatórios ambientais divulgam dados sobre o desempenho ambiental das empresas para todos aqueles que se interessam pelas referidas informações, ocasionando para tais, o entendimento sobre os eventos e impactos das atividades sobre o meio ambiente. Os usuários externos são representados pelos seguintes grupos distintos, quais sejam: governos e órgãos públicos, fornecedores, clientes e concorrentes.

Diante disso, entende – se a importância da contabilidade ambiental. Visto que a contabilidade tem a função de cuidar para que as organizações não contribuam com a degradação do meio ambiente, tampouco tragam prejuízos aos resultados esperados como, por exemplo, multas por danos ambientais.

3 METODOLOGIA

“Método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo” (MARCONI; LAKATOS, 2005, p. 83). A estratégia que culminou na realização deste estudo foi: leitura em livros didáticos relacionados ao assunto, artigos científicos, dissertações e teses, além de sites e revistas sobre o tema abordado, com o intuito de obter embasamento teórico. A técnica usada foi a de entrevista, realizada em uma empresa situada no município de Brasilândia de Minas, para explorar as diversas perspectivas abrangidas pelos tópicos referentes às contribuições contábeis para gestão de *Stakeholders* e os reflexos nas decisões estratégicas ambientais da RSE.

Em relação à classificação da pesquisa, ela é exploratória de caráter qualitativo. A pesquisa qualitativa abrange o campo de levantamento de dados sobre a questão das motivações de um determinado grupo, também busca compreender e interpretar determinados comportamentos, opiniões e as expectativas dos indivíduos de uma população. Gressler (2004) diz que a abordagem qualitativa é quando se busca descrever a complexidade de determinado problema, não envolvendo manipulação de variáveis e estudos experimentais.

É exploratória, no entanto não tem o intuito de obter números como resultados, mas também possibilita indicar o caminho para tomada de decisão correta sobre uma questão problema. Segundo Gil (2010), pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, visando torná-lo mais claro, sendo que o objetivo principal das pesquisas exploratórias é o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições (aqui entendidas como hipóteses).

Como fonte de pesquisa utilizada ao estudo, é secundária. Na fonte secundária, o investigador não tem relação direta com o acontecimento registrado, mas por meio de intermédio de quem os registrou. Portanto, existe outra pessoa que participa da geração da informação (GRESSLER, 2004).

Em relação à coleta de dados e procedimentos, as técnicas de pesquisas utilizadas são a conceitual, embasada na técnica de investigação teórica. Em outro cenário, a técnica de investigação através da entrevista, teve como norte a técnica de investigação empírica. Neste sentido, a análise de conteúdo dá - se através de inferência definindo a categorização.

A técnica de investigação conceitual exige do investigador atitude em que constitui cercar exclusivamente em nível conceitual o fenômeno em foco. Ainda nesta técnica de investigação, é necessário que o pesquisador seja o máximo conceitual possível. Para que possa construir uma logicidade do tema estudado (BITTAR, 2014).

A técnica de investigação empírica possibilita ao investigador contato imediato com a realidade estudada, atuando como auxílio ao mesmo. Arelada a ela está a técnica de entrevista, que é o encontro entre duas ou mais pessoas, em que o entrevistador interroga a outra ou as outras pessoas. A técnica de investigação utilizando estudo de caso é caracterizada como um recurso indispensável devido ser utilizada em uma situação específica, um fenômeno isolado, ou também de uma aplicação institucional, dentre outros. Além do mais, o estudo de caso coloca o investigador na condição de observador, assim como na condição de analista, o estudo da legislação, o acompanhamento do caso, a leitura precisa e refinada dos autos que documentam o procedimento (BITTAR, 2014).

Para a análise e a discussão dos resultados, será utilizada a categorização, que é um método de agrupamento de dados onde é considerada parte comum que existe entre eles. Este método possui duas classificações: por semelhança ou por analogia, possui também critérios que podem ser semânticos e sintáticos, previamente estabelecidos ou definidos no processo. “A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 2011, p. 145). Portanto, a categorização é, senão, uma operação de classificação dos elementos de uma determinada mensagem seguindo determinados critérios. E também pela facilidade que este método tem em analisar referida informação, porém deve-se fundamentar numa definição precisa do problema, bem como dos objetivos e dos elementos utilizados na análise de conteúdo. Por esse motivo foi escolhido o referido método.

Nesta pesquisa, o universo de observação e análise foi realizado em uma agroindústria, constituída em 03/05/2005, com sede no município de João Pinheiro-MG e planta industrial localizada no município de Brasilândia de Minas-MG. A referida empresa aponta como comprometimento o fornecimento de etanol, açúcar e energia elétrica, estes realizados com segurança e qualidade, de modo a cumprir com os requisitos aplicáveis e atuar com intensidade na melhoria contínua do sistema de gestão e processos. A empresa tem como missão a geração de energia limpa, produzir açúcar e etanol de fontes renováveis e de forma inovadora, gerando valor aos acionistas, colaboradores, parceiros e sociedade. Ela se pauta em valores de integridade e ética; comprometimento e trabalho em equipe; valorização e respeito aos colaboradores parceiros e comunidade; garantir as melhores práticas de segurança no trabalho e saúde ocupacional dos colaboradores; responsabilidade socioeconômica e respeito ao meio ambiente. Assim, a presente pesquisa consistiu em entrevista, para verificação das contribuições contábeis para gestão de *Stakeholders* e os reflexos nas decisões estratégicas ambientais da RSE, tendo como finalidade a análise da contabilidade nesta gestão em matéria ambiental.

4 RESULTADOS: DISCUSSÃO E ANÁLISE

O presente trabalho tem como tema “As contribuições contábeis para a gestão de *Stakeholders* e os reflexos nas decisões estratégicas ambientais da RSE”. Assim, como problemática norteadora da pesquisa tem-se a seguinte pergunta: **como a contabilidade pode contribuir para as decisões estratégicas ambientais da RSE, com base na gestão de Stakeholders em empresa pesquisada?**

Com o intuito de responder à problemática foi realizada uma entrevista estruturada no dia 23/09/2017, com o responsável pelo setor contábil, no município de Brasilândia de Minas

– MG. A entrevista foi realizada com uma contadora (sexo feminino), de aproximadamente 40 (quarenta) anos, responsável pelo departamento contábil e fiscal da empresa pesquisada, com atuação de 13 (treze) anos na área, sendo 9 (nove) anos e 8 (oito) meses na mesma área dentro da empresa.

Para melhor entendimento dos dados coletados, definiram-se as seguintes categorias de análise: a consideração apenas dos *Stakeholders* internos como um problema para uma RSE eficiente (4.1), a disseminação da gestão ambiental na cadeia produtiva como fator de comprometimento estratégico da empresa para a prática da RSE. (4.2), a disseminação da gestão ambiental na cadeia produtiva como fator de comprometimento estratégico da empresa para a prática da RSE. (4.3), a eficácia das medidas de segurança adotadas na empresa pesquisada, em relação ao processo produtivo e prestação de serviços dos funcionários, para uma melhor gestão ambiental. (4.4) a utilização da contabilidade como ferramenta de gestão ambiental contribui para o comprometimento socioambiental e a valorização do capital intelectual na ótica dos gestores. Passa-se à análise das perguntas apresentadas à entrevistada.

4.1 A CONSIDERAÇÃO APENAS DOS *STAKEHOLDERS* INTERNOS COMO UM PROBLEMA PARA UMA RSE EFICIENTE

Como resultado desta pesquisa, verificou-se que a empresa pesquisada considera, na análise de suas decisões contábeis, apenas os *Stakeholders* internos, fator que prejudica uma análise global da RSE. Tal afirmativa é comprovada nas respostas às perguntas realizadas à contadora nos questionamentos 01 (um) e 08 (oito).

Na primeira pergunta foi questionado, quem são os *Stakeholders* da agroindústria. Em resposta ao questionamento, obteve-se como resposta:

Acionistas, gestores, Funcionários, fornecedores, comunidades como APAE – Associação de pais e amigos dos excepcionais. (Contadora entrevistada).

Conforme observado, a entrevistada tem boa percepção do conceito de *Stakeholders*, contudo, a parte interessada que é integrante da empresa, e não ponderada pela entrevistada é a comunidade do entorno, ou seja, *Stakeholders* externos.

Cabe registrar que os *Stakeholders* em uma organização são, por definição, qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou ser afetado direta ou indiretamente, pela realização dos objetivos dessa empresa (FREEMAN, 1984 apud LYRA et al, 2009). Podendo ser tanto aqueles que influenciam internamente como externamente no processo produtivo. Ou seja, aqueles indivíduos, que têm interesse nas ações de uma empresa mesmo de maneira indireta, e também têm poder de influência sobre a mesma (FREEMAN, 1984 apud LYRA et al, 2009).

Observa-se que a ausência de um conceito sobre todos os *Stakeholders* importantes para a empresa, pode surtir alguns problemas em longo prazo para a implantação da RSE. Mesmo porque, se não conhece os verdadeiros integrantes das partes interessadas, como poderá considerá-los na análise de estratégias e definição de ações/tomadas de decisão.

Já na oitava pergunta realizada, qual seja: em função do interesse dos *Stakeholders*, direta ou indiretamente, no resultado obtido pelas organizações, qual a influência dos mesmos para contabilidade das empresas? Obteve-se a seguinte resposta ao questionamento:

São estabelecidas metas de produção, gerando distribuição de resultados (PPR). Trabalhamos com cronograma para cumprir prazos e qualidade das informações enviadas a acionistas, bancos, fornecedores e entidades interessadas tais como órgãos públicos. (Contadora entrevistada).

Como se pode observar, os *Stakeholders* possuem grande influência dentro da empresa pesquisada. Uma vez que sua contribuição é de suma importância para a disseminação dos resultados pretendidos no que tange os ativos ambientais (quando em consideração aos acionistas) e o cumprimento de metas para a distribuição de resultados (quando considerado o trabalhador).

Diante disso, observa-se que a empresa, para verificação da influência dos *Stakeholders* para contabilidade considera apenas 02 (duas) das partes interessadas, quais sejam, acionistas e trabalhadores (funcionários). Segundo Bezerra (2014), pode-se classificar como *Stakeholders* internos: funcionários, gestores, gerentes, proprietários.

Portanto, verifica-se que, para a empresa, os *Stakeholders* internos são considerados os mais influentes, tendo em vista sua ligação direta com a empresa e a geração de lucros.

Vale ressaltar que, quando todos os *Stakeholders* são considerados influentes, auxilia de maneira positiva a eficiência dos resultados, uma vez que não só os internos, mas os externos também dependem dos resultados positivos da empresa, por estar envolvida na economia da comunidade do entorno.

4.2 A DISSEMINAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL NA CADEIA PRODUTIVA COMO FATOR DE COMPROMETIMENTO ESTRATÉGICO DA EMPRESA PARA A PRÁTICA DA RSE

Na segunda categoria analisada nesta pesquisa, constatou-se que a empresa pesquisada considera no momento da contratação de fornecedores fatores, tais como, apresentação de documentos comprobatórios de sua situação legal perante órgãos estaduais e federais. Tal afirmativa é comprovada nas respostas às perguntas realizadas com a contadora nos questionamentos 02 (dois) e 03 (três).

Os questionamentos 02 e 03 procuram verificar, respectivamente, se os fornecedores estão comprometidos com o meio ambiente e se a empresa verifica como se comporta a cadeia produtiva (fornecedores e todos que trabalham direta e indiretamente) no momento de contatar seus serviços. Obtendo as respostas a seguir:

Sim, estão preocupados em cumprir as normas e procedimentos internos da empresa e exigências legais. (Contadora entrevistada).

Aspectos Ambientais:

Verificar impactos ambientais dos serviços e locações a serem contratados e informar à área de Meio Ambiente;

Evitar impressão dos documentos sempre que possível, minimizando a geração de resíduos através do papel;

Aparelhos elétricos e lâmpadas devem ser desligados quando possível para a redução do consumo elétrico. (Contadora entrevistada).

Sim, a empresa está preocupada em cumprir os procedimentos e exigências legais, como por exemplo: documentação fiscal, EPIs, etc.

Exemplo:

Instruções de Segurança

Quando se tratar de visita nas áreas de produção verificar e utilizar os EPI's recomendados;

Não fumar ou utilizar aparelhos eletrônicos nas áreas de produção.

Documentação para contratação de fornecedores ou prestadores de serviços:

- Contrato Social / Estatuto Social;
- CNDs - Certidões negativas de comprovação de regularidade junto à receita federal (INSS, FGTS, etc.);

- Procuração outorgando poderes ao representante legal da contratada, acompanhado dos documentos pessoais do representante;
- Cópia do documento do veículo/equipamento quando for o caso.
- Ao receber os documentos solicitados, deve enviar o setor de Contratos e Medições o conjunto de documentos indicados no item anterior, acompanhado do pedido de compra, especificação dos serviços, mapa de cotação e vigência prevista para o contrato para que o setor de Contratos e Medições solicite ao Jurídico a elaboração do Contrato;
- Quando do recebimento do produto o setor de Recebimento deverá seguir na sua íntegra a IT.SUP 03-Avaliação de Recebimento de Materiais e comunicar o Comprador responsável caso haja alguma divergência entre o PC/PCS e NF. (Contadora entrevistada).

Observa-se que a empresa busca fornecedores comprometidos com o meio ambiente, tanto que, para a contratação destes, a empresa verifica quais causaram algum impacto ao meio ambiente, em detrimento dos serviços que serão prestados, devendo informar ao departamento responsável. Ainda se observa que a empresa está sempre preocupada com quais fornecedores irão se relacionar, se os mesmos também têm a preocupação e o cuidado com o meio ambiente. Por isso são exigidos documentos que comprovem o recolhimento de documentos e a observância de suas práticas, para então ter segurança no momento da contratação de serviços ou na compra de produtos e os insumos.

Nestes aspectos, a doutrina aponta que as empresas que realmente acreditam na sua RSE se interessam por igual em disseminar meio a outras empresas, principalmente em sua cadeia produtiva, pois acreditam nesses valores e querem seus parceiros sintonizados com eles (TENÓRIO, 2006). Ademais, a inclusão da proteção do meio ambiente entre os objetivos estratégicos da organização amplia substancialmente todo o conceito de administração. Administradores, executivos e empresários inserem em suas empresas programas de reciclagem, medidas para poupar energia e outras inovações ecológicas. Essas práticas rapidamente se difundem, e breve vários pioneiros dos negócios desenvolverão sistemas abrangentes de administração de cunho ecológico (TACHIZAWA, 2015).

Diante do exposto, conclui-se que a empresa tem uma preocupação em manter relações com outras empresas que também operem com gestão ambiental, para que o meio ambiente não seja prejudicado por seus serviços. Bem como, quando a cadeia produtiva é inserida nas práticas de RSE, elevam de maneira significativa os resultados e consolida os benefícios econômicos, sociais e ambientais, ocasionando assim o desenvolvimento sustentado.

4.3 A EFICÁCIA DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA REALIZADAS NA EMPRESA PESQUISADA E RELAÇÃO AO PROCESSO PRODUTIVO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DOS FUNCIONÁRIOS CONTRIBUI PARA UMA MELHOR GESTÃO AMBIENTAL?

Na terceira categoria analisada nesta pesquisa, constatou-se que a empresa pesquisada preocupa-se com a segurança interna tanto nos processos produtivos, quanto na prestação de serviços de seus funcionários, no que tange segurança e saúde dos mesmos, para isso são utilizadas ações para atender a tais maneiras de segurança. Tal afirmativa é comprovada nas respostas as perguntas realizadas com a contadora nos questionamentos 04 (quatro) e 06 (seis).

A quarta pergunta realizada à entrevista questionou se existe na empresa um manual de segurança interna, que acompanha os processos produtivos. Se sim, Qual? Em resposta ao questionamento, obteve-se:

Sim. Todos os processos produtivos da empresa são mapeados e existem procedimentos escritos e controlados no Sistema de Gestão Integrada (SGI) da empresa. (Contadora entrevistada).

Observa – se que a empresa acompanha os processos produtivos nela efetuados com monitoramento através de seu sistema de gestão interno. Uma vez que o processo produtivo requer atenção e cuidados, com todos os envolvidos.

A gestão socialmente responsável, quando inserida em toda a cadeia produtiva, aumenta a eficiência do processo produtivo e então acontece a promoção do desenvolvimento da cidadania como um todo. Esse processo resulta na consolidação da parceria conquistada mediante o relacionamento transparente entre as empresas e a extensão da gestão social aos *Stakeholders*. O engajamento de toda a cadeia produtiva nas práticas de responsabilidade social aumenta de maneira significativa os resultados e consolidam os benefícios econômicos, sociais e ambientais, proporcionando assim o desenvolvimento sustentável. (TENÓRIO, 2006,).

Diante disso, observa-se que a empresa através de seu próprio sistema de gestão acompanha todo o processo produtivo, com isso evita que aconteçam erros, e desperdícios. Portanto, o sistema de gestão integrado dentro das organizações contribui grandemente para o seu bom funcionamento. Outro fator importante é a qualidade com a qual está empresa atende seus clientes e aos demais que necessitam da qualidade e segurança com a qual são realizados os processos produtivos.

Já na sexta pergunta, questionou-se da entrevistada se a organização atende integralmente as normas relativas à saúde e segurança dos colaboradores internos e externos. Em resposta ao questionamento, obteve-se:

() Não

(X) Sim. Como: A empresa com área de segurança, saúde e meio ambiente (Ambulatório equipado, com UTI móvel), tem o programa PAZ (Programa de acidente zero), exames periódicos feitos rigorosamente todos os anos, fornecimento e utilização adequada de EPIs (Botina com CA, óculos de segurança, abafadores e roupas adequadas ao local de trabalho são exemplos de procedimentos tomados pela empresa). (Contadora entrevistada)

A empresa oferece aos seus funcionários segurança no momento de prestar seus serviços, através de ações que são de suma importância para garantir que o serviço seja prestado com qualidade, garantindo a atuação ética da empresa para com seus funcionários.

A RSE pode ser definida como um conjunto de iniciativas, quais sejam: contribui para o desenvolvimento de negócios sustentáveis tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista social e ambiental; quando de caráter voluntário; ou quando voltadas aos seus diferentes públicos ou “partes interessadas”; e quando focalizadas na dimensão ética de suas relações com esses públicos, bem como na qualidade dos impactos da empresa sobre a sociedade e o meio ambiente (CNI, 2006).

Vale ressaltar que o modo como a empresa opera contribui para a gestão ambiental, de maneira que, quando os processos produtivos são acompanhados, evitam-se desperdícios, e os funcionários recebem todo suporte para prestar seu serviço de maneira segura, o que viabiliza a aplicação eficiente da gestão ambiental.

Diante disso, observa-se que a empresa se preocupa com a qualidade dos produtos em processos, e com a segurança de seus funcionários, em função disso, acerca do processamento dos produtos, a empresa possui meios para verificação deste em seu sistema de gestão. No que tange aos funcionários, a empresa possui ações para prevenção de acidentes, portanto são distribuídos de equipamentos de segurança, e também conta com outros recursos, como por exemplo, UTI móvel, para atender quando necessário.

4.4 A UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO AMBIENTAL CONTRIBUI PARA O COMPROMETIMENTO SOCIOAMBIENTAL E A VALORIZAÇÃO DO CAPITAL INTELECTUAL NA ÓTICA DOS GESTORES.

Na quarta categoria analisada nesta pesquisa, constatou-se que a empresa pesquisada assume e cumpre o compromisso com o meio ambiente, tendo em vista as ações que auxiliam na diminuição de resíduos, como por exemplo, reaproveitamento de material. Cabe ressaltar a preocupação que a empresa tem em fornecer meios para crescimento e satisfação pessoal do seu capital intelectual (funcionários), com isso acontece o crescimento e melhoramento da cadeia produtiva. Tal afirmativa é comprovada nas respostas as perguntas realizadas com a contadora nos questionamentos 05 (cinco), 07 (sete) e 09 (nove).

Na quinta pergunta realizada, questionou-se: como o corpo gerencial demonstra efetivamente comprometimento com a gestão ambiental. Obteve-se como resposta:

A empresa trabalha cumprindo as normas ambientais, como licença de operação, outorgas para utilização de água para irrigação, descarte adequado de resíduos. (Contadora entrevistada).

Como se pode observar, a empresa em questão busca cumprir as normas ambientais previstas e impostas em lei. Vale dizer que ela não se distancia do conceito da RSE, o qual define que a empresa deve voluntariamente buscar a integração das partes interessadas nas considerações, quais sejam: ética, social e ambiental, conforme apontado por CNI (2006). Importa destacar que mesmo a RSE representar o “ir além” das questões éticas e socioambientais, o cumprimento das normas legais impostas em relação ao trabalho e meio ambiente, já representa um início de construção da RSE, o que representa ponto positivo da empresa pesquisada.

Dessa forma, para que uma empresa passe de fato a trabalhar com gestão ambiental, deve, inevitavelmente, mudar sua cultura organizacional e empresarial, deve fazer uma revisão de seus paradigmas. A gestão ambiental está se tornando uma das mais importantes atividades relacionadas com qualquer empreendimento (TINOCO; KRAEMER, 2011).

Diante disso, conclui-se que a empresa atende às questões ambientais, através do cumprimento das medidas exigidas pelo órgão ambiental competente. Assim o cumprimento às normas legais de utilização dos recursos naturais contribui para a temática da empresa.

Na sétima pergunta foi apontada a seguinte afirmativa, seguida do seguinte questionamento. Visto que a contabilidade é uma grande ferramenta para controlar e identificar as mutações do patrimônio empresarial, e a gestão socioambiental é uma grande ferramenta de controle e prevenção de perdas e danos ao patrimônio. Através dessa gestão ambiental, quais as contribuições contábeis estão presentes na empresa? Obtendo como resposta a seguinte afirmativa:

Temos como exemplo o descarte adequado de resíduos de óleo queimado, venda de sucatas, reciclagem de papel, vinhaça utilizada como adubo. A venda de sucata gera renda para empresa e a utilização de vinhaça como adubo gera maior produtividade do canavial. (Contadora entrevistada).

Observa-se que a empresa tem um início de atuação com a contribuição contábil para a gestão ambiental, a qual é definida por meio de atitudes de reciclagem, reaproveitamento de recursos, o que resulta em redução de gastos e retorno financeiro a empresa.

Empresas que investem em meio ambiente trazem melhorias em seu desempenho econômico, financeiro, ambiental e social, incentivando o crescimento da produtividade dos

recursos utilizados em seu processo produtivo, sendo assim, os poupadores de recursos podem ser, por analogia, considerados receitas, além de contribuírem para a redução de impactos ambientais (TINOCO; KRAEMER, 2011).

Conclui-se que a empresa, através do seu sistema de gestão, contribui para diminuição dos impactos ambientais, por meio do aproveitamento de recursos, bem como geração de retorno financeiro e aumento da produtividade no plantio da cana.

E, por fim, a nona pergunta realizada, questionou se existe uma política de valorização do capital intelectual. Em resposta ao questionamento, obteve-se:

() Não

(x) Sim. Como: A empresa investe em treinamentos dos seus colaboradores, melhorando qualidade dos serviços prestados e a satisfação pessoal. Participação em congressos do setor trazendo novidades e melhorias para os processos. (Contadora entrevistada)

Observa-se que a empresa valoriza o seu capital intelectual (funcionários), através de treinamentos e congressos, que possibilitam o crescimento profissional e satisfação pessoal dos mesmos.

A gestão socioambiental, quando implantada em toda a cadeia produtiva, aperfeiçoa o desempenho dos envolvidos no processo produtivo, e com isso cresce o desenvolvimento da cidadania como um todo (TENORIO, 2006).

Diante disso, pode-se concluir que a empresa investe no seu capital intelectual (funcionários), visando à qualidade dos serviços prestados, e ao mesmo tempo promovendo a satisfação pessoal dos colaboradores, com isso, automaticamente contribui para o sucesso na cadeia produtiva.

Sendo assim, pode-se concluir que a empresa, na ótica de seus gestores, cumpre as normas ambientais, e utilizam de ações para minimizar o impacto ao meio ambiente, por meio de métodos de reutilização e descarte de maneira correta. Ainda, em conformidade com a gestão ambiental, ela promove o crescimento interpessoal de seus funcionários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de definir a contribuição da contabilidade para gestão socioambiental, delimitou-se como objetivo geral desta pesquisa conhecer a importância da contabilidade para gestão *Stakeholders*, com isso verificar a influência da mesma para as tomadas de decisões neste modelo de gestão ocasionando na utilização das estratégias ambientais da RSE.

O primeiro objetivo deste trabalho foi alcançado e teve a intenção de conhecer quais *Stakeholders* e as contribuições contábeis da empresa pesquisada. Este resultado pode ser verificado nos itens 4.1 e 4.4 (categorias de análise), através dos questionamentos 01 (um) e 07 (sete). O primeiro questionamento responde que os *Stakeholders* da empresa pesquisada são: acionistas, gestores, funcionários, fornecedores e entidade sem fins lucrativos, localizada no entorno. Já no questionamento 07 (sete) constatou-se que as contribuições contábeis através da política de gestão ambiental existem na empresa, mesmo que embrionárias, ou seja, foi respondido que a empresa utiliza venda de sucatas para geração de receitas, reutilizam materiais e insumos, com isso reduz gastos, tudo realizado com atuação direta do setor contábil da empresa.

O segundo objetivo foi alcançado, pois foi possível identificar como ocorre a gestão de *Stakeholders* na empresa pesquisada. Este resultado pode ser identificado no item 4.1 (categoria de análise), através do questionamento 08 (oito). Ou seja, a gestão de *Stakeholders* da empresa pesquisa tem o foco na atuação dos *Stakeholders* internos, o que atrapalha uma visão geral para a RSE.

O terceiro objetivo foi alcançado, como constatado acima, a empresa considera apenas os *Stakeholders* internos para gestão ambiental, porém as ações realizadas possibilitam verificar que a RSE já está sendo construída mesmo que considerando apenas as normas impostas em lei. Este resultado pode ser identificado no item 4.4 através do questionamento 05 (cinco).

Assim, a atuação empresarial da empresa pesquisada é pautada por uma gestão ambiental consolidada. Percebe-se, pela fala da entrevistada, que a aplicação da gestão ambiental é devidamente conforme as normas legais que exigem a atuação ativa da empresa no viés ambiental e trabalhista. Em relação à RSE não existem ações concretas de atuação espontânea da empresa, tendo apenas uma atuação atrelada às partes interessadas internas, ou seja, aqueles que estão diretamente vinculados ao empreendimento. Ponto que confirma mais uma vez a atuação da empresa no cumprimento das normas legalmente impostas.

Portanto, conclui-se que a contabilidade da empresa pesquisada contribuiu de forma inicial para as decisões estratégica ambientais da RSE com base na gestão de *Stakeholders*, podendo ser otimizada com uma expansão da atuação também para os *Stakeholders* externo e aplicação de estratégias de gestão ambiental com maior atuação do setor contábil.

Por fim, com base nos pontos pesquisados, apresenta-se proposta para continuidade desta pesquisa para realizar análise de documentos, bem como elaboração de balanço social. Possibilitando, confrontar com o que foi exposto e analisado nesta pesquisa, principalmente, verificar se existem multas de cunho ambiental.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR ISO26000**. Responsabilidade social-sistema de gestão - requisitos. 30 dez 2004. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/773953.pdf>> Acesso em 21 Jun. 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1 ed. São Paulo: Edições 70 - Brasil, 2011.

BEZERRA, Felipe. **Stakeholders do significado à classificação**. Portal Administração, 2014. Disponível em: <<http://www.portal-administracao.com/2014/07/stakeholders-significado-classificacao.html>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CAMPANER, Érica Cristiane dos Santos; ARAUJO, Gladiz Mery de Souza; PINHEIRO, Renata Costa. **Gestão ambiental como responsabilidade social das organizações**. 2009. Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Empresarial com ênfase em Marketing e Recursos Humanos-Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, São Paulo. 2009.

CEBDS. Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. **Gestão empresarial do impacto social**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://cebds.org/publicacoes/gestao-empresarial-do-impacto-social/#.WeYY_GhSzIV>. Acesso em 28 abr. 2017.

COSTA, Carlos Alexandre Gehm da. **Contabilidade ambiental**: mensuração, evidência e transparência. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CNI – Confederação Nacional da Indústria. **Responsabilidade social empresarial**, Brasília, 2006. Disponível

em:<http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2012/09/05/246/20121126163820439628a.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.

DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental**. 2. ed. São Paulo: Senac Sp, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRESSLER, Lore Alice. **Introdução à pesquisa: projeto e relatório**. Google livros. São Paulo, 2. ed, 2004. Disponível em:
<<https://books.google.com.br/books?id=XHnajlTNILIC&printsec=frontcover&dq=pesquisa+quantitativa+livros&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjviczy7uDUAhXFeSYKHZvJBfYQ6AEILDAB#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

ISO 26000 E ABNT NBR 16001. **Compreendendo a responsabilidade social**, Brasília, 2010. Disponível em:
<http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/norma_nacional.asp> Acesso em: 21 jun. 2017.

IUDICIBUS, Sergio. **Teoria da contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LYRA, Mariana Galvão; GOMES, Ricardo Corrêa; JACOVINE, Laércio Antônio Gonçalves. **O papel dos stakeholders na sustentabilidade da empresa: Contribuições para Construção de um Modelo de Análise**. Curitiba, v. 13, edição Especial, jun. 2009. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rac/v13nspe/a04v13nspe>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

PADUA, Fabiana Serralha Miranda de; NOVA, Denise Franco. **Responsabilidade social empresarial: A inclusão de Pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho**, São Paulo, v. 4, n. 1, 2007. Disponível em:
<<http://www.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/arquivos/volume4/artigo02.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2017.

SILVA, Benedito Albuquerque. **Contabilidade e meio ambiente: considerações teóricas e práticas sobre o controle dos gastos ambientais**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003. Disponível em:
<https://books.google.com.br/books?id=z4oy_WYNgtwC&pg=PA19&dq=contabilidade+ambiental&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwiqyqrSv9PTAhXFW5AKHRbJACQQ6AEIQDAG#v=onepage&q=contabilidade%20ambiental&f=false> Acesso em 28 abr. 2017.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

TENÓRIO, Fenando Guilherme. **Responsabilidade social empresarial: teoria e prática**. 2. ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PERFIL DOS EGRESSOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: Um estudo de caso na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí.

RIBEIRO, Leila Beatriz Lopes¹
SANTOS, Lidiane Campos²
MOREIRA, Gabriel³

RESUMO: Este artigo tem como objetivo descrever o perfil dos egressos de administração dentro do mercado de trabalho. Um ponto relevante para a realização do trabalho está na importância de aumentar o conhecimento adquirido durante a fase acadêmica e se este conhecimento faz parte das exigências do mercado. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo com 22 egressos de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí. O levantamento dos dados se deu com a aplicação de questionário semiestruturado. A pesquisa desenvolvida foi bibliográfica, descritiva e exploratória, tendo abordagem dos dados, quantitativa não dispensando a utilização da pesquisa qualitativa. As conclusões apontam para a necessidade de se pensar quão importante é a especialização do administrador, em decorrência das exigências do mercado de trabalho e para o seu aperfeiçoamento.

Palavras-chave: Egressos. Administração. Mercado de trabalho.

1 INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho atualmente exige adaptação entre as necessidades organizacionais, conhecimento, habilidade e atitude, pois a diminuição de oportunidades e trabalho está cada vez maior, dessa forma os profissionais necessitam ser mais qualificados, com novas posturas.

O profissional atual tem que ser flexível às mudanças. O mundo dos negócios passou a exigir profissionais como consultores e não executores, com ênfase nas equipes de trabalho, que compreendam a organização como um sistema de unidades de negócio independente, com foco na sustentabilidade e desenvolvimento.

Diante deste contexto, a procura por profissionais que consigam atender a demanda tem sido constante, e assim cresce também a oportunidade de valorizar o administrador.

Nesse sentido, destaca-se a necessidade dos administradores buscarem por atualização e aperfeiçoamento contínuo, pois, para atuar no mercado e poder realizar uma gestão de forma eficiente e eficaz é necessária uma visão sistêmica do negócio. Consequentemente, a percepção dessa atualização começa desde o momento em que se inicia a graduação.

Para formar um profissional que atenda as demandas do mercado, é fundamental que a Instituição de Ensino Superior (IES) siga as diretrizes curriculares nacionais do curso de Administração e analise o perfil profissional que as organizações estão procurando, uma vez que estas participam de um mercado globalizado e, para se manter nele, é necessário ter criatividade, inovação, flexibilidade, agilidade, dentre outras características. De acordo com o Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados - Caged (2016), no acumulado do ano, houve um crescimento de 48,5 mil postos de trabalho, uma expansão de 0,13% em relação ao número de vagas formais de trabalho ocupadas em dezembro de 2016.

¹Egressa do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí (FACTU).

²Mestre em Administração pela Unimep. Especialização em Gestão Agroindustrial pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Graduada em Administração pelo Instituto de Ensino Superior Cenequista (INESC).

³Mestre em Administração pela Fundação Pedro Leopoldo. Professor e Coordenador do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí (FACTU).

Dos oito principais setores da economia, quatro tiveram desempenho positivo, com destaque para a Agropecuária, que gerou 46 mil novos postos de trabalho. Outros setores com desempenho positivo foram os Serviços, que tiveram acréscimo de 1,9 mil postos (0,01%); Indústria de Transformação com 1,4 mil vagas (crescimento de 0,02%) e Administração Pública, (955 novas vagas, representando um aumento de 0,11%).

Diante disto, para entender como andam os egressos no mercado de trabalho, foi proposto a seguinte questão: Quais as dificuldades e desafios enfrentados pelos egressos do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí-MG que findaram o curso no período de 2014 a 2016 em sua relação com o mercado de trabalho?

O objetivo deste estudo foi analisar as dificuldades e desafios enfrentados pelos egressos do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí-MG em relação à inserção no mercado de trabalho.

A relevância desta pesquisa está na importância de aumentar o conhecimento durante a fase acadêmica e se ele faz parte das exigências do mercado. Avaliar o egresso de Administração e sua inserção no mercado de trabalho é de extrema importância para o profissional e para a instituição. Para a instituição, os resultados alcançados podem resultar em ações futuras quanto à estrutura curricular e a sugestão pedagógica da formação.

O mercado de trabalho solicita administradores com uma visão ampla, conhecimentos em diversas áreas administrativas, como contabilidade, economia, direito, gestão ambiental e conhecimentos afins.

Já para os egressos, a existência de uma formação acadêmica torna-se cada vez mais importante, devido à capacitação, habilitação, certificação e conhecimento daqueles que pretendem se inserir no mercado de trabalho.

Para atingir os objetivos, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, descritiva e exploratória de caráter quantitativo, não dispensando a pesquisa qualitativa. Para a coleta de dados foram aplicados 22 (vinte e dois) questionários, contendo 15 (quinze) questões fechadas e 1(uma) aberta.

2 ADMINISTRAÇÃO: CONCEITO E HISTÓRIA

A Administração é importante não apenas para as organizações, mas também para a vida pessoal, pois é necessário planejar e organizar atividades, levantar recursos, traçar objetivos, verificar o melhor caminho (estratégia), lidar com pessoas e várias outras situações acontecem simultaneamente.

Para Fernandes (2010), a administração necessita estar presente em qualquer ação humana que se reúne.

Segundo Drucker (2001), a administração é prática como a medicina, advocacia e engenharia. Essa prática incide em aplicação, focando no específico, no caso singular e exige experiência e intuição. É imprescindível ter conhecimentos científicos e teóricos, assim seria como ter um olhar clínico.

“A administração não é nem privilégio exclusivo, nem encargo pessoal do chefe ou dos dirigentes da empresa; é uma função que se reparte, como as outras funções essenciais, entre a cabeça e os membros do corpo social” (FAYOL, 1981, p. 26).

Para Chiavenato (2010), a tarefa básica da administração é a de fazer as coisas por meio das pessoas, de maneira eficiente e eficaz.

De maneira bem simplificada, pode-se definir que administrar é cuidar das rotinas de uma organização, independentemente se atua no setor primário, manufatura ou serviços.

O ato de administrar pode ser entendido como o cuidado com o planejar, organizar, liderar e controlar os recursos a fim de obter os objetivos de modo hábil e dinâmico.

A maneira como as organizações são dirigidas determina se conseguirão utilizar os seus recursos para atingir os objetivos propostos. Por isso, o papel do administrador tem um forte impacto sobre o desempenho das organizações.

Das características comparativas do administrador do passado e do pós-moderno, destacam-se alguns pontos apresentados no quadro.

Quadro 1 - Análise comparativa administrador do passado versus do futuro.

O Administrador do Passado	O Administrador do Presente (Trabalhador do Conhecimento)
Aprendia quando alguém lhe ensinava	Procura deliberadamente aprender
Responsabiliza o chefe pela carreira dele	Sente-se responsável pela sua própria carreira
Acredita que sua formação já está completa ou só precisa de pequenas reciclagens	Encara a educação como uma atividade permanente para a vida toda
Não percebia a ligação entre o que aprendia e os resultados profissionais	Percebe como o aprendizado afeta os negócios

Fonte: Adaptado Wick; León 1997.

De acordo com Chiavenato (2013), ao longo da história da humanidade, os prenúncios da administração moderna foram aparecendo com uma lentidão impressionante. Somente a partir do século XX é que a administração surgiu, explodindo em uma corrente de notável pujança e inovação. Assim, o administrador precisa desenvolver uma capacitação que alcance o conjunto de habilidades conceituais e integradoras.

2.1 FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS

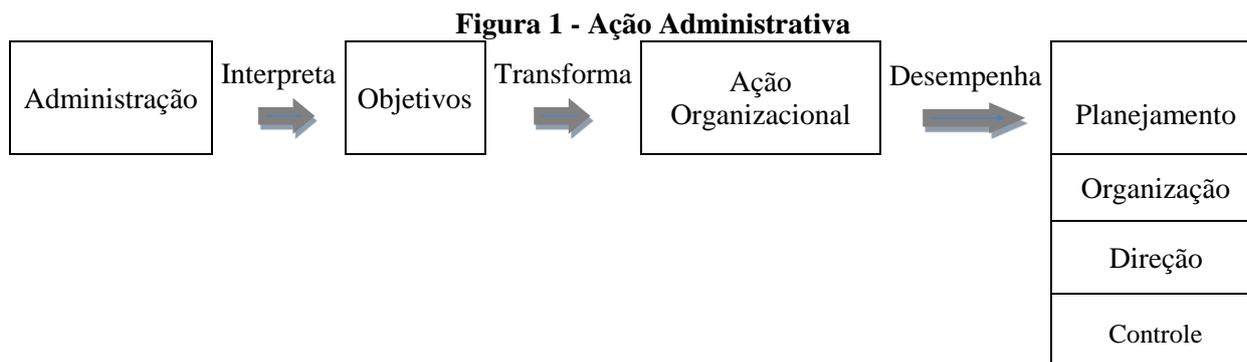
Para uma gestão eficiente e eficaz é necessário que o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar seja realizado, pois, para alcançar as metas estabelecidas pela organização, esse caminho precisa ser percorrido.

De acordo com Moraes (2004, p. 3), “a tarefa da administração envolve a interpretação de objetivos, a fim de transformá-los em ação organizacional por meio do planejamento, organização, direção e controle”.

Como processo, a administração implica um modo sistemático e contínuo de alcançar algo e compreende uma sequência de funções que se relacionam de maneira interdependente.

A realização dessas funções distingue o trabalho do administrador, independentemente do nível hierárquico em que se estabelece e do tipo de organização em que atua, com ou sem finalidade lucrativa, pública ou privada, de manufatura ou prestação de serviço (MORAES, 2004).

O sucesso de cada empresa tem por base os processos administrativos, a figura 1 apresenta os processos administrativos por meio do planejamento, organização, direção e controle.



Fonte: MORAES, 2004.

Para Maximiano (2002, p. 26), a Administração é o processo de tomar e colocar em prática decisões sobre objetivos e utilização de recursos. O processo abrange quatro tipos de decisões, também chamados de processos ou funções: planejamento, organização, execução e controle.

Ainda é importante destacar que o administrador planeja, organiza, dirige e controla o trabalho das pessoas, mas esse modo também é determinado de acordo com o tipo de organização que se encontra.

✓ **Planejamento**

As organizações que se preparam para o futuro propõem objetivos e metas e procuram alcançá-los, têm visivelmente definido o porquê de sua existência, o que fazer e onde deseja chegar. Isso é planejar.

Para Moraes (2004), planejamento é uma maneira de se pensar com antecedência em objetivos, ações e atos, com base em algum método, plano ou lógica, não em palpites. O planejamento determina planos que definem as estratégias, diretrizes, táticas e procedimentos de modo coerente, a fim de que os objetivos sejam alcançados.

Ao contrário do que se pensa, planejar é constituir metas organizacionais para qualquer empresa, seja ela de pequeno, médio, ou grande porte, se não houver planejamento, a possibilidade de permanecer em um mercado extremamente competitivo se torna mais difícil (DRUCKER, 1997). O planejamento tem que começar pelo microempreendedor até os grandes.

Segundo Kotler (2000, p. 67), “o segredo das empresas bem-sucedidas no mercado se deve ao fato de praticarem frequentemente a arte do planejamento estratégico”.

Faria (1997, p. 71) afirma que o planejamento determina os objetivos a atingir e os tipos de controle necessário para que a administração da empresa adote.

É notório que existem diversas formas de expor o conceito de planejamento, mas resumidamente todas destacam que o planejamento consiste em definir objetivos para traçar metas, interpretar dados e analisar os recursos das empresas.

Assim, planejar é importante, mas para dar certo também é preciso organizar as etapas que deseja fazer, a fim de alcançar o objetivo estipulado, pois o planejar com o organizar tem que estar na mesma posição.

✓ **Organização**

A organização abrange várias fases, podendo destacar a elaboração e definição das estruturas organizacionais, como por exemplo, a ordenação dos recursos materiais e humanos, visando atingir os objetivos estabelecidos dentro da empresa.

Para Moraes (2004), organização significa alocar (distribuir) o trabalho, tarefas/atividades; autoridade (estabelecendo relações hierárquicas e coordenativas); e recursos na organização, criando a estrutura organizacional, composta pelo conjunto de unidades organizacionais e relações funcionais.

Ao organizar, o administrador reúne os recursos necessários para alcançar um objetivo determinado, agrupando e coordenando tarefas a serem executadas. Organizar constitui-se em preparar processos a fim de alcançar os resultados que foram planejados.

Para Maximiano (2000), o processo de organizar tem como resultado a divisão de um todo em partes, seguindo algum critério ou princípio de classificação. Um ambiente organizado tem atribuições bem definidas e até a comunicação se torna de fácil entendimento.

Segundo Drucker (1997), a melhor forma de conhecer o conceito de uma estrutura é através do organograma, que é um diagrama que descreve o arranjo formal das funções dos cargos dentro das organizações.

Organizar é o ato de entender como funciona a empresa, é um processo de designar as tarefas, alocar recursos e gerenciar atividades desenvolvidas.

O processo de organizar consiste no ordenamento de recursos ou na divisão de um conjunto de recursos em partes coordenadas, seguindo critério ou princípio de classificação, o resultado desse processo é definido como estrutura organizacional (MAXIMIANO, 2004).

Portanto, pode-se dizer que organização é o processo de dispor recursos em uma estrutura que facilita a realização dos objetivos, mas é necessário uma direção de como deve ser feito cada etapa, além da tomada de decisão sobre o que é necessário para cada situação que venha ocorrer.

✓ **Direção**

A função dirigir compreende tomada de decisão, liderança e comunicação com os subordinados, pois é a hora de fazer acontecer. Para Plaçoná (2008), a direção é a função no qual o administrador fará com que seus subordinados executem o que foi planejado.

O papel da direção, segundo Ferreira e Souza (2001, p. 73) “é a integração dos esforços individuais, a mobilização de todos os membros da organização em prol do alcance dos objetivos comuns”.

De acordo com Moraes (2004), para que as pessoas realizem atividades da melhor maneira possível, o administrador precisa comunicar, liderar e motivar de modo a estimular o alto desempenho.

Para Maximiano (2004), liderança é um processo complexo, que compreende diversas atividades de gestão de pessoas, podendo destacar a coordenação, direção, motivação, comunicação e participação no trabalho em grupo. A liderança tem como finalidade influenciar um grupo com propósito de alcançar objetivos.

Os líderes precisam distinguir as incertezas e saber como lidar com o incerto do presente, ao mesmo tempo em que se precipitam o futuro e a ele reagem. Isso significa expressar, explicar, estender, expandir constantemente e, quando necessário, rever a missão da organização (BENNIS, 1996).

Portanto, a função da direção é a tomada de decisão seguida de liderança entre comunicação com os subordinados e atividades a serem executadas, é o fazer acontecer. Está função exige muita habilidade humana do profissional que está à frente.

✓ **Controle**

A função controle se faz indispensável dentro das organizações, é como uma estrutura de verificação dos resultados com os objetivos traçados.

Faria (1997, p. 160) afirma que o controle é “um instrumento para assegurar a consecução do objetivo e, em consequência, podemos tomar medidas corretivas quando necessário”.

Pode-se dizer que o processo de controle procura assegurar a realização dos objetivos. “Controlar é a função que consiste em comparar as atividades realizadas com as atividades planejadas, para possibilitar a realização dos objetivos” (MAXIMIANO, 2004).

A administração e o controle têm como especialidades rigidez e coerção, mas com o progresso da praticidade geral da administração foi mudando e ligando a flexibilidade, participação e negociação como estratégias, passou a ser compreendido como forma de monitoramento das práticas ou ações (MORAES, 2004).

Enfim, a administração é um processo dinâmico de tomada de decisões e realização de ações que compreendem planejar, organizar, direcionar e controlar, ou seja, é um processo de liderança que o profissional deve ter nas funções gerenciais.

2.2 ÁREAS ADMINISTRATIVAS

O administrador tem um leque de opções em áreas a serem atuadas. A administração está preparada para realizar funções em diversas áreas dentre elas destaca-se: Recursos Humanos, Marketing, Produção e Finanças.

Administrar se baseia no ato de trabalhar em conjunto, a fim de alcançar o mesmo objetivo da organização.

Entretanto, lidar com o ser humano requer grande sensibilidade, é preciso estar atento às diversas personalidades. Por isto a gestão de recursos humanos necessita de uma equipe preparada, que trate o capital humano como pessoas e responsáveis pelo desenvolvimento da organização.

✓ Recursos humanos

Na Gestão de Recursos Humanos é necessário que tenha em sua base habilidades, métodos práticos e técnicas já definidas com objetivo de lidar com o comportamento dos colaboradores. Essa área trabalha com estratégias para melhor recrutar, selecionar, treinar, capacitar, motivar, além de elaborar ou auxiliar na elaboração do plano de cargos e carreiras, etc.

Para Chiavenato (2003), os recursos humanos (RH) é uma área interdisciplinar que tem a habilidade de envolver inúmeros conceitos vindos de várias outras áreas. Em se tratando diretamente do ser humano, ou seja, pessoas com todo tipo de personalidade, requer do profissional responsável uma experiência e bagagem de conhecimento diversificada.

Maximiano (2004) complementa abordando que a função dos recursos humanos, ou gestão de pessoa, é encontrar, atrair e manter as pessoas de que a organização necessita, isso envolve atividades que iniciam antes mesmo de contratar até o momento do desligamento.

O autor ainda destaca como função dos recursos humanos o planejamento da mão de obra, recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho, remuneração ou compensação, higiene, saúde e segurança, administração de pessoal, função pós-emprego, etc.

De acordo com Chiavenato (2008), o conceito de Administração de Recursos Humanos surgiu a partir da década de 70 e a função vem como uma necessidade organizacional, uma atividade de responsabilidade de todos os gestores e não somente dos especialistas na área.

Gomes et al (2008) consideram essencial o envolvimento dos gestores e chefias, podendo assim trabalhar a motivação dos colaboradores na implementação das estratégias organizacionais, proporcionando atitudes, expectativas e procedimentos fundamentais para o progresso da organização.

Para Martin et al (2008), a Gestão de Recurso Humano é basicamente procurar a eficiência por meio da redução de custos, melhorar os serviços para os clientes internos e desenvolver objetivos estratégicos de negócio.

✓ Marketing

Dentre os diversos campos da administração destaca-se o marketing como um dos fatores-chave para o sucesso de uma organização, pois está relacionado de forma específica com a busca constante pelo conhecimento das necessidades e desejos dos clientes, bem como por sua satisfação.

Segundo Chiavenato (2012), o marketing vem do inglês market, que significa mercado, responsável por todas as atividades da organização que conduz à colocação dos produtos ou serviços no mercado. O marketing está focado no mercado e cliente. Sua principal

função é fazer com que os produtos ou serviços da organização cheguem da melhor forma possível ao consumidor final.

A concorrência cada vez mais acirrada tem obrigado as empresas a buscar um empenho maior para comercializar seus produtos e serviços de maneira hábil.

Para Kotler e Armstrong (2004), o marketing é como um processo social no qual as pessoas ou um grupo obtêm algo de que necessita ou deseja por meio da criação, oferta e livre negociação de produtos ou serviços.

“O Marketing é responsável por comunicar os produtos ou serviços de uma empresa para seu mercado de modo a gerar pedidos de serviços e produtos por consumidores” (CORREA, 2009, p. 5).

Complementando, Las Casas (2013) aborda que o marketing é uma atividade de comercialização que teve sua base no conceito de troca.

Por fim, pode-se dizer que o marketing é uma ferramenta que visa conhecer melhor o consumidor e entregar ao mesmo o que realmente necessita.

✓ **Produção**

A produção pode ser vista como uma atividade de gerenciar recursos destinados à disponibilização de bens e serviços. Em todas as organizações pode ser encontrada a função produção.

A produção está em todo lugar, seja dentro das empresas, indústrias, fazenda, em casa, é responsável por produzir bens e/ou serviços das organizações. Ainda é importante ressaltar que este setor vem passando por mudanças, ou seja, hoje busca por novas tecnologias e uma produção mais avançada.

De acordo Corrêa e Corrêa (2011), com o passar do tempo e as transformações que ocorreram em relação aos grandes projetos, tal como sua natureza, religiosidade e política empresarial, demandou-se maior atenção com a gestão da produção. A gestão da produção tornou-se uma das principais áreas funcionais da organização.

Segundo Chiavenato (2014), a produção é o núcleo de toda atividade empresarial e a finalidade da existência de cada negócio. Em suas origens toda empresa nasce para produzir algo, seja um produto ou serviço.

O autor ainda ressalta que o mundo contemporâneo requer uma contínua, intensa e incessante produção de bens e serviços para que as pessoas possam se alimentar, vestir, repousar, educar, movimentar, enfim, viver. É necessário produzir e abastecer continuamente um mercado que não para de exigir preço e qualidade, cujas necessidades se tornam cada vez mais complexas e sofisticadas.

É importante destacar as finanças de uma organização, pois é a área que cuida do recurso financeiro, já que a gestão financeira é uma ferramenta de interpretação e comunicação da saúde financeira, para tal deve utilizar o planejamento, para fazer uso correto de seus recursos e elevar ao máximo os resultados. É importante destacar que não são todas as empresas que têm a facilidade de gerir adequadamente esse recurso, comprometendo a lucratividade, o desempenho e até mesmo a permanência no mercado.

Nesse sentido, nenhuma empresa pode ser aberta sem um mínimo de capital inicial e muito menos funcionar sem capital de giro, que garanta as operações cotidianas. O dinheiro é o motor do negócio, sem ele, não há vida empresarial (CHIAVENATO, 2014).

Por fim, é importante ressaltar que os brasileiros começaram a ter noção da importância da gestão financeira dentro das organizações, devido à crescente concorrência, exigindo a abertura do mercado e a globalização da economia.

2.3 PERFIL DO ADMINISTRADOR

As empresas estão preocupadas em se adequar às mudanças exigidas pelo mercado e, conseqüentemente, buscam por um perfil profissional que não seja apenas especializado em determinada área, mas que possua uma visão globalizada, capaz de atender um consumidor exigente e atingir as expectativas da organização.

Segundo Drucker (2003), para ser um bom administrador deve-se ter conhecimento, criatividade e visão, ter talento administrativo, o administrador também deve ter perseverança para vencer obstáculos; aprender com os próprios erros; definir metas e alcançá-las; lutar contra padrões impostos; ser comprometido; ter conhecimento sobre o ramo em que atua; colocar os pensamentos em prática; saber o que quer e onde quer chegar; ter um método de aprendizagem; e competência para influenciar pessoas com as quais lida.

Para o profissional se destacar no mercado atual, deve ter algumas atitudes de sucesso, podendo destacar a comunicação, significado, poder de análise, didática, conexão, otimismo, alta energia e engajamento.

Vale ressaltar que as qualidades do perfil de um administrador são coligadas num modelo que abrange aquele que influencia, tem iniciativa, autoconfiança, autonomia, otimismo e necessidade de realização, que saiba trabalhar sozinho e possui um processo visionário individual, que tem atitude, age rapidamente e toma decisões de sempre seguir em frente. (FAVA, 2002).

De acordo com CFA/CRA (2015), o perfil do administrador tem uma imagem positiva à formação, e especializou para atender ao mercado de trabalho. A atuação profissional com visão ampla favorece a busca de resultados crescentes e as oportunidades de trabalho têm a preferência dos empresários/ empregadores para as áreas da Administração.

Portanto, as organizações estão aprendendo que o sucesso do gerenciamento de qualquer negócio não depende somente da administração de sua estrutura e da rentabilidade da empresa, mas sim de habilidades essenciais, de um bom profissional que tem como qualidade espírito de liderança e com isso consegue inspirar os demais membros da organização.

✓ **Habilidades do administrador**

O administrador, como um bom líder de sua equipe de trabalho, deve ser proativo, dinâmico e estar sempre pronto para socorrer seus subordinados, um líder inovador, que busca por novas soluções mais assertivas e que favoreça o desenvolvimento e confiança da empresa, pois essas habilidades são essenciais para que cresça junto com sua equipe e organização.

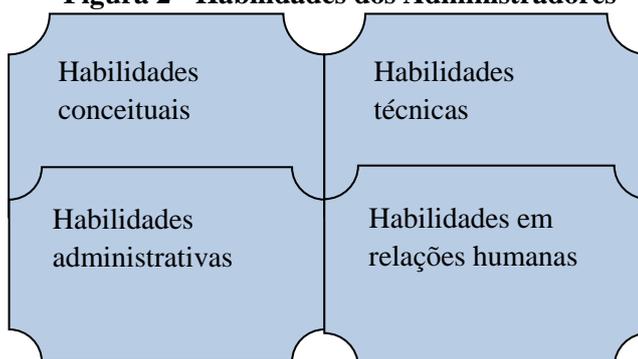
De alguma maneira a função gerencial do administrador pode ser adquirida e desenvolvida com o passar do tempo, mas para isso acontecer depende do ramo de atividade da empresa, além disso, a experiência do administrador também é importante.

Meireles (2003, p. 34) aponta as características importantes de um administrador, dentre as quais:

[...] as organizações desejam profissionais de Administração com as seguintes características: Capacidade de identificar prioridades; Capacidade de operacionalizar ideias; Capacidade de delegar funções; Habilidade para identificar oportunidades; Capacidade de comunicação, redação e criatividade; Capacidade de trabalho em equipe; Capacidade de liderança; Disposição para correr riscos e responsabilidade [...].

A figura 2 apresenta as habilidades que o administrador deve ter diante das várias funções que pode ocupar em um mercado extremamente competitivo.

Figura 2 - Habilidades dos Administradores



Fonte: Adaptado pela autora do trabalho, 2017.

Habilidade conceitual aborda a competência de ver o que está acontecendo no ambiente de trabalho e ajudar a agir adequadamente. Habilidade técnica compreende ter conhecimento e capacidade de executar a tarefa de determinado trabalho. Habilidade administrativa refere-se às capacidades integradas às funções de planejamento, organização, contratação de pessoas e controle. Habilidade humana atinge compreender as pessoas e ter um relacionamento eficaz com elas (MORAES, 2004).

Segundo conceitos de Hunter (2004), habilidade é uma capacidade adquirida, que pode ser aprendida e desenvolvida por alguém que tenha o desejo e pratique as ações adequadas.

Dessa forma, as habilidades estão inteiramente ligadas ao conhecimento, ponto de vista e atitudes do administrador, ou seja, além do conhecimento, saber fazer e fazer acontecer, para seu sucesso profissional.

2.4 MERCADO DE TRABALHO

Distinguir o mercado de trabalho é tão importante para os que já estão atuando como para os que almejam fazer parte dele. É importante saber analisar o mercado, para identificar suas demandas e se preparar para ingressar nele, entretanto tanto os que querem fazer parte como os que já estão atuando devem constantemente se atualizar.

Mattoso (1999) ressalta que, na década de 90, houve um grande aumento na taxa de desemprego, uma redução dos assalariados, um desenvolvimento do trabalho e da economia informal e uma grande dificuldade para os trabalhadores inserir no sistema econômico.

É importante destacar que as mudanças e os avanços tecnológicos exigem do profissional atualização diária. Essas mudanças, tecnológicas e organizacionais afetam a estrutura e as relações de emprego. Novas ocupações surgem em detrimento de outras e, em um futuro bem próximo, os profissionais deverão estar preparados para uma nova configuração do mundo do trabalho (PREVIDELLI, 2008).

“O emprego já representou segurança profissional para muitos trabalhadores em tempos anteriores, no qual ingressavam em uma determinada empresa e saíam dela aposentados” (MINARELLI, 1995, p. 17).

A autora ainda aborda que antigamente não havia uma necessidade de qualificação diferente da função que o profissional exercia, mas isso prejudicava a empresa e os próprios profissionais, pois a tendência era se acomodar e não buscar outros meios para se desenvolver profissionalmente.

Para Brasil (1998), a sobrevivência no mercado de trabalho depende do investimento em novas qualificações profissionais, uma vez que tem crescido cada vez mais a demanda por um trabalhador com conhecimentos atualizados.

Essa discussão se expande para o campo da formação e educação do trabalhador, pois, como explica Handfas (2001, p. 5), o novo cenário impõe:

[...] a necessidade de superação de um modelo de formação [...] baseado na aquisição de habilidades necessárias ao desempenho das tarefas de cada posto de trabalho e aponta para outro, que traduza os requisitos necessários para a formação geral do trabalhador e sua maior capacidade de pensamento teórico-abstrato e lógico-matemático.

Assim, todas as pessoas que desejam ingressar e se manter no mercado de trabalho devem procurar qualificação, independente da atividade que esteja realizando.

Não se pode esperar somente do empregador, por treinamento e capacitação para o próprio desenvolvimento profissional.

✓ Mercado de trabalho para o administrador

O país está passando por um momento de crise, com isso as empresas estão enfrentando um processo de ajustes estruturais e só permanecerá nas devidas funções aquele que melhor qualificado estiver.

Gomes (2002) destaca que, “diante da crise do capitalismo contemporâneo, a reestruturação produtiva surge como forma de resposta. As mudanças se dão não só na organização de produção e do trabalho, mas também na oferta de emprego”.

Do administrador espera-se que desempenhe suas funções, que saiba dirigir pessoas, que não somente tome decisões e sim que decomponha suas ações em oportunidades, que vise ao crescimento da empresa em conjunto de maneira que funcione em equipe e que seus empenhos sejam voltados para alcançar o mesmo objetivo, o sucesso. O maior desafio do administrador é ser um eterno aprendiz e levar o que aprendeu para dentro das organizações.

Como afirma Senge (2009, p. 177):

As organizações só aprendem por meio de indivíduos que aprendem. A aprendizagem individual não garante a aprendizagem organizacional. Entretanto, sem ela, a aprendizagem organizacional não ocorre. Um pequeno número de líderes organizacionais começa a reconhecer que é preciso repensar radicalmente a filosofia empresarial necessária ao compromisso com a aprendizagem individual.

Segundo Carvalho (2009), desde o início da profissão de administrador, o mercado de trabalho, as empresas e, sobretudo a intensidade da profissão vem passando por várias transformações. Mudanças que exigem mais do trabalhador, a qualificação tem de fazer parte do cotidiano, caso contrário a permanência e desenvolvimento no mercado ficam comprometidos.

De acordo com Queiroga et al (2007), o profissional da administração deve ser capaz de atuar em funções de direção e coordenação, nos diferentes níveis administrativos.

3 METODOLOGIA

A metodologia mostra como usar alguns instrumentos para tratar a questão problema. Já a classificação aborda os modelos de pesquisa, ajuda na busca de respostas, lembrando que não são exatas, nem perfeitas, mas chegam muito próximo da realidade esperada e o plano para se chegar a um determinado resultado começa a partir da escolha de como coletar os dados.

A metodologia é o meio que o pesquisador utiliza para conhecer a real situação, e assim, fundamentar suas decisões durante a realização do trabalho científico (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Ao abordar a problemática e o tratamento dos dados, a pesquisa pode ser classificada como qualitativa ou quantitativa. No entanto, do ponto de vista da problemática o trabalho se classifica como quantitativo, não dispensando a utilização da pesquisa qualitativa.

De acordo com Oliveira (1997), no método quantitativo é empregado o desenvolvimento de pesquisas descritivas de âmbito social, econômico, de comunicação, mercadológicas e administração.

Diante deste contexto, a pesquisa quantitativa foi utilizada por traduzir em números as opiniões e informações quanto às dificuldades e desafios encontrados pelos egressos na inserção no mercado de trabalho.

Já a pesquisa qualitativa, para Fraser e Gondim (2004, p. 8), “a abordagem qualitativa é o que se pretende, além de conhecer as opiniões das pessoas sobre determinado tema, entender as motivações, os significados e os valores que sustentam as opiniões e as visões do mundo”.

A classificação de qualitativa ocorreu porque o trabalho apresenta algumas questões e/ou opções subjetivas, cuja finalidade consiste em compreender o motivo ou entender o porquê da situação.

Assim o presente artigo é uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva. Para Gil (1999, p. 43), “a pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Talvez a mais importante de todas as dimensões classificatórias se refira a estrutura básica da investigação. Quando uma pesquisa busca descrever uma realidade, sem nela interferir, damos o nome de pesquisa descritiva (APPOLINÁRIO, 2012).

Utilizou-se a pesquisa descritiva por apresentar as características da amostra, como idade, sexo, ano de formatura, área de atuação profissional, média salarial, etc. Exploratória por buscar uma maior familiaridade com os egressos propondo-se a apurar a colocação e/ou atual situação destes perante o mercado de trabalho.

Ao apurar o método de abordagem e os procedimentos técnicos, a pesquisa pode ser classificada como bibliográfica, documental, experimental, levantamento, estudo de caso, pesquisa-ação e participante.

Segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 185), a pesquisa bibliográfica “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc.”.

O presente estudo configurou-se como uma pesquisa bibliográfica, pois foram consultados livros, artigos e teses, outros.

De acordo com Appolinário (2012), a pesquisa de levantamento tem por finalidade apenas investigar as características de determinada realidade ou mesmo descobrir as variáveis componentes desta realidade. Sendo assim, optou-se pela pesquisa de levantamento por buscar informações como: sexo, faixa etária, ano de formação do curso, em qual área que trabalhava antes e após a formação do curso de Administração, renda antes e após a conclusão do curso, importância do curso superior para carreira profissional, dificuldades e desafios encontrados no mercado de trabalho após a formação no curso.

Quanto ao universo, foram abordados os egressos do curso de Administração da Faculdade e Tecnologia de Unaí – FACTU. Universo ou população é um conjunto definido de elementos que possui determinadas características. Refere-se ao total de habitantes de um determinado lugar (GIL, 1999).

Quanto à amostra, pode ser definida como “uma porção ou parcela, conveniente selecionadas do universo e a população é um subconjunto do universo” (MARCONI;

LAKATOS, 2005, p. 225). Sendo assim a amostra utilizada foram todos os egressos do curso de Administração da FACTU, no período de 2014 a 2016.

Neste trabalho foram utilizados dados primários levantados a partir de aplicação de questionários estruturados em 16 questões aplicados a 22 egressos. O instrumento foi enviado para todos através de equipamentos eletrônicos, via e-mail, whatsapp, ligações e pessoalmente.

A FACTU está situada na cidade de Unaí/MG, Rua Rio Preto, nº 422, Centro. Uma instituição de estabelecimento particular, de Ensino Superior, mantida pela AEPU- Associação de Ensino e Pesquisa de Unaí.

O curso de Administração iniciou suas atividades no dia 24 de outubro de 2007, tendo a primeira colação de grau em dezembro de 2011. O Curso de Graduação em Administração, Bacharelado proposto pela FACTU atende forças motivadoras, uma externa, representada pelas demandas da realidade educacional regional, e outra interna dada às especificidades do corpo docente que a compõe.

É importante abordar que, para realizar a coleta de dados, o pesquisador pode utilizar a entrevista ou o questionário. No trabalho, optou-se pela utilização do questionário, por conseguir atingir um número maior de entrevistados.

Segundo Ruiz (2002), no questionário o informante escreve ou responde por escrito um elenco de questões cuidadosamente elaboradas.

Para a realização deste trabalho foi utilizado o questionário estruturado composto por 15 (quinze) questões fechadas, de múltipla escolha e 1 (uma) aberta sendo opcional a resposta.

A coleta de dados aconteceu no período de 23 de julho a 17 de setembro de 2017, sendo que o instrumento foi entregue aos 47 egressos através de equipamentos eletrônicos, via e-mail, whatsapp, ligação e pessoalmente, mas apenas 22 responderam.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta sessão são apresentados os resultados e feita a análise, a fim de conseguir respostas às suas indagações e procura estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas (LAKATOS, 2010).

No primeiro, segundo e terceiro ponto abordado foram feitos alguns questionamentos referentes ao perfil dos pesquisados.

Tabela 1. Perfil dos egressos de Administração da FACTU.

Variável	Categoria	Percentual (%)
Gênero	Masculino	45%
	Feminino	55%
Idade	22 a 27 anos	57%
	28 a 33 anos	38%
	34 a 39 anos	—
	40 ou mais	5%
Ano de conclusão	2014	23%
	2015	36%
	2016	41%

Fonte: Adaptado pela autora do trabalho, 2017.

Dos entrevistados, 55% são do sexo feminino e 45% masculino. Mesmo a diferença sendo pouca, a maioria são mulheres. Apesar de ser considerado um curso tradicionalmente masculino, estudos realizados pelo Conselho Federal de Administração (2006) confirmaram essa tendência ao longo dos últimos 12 anos.

De acordo com o CFA/CRAS (2015), a última pesquisa mostrou que, desde 1995 o número de Administradoras só vem crescendo, pois apresentava um quadro de 21% em 1995; 25% em 1998; 30% em 2003; 33% em 2006; e 35% em 2011. Ainda é importante registrar o

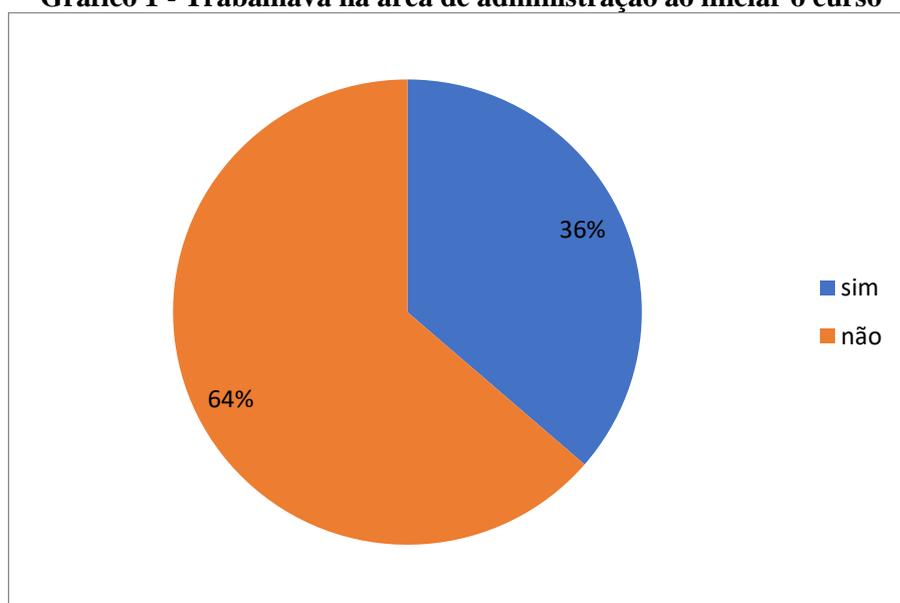
expressivo crescimento, nos últimos 12 anos, representando 12 pontos percentuais de mulheres administradoras.

Observa-se que, dos egressos pesquisados, 57% estão na faixa etária de 22 a 27 anos, 38% entre 28 a 33 anos, 5% 40 anos ou mais, nenhum entrevistado na faixa etária de 34 a 39 anos. Praticamente quase todos os pesquisados (95%) estão na faixa etária de 22 a 33 anos.

De acordo com os entrevistados, 41% concluíram o curso no final de 2016, 36% no final de 2015 e 23% no final de 2014, ou seja, a maioria formou-se há um ano e são recentes no mercado.

Foi verificado se os egressos quando iniciaram o curso de Administração já trabalhavam na área.

Gráfico 1 - Trabalhava na área de administração ao iniciar o curso



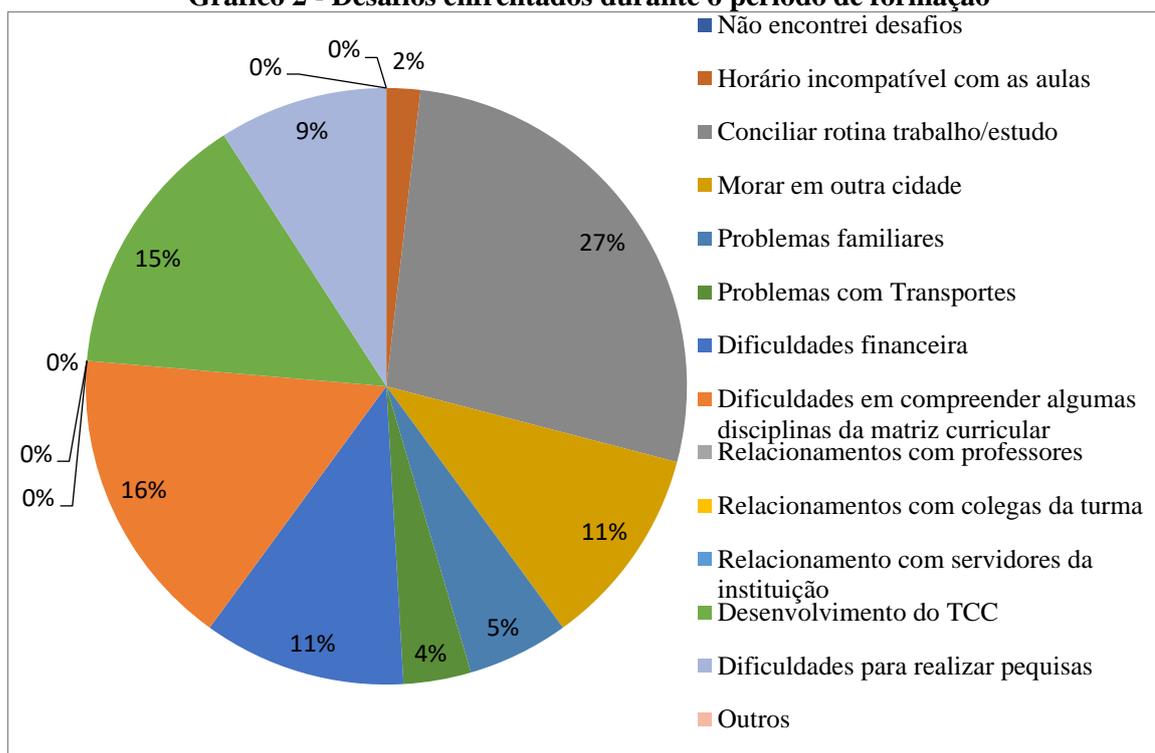
Fonte: Autora do trabalho, 2017.

Nota-se que 64% dos egressos não trabalhavam na área ao iniciar o curso e 36% já trabalhavam na área, ou seja, uma parcela significativa iniciou o curso sem estar atuando no segmento, podendo ressaltar que o conhecimento sobre a profissão que escolheram aconteceu através da busca de informações ou indicações, orientações, mas não por já estar exercendo alguma função afim.

Outro ponto abordado foi maiores desafios enfrentados durante o período de formação. Podendo perceber conforme o gráfico 2 (dois), 27% dos egressos tinham dificuldade em conciliar a rotina de trabalho com os estudos, 16% em compreender algumas disciplinas da matriz curricular, 15% no desenvolvimento do TCC, 11% por morar em outra cidade, 11% dificuldades financeiras, 9% dificuldades em realizar pesquisas, 5% problemas familiares, 4% problemas com transportes e 2% seu horário era incompatível com as aulas.

De acordo com as respostas, fica claro que a maior dificuldade dos estudantes está em conciliar trabalho e estudo, pois muitas vezes precisam trabalhar para se manter e pagar a faculdade e ao mesmo estudar para permanecer e buscar novas oportunidades no mercado. Um número significativo também marcou as opções quanto à compreensão da matriz curricular e desenvolvimento do TCC, pontos estes que podem ser melhorados através da própria IES, podendo apresentar a relevância e ligação entre as disciplinas ao longo do curso e oferecer um apoio e orientação maior no TCC. Ainda é importante destacar que mesmo com estas dificuldades conseguiram concluir o curso e buscar uma colocação no mercado.

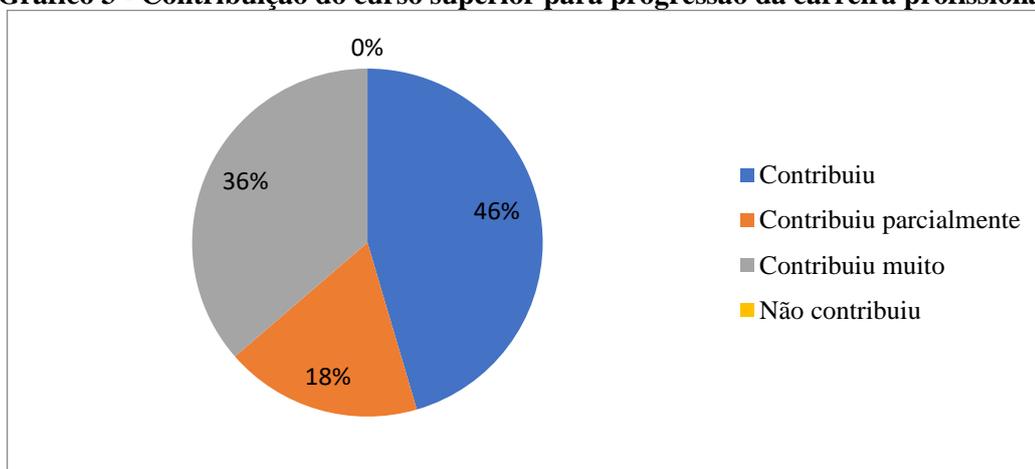
Gráfico 2 - Desafios enfrentados durante o período de formação



Fonte: Autora do trabalho, 2017.

Buscou-se apurar o quanto a formação no ensino superior em Administração contribuiu para a progressão da carreira profissional.

Gráfico 3 - Contribuição do curso superior para progressão da carreira profissional.



Fonte: Autora do trabalho, 2017.

Dos pesquisados, 46% disseram ter contribuído, 36% disseram ter contribuído muito e 18% disseram ter contribuído parcialmente. Pode-se identificar uma satisfação quanto à formação, sendo importante destacar que realmente escolheu a profissão por amor, o reconhecimento profissional acontece como uma consequência e naturalmente.

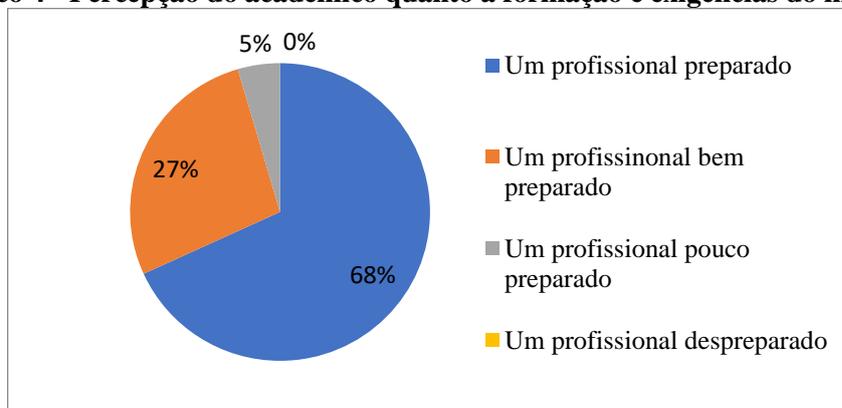
Em uma pesquisa realizada pelo CFA/CRA (2015, p. 27), a maioria dos administradores opinou que o curso de graduação concluído “atendeu satisfatoriamente a suas expectativas” (61,47%).

Como explica Minarelli (1995, p. 22), “uma carreira profissional é de responsabilidade de quem a desenvolve”. Sendo assim, faz com que muitos corram atrás de capacitação, para

uma oportunidade no mercado de trabalho, assim a administração contribuiu para essa realização segundo o resultado apurado.

Também foi levantada a percepção do egresso quanto à formação acadêmica e às exigências do mercado de trabalho atual.

Gráfico 4 - Percepção do acadêmico quanto à formação e exigências do mercado.

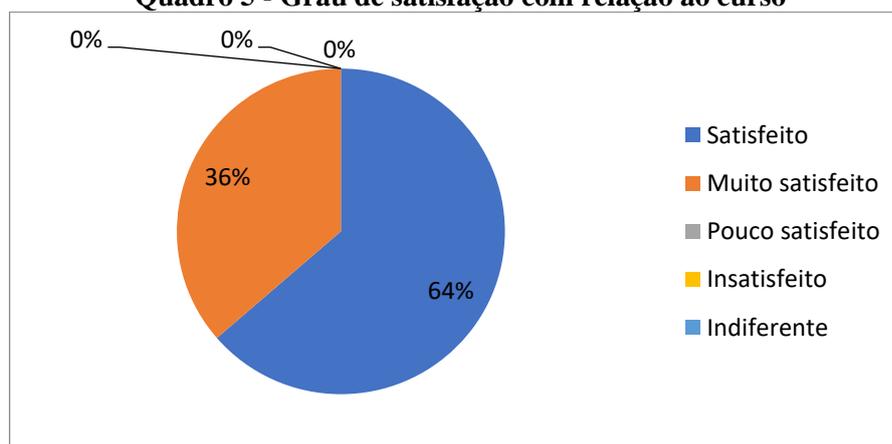


Fonte: Autora do trabalho, 2017.

Segundo os entrevistados, 68% se consideram um profissional preparado para as exigências do mercado de trabalho atual, 27% um profissional bem preparado e apenas 5% um profissional pouco preparado. É importante destacar que a maioria (98%) se sente preparados para exercer a profissão escolhida, mas vale ressaltar que mesmo estando preparado para o mercado e para conseguir atingir o objetivo da organização, o administrador precisa de uma ação eficaz, portanto é preciso planejar, organizar, direcionar e controlar.

O grau de satisfação em relação ao conhecimento e experiências adquiridos através do curso de Administração foi outro ponto abordado.

Quadro 5 - Grau de satisfação com relação ao curso



Fonte: Autora do trabalho, 2017

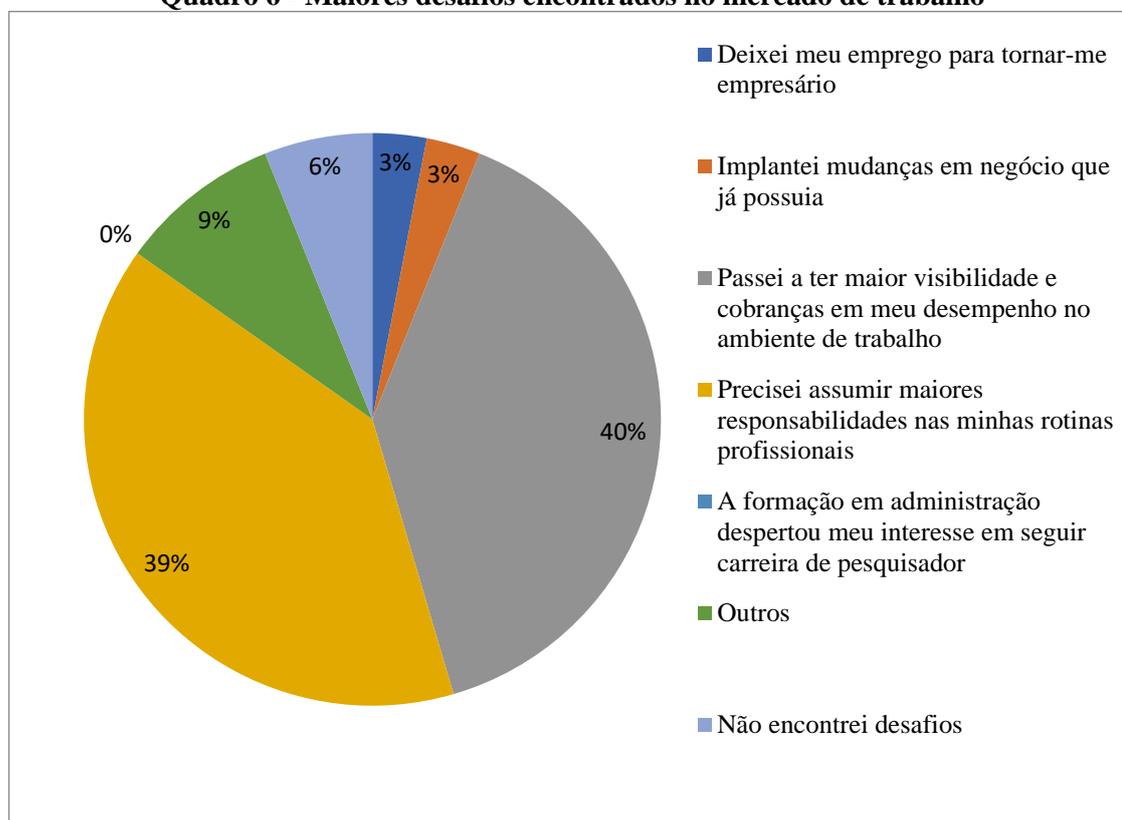
Conforme a pesquisa do CFA/CRA's (2015, p. 27), um dos maiores desafios que se impõem aos cursos que formam os profissionais de administração, concentra-se na diminuição do descompasso entre a qualificação obtida no âmbito acadêmico e o que as empresas, de fato, precisam.

De acordo com as respostas obtidas sobre a satisfação do conhecimento repassado pelo curso de administração da FACTU, 64% dos pesquisados disseram estar satisfeitos e 36% muito satisfeito, ou seja, todos os entrevistados estão satisfeitos com o conhecimento e experiência

adquirida através do curso, afirmando assim que o conhecimento obtido facilitou o acadêmico a se ingressar no mercado de trabalho.

Foi solicitado ao egresso que marcasse até três das maiores dificuldades e desafios encontrados no mercado de trabalho após a formação.

Quadro 6 - Maiores desafios encontrados no mercado de trabalho



Fonte: Autora do trabalho, 2017

Pode-se observar que 40% disseram que passaram a ter maior visibilidade e cobranças em seu desempenho no ambiente de trabalho, 39% precisou assumir maiores responsabilidades nas rotinas profissionais, 9% marcaram outros, 6% disseram não ter encontrados desafios, 3% deixou o emprego para se tornar empresário e 3% implantaram mudanças em negócios que já possuía. Ao marcar a opção outros, foi pedido para ressaltar quais seriam estes, sendo destacado que as empresas não dão muita oportunidade de crescimento; valorizam mais as indicações e experiências com o cargo pretendido do que formação acadêmica; despertou o interesse em empreender, ou seja, pensar como o dono da empresa.

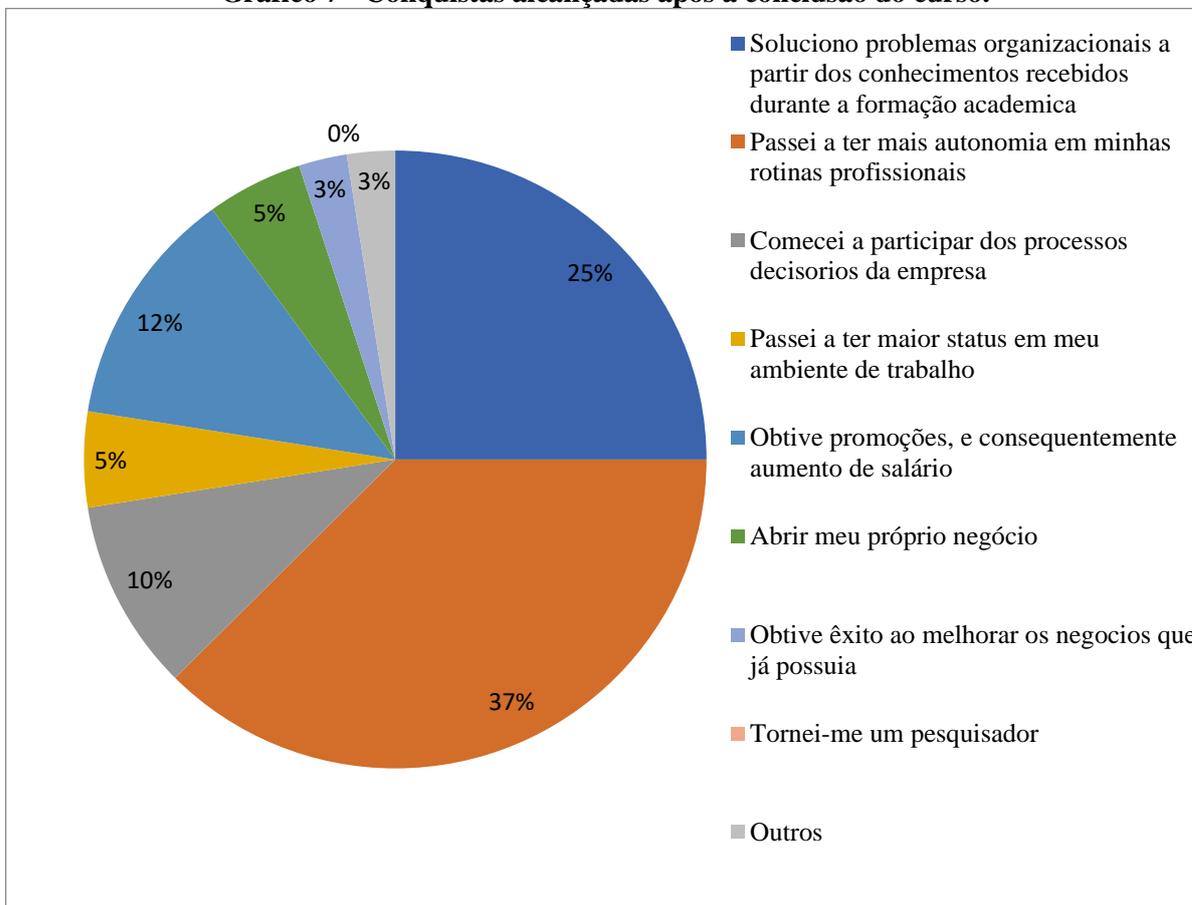
De acordo com Pochmann (1999, p. 29), “a preocupação com o desemprego é obviamente justificável. O futuro do emprego em qualquer setor é incerto”. Destacando que é normal os jovens enfrentarem problemas para ingressar e se manter no mercado de trabalho, isso devido à inexperiência e poucas oportunidades.

Também foi solicitado para marcar até três das maiores conquistas que considera ter alcançado no mercado de trabalho como consequência da formação (Gráfico 7).

De acordo com a pesquisa, 37% dos pesquisados passaram a ter mais autonomia em suas rotinas profissionais, 25% diz solucionar problemas organizacionais a partir dos conhecimentos recebidos durante a formação acadêmica, 12% obteve promoções, e, conseqüentemente, aumento de salário, 10% começaram a participar dos processos decisórios da empresa, 5% passou a ter maior status no ambiente de trabalho, 5% abriu o próprio negócio, 3% obteve êxito ao melhorar os negócios que já possuía, e 3% marcaram a opção outros, onde

foi citado que melhoraram nos relacionamentos interpessoais, atitudes e maneira de observar os acontecimentos. Diante deste contexto, é notório o crescimento e desenvolvimento dos pesquisados, pois ao ingressar no ensino superior, um leque de opções é apresentado e cabe a cada acadêmico escolher o seu caminho.

Gráfico 7 - Conquistas alcançadas após a conclusão do curso.



Fonte: Autora do trabalho, 2017

Por fim, foi colocada uma questão aberta em relação às contribuições, dificuldades e desafios proporcionados pela sua formação em Administração em relação ao mercado de trabalho:

Egresso1: A graduação no curso de ADM contribuiu bastante para o desempenho profissional, uma vez que já atuava na área administrativa. O conteúdo proposto pela instituição de ensino e repassado pelos professores foi fundamental. Hoje considero satisfeito pelo aprendizado e utilizo bastante na vida profissional. As empresas da região valorizam mais as indicações e experiência com o cargo pretendido do que a formação acadêmica. Melhorei nos relacionamentos interpessoais, atitude e maneira de observar os “acontecimentos”. Administração foi um sonho realizado, no início não foi nada fácil devido à condição financeira, porém com 6 meses, graças a Deus ganhei um desconto da faculdade que me ajudou bastante, logo veio a questão do horário, que eu só chegava atrasada devido trabalhar até as 20:00. Depois de um ano graças a Deus e o curso consegui um ótimo estágio no órgão público. Sou muito grata a FACTU e a sua equipe de profissionais em especial a Lidiane que foi a minha coordenadora, professora e orientadora, professora Cláudia e Isabela. Enfim só agradecer a todos, posso dizer que Deus preparou o melhor lugar e me deu de presente ótimos professores, colegas e a estrutura magnífica. Resumindo, sou apaixonada pela FACTU.

Egresso 2: O maior desafio para o egresso de Administração é querer ter um negócio próprio e ter que ficar sem algumas “regalias” como por exemplo, sem férias, não ter renda fixa, nos primeiros meses praticamente não ter nenhum retorno financeiro, apenas gastos, conseguir desvincular

problemas financeiros com problemas familiares e lidar com os próprios sentimentos e psicológico que ficam completamente desequilibrados.

Pode-se confirmar a satisfação e reconhecimento perante a instituição, pois mesmo com as dificuldades, financeiros e horários o egresso não desistiu do seu sonho, a instituição teve um papel muito importante na vida deste acadêmico, sendo que conseguiu o desconto da bolsa e também estagio na área, não só com este acadêmico, a instituição está sempre pronta a ajudar a todos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado de trabalho se encontra em constante crescimento e mais concorrido, cada vez mais exigente quanto à formação e à capacitação dos profissionais.

Diante deste contexto, foi proposto analisar as dificuldades e desafios enfrentados pelos egressos do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí/MG em relação à inserção no mercado de trabalho.

Com base nos egressos respondentes, pode-se observar a presença feminina e uma faixa etária de 22 até 40 anos.

O presente estudo buscou levantar, analisar e verificar informações quanto aos egressos do curso de Administração e o mercado de trabalho, as áreas de atuação, podendo observar que estão atuando em áreas administrativas, donos do próprio negócio, auxiliar administrativo, setor público, departamento financeiro, gerente geral, supervisor de vendas, bancários, setor agropecuário.

Foi possível constatar que os egressos têm autonomia em suas rotinas profissionais; solucionam problemas organizacionais a partir dos conhecimentos recebidos; participam dos processos decisórios da empresa; abriram seu próprio negócio; melhoraram os negócios que já possuíam; melhoraram nos relacionamentos interpessoais, atitudes e maneira de observar os acontecimentos, entre outros.

Por fim, quanto ao grau de satisfação com o curso oferecido pela instituição foi possível verificar uma satisfação muito representativa.

Dessa forma, a problemática foi respondida e os objetivos atingidos, pois percebe-se que uma parcela significativa não está atuando na área em que se formou. Neste sentido é bom fazer uma reflexão sobre o mercado local para saber o que os gestores das empresas locais conhecem e sabem das funções de um administrador e a importância de se ter um profissional da área de administração dentro das organizações.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

BENNIS, W. **A formação do líder**. São Paulo: Atlas, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC, SEF, 1998. 174 p.

CARVALHO, Alexey. **O novo perfil do administrador**. Disponível em: <www.administradores.com.br>. Acessado em: 17/02/2017.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de recursos humanos**: fundamentos básicos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2012.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão da produção**: uma gestão introdutória. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos**. O capital Humano das Organizações. 8.ed. São Paulo, Atlas, 2008.

CORRÊA, H. L.; CORRÊA, C. A. **Administração de produção e operações**: manufatura e serviços: uma abordagem estratégica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DRUCKER, P. F. 1909: **Inovação e espírito empreendedor** (entrepreneurship): prática e princípios. Tradução de Carlos Malferrari. São Paulo: Pioneira Thompson, 2003.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **O melhor de Peter Drucker**: a administração. São Paulo: Nobel, 2001.

DRUKER, Peter. **Sociedade pós - capitalística**. São Paulo: Pioneira. 1997.

FARIA, José Carlos. **Administração**: Introdução ao estudo. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

FAVA, R. **Caminhos da administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

FAYOL, Henri. **Administração industrial e geral**. São Paulo: Atlas, 1981.

FERNANDES, D. **Acerca da articulação de perspectivas e da construção teórica em avaliação educacional**. In: ESTEBAN, M. T.; AFONSO A. J. (Orgs.). Olhares e interfaces: reflexões críticas sobre a avaliação. São Paulo: Cortez, pp. 15-44, 2010.

FERREIRA, Victor Cláudio Paradela e Souza, Agamêmnon Rocha. **Introdução a administração** – uma iniciação ao mundo das organizações. 3. ed. Rio de Janeiro: Pontal, 2001.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. **Da Fala do Outro ao Texto Negociado**: Discussões sobre a Entrevista na Pesquisa Qualitativa. Revista Paidéia, v. 14, n. 28, 2004.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – Campus de Guajará-Mirim/RO, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos Gil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, J. F., et al. (2008), **Manual de gestão de pessoas e do capital humano**, Lisboa: Edições Sílabo.

GOMES, M. T. S. Scripta Nova. As mudanças no mercado de trabalho e o desemprego em Presidente Prudente/SP– BRASIL. **Revista Electronica de Geografia y Ciências Sociales**. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B.21.741-98. Vol VI, nº 119 (32), 1 ago. 2002. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/ns/ns119-32.htm>>. Acesso em: 22 abril. 2017.

HANDFAS, A. **Considerações sobre as mudanças nos processos produtivos e a formação profissional do trabalhador**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 24, 2001, Caxambu. Anais eletrônicos. <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/06/brasil-gera-34-mil-novos-empregos-formais-em-maio>.

KOTLER, P; ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing**. 12. ed. São Paulo: Hall do Brasil, 2004.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**: a edição do novo milênio. Trad. Bazán Tecnologia e Linguística. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; **Fundamentos de metodologia científica**/ Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Administração de marketing**: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira/ Alexandre Luzzi Las Casas. 1. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTIN, G., Reddington, M. and Alexander, H. (2008). **Technology, outsourcing and transforming HR**, Oxford: Elsevier.

MATTAR NETO, João A. **Filosofia e ética na administração**. São Paulo: Saraiva, 2004.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MAXIMIANO, Antônio C. A. **Introdução à administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000. _____ **Introdução a administração** 3. ed. São Paulo. Atlas, 2004.

_____. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução industrial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MEIRELES, Manuel. **Teorias da administração**: clássicas e modernas. São Paulo: Futura, 2003.

MINARELLI, J. A. **Empregabilidade**: o caminho das pedras. 15. ed. São Paulo: Editora Gente, 1995.

MORAIS, A. M P **Introdução a administração**. 3. ed. São Paulo. Prentice hall, 2004.

OLIVEIRA, M. K. **Aprendizado e desenvolvimento**: um desenvolvimento sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1997.

Pesquisa nacional sistêmica CFA/CRAs: perfil, formação, atuação e oportunidades de trabalho: do administrador e do tecnólogo/ [Coordenação geral: Sebastiao Luiz de Mello, Mauro Kreuz, FauzeNajib Mattar]. 6. ed. Brasília, DF: Conselho de Administração: Angrad, 2016.

PLACONÁ, João. **Funções de um administrador**. Artigo. Portal Administradores.com.br, out, 2008. Disponível em: Acesso em: 20 jun. 2017.

POCHMANN, Márcio. **O mundo do trabalho em mudança**. In: NABUCO, Maria R.; CARVALHO NETO, Antônio. Relações de trabalho contemporâneas. Belo Horizonte: Instituto de Relações de Trabalho, 1999.

PREVIDELLI, José de Jesus. **Globalização e mercado de trabalho do administrador**: ANGRAD, 2008. Dissertação. Disponível em: Acesso em 17 de marco 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Fevale, 2013.

QUEIROGA, G. et al. **Descrição do perfil do administrador formado na (FALTA COMPLETAR)**

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina**: arte e prática da organização que aprende. 25. ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2009.

WICK, C. W, León, L. S. **O desafio do aprendizado**: Como fazer sua empresa estar sempre à frente do mercado. São Paulo: Nobel, 1997.

A IMPORTÂNCIA DO CURSO TÉCNICO EM CONTABILIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL: Um estudo de caso da percepção dos formandos da Escola Estadual Domingos Pinto Brochado de Unaí-MG.

MOTA, Adriana Campos¹
MOREIRA, Gabriel²
SANTOS, Lidiane Campos³

RESUMO: A contabilidade é um instrumento de grande importância, pois alcança completamente qualquer tipo de empresa. O profissional contábil moderno é um gestor de informações, tem conhecimento suficiente para analisar, interpretar e relatar informações financeiras e operacionais, para o controle de uma empresa. A contabilidade levanta padrões de análises, faz previsões para exercícios seguintes, sendo capaz de medir a saúde financeira das entidades. Este artigo tem como objetivo geral analisar a percepção dos formandos do curso técnico em contabilidade da Escola Estadual Domingos Pinto Brochado de Unaí-MG, quanto à importância do curso para o desenvolvimento profissional. Trata-se de pesquisa descritiva, abordagem quantitativa, através da aplicação de um questionário estruturado aos formandos do curso técnico em contabilidade. O procedimento de pesquisa utilizado foi o estudo de caso. Constatou-se que a maioria dos formandos percebe que o curso técnico em contabilidade foi importante para o seu desenvolvimento profissional e conclui-se que o curso cumpre seus propósitos.

145

Palavras-chave: Profissional contábil. Formandos. Técnico em contabilidade.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é fundamental para qualquer organização, independente do seu ramo de atividade, pois fornece informações importantes aos gestores nas tomadas de decisões. A contabilidade surgiu quando o homem sentiu a necessidade de avaliar sua riqueza e controlá-la.

Doravante, a contabilidade evoluiu muito e conseguiu regulamentar a profissão, desenvolveu princípios e normas. O atual profissional contábil precisa orientar seus clientes sobre qual a melhor decisão a tomar em determinado momento, para que seus negócios cresçam e apresentem lucros.

Os novos tempos requerem um novo perfil dos profissionais contábeis, compromissados e que forneçam informações adequadas ao atendimento de todos os usuários. Dado ao exposto apresenta-se a seguinte questão de pesquisa: Os formandos do curso técnico em contabilidade da Escola Estadual Domingos Pinto Brochado de Unaí-MG, percebem a importância do curso para o desenvolvimento profissional?

Assim, definiu-se como objetivo geral, analisar a percepção dos formandos do curso técnico em contabilidade da Escola Estadual Domingos Pinto Brochado de Unaí-MG, quanto à importância do curso para o desenvolvimento profissional.

Os objetivos específicos são: I) identificar os conhecimentos adquiridos na contabilidade; II) analisar se os estudantes têm conhecimento sobre as noções básicas da

¹Egressa do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

²Mestre em Administração pelas Faculdades Pedro Leopoldo. Coordenador e Professor do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

³Mestre em Administração, Especialista em Gestão Agroindustrial, Graduada em Administração. Coordenadora e Professora do Curso de Administração e NPG. Consultora Empresarial.

contabilidade como instrumento de gestão das empresas; III) verificar as perspectivas profissionais após a conclusão do curso.

É perceptível que o mundo dos negócios, vem sendo marcado por transformações, na área contábil, sendo um exemplo disto, as normas internacionais de contabilidade.

Dessa forma, as empresas estão buscando cada vez mais por ferramentas adequadas e recursos propícios para conseguirem acompanhar o mercado globalizado. Através de um profissional contábil qualificado, para lhes fornecer os dados necessários frente ao que as empresas vivem no momento atual, para que tenham condições de continuarem com suas atividades.

O técnico em contabilidade tem uma grande possibilidade de atuação, tanto em empresas públicas como privadas ou, ainda, em sua própria empresa. Assim se justifica a relevância deste estudo em mostrar a importância que o curso técnico em contabilidade trará para o desenvolvimento profissional dos formandos da Escola Estadual Domingos Pinto Brochado de Unaí-MG.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico do presente artigo pretende descrever a importância da contabilidade como instrumento de gestão, identificando alguns conceitos e características da contabilidade, destacando também seu objeto, objetivo e normas contábeis, referenciando a evolução da contabilidade no Brasil, o campo de atuação do contador e a participação dos cursos técnicos no cenário contábil.

2.1 IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE

A contabilidade é um instrumento de grande importância, principalmente pela sua abrangência, por tais razões está sujeita constantemente a alterações através de novas leis, assim os contabilistas devem estar em constante atualização, fornecendo registros contábeis confiáveis e adequados aos negócios. Segundo Barreto (2003), uma empresa não terá como sobreviver se não fizer utilização dos regimes contábeis.

Marion (1986) diz que uma empresa sem boa contabilidade é uma empresa sem rumo para seguir. A contabilidade é toda a vida de uma empresa, pois registra todos os fatos ocorridos dentro das organizações.

A boa contabilidade é fundamental para que a empresa defina, por exemplo, qual o melhor regime para efetuar sua tributação e ter lucros. O profissional contábil sabe qual o momento certo para fazer a transição de um modelo de tributação para outro modelo, sempre atento ao melhor resultado em termos financeiros e de lucratividade.

A contabilidade existe desde o princípio da civilização humana. Alguns historiadores dizem que ela existe pelos menos há 4.000 anos antes de Cristo. Sua evolução está ligada ao desenvolvimento da humanidade. O homem percebeu que era necessário controlar, administrar e resguardar seus bens, desta necessidade surgiu a contabilidade.

Iudícibus e Marion (1999), dizem que, na antiguidade, o homem conseguia exercer atividade de pastoreio, sem ao menos conhecer escrita e números. Queria descobrir a quantidade do seu rebanho, quanto este crescia de um inverno para outro, visando medir seu patrimônio e também verificar se estava crescendo ou decrescendo sua riqueza. Então o homem teve a ideia de separar pedrinhas, uma para cada cabeça de ovelha guardava-as com muito cuidado, pois ali estava sua riqueza por um determinado período.

Sá (1998) descreve que, a contabilidade apareceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela. Schmidt (2000) assegura que a contabilidade se manifestou antes

do homem desenvolver a civilidade. Assim como o homem avançou, também a contabilidade seguiu essa evolução.

Segundo Cotrin, Santos e Zotte Jr. (2012, p. 46), “à medida que o homem começava a aumentar seus bens, preocupava-lhe saber quanto poderiam render e quando já em maior volume estas informações não eram de fácil memorização, necessitando de registros”.

Segundo Schmidt (2000), Frei Luca Pacioli foi quem divulgou o sistema contábil de registro, já que foi nesta época que publicou sua obra e inclui nela o método de registro contábil, conhecido na época como método de Veneza.

Para alguns historiadores contábeis, o sistema de registro contábil já existia há algum tempo, porém quem criou o método não divulgou no momento oportuno, assim não teve repercussão como divulgação do Frei Luca Pacioli. Hendriksen e Breda (1999) também descrevem que os sistemas de escrituração por meio das partidas dobradas surgiram nos Séculos XIII e XIV, por meio do sistema contábil do Frei Luca Pacioli.

2.2 CONCEITOS DE CONTABILIDADE

A contabilidade fornece informações através de registros contábeis, demonstrando variações patrimoniais ocorridas nas entidades. Segundo Ribeiro (1992, p. 15), “a contabilidade é uma ciência que permite, através de suas técnicas, manter um controle permanente do Patrimônio da empresa”.

Para Sá (1998, p. 42), “a contabilidade é uma ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais”. A contabilidade levanta padrões de análises, faz previsões para exercícios seguintes, sendo capaz de medir a saúde financeira das entidades. Então a contabilidade uma ciência social, pois é a ação do homem que gera e modifica o patrimônio.

Ribeiro (1992) destaca que a função da contabilidade é fornecer informação econômica e financeira sobre o patrimônio para facilitar as tomadas de decisões para os dirigentes ou proprietários, e também para os investidores que tivessem interesse em fazer seus investimentos na empresa.

Para Franco (1997), as informações geradas pela contabilidade permitem a análise de desempenho e de desenvolvimento dos resultados, dando assim maior segurança aos usuários destas informações, por isso, funcionam como ferramentas imprescindíveis nas tomadas de decisões.

Araújo e Assaf (2004) dizem que a contabilidade fornece informações de apoio gerencial. Para Iudícibus e Marion (1999 p. 42), “a contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões”. Enfim, a contabilidade visa estudar, controlar e revelar o real estado do patrimônio, fornecendo informações úteis para que seus usuários tomem suas decisões.

2.3 OBJETO, OBJETIVO E FINALIDADE DA CONTABILIDADE

A contabilidade tem como objeto de estudo o patrimônio e suas possíveis variações. As mutações do patrimônio podem decorrer da ação do homem, e em algumas vezes pela ação da natureza. Segundo Padoveze (1996, p. 30), “o Patrimônio compreende o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma entidade”.

O patrimônio é composto por bens, como veículos, imóveis, vitrines, entre outros; os direitos são os valores a receber de terceiros, como por exemplo, duplicatas a receber, aluguéis a receber, etc. Já as obrigações são as dívidas com terceiros, são as duplicatas a pagar, salários a pagar, impostos a pagar e várias outras. Toda pessoa física ou jurídica possui bens, direitos e

obrigações os quais irão compor o seu patrimônio. Franco (1997), diz que o objeto de estudo da contabilidade é o patrimônio e suas aplicações em entidades o qual necessita de administrador para os atos econômicos ou financeiros de acordo com a necessidade de seus fins.

Assim a finalidade do estudo do patrimônio será o de fornecer informações corretas e adequadas de acordo com as necessidades de cada usuário, para que estes tomem decisões com eficiência.

O objetivo principal da contabilidade nas organizações é a geração de informações aos usuários em tempo hábil, visando tornar claro o processo decisório. Para Araújo e Assaf (2004, p. 13), o objetivo da contabilidade é “demonstrar de forma clara, os vários acontecimentos ocorridos na empresa em um determinado período de tempo, criando relatórios sobre a situação real daquela empresa analisada”. Dessa forma, a contabilidade servirá para os gestores tomarem suas decisões com eficiência e eficácia, tendo em vista a entidade.

Hendriksen e Breda (1999, p. 86), “o objetivo da contabilidade é fornecer um conjunto de relatórios financeiros para usuários indeterminados com relação à riqueza ou transações econômicas da empresa”.

Segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2008), o objetivo principal da contabilidade é permitir aos vários usuários das suas informações, a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num determinado momento, permitindo que estes façam conclusões de como a empresa será futuramente, podendo ser usuários internos ou externos. Sendo assim, os documentos fornecidos pela contabilidade deverão oferecer diferentes estruturas e informações aos seus usuários, levando em consideração a importância e interesse distinto de cada um.

Para Franco (1997), a finalidade da contabilidade é controlar as mutações do patrimônio de uma organização, mostrando a análise dos fatos ocorridos, com o objetivo de fornecer informações sobre as variações patrimoniais para uma boa tomada de decisão.

De acordo com Gonçalves e Baptista (1998), a contabilidade tem por finalidade registrar os fatos e produzir informações que permitam ao responsável pelo patrimônio planejar e controlar sua ação. As informações adequadas são essenciais para os gestores, pois em decisões eficientes em sua gestão econômica e financeira, além de bom controle dos bens patrimoniais.

Franco (1997, p. 21) cita algumas técnicas ou funções usadas na contabilidade: “escrituração contábil, demonstrações contábeis (inventários, balanços e outras), auditoria contábil e análise de balanços”. As técnicas utilizadas na contabilidade registram os fatos ocorridos no patrimônio, expõe os registros para os usuários, confirmaram se estes registros estão corretos e de forma clara, comparam e interpretaram as demonstrações. Necessárias à tomada de decisões.

2.4 CONTABILIDADE NO BRASIL

A contabilidade no Brasil iniciou-se na época colonial. Até a década de 50 predominava no Brasil a doutrina italiana e posteriormente migrou-se para a doutrina norte-americana, ocorrendo assim uma evolução dos conhecimentos contábeis, permanecendo o método americano até os dias atuais.

Segundo Schmidt (2000), a contabilidade no Brasil pode ser dividida em dois grandes momentos, o período que iniciou desde a descoberta do Brasil até o ano de 1964, e o período que começou em 1964, quando foi inserido um novo processo de ensino da contabilidade no país. Sobre o primeiro período da contabilidade, pode-se dizer que de 1500 até 1822, o Brasil não passou por grandes avanços conhecido na história como colonial, já no segundo período que iniciou em 1964 foi introduzido um novo método contábil seguindo a linha norte-

americana, a mudança se deu em função da influência de algumas empresas de auditoria, que acompanhavam as multinacionais anglo-americanas.

No campo da formação profissional brasileira, segundo Schmidt (2000), um dos momentos mais importantes, foi a criação do Instituto Comercial do Rio de Janeiro em 1856, que em 1863 introduziu a disciplina de escrituração mercantil para melhor qualificar seus estudantes na prática dos registros contábeis.

Segundo Niyama (2010, p. 1) os principais passos para a revolução da contabilidade no Brasil, foram:

- a) obrigatoriedade de as companhias abertas terem suas demonstrações contábeis auditadas por auditores independentes;
- b) publicação da Circular nº 179/72 pelo Banco Central do Brasil, padronizando a estrutura e forma de apresentação das demonstrações contábeis das companhias abertas; e
- c) influência da escola norte-americana de contabilidade com o início do estudo sobre princípios contábeis e a promulgação da Lei nº 6.404/76 sob esta influência.

No Brasil os princípios contábeis foram divulgados primeiro pelo Conselho Federal de Contabilidade em 1981, tendo o nome de Princípios Fundamentais de Contabilidade. Em um primeiro momento, segundo Niyama (2010), tiveram pouca aceitação, devido ao fato de que as empresas e os profissionais contábeis se preocupavam somente com as demonstrações financeiras.

Somente em 1993 o CFC estabeleceu os princípios fundamentais de contabilidade, e logo após criou um grupo de trabalho para desenvolver normas brasileiras de contabilidade, buscando apoio nas normas internacionais de contabilidade.

2.5 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE, ATUAIS PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE

No Brasil os princípios fundamentais de contabilidade (PFC) estavam organizados em sete, através da resolução do CFC nº 750/93 de 29 de dezembro, atualmente, com a resolução do CFC nº 1282/10, estes princípios passaram a ser seis e a denominação de PFC passou para princípios de contabilidade, contudo, essa resolução foi revogada pela NBCTSPEC do Conselho Federal de Contabilidade de 04 de outubro de 2016. Apesar da revogação dos Princípios de Contabilidade, estes se encontram arraigados e consolidados nas práticas contábeis realizadas pelos profissionais contábeis.

Segundo Iudícibus e Marion (2002), os princípios fundamentais de contabilidade são os conceitos básicos que formam o centro necessário a guiar a profissão contábil na execução dos objetivos da contabilidade. Os princípios são o ponto de partida para a compreensão da própria ciência contábil, pois estes aprimoram os conceitos, o ensinamento e a prática desta ciência.

De acordo com Silva e Niyama org. (2011), a denominação de princípios fundamentais de contabilidade foi alterada para princípios de contabilidade, devido ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade.

Segundo a Resolução CFC nº 1.282/10, “a observância dos Princípios de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC)”.

Niyama (2010) destaca que, embora os profissionais de contabilidade possam ser punidos pelo não atendimento aos princípios contábeis e às normas brasileiras de contabilidade,

isto não acontecerá com as empresas, já que estas devem acatar a outras normas, as quais não são do CFC.

Somente os profissionais contábeis devem atender aos princípios de contabilidade, as empresas não são obrigadas a obedecer aos mesmos, para elas existem normas específicas para que as cumpram.

O **Princípio da Entidade** vê o patrimônio como objeto da contabilidade, o patrimônio da empresa nunca deverá se misturar com o dos proprietários. Segundo a Resolução do CFC nº 1.282/10, o princípio da entidade reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade, e afirma que o patrimônio da entidade pertence somente a ela, e jamais poderá misturar com o dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

O **Princípio da Continuidade**, de acordo com Silva e Niyama org. (2011, p. 131), descreve que “a continuidade ou não da entidade deve ser considerada na classificação e avaliação dos seus ativos e passivos”. Na Resolução do CFC nº 1282/10, em seu artigo 5º lê-se: “o princípio da continuidade pressupõe que a entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância”.

O **Princípio da Oportunidade** refere-se ao momento em que devem registrar as variações do patrimônio, vindo este princípio a complementar o princípio competência. O registro deve ser imediato e de forma integral, independente dos fatos que as originam, inclusive se um fato for ocorrer no futuro e tiver como provar seu valor, deverá fazer seu registro. Como provisões de contingências, férias, 13º salário, etc.

De acordo com o **Princípio do Registro pelo Valor Original**, os elementos patrimoniais devem ser registrados na contabilidade com base nos valores originais de aquisição do bem ou pelo custo de fabricação, expressos em moeda corrente do país. Caso a empresa efetue transações em moeda estrangeira, os valores correspondentes devem ser convertidos à moeda nacional.

O **Princípio da Competência** determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos no momento que acontece, independentemente do recebimento ou pagamento. O princípio da competência não está relacionado com recebimentos ou pagamentos, mas com o reconhecimento das receitas e das despesas que deverá ser no determinado período que acontecem.

Em observância ao **Princípio da Prudência**, Silva e Niyama org. (2011, p. 131), destacam que “deve-se optar pelo menor valor para o ativo e maior valor para o passivo, sempre que as opções foram igualmente adequadas”. De acordo com este princípio, não se pode antecipar lucros, mas pode prever possíveis prejuízos, isto será prudência.

2.6 CAMPO DE ATUAÇÃO DA CONTABILIDADE

O campo de atuação da contabilidade pode ser tanto o setor público, setor privado ou terceiro setor, abrangendo toda a federação brasileira e seus entes, seja ele econômico ou social. Iudícibus e Marion (2002) dizem que todos os empreendimentos e até as microempresas necessitam de um eficaz controle de custos e, além disso, o novo milênio tem aberto as portas para diversas especializações no que se refere à contabilidade financeira e sua junção com outras áreas, como por exemplo, a contabilidade rural, contabilidade hospitalar, contabilidade imobiliária, contabilidade e informática, contabilidade e direito tributário entre outros.

Iudícibus e Marion (2002) mencionam que contabilista pode atuar como: planejador tributário; analista financeiro; contador geral; cargos administrativos; auditor interno; contador de custos; contador gerencial; contador atuário; fora das empresas atuando como independente (autônomo) sendo: auditor independente; empresário contábil; perito contábil; investigador de

fraudes; na área de ensino como: professor; pesquisador; escritor; parecerista; conferencista; na área pública como: contador público; agente fiscal; oficial contador.

2.7 A CONTABILIDADE COMO PROFISSÃO E O MERCADO DE TRABALHO

A profissão contábil está ligada diretamente com o desenvolvimento e crescimento dos negócios. Segundo Araújo e Assaf (2004), o mercado de trabalho na área contábil é vasto e promissor.

De acordo com Silva (2003, p. 3):

O profissional contábil precisa ser visto como um comunicador de informações essenciais à tomada de decisões, pois a habilidade em avaliar fatos passados, perceber os presentes e prever eventos futuros pode ser compreendido como fator predominante ao sucesso empresarial.

Segundo dados do Conselho Federal de Contabilidade (2014), a profissão contábil, é a quinta profissão mais demandada no mundo e o leque de áreas para atuação também é muito grande, como em perícia, auditoria, consultoria, gestão empresarial, gestão pública, ensino, entre outras.

2.8 ÁREAS DE ATUAÇÃO DO CONTABILISTA

O contabilista é o profissional responsável pelos registros dos fatos ocorridos no patrimônio das entidades. Segundo Lisboa coord. (1997), o contabilista pode ser classificado em duas categorias através de sua formação profissional, sendo: contador e técnico em contabilidade. Contador é aquele que obteve o título de bacharel em ciências contábeis através de nível superior e o técnico em contabilidade é aquele formado através do nível médio do curso técnico em contabilidade.

Segundo o Ministério da Educação – MEC (2012), o técnico em contabilidade:

Efetua anotações das transações financeiras da organização e examina documentos fiscais e parafiscais. Analisa a documentação contábil e elabora planos de determinação das taxas de depreciação e exaustão dos bens materiais, de amortização dos valores imateriais. Organiza, controla e arquivava os documentos relativos à atividade contábil e controla as movimentações. Registra as operações contábeis da empresa, ordenando os movimentos pelo débito e crédito. Prepara a documentação, apura haveres, direitos e obrigações legais.

No Brasil, a profissão contábil é regulamentada pelo Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946 e resoluções complementares.

Araújo e Assaf (2004, p. 15) explanam que “o curso de ciências contábeis não habilita o profissional a exercer a profissão de contador”. Tanto o contador, quanto o técnico em contabilidade faziam o exame de suficiência do Conselho Federal de Contabilidade, para posteriormente, após aprovação, realizar o registro de sua habilitação no Conselho Regional de Contabilidade do estado da federação onde este irá exercer sua profissão. Atualmente, apenas o registro de contador é realizado, técnicos em contabilidade não fazem o exame de suficiências para efetiva o registro.

2.9 O PERFIL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL NA ATUALIDADE

O perfil do profissional contábil moderno é o de uma pessoa de valor que necessita acumular muitos conhecimentos, e tem um mercado de trabalho garantido. De acordo com Cordeiro e Duarte (2006), o profissional contábil não é mais aquele da antiguidade, visto como escriturador ou guarda livros. Hoje o mercado exige um profissional arrojado, corajoso, que arrisque com bom conhecimento, que tenha informações sempre atualizadas para mostrar aos gestores das organizações.

Atualmente os profissionais contábeis não têm condições de sobreviverem somente com os conhecimentos adquiridos durante a vida estudantil, necessitam de atualizar sempre às práticas modernas que o mercado exige. Mercado este que procura por um profissional com perfil dinâmico, que tenha atitudes, que esteja atualizado e tenha um autoconhecimento. Franco (1997) afirma que as expectativas da sociedade crescem sempre, pois esta vê a profissão contábil capaz de enfrentar os desafios do futuro e de cumprir suas responsabilidades.

Iudícibus (2004, p. 240) explana que “o mundo de hoje já é o mundo dos computadores, dos robôs, das telecomunicações com imagem, da cópia instantânea à distância e da cibernética em geral. E o futuro imediato reserva grandes mudanças tecnológicas”. Com a ajuda da informática, a área contábil exige que o profissional esteja sempre com conhecimentos atualizados, buscando entender as mudanças tecnológicas.

Segundo Cardoso, Souza e Almeida (2006), os contadores devem agregar novas habilidades pessoais, aumentar a competência de entendimento do negócio, abraçar uma atitude mais empreendedora.

A contabilidade vem evoluindo juntamente com humanidade, servindo como ferramenta de gestão e controle. Sá (2002) afirma que, há uma grande preocupação de muitos países com o processo de harmonização das normas contábeis para facilitar as transações internacionais bem como melhorar o caminho das informações permitindo assim comparabilidade e confiabilidade das informações de natureza econômico-financeira em nível internacional.

Conforme Niyama (2010), cada país possui suas próprias leis, regras, filosofias, procedimentos e objetivos, assim os sistemas contábeis são diferentes de um país para outro. A contabilidade ultrapassou as fronteiras, deixando de ser utilizada somente pelo seu país de origem.

De acordo com Silva e Niyama org. (2011), no Brasil, após a Lei 11.638/07 foi que o país passou a se direcionar rumo à convergência internacional dos padrões contábeis e ainda criou oportunidade aos profissionais contábeis de ajudarem na edição de normas contábeis, mesmo que não totalmente. Desde 2007, o Brasil passou a adotar as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), o conjunto de regras contábeis determinados pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), com sede em Londres.

2.10 A IMPORTÂNCIA DOS CURSOS TÉCNICOS

Os cursos técnicos oferecem aos estudantes a oportunidade de uma formação rápida, focada em uma área de atuação específica. Segundo a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) / Câmara de Educação Básica (CEB) nº 1, de 3 de fevereiro de 2005, no Brasil, os cursos técnicos serão de três formas, sendo: integrado, concomitante e subsequente ao ensino médio. No integrado, o curso técnico é integrado ao ensino médio, obedecendo à opção de curso técnico feito no processo seletivo. Nesse caso, o aluno deve ter concluído o 1º ano do ensino médio. No concomitante, o aluno faz o técnico ao mesmo tempo em que cursa o ensino médio em outra instituição, e deve estar cursando o 2º ou 3º ano do ensino médio, no momento da

matrícula do curso técnico. Já no curso subsequente, o aluno aprovado no processo seletivo deverá ter concluído o ensino médio ou equivalente para iniciar o curso técnico pretendido.

De acordo com o Ibope divulgado no dia 25 de fevereiro de 2014, encomendado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), feito com 2.002 pessoas maiores de 16 anos em 143 municípios sobre a educação profissional, mais de 70% dos ex-alunos de cursos técnicos de nível médio conseguem emprego no primeiro ano após fazer o curso, sendo que 90% dos entrevistados concordam que quem faz ensino técnico tem mais oportunidades no mercado de trabalho e 82% afirmam que os profissionais com certificado de qualificação profissional têm salários maiores.

O profissional de nível técnico deve ter conhecimentos teóricos, experiências práticas e comportamento ético para desempenhar bem suas funções. Atualmente o governo federal criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), para alunos brasileiros. De acordo com a Lei nº 12.513/2011 em seu artigo 1º, são objetivos do Pronatec:

- expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público;
- ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- estimular a difusão de recursos pedagógicos.

2.11 A ESCOLA ESTADUAL DOMINGOS PINTO BROCHADO E O CURSO TÉCNICO EM CONTABILIDADE.

A Escola Estadual Domingos Pinto Brochado foi o primeiro estabelecimento de ensino fundado na cidade de Unaí-MG, o qual teve Teófilo Martins Ferreira como primeiro professor e Maria Torres como diretora, carrega em sua história a transformação do distrito de Capim Branco em cidade de Unaí. A escola recebe 815 alunos do 1º ano do ensino fundamental ao ensino médio e conta ainda com uma turma de tempo integral. Os estudantes são distribuídos em 3 turnos, sendo manhã, tarde e noite.

O curso técnico em contabilidade na escola estadual Domingos Pinto Brochado no período da noite, foi criado pelo programa Pronatec do governo federal. O curso visa formar um profissional que realize atividades essenciais à contabilidade em empresas, em órgãos governamentais ou em outras instituições públicas e privadas. A atuação da escola, enquanto formadora de profissionais pode oferecer capacitações, bem como atualizações aos alunos para novas funções, que só ela pode dar esse alicerce, por ser a base sustentadora na formação dos futuros profissionais.

3 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa é a explicação detalhada, rigorosa e exata de todo o ato desenvolvido durante o trabalho acadêmico. Gil (2002, p. 1) define pesquisa como o “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Uma pesquisa científica na área contábil pode ser classificada quanto aos objetivos, aos procedimentos e à abordagem. O presente estudo é classificado como uma pesquisa descritiva quanto aos objetivos.

Quanto aos procedimentos, trata-se de um levantamento através de um questionário aplicado aos formandos do curso técnico em contabilidade. Marconi e Lakatos (2007) explanam

que “o questionário é um instrumento de coleta dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Quanto à abordagem, a pesquisa é considerada do tipo quantitativa. Segundo Beuren org. (2006), a pesquisa quantitativa distingue-se por utilizar dados estatísticos, tanto na coleta como no tratamento dos dados.

A escola Domingos Pinto Brochado iniciou suas atividades em 1960 na cidade de Unaí-MG, é uma escola da rede estadual mantida pelo governo de Minas Gerais, cuja principal atividade é o ensino educacional a crianças, jovens e adultos.

A escola atualmente conta com 815 alunos, desde o 1º ano do ensino fundamental ao ensino médio e uma turma de tempo integral. Para o estudo de caso, foi aplicado um questionário com 11 questões aos 23 alunos formandos do curso técnico em contabilidade. A coleta de dados se realizou durante o mês de maio de 2014, limitado aos formandos do curso técnico em contabilidade da escola em questão.

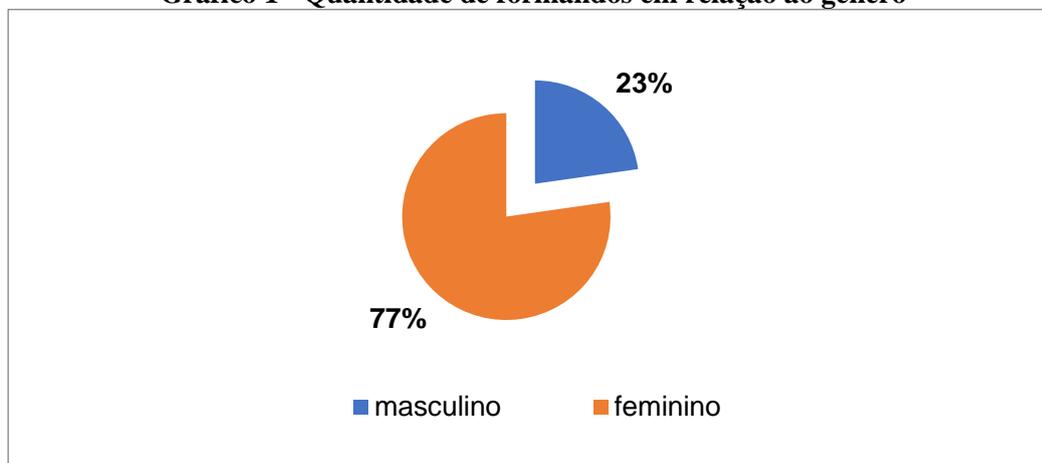
A população foi composta por todos os alunos formandos do curso técnico em contabilidade da escola estadual Domingos Pinto Brochado de Unaí-MG, sendo um total de 23 alunos. A amostra foi composta por 22 alunos que concordaram em participar da pesquisa.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi o questionário, foram elaboradas 11 questões fechadas. Os dados do estudo são primários, já que estes são criados após a aplicação do questionário, retirando os dados do mesmo, através de análise das respostas dos formandos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A primeira questão buscou identificar a quantidade de formandos em relação ao gênero. Dezesete do sexo feminino e cinco são do sexo masculino. Há predominância do sexo feminino, ou seja, 77% dos pesquisados.

Gráfico 1 - Quantidade de formandos em relação ao gênero

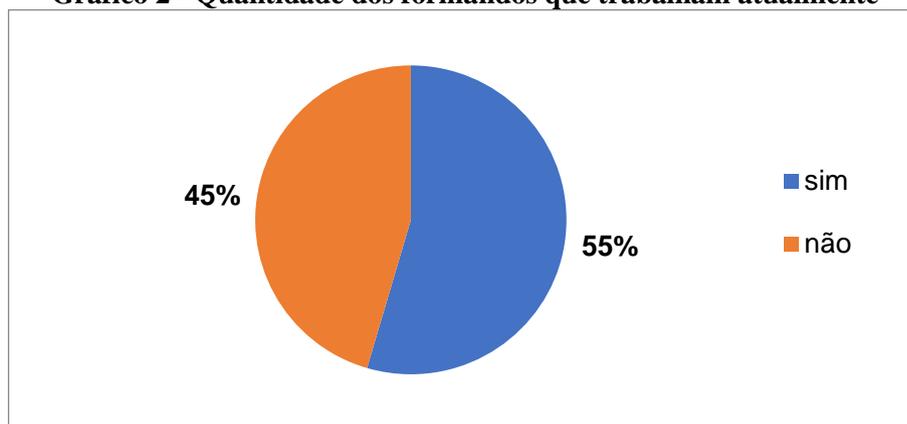


Fonte: Autores da pesquisa, 2014.

Na segunda questão, objetivando caracterizar a faixa etária dos pesquisados, constatou-se que 100% da amostra têm idade entre 15 e 19 anos.

Conforme se observa no gráfico 02, a terceira questão foi: Você trabalha atualmente? Verificou-se que 55% dos formandos estão trabalhando atualmente, representando a maioria, demonstrando a vasta empregabilidade proporcionada pela inserção no curso técnico em contabilidade.

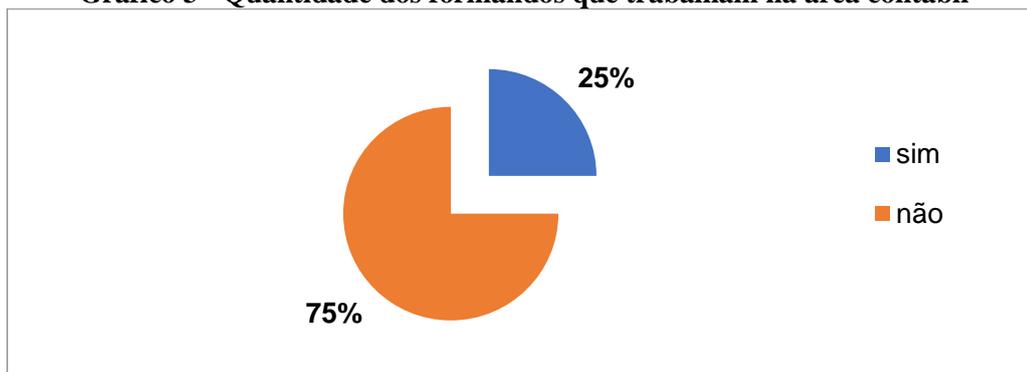
Gráfico 2 - Quantidade dos formandos que trabalham atualmente



Fonte: Autores da pesquisa, 2014.

Em relação à quarta questão: Trabalha na área contábil? Observa-se no gráfico 03 que somente 25% dos formandos estão exercendo atividades na área contábil. 75% dos formandos que estão trabalhando atuam em outras áreas.

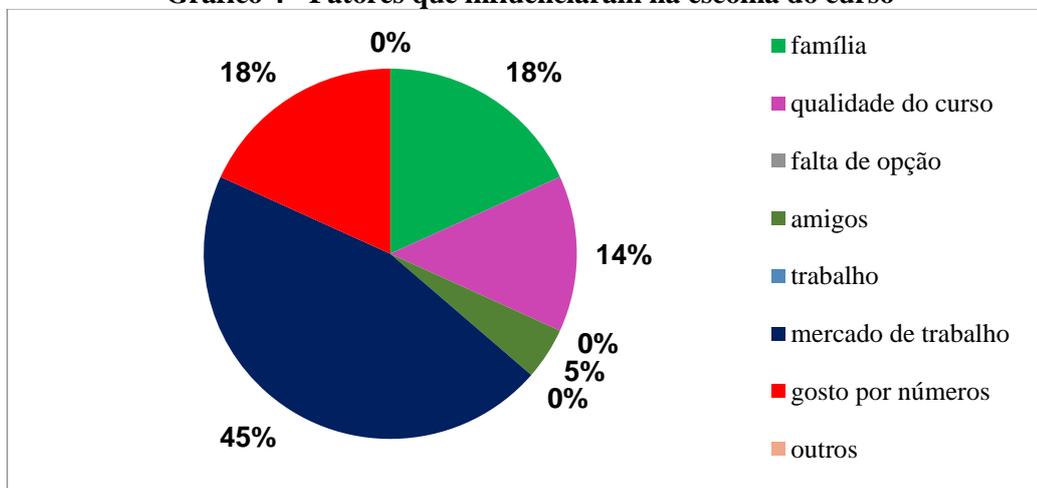
Gráfico 3 - Quantidade dos formandos que trabalham na área contábil



Fonte: Autores da pesquisa, 2014.

Destacando os fatores que influenciaram os formandos na escolha do curso técnico em contabilidade, como se pode observar no Gráfico 04, com maior frequência é o mercado de trabalho, justificando a ampla possibilidade de atuação do profissional contábil.

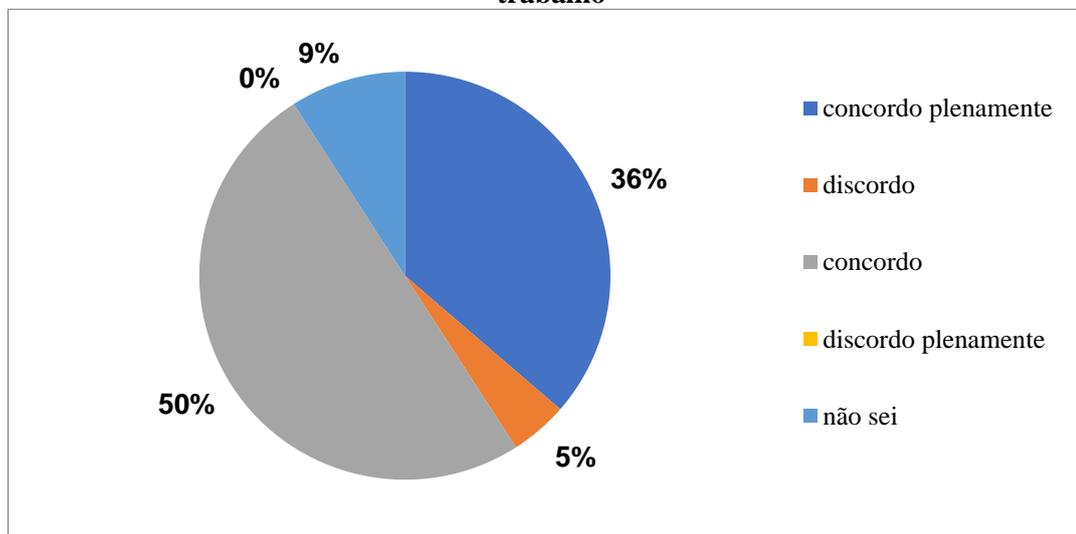
Gráfico 4 - Fatores que influenciaram na escolha do curso



Fonte: Autores da pesquisa, 2014.

Na sexta questão: O curso Técnico em Contabilidade é um caminho rápido para o mercado de trabalho? A grande maioria concorda com esta afirmativa, conforme se observa no gráfico 05.

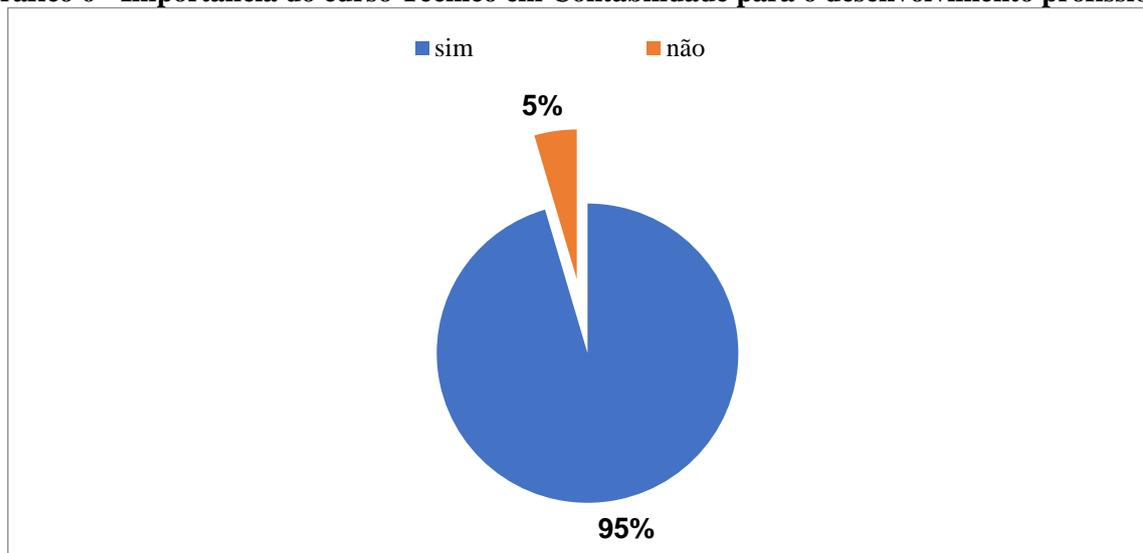
Gráfico 5 - O curso Técnico em Contabilidade como caminho rápido para o mercado de trabalho



Fonte: Autores da pesquisa, 2014.

A sétima questão buscou identificar se o curso técnico em contabilidade foi importante para o desenvolvimento profissional dos formandos. A grande maioria, 95% concordam que o curso técnico em contabilidade foi importante para o seu desenvolvimento profissional, verificado no gráfico 06.

Gráfico 6 - Importância do curso Técnico em Contabilidade para o desenvolvimento profissional

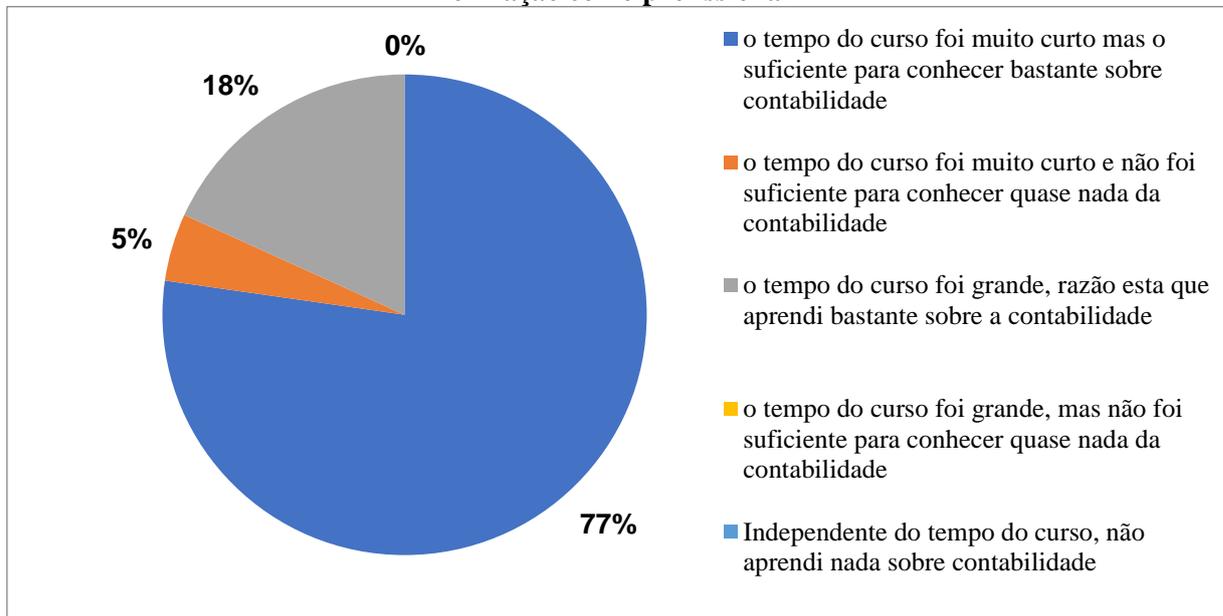


Fonte: Autores da pesquisa, 2014.

Na oitava questão: Os conhecimentos adquiridos na contabilidade durante o curso foi suficiente para a formação como profissional? Conforme se observa no gráfico 07, 77%

responderam concordar que o tempo do curso foi curto, mas suficiente para conhecer sobre contabilidade.

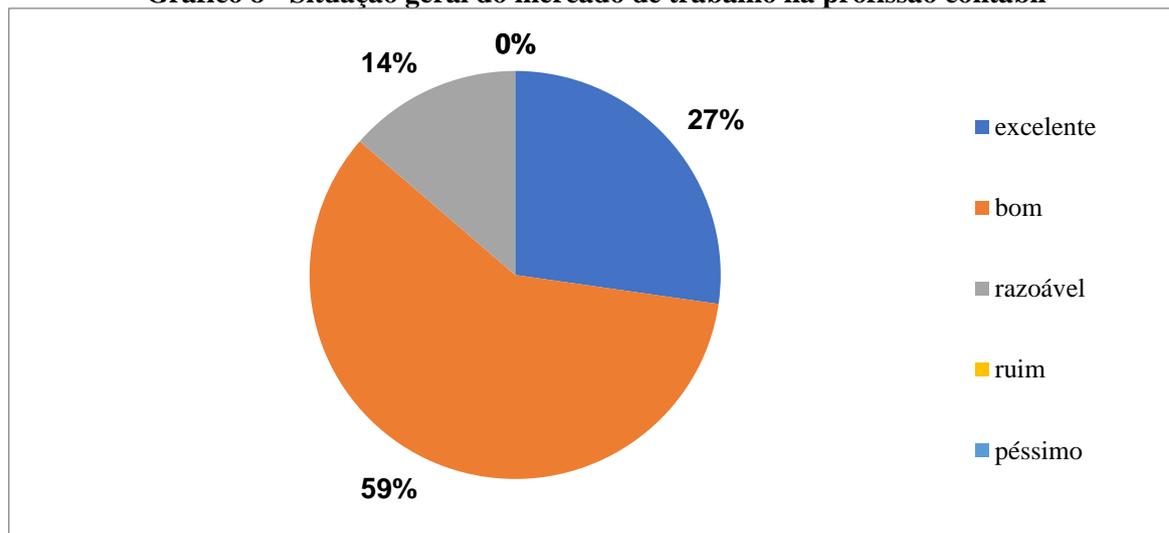
Gráfico 7 - Conhecimentos adquiridos na contabilidade durante o curso suficiente para formação como profissional



Fonte: Autores da pesquisa, 2014.

Na questão de número nove foi questionado: Como você avalia a situação geral do mercado de trabalho na profissão contábil? Conforme se destaca no gráfico 08, 59% dos formandos avaliam o mercado de trabalho na área contábil como sendo este bom, representa mais da metade dos formandos.

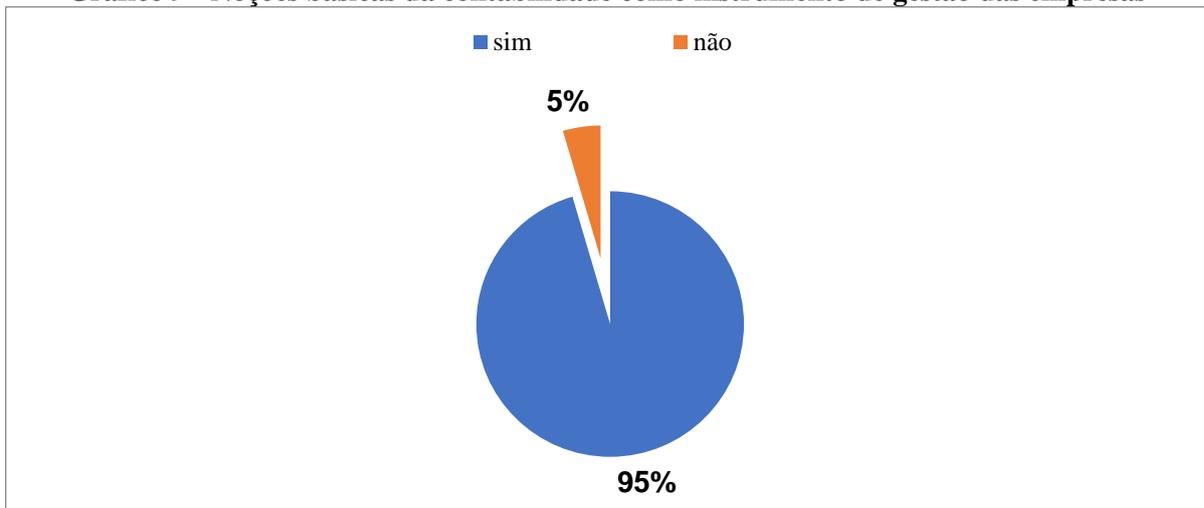
Gráfico 8 - Situação geral do mercado de trabalho na profissão contábil



Fonte: Autores da pesquisa, 2014.

Conforme observado no gráfico 09, a décima questão buscou descobrir, se os formandos têm conhecimento que as noções básicas da contabilidade, servem de instrumento de gestão para as empresas. Os resultados demonstram que, 95% dos formandos têm conhecimento que os instrumentos da contabilidade servem de gestão para as empresas.

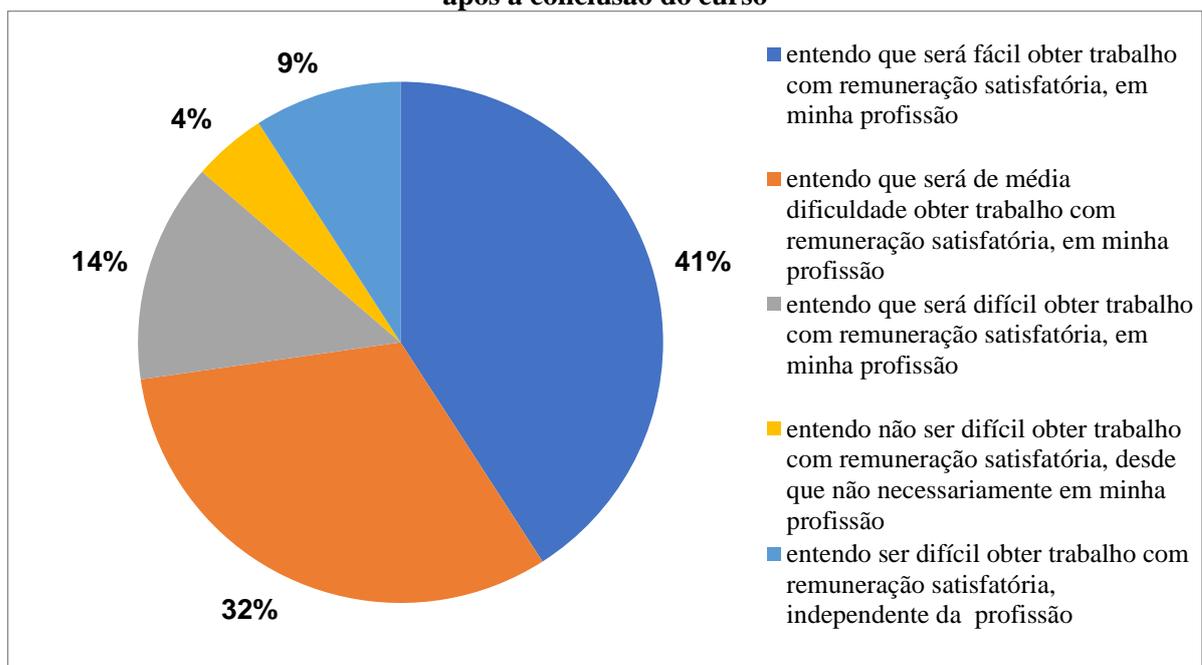
Gráfico 9 - Noções básicas da contabilidade como instrumento de gestão das empresas



Fonte: Autores da pesquisa, 2014.

De acordo com o gráfico 10, a décima primeira questão: Qual a percepção dos formandos para oportunidades profissionais diante do mercado de trabalho após concluírem o curso técnico em contabilidade, 41% entendem que será fácil obter trabalho com remuneração satisfatória, em sua profissão. No entanto 32% entendem que será de média dificuldade obter trabalho com remuneração satisfatória. Marion (2009) menciona que na profissão contábil, não há desemprego, e que dificilmente se encontrará um bom profissional desempregado. Iudicibus coord. (1996) complementa, nas empresas surgem problemas a todo o momento que só podem ser resolvidos por profissionais contábeis.

Gráfico 10 - Perspectivas profissionais dos formandos diante do mercado de trabalho após a conclusão do curso



Fonte: Autores da pesquisa, 2014.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo geral analisar a percepção dos formandos do Curso Técnico em Contabilidade da Escola Estadual Domingos Pinto Brochado de Unaí-MG, quanto à importância do curso para o desenvolvimento profissional. Partindo-se da problemática: Os formandos do curso técnico em contabilidade da Escola Estadual Domingos Pinto Brochado de Unaí-MG, percebem a importância do curso para o desenvolvimento profissional?

O primeiro objetivo específico foi identificar os conhecimentos adquiridos na contabilidade durante o curso. A pesquisa apontou que a maioria concorda que o tempo do curso foi muito curto, mas o suficiente para conhecer bastante sobre contabilidade.

O segundo objetivo específico foi analisar se os estudantes têm conhecimento sobre as noções básicas da contabilidade como instrumento de gestão das empresas. A grande maioria dos formandos tem conhecimento que os instrumentos da contabilidade servem de gestão para as empresas.

O terceiro objetivo específico foi verificar as perspectivas profissionais dos formandos após a conclusão do curso. Os resultados obtidos demonstram que uma parte regular (41%) dos formandos acreditam que, após a conclusão do curso técnico em contabilidade, terão facilidade para encontrar trabalho com remuneração satisfatória em sua profissão. Entretanto alguns formandos entendem que terão dificuldade em obter trabalho com remuneração satisfatória.

Portanto, pode-se afirmar que os objetivos específicos e o geral, desta pesquisa foram atingidos, e a questão problema foi respondida, chegando à conclusão que os formandos do curso técnico em contabilidade da Escola Estadual Domingos Pinto Brochado de Unaí-MG, percebem a importância que o curso teve para o seu desenvolvimento profissional, sendo assim, o curso cumpre seus propósitos.

Entende-se que a limitação importante do presente estudo se refere ao tamanho da amostra, por ter sido realizado em apenas um curso técnico em contabilidade, permitindo assim considerar os resultados apenas para a população em questão. Vale ressaltar que a pesquisa aqui apresentada não pode ser considerada conclusiva, devido ao fato de a amostra de pesquisa ter sido constituída somente com um curso técnico em contabilidade. Sugere-se, como estudos futuros, ampliar a pesquisa englobando outros cursos de outras áreas, para verificar a importância destes na visão dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adriana Maria Procópio de; ASSAF, Alexandre. **Introdução à contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

BARRETO, Gualter Alves. **Manual do contador**. Belo Horizonte: Líder, 2003.

BEUREN, Ilse Maria. (Org.) **Como elaborar trabalho monográfico em contabilidade**. Teoria e Prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Lei da criação do Pronatec. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

CARDOSO, Jorge Luiz; SOUZA, Marcos Antônio de; ALMEIDA, Lauro Brito. Perfil do contador na atualidade: um estudo exploratório. **Base. Revista de administração e contabilidade da Unisinos**, Rio Grande do Sul, set./dez. 2006. Disponível em: <www.base.unisinos.br> Acesso em: 12 abr. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**. Disponível em: <www.cfc.org.br>. Acesso em: 02 abr. 2014.

_____. **Resolução CFC nº 1.282/10**. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1282.doc>. Acesso em: 02 abr. 2014.

_____. **Quantos somos**. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

_____. **O País da inteligência fiscal**. Disponível em: <<http://www.portalcfc.org.br/noticia.php?new=10497>>. Acesso em: 26 mai. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução CNE/CEB 1/2005**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb001_05.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2014.

CORDEIRO, Jailma do Socorro; DUARTE, Ana Maria da Paixão. O Profissional contábil diante da nova realidade: **Qualit@s – Revista Eletrônica**, v. 1, n. 1, 2006. Disponível em: <revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas>. Acesso em: 12 abr. 2014.

COTRIN, Anderson Meira; SANTOS, Aroldo Luiz dos; ZOTTE JÚNIOR, Laerte. A evolução da contabilidade e o mercado de trabalho para o contabilista. **Revista Conteúdo**, Capivari, v.2, n.1, jan./jul. 2012. Disponível em: <www.conteudo.org.br/index.php/conteudo>. Acesso em: 13 abr. 2014.

FRANCO, Hilário; **Contabilidade geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Eugênio Celso; BAPTISTA, Antônio Eustáquio. **Contabilidade geral**: de acordo com o programa oficial para concurso público de auditor fiscal da receita federal (AFRF). 4. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade**. Tradução de: Antonio Zoratto Sanvicente. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de (Coord.). Equipe de professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. **Contabilidade introdutória**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade**: para o nível de graduação. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Introdução à teoria da contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de**

contabilidade das sociedades por ações. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LISBOA, Lázaro Plácido (Coord.). Fundação Instituto de Pesquisa Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI. **Ética geral e profissional em contabilidade.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica.** São Paulo: Atlas, 1986.

_____. **Contabilidade empresarial.** 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Catálogo nacional de cursos técnicos.** Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/cnct/et_gestao_negocios/t_contabilidade.php>. Acesso em: 29 abr. 2014.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade internacional.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Manual de contabilidade básica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica fácil.** São Paulo: 13. ed. Saraiva, 1992.
SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1998.

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil.** Porto Alegre: Bookman, 2000.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro. **Metodologia da pesquisa aplicada à Contabilidade:** Orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, César Augusto Tibúrcio, NIYAMA, Jorge Katsumi (Org.). **Contabilidade para concursos e exame de suficiência.** São Paulo: Atlas, 2011.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

O principal objetivo das Revistas da FACTU é promover a divulgação da produção intelectual do corpo docente e discente da Faculdade e também de profissionais externos à instituição. A revista fará as publicações de artigos originais, revisões literárias, resenhas de assuntos correlatos à diversas áreas.

CONDIÇÕES PARA A PUBLICAÇÃO

Todos os textos serão submetidos à Comissão Editorial da Revista, o material enviado deverá ser inédito e não poderá ser enviado a outras publicações. Os originais não serão devolvidos.

A extensão de cada trabalho deverá seguir os seguintes critérios:

- Artigos: máximo de 20 laudas;
- Revisões literárias: máximo de 20 laudas;
- Resenhas: de 3 a 5 laudas;

O trabalho deverá ser formatado em MSWord 2007, obedecendo às seguintes recomendações: o trabalho deve ser apresentado em papel branco, formato A4 (21 cm x 29,7 cm), digitados na cor preta com exceção das ilustrações, no anverso da folha. Deve ser utilizada a fonte tamanho 12 (Times New Roman) para o texto e tamanho 10 para citações de mais de três linhas, notas de rodapé, paginação, legendas das ilustrações e tabelas. Títulos serão destacados em negrito e caixa alta, subtítulos devem estar em caixa alta sem negrito, o uso de itálico deve ser limitado a palavras ou expressões em outro idioma, no decorrer do texto palavras (não expressões) podem ser destacadas utilizando-se negrito.

Todos os trabalhos devem ser apresentados em formato digital em que conste apenas o trabalho a ser examinado, acompanhado de 02 (duas) vias impressas, juntamente de uma carta encaminhada ao Editor da Revista autorizando sua publicação. O nome do arquivo deve ser o nome do autor, ex: seunome.doc.

As traduções deverão vir acompanhadas de autorização do autor e do original do texto. Quadros, tabelas, gráficos, ilustrações e fotos devem ser apresentados em folhas separadas com os respectivos títulos, comunicação da fonte e em condições ótimas para reprodução (para formatação desses elementos solicitar o Manual de Normas para publicação da FACTU).

APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

Página de rosto: a primeira página de cada artigo deverá indicar o título, o nome completo dos autores (máximo cinco), maior titulação e local(s) de trabalho.

Resumo: na segunda folha deverá constar um resumo em português de, no máximo, 150 palavras. O resumo deverá especificar o objetivo, uma breve descrição da metodologia, os apontamentos principais e as conclusões.

Palavras-chave: após o resumo em português, na mesma folha, é essencial uma lista de 3 a 5 palavras em português que descreva o conteúdo do trabalho.

Abstract: na terceira folha deverá constar o resumo em inglês, com no máximo 150 palavras, seguindo as mesmas especificações do resumo em português.

Texto: os artigos originais que contiverem coleta de dados **em campo** deverão obedecer, em linhas gerais, à seguinte seqüência: introdução; referencial teórico; metodologia; resultado e discussão dos dados; considerações finais e referências. As revisões bibliográficas deverão obedecer a seguinte seqüência: introdução, desenvolvimento, considerações finais e referências.

Para resenhas é dispensado o resumo.

REFERÊNCIAS

As referências são alinhadas somente à margem esquerda do texto, sem o uso de recuo, digitadas em espaçamento simples e separadas entre si com espaço duplo. Devendo ser apresentadas em ordem alfabética em lista no final do trabalho, de forma complementar pode ser apresentada em nota de rodapé.

Indica(m)-se o(s) autor(es) pelo último sobrenome em letras maiúsculas, seguido do(s) prenome(s) e outros sobrenomes, abreviado(s) ou não. Recomenda-se adotar um padrão quanto ao uso ou não da abreviação.

PADRÃO DE UMA REFERÊNCIA

SOBRENOME, Prenomes do autor. **Título**: subtítulo. ed. Local: Editora, ano.

Exemplo:

FONSECA, Maria Guadalupe Piragibe da. **Iniciação à pesquisa no direito**: pelos caminhos do conhecimento e da invenção. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CITAÇÕES

As citações podem ser diretas ou indiretas, sejam obtidas de documentos ou de canais informais. As fontes de que foram tiradas as citações são indicadas pelo sistema alfabético ou pelo sistema numérico, no entanto, qualquer que seja o método adotado, deve ser seguido consistentemente ao longo de todo o trabalho. Existem alguns tipos de citação que explicaremos a seguir:

CITAÇÃO DIRETA

É a **transcrição literal** de um texto ou parte dele, conservando-se a grafia, pontuação, uso de letras maiúsculas e idioma. É usada somente quando um pensamento significativo for particularmente bem expresso, ou quando for absolutamente necessário e essencial transcrever as palavras de um autor. As transcrições no texto devem aparecer entre aspas quando inferior a 3 três linhas ou destacadas graficamente se superior.

a) citação de até três linhas: a citação de até três linhas deve ser inserida no parágrafo, entre aspas, tamanho da fonte 12, não se esquecendo de mencionar Autor, ano e página, conforme modelo a seguir:

Ex.1

Segundo Paulus (1775, p. 46) O “tratamento obtido pela nobreza portuguesa na corte de Madri deveu-se à exímia intervenção de D. Francisco.”

OU

Ex. 2

O “tratamento obtido pela nobreza portuguesa na corte de Madri deveu-se à exímia intervenção de D. Francisco.” (PAULUS, 1775, p. 46).

b) citação com mais de três linhas: a citação com mais de três linhas deve aparecer em parágrafo distinto, a 4 centímetros da margem do texto terminando na margem direita. Esta **deve** ser apresentada **semaspas**, deixando-se espaço simples entre as linhas e 2 (dois) espaços simples entre a citação e os parágrafos anterior e posterior, conforme modelo:

Ex. 1:

Um objetivo é um alvo que precisa ser atingido para a organização poder atingir suas metas.

Os objetivos são, por natureza, mais específicos que a definição da missão e são, na realidade, a tradução da missão em termos específicos e concretos com os quais se possa medir os resultados. Estabelecem-se muitos objetivos-marcos de execução das missões e da busca da consecução das metas. (STONER, 1985, p. 70).

Ou

Ex. 2:

Para Stoner (1985, p. 70),

Um objetivo é um alvo que precisa ser atingido para a organização poder atingir suas metas. Os objetivos são, por natureza, mais específicos que a definição da missão e são, na realidade, a tradução da missão em termos específicos e concretos com os quais se possa medir os resultados. Estabelecem-se muitos objetivos-marcos de execução das missões e da busca da consecução das metas.

CITAÇÃO INDIRETA

Também conhecida como **paráfrase**, é redigida pelo autor do trabalho com base em idéias de outro autor ou autores. Deve-se sempre indicar a fonte de onde foi tirada a idéia. As citações indiretas podem aparecer sob a forma de paráfrase, isto é, citação livre do texto, ou em forma de condensação que é a síntese dos dados retirados da fonte consultada, sem alterar fundamentalmente a idéia do autor, conforme exemplo a seguir.

164

Ex. 1

A palavra programa implica, um papel ativo, consciente e racional desempenhado por administradores na formulação da estratégia da organização e a estratégia é o programa geral para a consecução dos objetivos de uma organização (STONER, 1985).

Ou

Ex. 2

Segundo Stoner (1985), a palavra programa implica, um papel ativo, consciente e racional desempenhado por administradores na formulação da estratégia da organização e a estratégia é o programa geral para a consecução dos objetivos de uma organização.

CITAÇÃO DE CITAÇÃO

É a menção a um documento ao qual não se teve acesso, mas do qual se tomou conhecimento apenas por citação em outro trabalho. Esta forma de citação só deve ser usada na total impossibilidade de acesso ao documento original. A indicação é feita pelo sobrenome do autor original, ano da obra, seguido da expressão apud e do sobrenome do autor da obra consultada, ano da obra e página de for citação direta. Somente o autor da obra consultada é mencionado nas referências conforme exemplo a seguir:

NO TEXTO:

Segundo Mintzberg (1982 apud STONER, 1985, p. 70)

ou

(MINTZBERG, 1982 apud STONER, 1985, p. 70)

NA REFERÊNCIA:

STONER, J. A. F. **Administração**. 2. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1985. p. 68-87.

ENVIO

Os interessados em apresentar qualquer publicação para avaliação, que sejam diretamente ligados a Faculdade, como docentes e discentes, deverão entregar diretamente a Comissão Editorial na própria sede da Faculdade. Já os profissionais externos deverão enviar para o seguinte endereço:

Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU
Comissão Editorial da Revista FactuCiência
Rua Rio Preto, 422 - Centro
CEP: 38.610-000 – Unaí/MG